



CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS
1982

Sumário

DUAS PALAVRAS	3
ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA O «Barcellos-Revista» (1909-12): Arauto do Progresso	5
CARLOS A. VIEIRA DE SOUSA BASTO As Muralhas de Barcelos	57
MANUEL INÁCIO PESTANA José Joaquim Pereira do Lago. Um Magistrado Barcelense no Brasil. Contributos para a história de uma família e de uma época.	67
CARLOS A. BROCHADO DE ALMEIDA Castelo de Faria. Campanha de Escavações de 1981.	79
EUGÉNIO LAPA CARNEIRO E ARMINDA PASCOAL COUTINHO Cinco Cartas de Amor em Verso	89
DOMINGOS CASTRO B. MACIEL Os Doze Pares de França ou a Floripes de Palme.	113
MANUEL J. FERREIRA LOPES Um Barcelense na origem do Museu da Póvoa. Quatro cartas do Conde de Villas Boas para António dos Santos Graça.	169
EDUARDO PIRES DE OLIVEIRA O «Correio do Minho» e o seu contributo para o estudo do Património Cultural Minhoto	179
IVO DA ROCHA BOAVENTURA A Cidade de Barcelos e os Planos de Urbanização.	213
ARQUIVO DE BARCELOS Novo Foral Concedido a Barcelos em 1515 por D. Manuel I	231
NOTAS BIOGRÁFICAS.	239

TIRAGEM: 1000 EXEMPLARES.

Os artigos assinados são da responsabilidade dos respectivos autores.

A «Barcellos-Revista» aceita permuta e/ou colaboração com outras publicações nacionais ou estrangeiras. Far-se-á referência aos livros de que nos forem enviados dois exemplares.

O desenho da capa e o da folha de rosto foram feitos por Cândido da Cunha expressamente para o 1.º e 2.º anos do «Barcellos-Revista» (1909-1912).



DIRECTOR

Vereador do Pelouro da Cultura

Fernando Chaves da Rocha Pereira

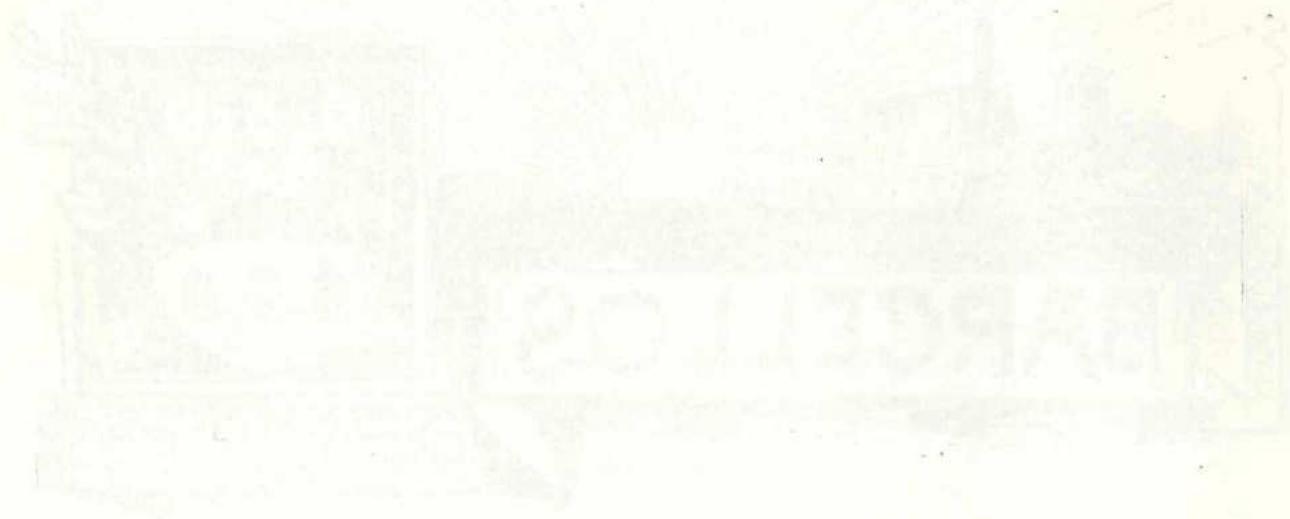
COORDENADOR

Bibliotecário da C. M. B.

Armando Barreiros Malheiro da Silva

Pern.
**C. M. B.
BIBLIOTECA**

«Barcellos-Revista»	Barcelos	Vol. I	N.º 1	P. 3-242	1982
---------------------	----------	--------	-------	----------	------



Faint, illegible text or markings in the center of the page, possibly bleed-through from the reverse side.

C. M. B.
BIBLIOTECA

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINAS GRÁFICAS DA
COMPANHIA EDITORA DO MINHO — BARCELOS

Duas Palavras

O concelho de Barcelos possui um património cultural vasto e precioso, cuja divulgação não tem merecido a atenção devida.

Partindo deste pressuposto, decidiu a Câmara Municipal integrar, no seu programa de actividades culturais, a publicação de uma revista anual (para melhor se garantir a sua continuidade), que promova o aparecimento de estudos de âmbito diverso, podendo ir da temática histórica à municipal, passando pela arqueológica, etnográfica, artística, entre outras, e que, sem assumir um carácter vincadamente erudito, exija um tratamento científico e rigoroso dos temas que publica.

O título com que aparece a público é o de um quinzenário barcelense, que surgiu no princípio do século e que apesar de ter tido curta duração se destacou no panorama da imprensa local da época. Por isso, quisemos que a escolha representasse uma homenagem a tudo o que de positivo se fez no passado e a esperança de maior progresso cultural, para este concelho, no futuro.

Por último, convirá referir que este primeiro número é relativamente pequeno, embora conte já com o contributo de um grupo diversificado de colaboradores. Pensamos, no entanto, que uma colaboração mais ampla constituirá factor decisivo para que a revista continue, cumprindo os objectivos que a animam.

Novembro, 1982.

O Vereador do Pelouro da Cultura

Fernando Chaves da Rocha Pereira

○ «Barcellos-Revista» (1909-12): Arauto do Progresso

ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA

«Ao publicarmos esta folha illustrada, alegra-nos a ideia, que a publicação de qualquer jornal, representa sempre mais um passo dado pela imprensa na senda do progresso (...) Está perfeitamente demonstrado, o papel civilizador, educativo e instrutivo da imprensa; pois é pelo seu systema e orientação, que no momento actual, se póde conhecer o estado civilizador e progressivo de um povo»

REDACÇÃO do «Barcellos-Revista»

«Dentro da Paz — Liberdade!
Dentro da Ordem — Progresso!»

Martinho Nobre de MELO

1. O estudo em epígrafe enquadra-se na importância que cada vez mais os trabalhos monográficos sobre a imprensa dos grandes centros urbanos e a regional têm para as pesquisas de sociologia e de história política, social, das ideias e de mentalidades.

Esses trabalhos, que ainda não são abundantes entre nós, apoiando-se nos inventários da imprensa (1) publicados, um pouco por todo o país desde

(1) Sobre a Imprensa Barcelense foram até agora publicados, segundo pudemos apurar, os seguintes trabalhos:

Villas-Boas, Abade António Paes de, *Coisas Velhas*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 1, n.ºs 5 (2.ª Quinzena de Abr. 1909), p. 3; 6 (1.ª Quinzena de Maio 1909), p. 4; 7 (2.ª Quinzena de Maio 1909), pp. 4-5; 8-9 (1.ª e 2.ª Quinzenas de Jun. 1909), pp. 9-10; 13 (2.ª Quinzena de Ag. 1909), pp. 2-3; 14 (1.ª Quinzena de Set. 1909), pp. 3-4; 15 (2.ª Quinzena de Set. 1909), pp. 5-6; 17 (2.ª Quinzena de Mar. 1910), pp. 11-12. Silva, Ten. Cardoso e (Z), *Intra-Muros. Reflexos de sombras, A Vida dos Jornaes Barcelenses*, in «O Barcelense», Barcelos, ano 42, n.ºs 2161 (6 de Set. de 1952), p. 2; 2162 (11 de Set. de 1952), p. 2; 2163 (20 de Set. de 1952), p. 2; 2166 (11 de Out. de 1952), p. 2; 2168 (25 de Out. de 1952), p. 1; 2169 (1 de Nov. de 1952), p. 2; 2170 (8 de Nov. de 1952), p. 2 e ano 43, n.º 2185 (21 de Fev. de 1953), p. 2 Miranda, João, *Inquérito à Vida dos Jornais de Barcelos*, dossiê dactilografado em fichas próprias e acompanhadas da fotografia do n.º 1 dos respectivos periódicos. Almeida, Francisco de, *Coisas de Longe e de Perto*, in «A Voz do Minho», Bar-

fins do século passado, em jornais ou em pequenas brochuras, seguem uma hermenêutica aplicada aos mais diversos textos, capaz de fornecer um acervo substancial de dados, útil às obras sistemáticas de âmbito mais lato. Em algumas destas, de publicação mais ou menos recente, como, por exemplo, a «História da 1.^a República Portuguesa. As Estruturas de Base» (2), «O Operariado e a República Democrática» (3), «O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919» (4), «Decadência e Queda da I República Portuguesa» (5), «O Poder e o Povo: A Revolução de 1910» (6), «As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo» (7), etc., é flagrante o cuidado posto pelos autores na consulta e detalhada análise dos periódicos de feição partidária, independente, político-sindical e associativo-recreativa, situados em Lisboa, Porto e província.

Na base dos estudos monográficos encontram-se, pois, como atrás referimos, os inventários ou repertórios, que são, na maioria, de âmbito regional. Em escala, naturalmente reduzida, surgiu uma ou outra listagem a nível nacional, sendo digno de nota o «Repertório das Publicações Periódicas Portuguesas» (8). Junte-se a isto três obras, que se inserem neste género de trabalho, embora não constituam meras listas, porque visam explicar, assentes em dados históricos, o fenómeno «imprensa». São elas: «Pequena

celos, ano 7, n.º 345 (5 de Mar. de 1973), p. 1; *Alguns Jornalistas de Barcelos*, in «A Voz do Minho», Barcelos, ano 12, n.º 586 (31 de Dez. de 1977), pp. 1-4 e *No Centenário do Jornal barcelense A Folha*, in «Jornal de Barcelos», Barcelos, ano 29, n.º 1469 (12 de Out. de 1978), pp. 1-4. Portela, Raul Veloso, *Há mais de Cem Anos Nasceu em Barcelos o Primeiro Jornal*, in «Jornal de Barcelos», Barcelos, ano 24, n.º 1198 (7 de Jun. de 1973), pp. 1-3 e *Um Caso Ímpar: «Barcellos-Revista»*, in «Jornal de Barcelos», Barcelos, ano 25, n.º 1229 (10 de Jan. de 1974), p. 6. Machado, Falcão, *Azúimes dum Homem de Mau Humor*, in «A Voz do Minho», Barcelos, ano 12, n.º 624 (23 de Set. de 1978), pp. 1-4. Rodrigues, A., *Retrospectiva Histórica da Imprensa Barcelense*, in «Barcelos Popular», Barcelos, ano 2, n.ºs 48 (31 de Ago. de 1978), p. 5; 49 (14 de Set. de 1978), p. 4; 50 (28 de Set. de 1978), p. 4 e 51 (12 de Out. de 1978), p. 4; Cachada, Armindo de Sá, *Um Século de Jornalismo em Barcelos. Lutas Republicanas favoreceram a Proliferação de Periódicos*, in «O Primeiro de Janeiro», Porto, ano 203, n.º 104 (16 de Abr. de 1981), p. 9; Basto, Carlos, *Temas Barcelenses. Imprensa*, in «Jornal de Barcelos», Barcelos, ano 33, n.ºs 1634 (4 de Fev. de 1982), p. 4; 1637 (11 de Fev. de 1982), p. 4; 1638 (18 de Fev. de 1982), p. 4; 1639 (25 de Fev. de 1982), p. 4; 1640 (4 de Mar. de 1982), p. 4; 1642 (18 de Mar. de 1982), p. 4; 1644 (1 de Abr. de 1982), p. 4; 1646 (25 de Abr. de 1982), p. 4 e 1647 (22 de Abr. de 1982), p. 4. P., V. [Portela, Raul Veloso], *Para a História da Imprensa Barcelense. O Jornal de Barcelos na década de cinquenta* in «Jornal de Barcelos», Barcelos, ano 33, n.º 1640 (4 de Mar. de 1982), pp. 1-3. Vide tb. Oliveira, Lopes de, *Imprensa Bracarense*. Braga. Ed. Pax, s/d.

(2) Marques, A. H. de Oliveira, *História da 1.^a República Portuguesa. As Estruturas de Base*. S. l., Iniciativas Editoriais, s. d.

(3) Oliveira, César de, *O Operariado e a República Democrática*, 2.^a ed. Lisboa, Seara Nova, 1974.

(4) Telo, António J., *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa, Editor José Fortunato, 1977.

(5) Id., *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, 1.^o vol., Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.

(6) Valente, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1974.

(7) Cruz, Manuel Braga, da, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa, Editorial Presença/G. I. S., 1980.

(8) *Repertório das Publicações Periódicas Portuguesas*, 1961. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1964.

História da Imprensa Portuguesa»⁽⁹⁾, «Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)»⁽¹⁰⁾ e «História da Imprensa Periódica Portuguesa»⁽¹¹⁾. E, à guisa de nota complementar, referimos ainda o «Guia de História da 1.^a República Portuguesa»⁽¹²⁾, que nos fornece, entre as variadíssimas fontes indispensáveis a um plano global e sistemático de pesquisa sobre os múltiplos aspectos da 1.^a República, uma relação assaz completa dos periódicos de todos os géneros.

Sobre a imprensa local e os inventários que a ela respeitam, Fernando Barbosa⁽¹³⁾ traçou uma caracterização oportuna:

«(...) Se houve espécies que, no brilho e duração, bruxulearam como fogos-fátuos, também as houve que refulgiram como faróis. Houve jornais de todos os formatos e matrizes — noticiosos, literários, humorísticos, religiosos, políticos, desportivos, bairristas, recreativos, associativos e publicitários — e neles se formaram e afirmaram brilhantes jornalistas e escritores.

«Alguns do século passado, pequenos, mas agressivos (...) envolveram-se em rijas lutas, hoje inconcebíveis, merecendo o comentário que Oliveira Martins, fez a outros do começo do mesmo século: «Os jornais pareciam escritos por arrieiros na estalagem, sobre os albardões dos machos em descanso. O frade e o arrieiro, a literatura e a brutalidade, vêem-se fundidas nessas folhas que a velha violência portuguesa inspira...»

«Constitui um inventário difícil, incompleto a bibliografia jornalística — e não propriamente a história do jornalismo — que nos propusemos elaborar, porque, como afirma Alfredo Cunha, os periódicos, «frívolo entretenimento de alguns minutos, lêem-se, e, seguidamente, abandonam-se: em geral não se preservam ou recolhem em estantes recatadas, correndo a sorte e sofrendo o destino dos papéis inúteis, mal acabam de passar-se pelos olhos»⁽¹⁴⁾.

Considerados à luz destas palavras, a imprensa barcelense e o respectivo inquérito — iniciado pelo Abade António Fernando Paes de Villas-Boas⁽¹⁵⁾,

⁽⁹⁾ Martins, Francisco Rocha, *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Lisboa, Inquérito, 1941.

⁽¹⁰⁾ Cunha, Alfredo, *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*. Lisboa, 1941.

⁽¹¹⁾ Tengarrinha, José, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa, Portugal, 1965.

⁽¹²⁾ Marques, A. H. de Oliveira, *Guia de História da 1.^a República Portuguesa*. Lisboa, Editorial Estampa, 1981.

⁽¹³⁾ Barbosa, Fernando, *Periódicos Poveiros*, in «Póvoa de Varzim. Boletim Cultural». Póvoa de Varzim, vol. II, n.º 2 (1959), pp. 308-353.

⁽¹⁴⁾ Id., *ibid.*, p. XXII.

⁽¹⁵⁾ Em *Temas Barcelenses (I). Imprensa* («Jornal de Barcelos», Barcelos, ano 33, n.º 1636 de 4 de Fev. de 1982, p. 4), Carlos Basto admite a hipótese de «ter sido o Dr. António Ferraz a primeira pessoa a interessar-se por este assunto. Na verdade, deve-se a esse erudito investigador das coisas de Barcelos, a elaboração duma lista com o nome dos jornais locais, tendo anotado igualmente as datas de impressão e suspensão de cada um deles. Essa lista deve ter sido cedida, por volta de 1907, ao abade António Fernando Paes de Villas-Boas que, assinando «A. Paes», começou a publicar em «Barcelos-Revista», no n.º 5, da 2.^a Quinzena de Abril de 1909, uma retrospectiva da imprensa local».

e hoje em fase de sistematização, graças ao trabalho de Carlos Basto (16) — revelam as suas reais proporções.

O espólio é relativamente abundante e está, na sua quase totalidade, inventariado, sendo, assim, indispensável o aparecimento de ensaios analíticos, quer de carácter geral — é o caso de «Um Século de Jornalismo em Barcelos. Lutas republicanas favoreceram a proliferação de periódicos» por A. Sá Cachada (17) —, quer circunscritos a uma ou duas espécies de que são exemplos o artigo de Francisco de Almeida sobre «A Folha da Manhã» (18) e os de Raul Veloso Portela, um relativo ao «Barcelos-Revista» e outro ao «Barqueiro do Cávado». Estes ensaios permitirão, a médio prazo, um conhecimento razoavelmente profundo da história contemporânea de Barcelos, nos seus múltiplos aspectos. Para isso, e no que concerne à eficácia, sobretudo, dos trabalhos monográficos, convém seleccionar, de entre as várias publicações existentes, aquelas que pelo seu projecto e impacto podem dar, para um determinado período histórico, precioso acervo de elementos.

A aplicação deste princípio metodológico à imprensa barcelense, tendo em vista o período crítico da queda da Monarquia e do advento da República, permite-nos destacar um primeiro núcleo de periódicos, fundamentais para a análise do impacto e vivência que essa época teve em Barcelos, pequena vila, sede dum vasto concelho rural. Compõem esse núcleo as seguintes publicações: «Barcelos-Revista» (1909-1912); «Aurora de Barcelos» (1902-1903); «O Comércio de Barcelos» (1894-1911); «Despertar» (1909-1910) e «A Lágrima» (1892-1904). Todas elas merecem um urgente e cuidadoso estudo, que dada a sua complexidade e amplitude exige o empenhamento de vários investigadores depois de feitas certas opções prévias...

Dois motivos nos bastam para justificar a opção que nos levou a incidir aqui sobre o «Barcelos-Revista». O primeiro tem a ver com o facto de a revista onde sai publicado este estudo, se apresentar como sendo uma homenagem àquele periódico e nesse sentido afigura-se-nos oportuno que nela se publique um trabalho de análise do conteúdo da vetusta «folha ilustrada». O segundo prende-se com a particular importância desta, confirmada, aliás, pelos seguintes extractos:

«(...) Até 1922 — decorridos, assim, mais de cinquenta anos — Barcelos pouco interessou, aos estudiosos, salvo no afloramento da efémera Revista (...)» (19) e

«(...) «Barcelos-Revista», uma das melhores publicações ilustradas que houve em Barcelos, começou a sair em 1909. Infelizmente teve pouca duração, mas os exemplares de colecção existentes na Biblioteca Municipal atestam o importante impacto social e cultural que desempenhou na vida barcelense. Terminou em 1912» (20).

(16) Vide nota 1.

(17) Vide nota 1.

(18) Vide nota 1.

(19) Villas-Boas, Joaquim Sellés Paes de, *A Talhe de Foice*, in Fonseca, Teotónio da, *Divagando...* Barcelos. Edição da Família, 1981, p. XI.

(20) Cachada, A. Sá, art. cit. in nota 1.

2. Pelas contas do Abade A. Paes é « Barcellos-Revista o 46 — jornal, que tem vindo em Barcellos à luz da publicidade; o décimo nono na classe das publicações litterarias, e o segundo na dos jornaes illustrados» (21).

Jornal ou revista? A Redacção nunca forneceu afirmações precisas, que pudessem agora ajudar a esclarecer esta interessante questão. Com efeito,



FIG. 1

se por um lado deixou expresso em certos textos básicos — o I «Duas palavras», o IV «O novo anno do Barcellos-Revista» e o XI «Suspensão da 'Revista'» — a insistência no termo revista, por outro, porém, caiu no uso arbitrário da palavra jornal e de certas características mais consentâneas com este tipo de publicação, resultando de tudo isto uma espessa confusão conceptual, que de certo modo envolve o carácter efectivamente híbrido do periódico.

(21) Villas-Boas, Abade António Paes de, art. cit. nota 1, n.º 5 (2.ª Quinzena de Abr. 1909), p. 3.

A análise da sua «ficha», que apresentamos a seguir, permite-nos dizer que o «Barcellos-Revista» revela uma configuração bibliográfica repartida entre o jornal ou «folha» impressa dos fins de oitocentos e aquilo que vulgarmente se designa por revista ilustrada (22).

Quinzenário Ilustrado.

Propriedade da Empresa «Barcellos-Revista» (a partir do 2.º ano/vol.).

Director: Eduardo da Costa Larcher Marçal.

Redactores: José Beleza dos Santos (principal), Manuel Augusto de Araújo Passos e João de Sousa.

Proprietário e Administrador: António Cardoso, até à 1.ª quinzena de 1909, e daí até ao fim do 1.º ano/vol., Humberto Carmona Coelho Gonçalves.

Redacção e Administração: Rua D. António Barroso, 22 (até ao n.º 20, 1.º ano/vol.); Largo de S. Francisco (do n.º 21 ao 24) e Largo de José Novais.

Composição e Impressão: Tipografia Minerva, Rua de Santo António — Fimalicão (do n.º 1 ao 3, 1.º ano/vol.); Tip. Folha Liberal — Barcelos (n.ºs 4 e 5) e Centro de Novidades (23), Rua D. António Barroso, 136, 138 e 140 — Barcelos.

Formato: 16,2 × 24,5 cm.

Disposição do texto a duas colunas e gravuras ladeadas por ornatos.

Duração: 2 anos/volumes, tendo cada ano/vol. 24 números. Os do 1.º ano/vol. são balizadas pela 2.ª quinzena de Março de 1909 e 1.ª quinzena de Fevereiro de 1919. Os do 2.º são demarcados pela 2.ª quinzena de Março de 1910 e 16 de Junho de 1912.

Páginas: nos primeiros 24 números a quantidade de págs. é de 8, salvo no número duplo «8-9», em que é de 16. No 2.º ano/vol. é, também, de 16.

Assinaturas: em Barcelos, série de 4 números, 200 réis; fora de Barcelos, série de 12 números, 700 réis; fora do Continente, série de 24 números, 2.500 réis e número avulso 50 réis.

Quanto ao conteúdo, a leitura atenta do «Quadro da distribuição da Autoria por Temas Genéricos», que adiante se apresenta, confirma de forma clara a orientação regionalista, instructo-educativa, literária e científica do «Barcellos-Revista», servida directa ou indirectamente por um leque vasto (24)

(22) Este conceito abrange, grosso modo, as publicações periódicas em que a gravura exerce uma função essencial no texto, e cuja temática não atinge um grau muito elevado de especialização e erudição.

(23) O Centro de Novidades era uma loja que vendia os mais diversos produtos (artigos de papelaria, objectos de escritório, livros escolares, novidades literárias, chá fino e café, cacau, chocolate e manteiga, etc.) e que possuía uma oficina gráfica, solicitada para vários trabalhos tipográficos. O próprio Centro imprimiu aí duas publicações periódicas — «Centro de Novidades» e «Propaganda Literária» — dirigidas por Fernando Miranda e de distribuição gratuita, destinadas a informar os fregueses dos vários artigos postos à venda e de certas novidades literárias.

(24) No n.º 2, 1.º ano (1909) do periódico, aparece uma breve lista com os primeiros colaboradores: Drs. António Ferraz, Rodrigo Veloso, Martins Lima, Beleza dos Santos (que entrou para a Redacção em Março de 1910), Joaquim Paes e Reis Maia, João de Lebre e Lima, António Azevedo, Arnaldo Braz, Alvaro Pinheiro, Plácido Lamela, Abade António Paes, Cândido Landolt, J. Vieira, Herculano Nunes e José Vieira Veloso. Mais adiante, 2.º ano/vol., n.º 1, pp. 5 e 7, deparámos com os retratos de vinte colaboradores, número que viria a ser largamente ultrapassado como se deduz da consulta do «Quadro de Distribuição da Autoria por Temas Genéricos».

e expressivo de colaboradores (ver figs. 2 e 3) e adornada com inevitáveis crónicas e notas breves de «faits divers».

Como nota marginal, chamamos a atenção para o aspecto gráfico e para o desenho da capa dos volumes e o que encabeça cada número do periódico, todos eles em «estilo belle époque» e da autoria de Cândido da Cunha, artista barcelense, que José de Figueiredo colocou, numa das suas críticas de arte,

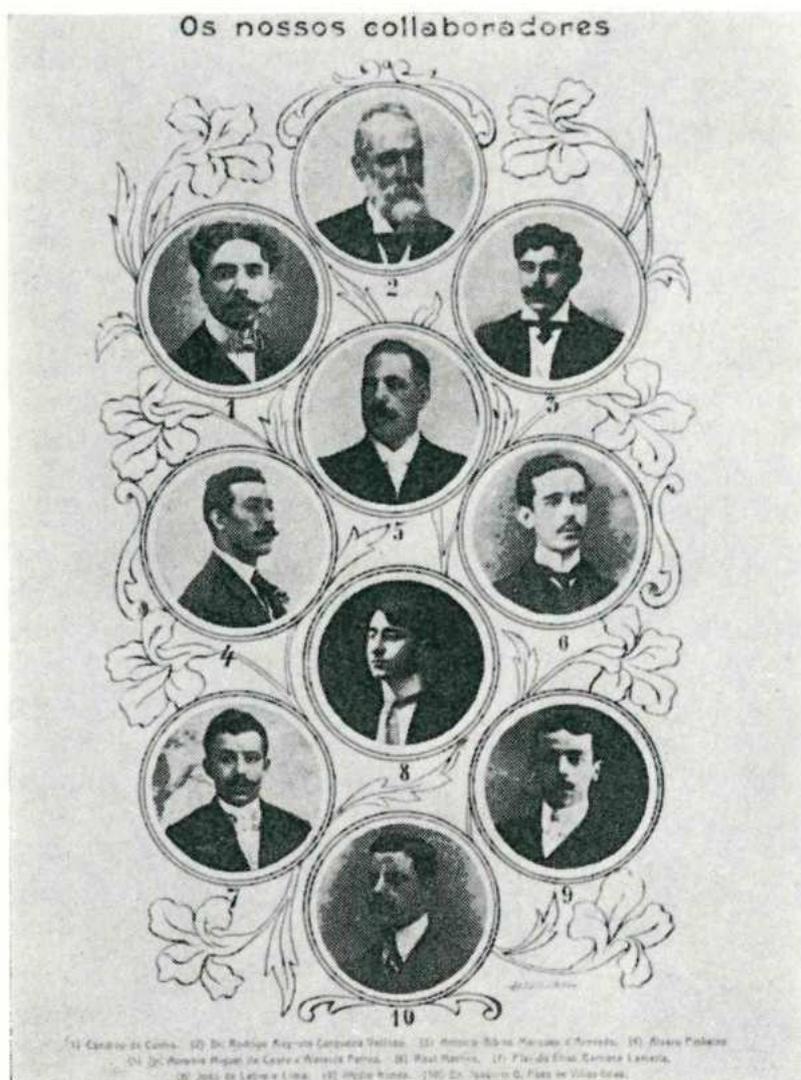


FIG. 2

ao lado de Malhó, Columbano, Silva Pinto, etc. Jaime de Magalhães Lima considerou-o como uma das poucas fisionomias, que se distinguiram «tão claras e acentuadas» na arte contemporânea. E Joaquim Costa definiu-o como «o pintor comovido e religioso das horas crepusculares, das arvores tranquilas, ao sol posto, das águas em que mal perpassa o arpejo friorento das aragens» (*).

(*) Soucasaux, Augusto, *Cândido da Cunha*, in «A Opinião», Barcelos, ano 1, n.º 36 de 16 de Outubro de 1926, p. 1.

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DA AUTORIA POR TEMAS GENÉRICOS

NOMES	Actividade do «B.-R.»	Literatura Língua Port.	Hist.; Biografia; Análise Social	Regionalismo Barcelos	Ciência; Econo. Agricultura	Imprensa Barcelense	Política Eleições	Educação Instrução	Desporto	Música; Arte; Filosofia	Miscelânea
Eduardo da Costa Larcher Marçal—director		x	x	x	x				x		
Dr. José Bezeza dos Santos; J. B. e «Vizinho Importunco»			x		x			x			x
João de Sousa (J. S.)				x			x				
Cândido da Cunha										x	
Dr. Rodrigo A. Cerqueira Veloso		x	x			x				x	x
António Albino Marques d'Azevedo		x									
Álvaro Pinheiro		x									
Dr. António Miguel da C. de A. Ferraz (W.)			x								
Raul Martins		x									
Plácido Elias Barbosa Lamela		x									
João de Lebre e Lima		x									x
Ilídio Nunes		x									
Dr. Joaquim G. Paes de Villas-Bôas											x
Arnaldo Braz		x	x								
Abade António Fernando Paes de Villas-Bôas						x					
Vaz Passos		x									
Dr. José Reis Maia											
Dr. António Martins de Sousa Lima											x
David Martins de Lima			x								x
Bento Antas da Cruz			x								
Gonçalo Alcalde y Alonso											x
Cândido Augusto Landolt		x		x							
Conde de Villas Boas				x							x
Augusto Soucassaux			x	x			x				x
Rodrigo Solano											
Herculano Nunes (H.)		x								x	x
Ângelo Jorge		x								x	
Horácio d'Amorim				x			x				
Simões de Castro			x								
José Vieira			x								x
Duarte Solano											
João Severo			x	x			x				
Gastão Corrêa Mendes										x	
Júlio Brandão		x									
Francisco de Queirós		x									
Alberto d'Oliveira											
Agostinho de Campos								x			
Rui Paes de Villas-Bôas		x									x
D. Luís de Castro				x							
Veiga Cabral		x									
João Cândido Furtado d'Antas		x									
Domíngos Luciano de Figueiredo											x
Alberto Malheiro		x									
Isolino Caramalho		x									
Manuel Augusto de Araújo Passos											x
Campos Lima		x									
Redacção do «B.-R.»	x		x	x	x	x		x	x	x	x
«Viajante Amigos»				x							
«Dois Amigos»											x
«João Verde»		x									
«Ignotus»								x			
«Lívio Peraltas»		x									
«Tchi Fu»		x		x							
«António»											x
«Jom-Jom»		x									
S.		x									
C. A.		x									
M.				x	x		x				x
M. P.								x			
N. B. B.											x
A. M.				x		x					

Nota: Excluíram-se deste «mapa» os autores de textos inseridos no espaço de antologia literária, ou seja, os «colaboradores» por forma indirecta.



3. Com um perfil significativamente híbrido, a nível bibliográfico e temático, o «Barcellos-Revista» reflecte bem, por um lado, o período de ruptura radicado na crise de 1890-92, e, por outro, a aposta em soluções redentoras, capazes de permitir o ressurgimento dum Portugal novo. E reflecte isto à escala duma pequena vila — sede dum tradicional concelho agrícola —, esquecida do progresso, essa «cousa mais sublime» (ver Texto III).



FIG. 3

Barcelos, situada numa zona — a Baía do Cávado —, que se encrosta no litoral, com uma área de 392 km², possui, em 1911⁽²⁵⁾, 730 fogos e uma população de residência habitual estimada em 3.626 indivíduos (1.586 varões e 2.028 fêmeas); 736 varões e 1.352 fêmeas eram analfabetos e apenas 850 varões e 676 fêmeas sabiam ler. A nível concelhio, os números estão, de

⁽²⁵⁾ *Estatística Demográfica. Censo da População de Portugal, no 1.º de Dezembro de 1911, Parte I.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, pp. 44-46.

certo modo, em proporção com os já citados: 11.854 fogos; uma população de residência habitual de 51.121 indivíduos; uma população de facto ou presente que rondava os 51.069; 14.015 varões e 25.194 fêmeas eram analfabetos e 8.943 varões e 2.917 fêmeas sabiam ler. Estes dados permitem inferir duas coisas: uma densidade de 130 habitantes por km² e uma alta taxa de analfabetismo, que atingia os 76,7%. Esta cifra ilustra bem as carências estruturais do concelho no que concerne à instrução primária, carências essas que suscitaram em alguns barcelenses, sensíveis ao discurso político e pedagógico da «inteligência» portuguesa de então, um forte empenhamento instructivo-educativo, testemunhado pela «Liga Barcellense de Instrução e Educação»⁽²⁶⁾ e pelo «Asylo Escola-Agrícola de Barcellos — Gonçalo Pereira»⁽²⁷⁾, e inserido num movimento mais amplo, onde sobressai a acção regeneradora da «Renascença Portuguesa»⁽²⁸⁾ (sedeada no Porto e comprometida com o republicanismo).

A agricultura constituía a principal actividade económica do concelho, com elevados índices de produção, apesar da preocupante falta de mão-de-obra, devida ao recrudescimento, após 1900, da emigração para o Brasil, das variações mais ou menos bruscas determinadas pelas condições meteorológicas e da reduzida utilização de processos e meios técnicos capazes de provocar uma grande rentabilidade. A exuberância agrícola de Barcelos era, um facto indiscutível, eloquentemente confirmado pelas várias descrições da Feira semanal e da Parada Agrícola de 1909, 1910 e 1912, divulgadas, na maior parte, pela imprensa local da época.

O comércio da vila mantinha-se próspero, beneficiando duma progressiva intensificação do consumo. A sua força era patenteada pela influente «Associação Commercial», que não só contribuía bastante para a realização das célebres Festas das Cruzes, mas também se interessava em promover certos melhoramentos em prol do progresso de Barcelos e em seu directo benefício.

Quanto à indústria podemos dizer que ela era, na sua quase totalidade, de pequena dimensão e centrava-se nos seguintes sectores: álcool e aguar-

⁽²⁶⁾ Vide *Estatutos da Liga Barcellense de Instrução e Educação*. Barcelos, Tip. e encadernação de Fernando Marinho, 1908 e *Liga Barcellense de Instrução e Educação, Relatório de 1908 a 1909*, Barcelos, Tip. e encadernação de Fernando Marinho, 1909.

⁽²⁷⁾ A sua existência ficou a dever-se ao oficial de Artilharia Fernando Cardoso d'Albuquerque, e no relatório de 1908 a 1909 deparamos com uma direcção composta por António Martins de Sousa Lima (Presid.); Augusto Casimiro Alves Monteiro (Vice-Presid.); José Beleza dos Santos (1.º Secret.); Joaquim Gonçalves Paes de Villas-Bôas (2.º Secret.); Delfino Pereira Esteves (Tesoureiro) e quatro vogais.

⁽²⁸⁾ Em entrevista concedida ao «Mundo», Porto, n.º 4283 (10 de Agosto de 1912), sob o título de *A Renascença Portuguesa*, Leonardo Coimbra disse a dado passo: «(...) Em outubro reabriremos a Universidade Popular com cursos completos; abriremos aulas noturnas de instrução primária para crianças e adultos e iniciaremos a publicação de um quinzenario em que se estudem os diferentes problemas nacionais, de forma concreta e precisa. Para esse fim estão organizadas quatro comissões que estudarão, em todos os seus aspectos, os problemas religiosos, educativo, economico e social. Tencionamos ainda promover grandes festas de Arte e consagração e levar ás terras do norte, que tão carinhosamente nos está acolhendo, a palavra dos oradores e conferentes da vulgarização da obra da Renascença».

dente; alfaiataria; algodão (fiação e tecelagem); armaria; calçado (sapataria e tamancaria); canteiro; carpintaria; cera (fundição, branqueamento e fabrico de velas e outros objectos); cerâmica/olaria (fabrico de louça ordinária ou preta, telha e tijolo); cestaria (obra de verga, vime, castanho, cana, junco, etc.); chapelaria (chapéus de chuva ou de sol e bengalas); confeitaria; fogueteiro; funileiro; fusos; linho (fiação, tecelagem e massagem); marcenaria; moagem; ourivesaria; padaria; peneiros; pregaria; relojoaria; serralharia e serração de madeira. Neste domínio há a salientar a «Grande Fábrica de Serração a Vapor», de que era sócio-gerente D. José Domenech⁽²⁹⁾, um capitalista espanhol interessado pela problemática industrial e agrícola.

A este quadro económico, genericamente traçado, correspondeu uma realidade social, cujos contornos revelam uma acentuada estratificação a dois níveis. Num, deparamos com a aristocracia absentista em lenta, mas progressiva decadência e a média burguesia comercial com um estatuto sólido, justificado pelo seu crescente predomínio na vida económica de Barcelos e a que se foram associando os pequenos industriais. No outro, estava o «Zé Povinho Minhoto», réplica literária e fotográfica de A. Soucasaux a Bordalo Pinheiro, por certo, muito pouco conhecida (ver Texto IX).

A vida dos aristocratas e burgueses, condicionada pelo estigma impreciso do provincianismo, decorria entre o campo, a vila e o litoral duriense — da Granja até Apúlia —, consumindo-se em negócios, em mesquinhos jogos de política eleiçoeira, em serões de certas casas de gente ilustre, nas cavaqueiras mornas da «Associação Commercial», nas festas chiques da «Assemblêa Barcellense» (fundada por volta de 1864), «onde de tudo se fazia espírito», nas récitas do «Theatro Gil Vicente», em passeios pela Praça D. Pedro V e pelo Jardim Velho, na prática de algumas modalidades desportivas (tiro ao alvo e a pombos, esgrima, caça...) com o relativo apoio do «Sport Club Barcellense», em espectáculos tauromáquicos, etc.

Naturalmente diverso era o estilo de vida do «Zé Povinho», ensombrado pela modéstia e pela miséria. A sua apregoada alegria e entusiástica participação em jogos, festas, romarias e peregrinações, a sua honradez e o seu amor ao trabalho tornaram-se lugares comuns empregues nas crónicas para atenuarem o reverso: chefes de famílias numerosas atolados no vinho e no crime, grande número de mendigos, crianças famintas, prostituição, trabalho duro e mal pago nos campos, nas oficinas e no comércio, etc. são aspectos negros duma vida de sacrifício e de desdita.

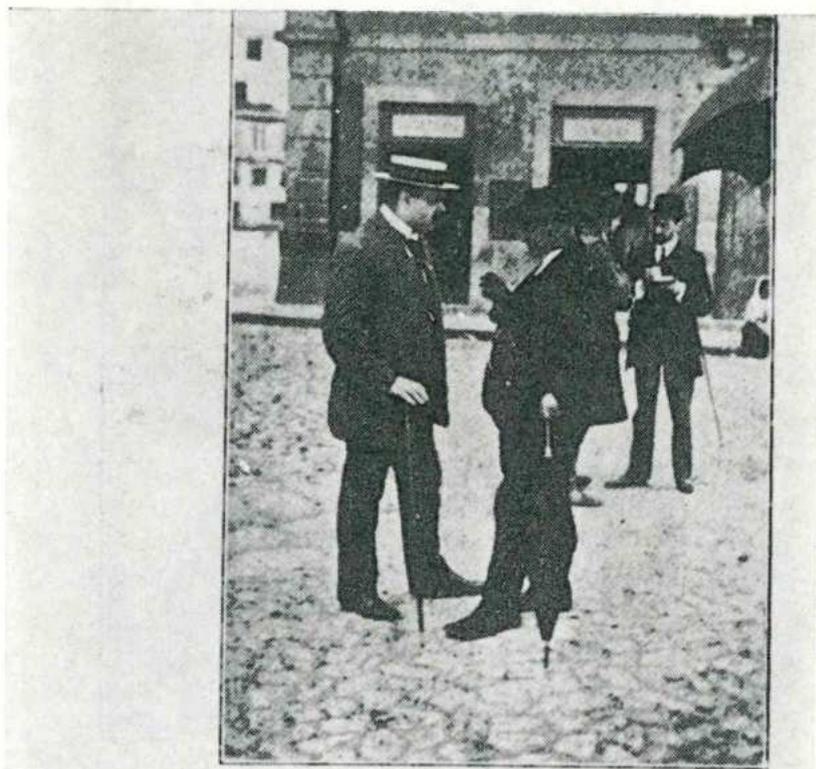
A nível político a situação caracterizava-se por um acentuado caciquismo, denunciado admiravelmente por A. Soucasaux (ver figs. 4, 5 e 6). Assentando, numa divisão artificial do concelho em várias zonas de influência, os chefes locais dos partidos guerreavam-se com um espírito sectário e mesquinho procurando obter posições vantajosas para si e suas clientelas.

Refira-se, por último, que Barcelos, a nível cultural, contava com uma pequena Biblioteca Municipal (Popular em 1911), algumas iniciativas da

⁽²⁹⁾ A par de algumas referências positivas, D. José Domenech mereceu honras de «1.ª página» no ano ano/vol. I, n.º 11 (2.ª Quinzena de Jul. 1909), p. 1 e 4.

«Assemblêa Barcellense», um grupo de teatro amador e uma plêiade de gente letrada e talentosa, responsável por um nítido impulso literário e artístico, testemunhado pelos jornais desse período.

4. Foi, pois, neste contexto demográfico, económico, político, social e cultural, que surgiu com acentuado vigor o projecto de renovação proposto



DR. RAMOS ;

—Mas teremos ao menos uma votação superior a quarenta votos ?

LAVRADOR FINGINDO NÃO PERCEBER :

—Este anno o borraçal carregou. A respeito de americano é que a ameaça é má.

(Ao perto o Luiz Ferraz faz alta reportagem).

A S

FIG. 4

pelos homens do «Barcellos-Revista», sobre o qual nos iremos aqui deter mediante a apresentação de dados e a análise crítica de textos do 1.º e 2.º volumes do referido periódico. Textos esses, que foram apreciados tendo em conta o princípio de que a apreensão das fundamentais «linhas de força» do projecto teria de sacrificar, pelo menos nesta primeira abordagem, outros aspectos, também importantes, mas algo periféricos.

As «linhas de força» atrás referidas são, em síntese, as seguintes: crítica do partidarismo, enquanto obstáculo à defesa honesta e legítima dos interes-

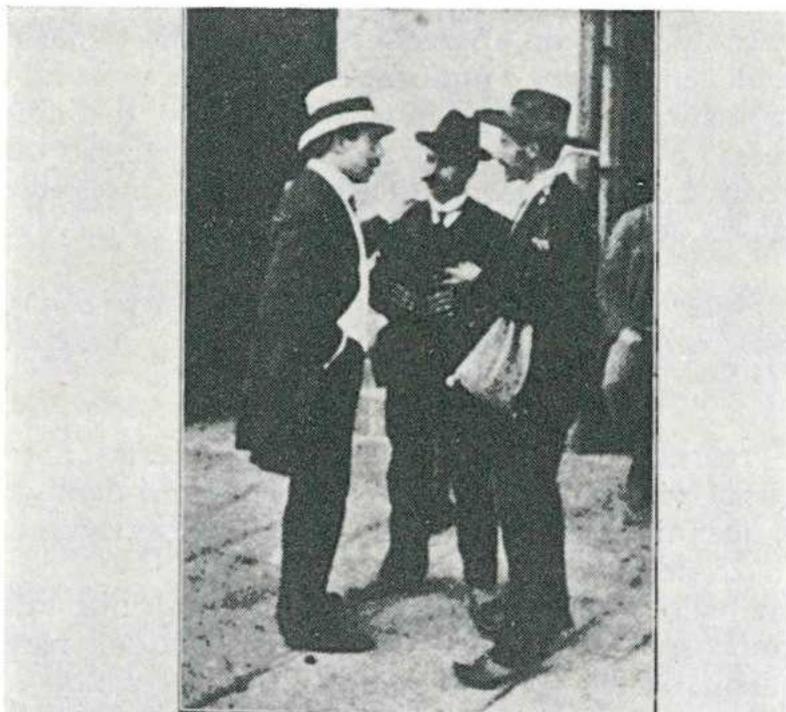
ses locais; apologia dum regionalismo sadio e apoiado por ligas apartidárias; aposta numa intensa campanha instructo-educativa tendente, por um lado, a dotar as escolas duma pedagogia nova, não opressiva e, por outro, a modificar certos hábitos e valores burgueses, sobretudo no que concernia à educação feminina e divulgação de temática literária e científica.



FIG. 5

Nos n.ºs 1 e 2 do ano I (1909), deparamos com dois importantes textos (em Apêndice) da Redacção, onde é nítida a preocupação de repelir compromettimentos políticos, visando a tarefa de «levantar Barcellos, dotando-o com melhoramentos de reconhecida utilidade publica». Logo no início da publicação ficara, assim, traçada uma ideia básica, que esteve na génese duma iniciativa arrojada: mobilizar os políticos barcelenses para uma acção conjunta destinada a promover o efectivo progresso de Barcelos. Refira-se, a propósito, que o progresso constitui, no projecto que estamos a analisar, mais do que uma «linha de força»; ele é a grande meta alvejada.

A iniciativa referida foi ensaiada mediante um conjunto de entrevistas a chefes de partidos e a directores de jornais. O acolhimento daqueles foi reservado e pouco animador. Todos eles, desde o Sr. Conselheiro de Estado e Ministro de Estado honorário José Novaes (chefe do partido regenerador-liberal) até ao Dr. António Martins de Sousa Lima (chefe do partido republi-



DR. GONÇALO :

—Quero homens fortes, de situação definida e e não d'estes que querem agradar a meio mundo sem aliás agradarem a ninguem.

O confabulante da saca, profundamente compromettido, sem perceber :

—Sr. doitor, se vossa inselencia soiber quantas peras tenho aqui dentro d'esta taleiga, dou-lh'ar todas seis.

A. S.

FIG. 6

cano), se escusaram de participar de maneira activa numa Liga patriótica promotora dos melhoramentos locais, alegando a impossibilidade dum entendimento partidário e sugerindo que tal liderança devia caber aos jovens autores da iniciativa. E Sousa Lima foi mais longe ao escrever:

«(...) A Liga em projecto para os interesses de Barcellos não me parece viavel. A vaidade, o egoismo, a falta de espirito democratico não deixarão ir avante uma ideia que podia justificar em beneficios da nossa malfadada terra.

«Nada se faz que não seja para lisongear a nossa satisfação, as nossas ambições, o nosso predomínio. Assim, julgo que marcharemos no despenhadeiro da ruína até o momento em que, em frente da inevitável catastrophe, desapareçamos no abysmo, covardemente, como os macacos, com as mãos atadas na cabeça» (30).

O mesmo Sousa Lima aproveitou o ensejo para logo no princípio da sua resposta escrita ao questionário que lhe havia sido enviado, discordar da pretensa isenção política do «Barcellos-Revista», pois que para ele a «primeira coisa que devemos fazer é política. Dae-me boa politica, dizia um sabio dar-vos-ei boas finanças». E ao sustentar esta posição, distinguia entre «politiquite portuguesa» e «politica seria e patriotica», distinção que a mocidade, cansada das ferozes e inúteis lutas partidárias, já não conseguia fazer, ouvindo com agrado o alerta de Albino Leite, redactor da «Folha da Manhã»:

«(...) Fugam dos politicos; posto que todos sejam muito respeitaveis na sua vida; todos refervem em paixões que, poucas vezes, traduzem um sentimento de justiça» (31).

Esta forte aversão aos políticos, patente em certas notas e textos do «Barcellos-Revista», viria a diluir-se no movimento anti-democrático e contra-revolucionário que foi ganhando cada vez maior pujança durante a 1.^a República até eclodir o 28 de Maio.

Uma vez falhado o objectivo principal da campanha «Por Barcellos!», viram-se os «moços» do «Barcellos-Revista» remetidos para uma atitude meramente doutrinária em prol do regionalismo, actuando quase só como «sentinella vigilante para a defeza dos interesses» de Barcelos. Neste propósito se inseriram, para além do entusiástico apoio dado à Parada Agrícola, a defesa do projecto do illustre publicista portuense Emídio de Oliveira sobre o «assentamento de uma via ferrea, a qual, partindo de Vairão, atravessasse Villa do Conde, Povoá, Apulia, Fão e Espozende, tendo o seu ponto terminus em Barcellos»⁽³²⁾; o apelo para que se cuidasse do monte da Franqueira e para que os barcelenses pusessem todo o empenho e esmero nas Festas das Cruzes; a insistência na concretização das obras do saneamento da vila; os mais rasgados elogios à acção social e pedagógica do «Asylo Escola-Agrícola»; a sugestão de que os barcelenses frequentassem as Caldas de Eirôgo; a encomiástica referênciã ao «Asylo d'Invalidos do Hospital da Misericordia»; o apelo para que se renovassem os canteiros e se vedasse a parte ajardinada do Campo de S. José; a campanha a favor da instalação da luz eléctrica em Barcelos; a ideia do aforamento dos baldios por um preço determinado; a tónica posta na necessidade duma planta geral da vila; o protesto pela situação anti-higiênica em que se encontrava a Cadeia Civil de Barcelos e pela relutância das autoridades em construir um novo estabelecimento prisional; as notas

⁽³⁰⁾ *Por Barcellos!*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 1, n.º 10 (1.^a Quinzena de Jul., 1909), p. 4.

⁽³¹⁾ *Ibid.*, p. 5.

⁽³²⁾ *Interesses locais. Caminho de Ferro*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 1, n.º 3 (2.^a Quinzena de Mar. 1909), p. 8.

de louvor e estímulo à «Associação Humanitaria dos Bombeiros Voluntarios de Barcellos», à «Liga Bercellense d'Instrucção e Educação» e a D. José Domenech (pioneiro da industrialização em Barcelos); a exigência para que fosse ampliado o edifício da estação do caminho de ferro e para que se cuidasse «*muito das construcções e reconstrucções urbanas, de modo a corrigirem-se os muitos defeitos das habitações d'esta villa, que só nas suas condições naturaes encontram uma correcção aos descuidos e falta d'observancia dos mais rudimentares principios da hygiene*»⁽³³⁾; a reivindicação da vinda a Barcelos dos «comboios tramways» que ficavam em Famalicão e dum comboio semanal às quintas-feiras; as palavras de justiça pela forma exemplar como o Conde de Villas Boas exerceu, até meados de 1910, as funções de administrador do concelho; o agradecimento formulado ao Dr. Manuel Paes de Villas-Boas por este ilustre barcelense ter conseguido do governo 1.500\$000 réis para «reparações na estrada que liga esta terra à Povoia de Varzim e mais 1.000\$000 réis para reparar a ponte sobre o Cávado, que liga esta villa a Barcelinhos»⁽³⁴⁾; o lançamento, pela Redacção do «Barcellos-Revista», duma cantina para as crianças pobres «com a condição de frequentarem as aulas» (instalada numa sala cedida pelos Condes de Villas-Boas e inaugurada em Agosto de 1910); o apelo para que fosse reformado o sistema da iluminação pública e fosse assegurado o abastecimento de água potável; a referência detalhada à extraordinária importância económica da Feira semanal — entendida como uma exposição, que diz «tudo o que vale e o que póde o concelho de Barcellos na lavoura, na industria e na arte»⁽³⁵⁾; o profundo lamento por não se terem realizado em 1911 nem as Festas das Cruzes, nem a Parada Agrícola e a campanha em prol dum conjunto de processos rentáveis de exploração das imensas potencialidades agrícolas do concelho.

A defesa destes «interesses», feita em secções e artigos diversos geralmente assinados por colaboradores permanentes, não nos parece que tenha sido animada por um mero bairrismo emocional e cego, mas antes motivada por uma crença forte no valor histórico-etnográfico e no poder económico das regiões. Esta crença aparece, aliás, devidamente teorizada nos textos doutrinários do Conde de Villas Boas, de Horácio d'Amorim e de D. Luis de Castro, os quais encerram a concepção regionalista do «Barcellos-Revista» e por isso exigem que nos detenhamos um pouco sobre eles.

O Conde de Villas-Boas, oficial da Marinha, administrador do concelho de Barcellos, organizador da Parada Agrícola⁽³⁶⁾ — «... essa bella apotheose da lavoura, a mais linda e a mais elevada das nossas festas regionaes»⁽³⁷⁾ — e

⁽³³⁾ *De relance*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 1, n.º 22 (1.ª Quinzena de Jan. 1909), p. 4.

⁽³⁴⁾ *Interesses locais*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 6 (1910), p. 74.

⁽³⁵⁾ Soucasaux, A., *Barcellos na Feira*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 16 (26 de Fev. de 1911), p. 184.

⁽³⁶⁾ Vide Villas Boas, Conde de, *Parada Agrícola*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 2 (Primeira Quinzena de Abr. 1919) e *Ainda a Parada Agrícola*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 4 (Primeira Quinzena de Maio 1910), p. 41.

⁽³⁷⁾ «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 4 (Primeira Quinzena de Maio 1910), p. 43.

adepto do Integralismo Lusitano, publicou dois artigos, a saber: «Regionalismo» (Texto em Anexo, n.º VII) e «Ainda o Regionalismo». No primeiro, opôs-se frontalmente à concepção durante muito tempo seguida, de que «levar o povo dos campos e das aldeias a imitar o das cidades e dos grandes centros de população era encaminha-lo no sentido da civilização e do progresso e assegurar a mais perfeita união entre todas as províncias do Paiz»⁽³⁸⁾, concepção essa que, segundo ele, afectou profundamente a rica e vincada individualidade de cada província, pois que tudo o «que distinguia uma das outras as diversas regiões de Portugal ia-se pouco a pouco perdendo com a triste mania de imitar os usos e as modas de Lisboa, já de si copiadas das grandes capitães da Europa. E assim, acabaria por se perder também, afogado na onda da imitação e da banalidade, o character da velha raça portugueza»⁽³⁹⁾; e aí defende que o regionalismo é o único processo de garantir a integridade e o progresso duma Nação, porque consegue a síntese do uno com o diverso, do passado com o futuro e do amor à pequena terra ou região com o comportamento cívico e patriótico exigido pelo «bem comum» do Estado. No segundo artigo, o autor não acrescenta aspectos novos à tese expendida no anterior, queixando-se logo no início por ser «vox clamantis in deserto»:

«A campanha iniciada por este jornal em favor do Regionalismo, não tem encontrado até hoje nos nossos patricios o apoio caloroso que lhe facilitaria o triumpho.

Áparte os dois ou tres jornaes minbotos que se occuparam d'ella, transcrevendo com palavras de lowor e de incitamento o que sobre o assumpto aqui dissemos, áparte as poucas pessoas que desde logo lhe comprehenderam o alcance, só vimos encontrando indifferença, scepticismo, desconfiança, quer na imprensa regional quer n'aquella parte da população que se diz ilustrada.

Comtudo, trata-se de uma ideia patriótica e de uma causa, moral e scientificamente justa, que, em vez de desconfiança e de indifferença, deveria encontrar em todos os patriotas sinceros o mais enthusiastico acolhimento e a mais solícita adhesão, porque afinal é do interesse de nós todos e do Paiz que ella triumpho (...)»⁽⁴⁰⁾.

Em seguida evoca, como exemplo, vários países — a Polónia (apesar de «vencida e desmembrada pelas Guerras, pelos Tratados e pelas Leis!»), a Inglaterra, a Espanha, a França, a Suíça, a Noruega... — onde sempre existiu ou onde se ia impondo o regionalismo, «movimento geral do renascimento da província» face à absorvente tendência centralizadora do poder.

Horácio d'Amorim, sobre o qual sabemos que viveu em Braga, foi oficial do Exército e republicano, ao justificar a necessidade do culto do pas-

⁽³⁸⁾ Villas Boas, Conde de, *Regionalismo*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 7 (31 de Jul. de 1910), p. 77.

⁽³⁹⁾ Id., *ibid.*

⁽⁴⁰⁾ Id., *Ainda o Regionalismo*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 14 (22 de Jan. de 1911), p. 161.

sado acaba por defender, em traços genéricos, a tese regionalista exposta pelo Conde de Villas Boas:

«(...) Tudo quanto os diferentes povoados, as diversas regiões tenham de particular e característico devem-no conservar com o mais escrupuloso cuidado, para que esses elementos, esses meios de atracção dos curiosos avidos de singularidades ou de motivos artisticos originaes não desappareçam vencidos pela banalidade e pela rotina» (41).

D. Luís de Castro, 2.º Conde de Nova Goa, engenheiro agrónomo, ministro de Estado em 1908, *«deputado da Nação, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, lente catedrático do Instituto de Agronomia, sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa, grã-cruz de Afonso XII e de Isabel a Católica (Espanha), distinto escritor e jornalista de talento»* (42), publicou um simples e claro artigo — «As Pequenas Pátrias» —, onde não só justifica a importância do sentimento regionalista, seguindo o mesmo raciocínio do Conde de Villas Boas, como também explica a génese e efeitos perniciosos do centralismo administrativo, um dos factores que contribuiu para a crise política, económico-social e cultural do país, mediante o extermínio quase total das «pequenas pátrias» — repositórios dum vasto e rico património.

«Resumindo o espirito do congresso das sociedades scientificas, reunido em Pau no mez passado, o seu presidente teve uma phrase feliz quando disse: «Trabalhemos juntos n'esta obra de bons cidadãos e unamo-nos para fazer despertar as nossas provincias, para insuflarmos de novo a vida, a palavra, a actividade às pequenas patrias».

«Quem se não sente realmente provinciano antes de sentir-se patriota? (...)

«Se a paisagem, se o meio são tão diversos, a actividade, a base social é differentissima tambem, é n'alguns pontos diametralmente opposta. O que serve ali não convem aqui, o que no Alentejo é bom, é mau no Minho. A constituição da propriedade, o regimen de heranças, os contractos de aluguel da terra, os systemas culturaes, as proprias plantas e animaes e os processos d'exploral-os, a organização do capital, as necessidades do credito, os systemas tecnologicos, nada é semelhante!

«E, entretanto, as leis que a todos governam são eguaes n'um gritante despauterio, sem base scientifica d'especie alguma, a começar pela divisão administrativa riscada ao sabor de conveniencias burocraticas, amalgamando aparentemente, inutilizando de facto as natureaes provincias de Portugal tão caracterizadas, tão fortes, tão bellas na sua unidade.

(41) Amorim, Horácio d', *Culto do Passado*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 19 (28 de Maio de 1911), p. 220.

(42) Nova Goa (Condes de), in «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira», vol. XVIII. Lisboa, Editorial Enciclopédia Limitada, s. d., p. 960.

« Mas esse quadro não é só portuguez. A revolução franceza destruiu as provincias, as corporações, todos os corpos organizados ou espontaneos, com a preocupação equalitaria dos individuos, despedaçando os laços que prendiam os homens entre si, ficando todos irmãmente amarrados ao Estado, patrão da vida nacional pelo seu funcionalismo, polvo de incontáveis tentaculos que pelo andar dos tempos sugaram toda a actividade nacional, toda a vida local e regional, para as capitaes, emporios burocraticos. (...)»

«Entre nós, os propositos de 1790 foram cumpridos à risca. A machina administrativa esmagou as pequenas patrias, e nem por isso fez maior a grande patria. (...)»

«O espirito afastou-se da terra mater, como agente de vida, de fortuna, de bem estar. A terra passou a ser um sentimento ou um debique litterario. Apenas ficaram a ella amarrados os servos da gleba.»

«Entretanto começam agora a despontar pequenos fòcos provinciaes de actividade regionalista, em geral sob a forma de associações agricolas. (...)»

«E se conseguirmos dar vida assim às pequenas patrias, vida moral e vida material, temos fortalecido e enriquecido a grande patria, como augmentamos na eira o monte de trigo fazendo com que pelo nosso esforço scientifico cada planta afilhe muito e cada colmo supporte maior numero de maiores grãos» (43).

Considerando, agora, dum modo global o pensamento dos autores e o conteúdo dos respectivos textos, é possível tecer alguns comentários breves.

Em primeiro lugar, nota-se que todos os autores citados concebem o regionalismo como doutrina fundada na convergência do passado com o futuro, da tradição com o progresso.

Em segundo lugar, é nítida, nos textos do Conde de Villas Boas e de D. Luís de Castro, a preocupação em definir o desenvolvimento agrícola e a preservação e estudo das diversas culturas regionais (tendência etnográfica) como componentes básicas duma estimulante política de regionalização, devidamente apoiada por um forte associativismo económico e cultural.

Em terceiro lugar, verifica-se que os textos referidos constituem a expressão sistemática da tese regionalista, tese esta que os responsáveis pelo «Barcellos-Revista» só conseguiram esboçar dum modo fragmentado e genérico.

Em quarto lugar, convém atender à ideia, expressa tanto pelo Conde de Villas Boas como pelo de Nova Goa, de que o progresso económico e social do país e das «pequenas pátrias» só seria possível através da exploração científico-técnica da terra agricultável. Tal ideia aparece ligada à concepção do regionalismo e foi reforçada por Larcher Marçal nas suas crónicas agrícolas, a que adiante nos referiremos.

Em quinto e último lugar, afigura-se-nos evidente, no 1.º, 2.º e 4.º artigos, o princípio da descentralização, que confere à concepção regionalista

(43) Castro, D. Luís de, *As Pequenas Pátrias*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 22 (29 de Out. de 1911), pp. 260-261-262 e 263.

defendida pelo «Barcellos-Revista» uma dimensão acentuadamente política, nunca por ele reconhecida de forma explícita.

Abrimos aqui um parêntesis, para traçarmos a caracterização possível do comportamento (a)político do «Barcellos-Revista». Assim, tentaremos responder às seguintes questões:

- a) qual a base e o matiz do pretenso apartidarismo do periódico?
- b) o quinzenário assumiu ou não um claro empenhamento político, antes e depois do 5 de Outubro?

Em resposta à primeira pergunta começamos por repetir algo que já atrás ficou dito, a saber: a geração, que o «Barcellos-Revista» a seu modo representa, sensível à proposta de «vida nova» feita, em tempos, pela «Liga Liberal» de Augusto Fushini e por homens como Oliveira Martins, nutria um acentuado desprezo pela política partidária. Este desprezo era justificado pela convicção de que o urgente desenvolvimento do país e das «pequenas pátrias» exigia o fim da «baixa política» a todos os níveis e a congregação total, desinteressada e generosa de «muitas vontades». De acordo com esta perspectiva, os partidos do constitucionalismo monárquico (última fase) apareciam como empecilhos indesejáveis à concretização do almejado progresso urbano, sócio-económico e de mentalidade. Daí a aposta numa «Liga apartidária capaz de promover os melhoramentos locais», que os partidos recusaram e daí, também, a recusa firme em fazer-se eco das guerrilhas partidárias, obtendo, porém, a colaboração construtiva de monárquicos e republicanos, de conservadores e de progressistas moderados. Fiel ao espírito da «vida nova», o «Barcellos-Revista», apesar de assente num conluio instável de sensibilidades, fechou-se durante a sua curta vida, aos radicalismos de esquerda ou de direita, tentando manter sempre uma isenção cordata e flexível, mas mesmo assim incómoda à demagogia dos correligionários de Afonso Costa e por isso não tardou que sucumbisse:

«(...) Ao iniciarmos o anno agora findo, já previamos as graves dificuldades com que teriamos a lutar, para mantermos a Revista na linha de conducta que lhe traçamos e de que não nos pesa na consciencia termo-nos desviado.

«Essas dificuldades eram inevitaveis, porque acompanham todas as tentativas para defender ou vulgarizar principios em que se ponha de parte um interessado e subserviente mercantilismo» (44) (vide Texto XI).

Nas entrelinhas deste pequeno extracto está uma acutilante denúncia contra o poder, afinal o mesmo de sempre apesar das novas cores...

Quanto à segunda questão, não podemos confundir posicionamento apartidário — assumido, de facto, pelo «Barcellos-Revista» — com posicionamento apolítico, a que na prática o periódico foi alheio. Desenvolvendo esta afirmação, diremos que o simples desprezo pelos partidos constituiu uma

(44) Redacção, *Suspensão da «Revista»*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 25 (16 de Jan. de 1912), p. 278.

cabal declaração de empenhamento político, enquanto esforço comprometido em denunciar corrupções e negligências em nome do progresso e bem-estar da terra e dos povos. Não são, porém, poucos os indiscutíveis testemunhos desse empenhamento antes e após o 5 de Outubro. Basta citar, a talhe de foice, a enumeração atrás feita dos legítimos interesses da cidade e seu concelho e dois expressivos textos, publicados no n.º 10 (2.º ano) de 30 de Outubro de 1910, que formulam a conveniente adesão à esperançosa Revolução republicana.

«Palavras de Paz» de J. Beleza dos Santos (Texto X) não é um texto apologético, mas antes um caloroso apelo à paz e um solene aviso à República para que elimine, sem demora, «o velho espirito partidário sem grandeza de princípios, sem elevação e generosidade no processo de combater, sem independência e desprendimento na maneira de actuar. Os partidos pertencem a uma phase transitoria da evolução social, que deriva da nossa imperfeita educação politica. Hão-de talvez substituí-los, ligas provisórias, para realisar qualquer reforma social, ligas que contenham os espiritos vindos dos partidos mais oppostos»⁽⁴⁵⁾. Beleza dos Santos pedia à República, em que acreditava, uma política sem partidos, uma democracia fundada apenas em ligas promotoras de reformas sociais e de melhoramentos económicos e técnicos! Por seu turno, «Chronica Ligeira» subscrita por M. inclui um artigo «doméstico», que define sem ambiguidades a posição do periódico, reaparecido após uma breve pausa, face ao novo regime:

«(...) Publicação litteraria, continuará a conservar-se, por certo, estranha a negocios de politica. Todavia ha-de penetrar-se bem da acção do novo regimen, pois desde ha muito já mostrava, pelo menos na cooperação primorosa e erudita d'um dos seus mais brilhantes redactores (*), uma tendencia altamente symptomatica para abraçar o triumpho da causa democratica.

«Tambem assim deve ser. Na conveniencia do paiz, está o concurso que todos devem prestar à instituição nascente. (...)

«Com a Republica deve surgir uma era de paz e bondade, de fraternisação e progresso. (...)

«Em Barcellos o advento da Republica não encontrou o mais leve tropeço. Houve adhesões calorosas imediatas, mantendo-se os restantes n'uma espectativa leal, pelo menos ao que parece.

«Que todos se compenetrem das responsabilidades historicas do momento e que se decidam sinceramente a contribuir para a redempção da Patria»⁽⁴⁶⁾.

Por outras palavras, o que M. quis salientar foi a disposição do «Barcellos-Revista» para reflectir a acção rejuvenescedora da República, mantendo, porém, o firme e antigo propósito de rejeitar uma indiscreta militância, que o compromettesse politicamente. E, com efeito, salvo a «Chronica Ligeira» do n.º 11 (13 de Novembro de 1910), não se encontra, nos restantes 13 números

⁽⁴⁵⁾ Santos, J. Beleza dos, *Palavras de Paz*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 10 (30 de Out. de 1910), p. 114.

(*) Refere-se ao Dr. J. Beleza dos Santos, Redactor Principal.

⁽⁴⁶⁾ M., *Chronica Ligeira*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 10 (30 de Out. de 1910), pp. 121-122.

do 2.º volume, um único texto de apoio entusiástico ou moderado à acção política do novo regime.

Antes de fecharmos o parêntesis, e embora pareça não ser muito oportuno, desejamos evocar, se bem que rapidamente, a colaboração original que Augusto Soucasaux deu ao «Barcellos-Revista», quer na qualidade de excelente fotógrafo, quer na de irónico e penetrante cronista socio-político — «As Eleições» (VIII), «Zé Povinho Minhoto» (IX), «Barcellos na Feira», etc. são textos simultaneamente graciosos e sérios, ligeiros e de profunda reflexão, ilustrados por significativos «flagrantes». Sobre este interessante colaborador, a que o periódico ficou a dever muita da sua qualidade estética, a Redacção, num texto de louvor (com textos similares foram, também, brindados D. José Domenech, Beleza dos Santos e Conde de Villas Boas), afirma a dado passo:

«(...) *Bella organização de estheta, Soucasaux é um verdadeiro artista na photographia.*

«*A sua machina não fóca ao acaso o que se lhe depara; procura sempre um aspecto bello ou interessante da natureza, procura sempre alguma coisa que nos possa dizer alguma coisa. Por isso, as paisagens ridentes do nosso Minho, as nossas ruinas abandonadas e melancolicas, os aspectos curiosos do nosso povo, as scenas pittorescas da nossa vida burgueza, teem, photographados por Soucasaux, um encanto novo e um novo interesse*»⁽⁴⁷⁾.

Posto isto, passamos a analisar a dimensão instructo-educativa do projecto do «Barcellos-Revista», que curiosamente antecedeu a eclosão do movimento da «Renascença Portuguesa», o qual, em termos pedagógicos, viria a defender uma concepção totalizadora, em que ensinar assumia o sentido de desenvolver o intelecto e a capacidade mecânica e em que a tolerância e a subtil análise psicológica do pedagogo punham em causa os métodos repressivos de ensino, obsoletos e improficuos, usados em todas as escolas e pela maioria dos docentes.

Inspirados pelo importante discurso problematizador da «geração de 70», os responsáveis do «Barcellos-Revista» dirigiram, inevitavelmente, a sua atenção, por um lado, para a urgência da instrução pública e, por outro, para a reforma dos valores educativos da burguesia, apostando, assim, num «ensaio pedagógico de classe», tal como, no séc. XVIII, fizeram Martinho de Mendonça, Luís António Verney e Ribeiro Sanches, visando, então, a nobreza.

Sobre o primeiro aspecto, deparamos, nos dois volumes do periódico, com 14 artigos, dos quais 4 não estão assinados e os restantes (à excepção de dois) foram escritos pelo Dr. Beleza dos Santos, advogado e, sobretudo, pedagogo arejado, que influenciou de forma determinante a orientação instructo-educativa do quinzenário. E sobre o segundo aspecto, cremos terem sido suficientes as 26 «Cartas à minha vizinha», do mesmo autor, para

⁽⁴⁷⁾ *Augusto Soucasaux*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 14 (22 de Jan. de 1911), p. 164.

abalarem um pouco os fundamentos da educação e da moral da mulher burguesa.

Logo no n.º 1 (2.ª Quinzena de Fevereiro 1909), num artigo intitulado «Pela instrução. A Festa da Arvore», a Redacção (?), depois de aludir à feliz criação da «Liga Barcelense d'Instrução e Educação» — nítido reflexo do espírito da época —, explicou, em termos genéricos, a sua aposta:

«(...) Todos se empenharam no honroso trabalho de semear a instrução para anniquillar o analphabetismo; e, qual não será o seu regosijo — o regosijo de nós todos porque somos barcellenses e queremos o resurgimento da Patria, resurgimento que só poderá ser um facto quando todos os cerebros se achem illuminados com a luz da instrução e da educação civica (...)» (48).

E, mais adiante, no n.º 22 aparece um texto muito curioso — «A instrução popular» —, que se encontra na sequência dum artigo-resumo de J. (publicado no n.º 20) referente à conferência do Sr. António de Abreu Graça (proferida em Barcelos a 7 de Novembro de 1909) sobre a «Instrução Popular na Suissa». Nesse texto, lamenta-se o atraso da instrução em Portugal, ao mesmo tempo que se reconhecem alguns progressos, devidos mais à acção particular do que à acção do Estado. Nisto reside o sentido principal da tese expendida:

«(...) O Estado, gastando reis, 1:408:9338\$467, em 903-904, conseguiu que, em exame, ficassem approvados 17:396 alumnos; isto é: poderiam ficar, sabendo ler e escrever, rasoavelmente, o dobro, 34:792 alumnos.

«Em escolas d'iniciativa particular (serve-nos ainda de base o documento, que temos, da referida escola pelo Methodo João Deus) e com a despeza de 600:000 reis, poderíamos ensinar, não diremos já os 100:000 analphabetos citados mas, pelo minimo, o minimo até exagerado, 50:000» (49).

Tese essa, que se pode definir nos seguintes termos: a iniciativa particular é mais útil, mais proveitosa e mais económica, que a acção do Estado, no que concerne à campanha da instrução e, por consequência, a tarefa prioritária dos governos deve consistir no apoio económico ao ensino não oficial.

Da presumível autoria da Redacção há mais dois artigos: «Assumptos de Instrução e Educação. Um projecto de cantina» e «Cantina do 'Barcellos-Revista'». A ideia da cantina, inserindo-se perfeitamente num intervencionismo social primário, surgiu como meio de alimentar crianças pedintes e esfomeadas, que enxameavam as ruas da vila mendigando para sustentar «os vícios, a preguiça ou a imprevidência dos paes». Inicialmente consistiria na distribuição semanal duma refeição a um grupo reduzido de crianças. Numa fase posterior, talvez pudesse tornar as refeições mais frequentes,

(48) *Pela instrução. A Festa da Arvore*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 1, n.º 1 (2.ª Quinzena de Fev. 1909), p. 6.

(49) *A instrução popular*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 1, n.º 22 (1.ª Quinzena de Jan. 1909), p. 2.

distribuir fatos e criar um pequeno dormitório e albergue para os pequenos mendigos. Os donativos dos barcelenses tornavam-se, de qualquer modo, indispensáveis... E em Agosto de 1910 foi efectivamente inaugurada a cantina, com uma *«refeição a 7 rapazes pobres que comeram com todo o conforto, n'uma sala que a extrema amabilidade dos Srs. Condes de Villas Boas nos cedeu para esse fim. Era uma coisa enternecedora ver esse grupo de creanças jantando alegremente a uma meza em que a alvura do linho e as cores vivas das flores, punham uma nota clara de frescura, de graça e de alegria»*⁽⁵⁰⁾.

Generosa iniciativa condenada ao inexorável fracasso...

J. Beleza dos Santos tentou, em 7 artigos, precisar o seu pensamento pedagógico, perfilhado na íntegra pela revista.

Em «O Problema da Escola», Beleza dos Santos ou J. B. (iniciais que encontramos em todos os seus trabalhos) aborda as seguintes questões: necessidade de alterar o carácter uniforme da Escola Primária portuguesa, a qual se devia adaptar às múltiplas características das terras e regiões em que era erguida, porque:

«(...) Não se vive, não se produz economicamente, não se trabalha, não se pensa, não se actua, da mesma forma, nas montanhas agrestes de Tras-os-Montes, nos vales floridos do nosso Minho ou nas planuras monotonas do Ribatejo»⁽⁵¹⁾, e

estruturação urgente do ensino agrícola regional, que devia constar da programação específica adoptada nas Escolas Primárias, possuindo um cariz concreto e consentâneo com a agricultura praticada nas diversas terras do concelho, o que tornava indispensável a existência dum jardim escolar e duma gleba de terra — pequenas «estações experimentais». Tal ensino agrícola implicava, naturalmente, uma selecção apurada dos professores habilitados, que deveriam ser «pela intelligencia e pelo coração» lavradores modernos.

Noutro texto — «O Dever de Educar I» — é lançada a tese de que a transformação social profunda resulta duma acção educativa, lenta e progressiva, iniciada em casa, no íntimo contacto entre pais e filhos, devendo aqueles recusar os processos «rotineiros, atrasados, irracionais» e ensaiar novos métodos de motivação das crianças para os «grandes valores e as atitudes nobres e esclarecidas», mediante a actualização constante com a leitura de bons livros, como o de D. Virginia de Castro e Almeida, intitulado «Como devemos crear e educar os nossos filhos».

Lendo atentamente o artigo «O Dever de Educar II» deparamos, de imediato, com a ideia de que os pais não deviam remeter a tarefa educativa que lhes competia para os colégios, dado que estes em Portugal

«(...) são, com raríssimas excepções, simples machinas de fazer exames, em que a educação ocupa um logar bem pequeno e mau.

⁽⁵⁰⁾ Cantina do «Barcellos-Revista», in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 8 (14 de Ago. de 1910), p. 100.

⁽⁵¹⁾ B., J., O Problema da Escola, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 3 (Segunda Quinzena de Abr. 1910), p. 29.

«De modo que as creanças que n'elles entram, com o caracter por formar ou deformado, poucas probabilidades têm de soffrer uma acção educativa, sã e efficaz» (52).

E lamentando o triste facto de, em Portugal, serem raros os pais que davam uma educação boa e sã às crianças, o autor interroga:

«(...) Seria pedir muito, entretanto, que as nossas burguezinhas roubassem umas horas aos seus romances, às suas visitas, ao seu piano, à sua costura para as dedicarem ao estudo reflectido e cuidadoso da maneira de educar seus filhos?

«E seria muito mal empregado que os nossos chefes de família encurtassem um pouco o tempo do seu bridge, das suas extensas conversas sobre politica ou má lingua, das suas horas de café ou de club para pensarem a serio na santa obra que é bem formar o corpo e a alma dos filhos?» (53).

Por fim, sugere a ideia duma associação de pais, destinada a reformular as bases da Educação Familiar, passando esta a assentar num grande amor e num grande respeito pela criança.

Insistindo na imperiosa reforma dos métodos educativos e das instituições de ensino, J. B., inspirado em exemplos vindos da Inglaterra, da França e doutros países europeus, apresenta, em «Collegios Novos (New Schools) I», a alternativa aos internatos obsoletos, que criticou atrás. Os novos colégios teriam de possuir um ambiente próximo do do meio familiar; situar-se-iam no campo, isto é, em vastos terrenos ou quintas que permitissem amplas instalações, «trabalhos agricolas e florestaes, jogos ao ar livre, montagem de athelieres e officinas»; os seus edificios seriam «claros, alegres, confortaveis, com muito ar e muita luz» e aí

«(...) Cada grupo de alumnos nunca excedendo cincoenta, vive em uma casa com um professor e a sua familia, formando todos uma grande familia tambem. (...)

«Os professores vivem em uma camaradagem estreita com os alumnos, e são os seus companheiros e os seus guias. Não existe a odiosa instituição do prefeito.

«O prefeito! com que tristeza me lembro do meu collegio, revendo as enfadonhas horas de estudo, n'um casarão sujo e severo, com o prefeito a passear entre nós, lapis na mão, para tomar nota dos indisciplinados, dos preguiçosos! O prefeito era para nós o policia, o delator e algumas vezes tambem o cumplice venal» (54).

Preparando uma abordagem posterior, J. B. cita Férriere, para indicar as três bases das Escolas Novas:

«(...) 1.º Quanto à Educação phisica: *Vida no Campo. Agua, ar, luz, em abundancia. Trabalhos manuaes obrigatorios para todos os alumnos:*

(52) Id., *O Dever de Educar II*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 6 (1910), p. 65.

(53) Id., *ibid.*, p. 66.

(54) Id., *Collegios Novos (New Schools) I*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 15 (12 de Fev. de 1911), pp. 172-173.

agricultura, carpintaria, jardinagem, serralheria. O equilíbrio e a saúde do corpo, considerados como condição primordial da saúde da alma.

«2.º Quanto à educação intelectual: *Nada de erudição, nem memorização impostas à criação do exterior para o interior. Partir do facto para se elevar à ideia. Prática do methodo scientifico: observação, hypothese, verificação, lei.*

«3.º Quanto à educação moral: *A liberdade moral que cria para si propria uma norma individual e social, do interior para o exterior e não a auctoridade exercendo-se do exterior para o interior. A emancipação da auctoridade, fazendo-se pelo merito pessoal. A liberdade moral como uma conquista. Educação para a iniciativa, para a responsabilidade, para o self-gouvernement*» (55).

Erguidas sobre estes princípios fundamentais, as Escolas Novas surgem pela pena de Beleza dos Santos, não só como alternativa aos internatos anacrónicos e cheios de defeitos, mas, sobretudo, como agentes duma modificação estrutural do ensino e da mentalidade portuguesas do início do século XX, que apostam numa simbiose perfeita da inteligência com a acção, do desenvolvimento intelectual com a preparação física. Basta transcrever o exemplo apresentado por J. B., em «Collegios Novos (New Schools) II. Ensino integral. Trabalhos manuaes», para se ficar com uma ideia genérica da estratégia empregue pela Escola Nova:

«(...) *Em Abbotsholme, por exemplo, dedicam-se por dia:*

<i>Aos trabalhos intellectuaes</i>	<i>5 horas</i>
<i>Aos trabalhos manuaes e artisticos e exercicios physicos</i>	<i>5 horas</i>
<i>A's refeições e recreios ou tempo livre (à discri- ção dos alumnos)</i>	<i>4 horas</i>
<i>Ao somno</i>	<i>10 horas</i> » (56).

Do modelo de Abbotsholme o autor extrai uma conclusão importante: os Colégios Novos, ao porem a tónica no ensino dos trabalhos manuais (e agrícolas), reconheciam o elevado alcance instructivo destes, na linha do que escrevera Grunder, que considerou os jogos e o trabalho manual como um dos meios mais eficazes para a «educação da vontade e do domínio de nós mesmos», isto para além de criarem hábitos de adaptação prática e de aferição do valor dos conhecimentos pela utilidade que estes têm, como salienta J. B.

E J. B. prossegue o seu discurso pedagógico, afirmando, em «Palavras e Exemplos na Educação», que não são as meras palavras, mas sim as acções concretas, o exemplo dos educadores, que produzem efeitos significativos

(55) Id., *ibid.*, p. 173.

(56) Id., *Collegios Novos (New Schools) II, Ensino integral. Trabalhos manuaes*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 21 (6 de Ago. de 1911), pp. 243-244.

nas crianças, por isso aqueles deviam ter sempre o cuidado de serem os primeiros a cumprir as normas e o estilo de conduta que exigiam nas suas classes.

Finalmente, em «As creanças e a mentira» Beleza dos Santos toca um aspecto, que classifica como complexo e delicado. Segundo ele a criança mente muitas vezes para evitar um castigo, para obter uma gulodice, para se fazer admirar ou para inspirar piedade e outras vezes mente sem intenção, distorcendo inconscientemente os factos, o que obriga o educador a distinguir as situações, a conhecer as tendências específicas de cada criança e a encaminhá-las para o testemunho fiel, para a verdade, servindo-se de terapêutica adequada ou, na generalidade dos casos, criando um ambiente moral puro, marcado pela compreensão, pela exactidão, pela simplicidade e pela rejeição total de explicações falsas dadas, por exemplo, para intimidar as crianças desassossegadas ou para calar a boca às que fazem perguntas indiscretas.

Beleza dos Santos transmite-nos, com todos estes artigos, uma concepção dinâmica e inovadora da educação, na medida em que propõe o degelo nas relações professor-aluno, a inserção da Escola Primária no local específico onde desenvolve a sua actividade formativa, o empenhamento activo da família no processo educativo, isto é, o dever dos pais em se documentarem sobre múltiplos aspectos da educação de modo a poderem, em casa, moldar positivamente a evolução psicológica da criança, a criação de novos colégios ou escolas com características em tudo diferentes das dos internatos obsoletos abundantes no Portugal do princípio do século e a insistência num ensino em que a formação intelectual deixava de ser predominante passando a partilhar o horário global com os trabalhos manuais, garantindo uma correcta preparação para a vida.

Inserido ainda no aspecto da instrução pública, temos o artigo de Agostinho de Campos intitulado «Educação Secundária», que inclui «alguns alvitre aproveitáveis» para o regulamento do liceu da 3.^a zona de Lisboa, que o respectivo reitor — Dr. António de Sá e Oliveira — tinha em breve de submeter à aprovação do Governo. Segundo o autor o ensino secundário devia orientar-se por alguns pontos cardeais, a saber:

«(...) é indispensavel que a Escola eduque, em vez de limitar-se a instruir; é indispensavel que ella se funde sobre a lealdade e a verdade, que dignifique o trabalho, que venere o caracter acima da intelligencia, e que se torne amada do alumno no presente e no futuro, isto é: que elle se orgulhe de lhe pertencer — e de lhe haver pertencido» (57).

E a seguir, o autor apresenta o esboço do programa, composto por 17 artigos, de que salientamos alguns princípios fundamentais:

- 1.^o — a «*educação secundária*» visa a formação do carácter e o espírito, pelo desenvolvimento harmonioso de todas as faculdades e, no que concerne à educação moral «*desenvolver-se-ha em cada alumno*»

(57) Campos, Agostinho de, *Educação Secundária*, in «*Barcellos-Revista*», Barcelos, ano 2, n.º 20 (25 de Jun. de 1911), p. 231.

- sentimentos de lealdade, justiça e solidariedade, e hábitos de asseio, de ordem, de pontualidade, de trabalho e de perseverança no esforço*»⁽⁵⁸⁾.
- 2.º — o recurso a explicações excessivamente teóricas e o convite à memorização de tudo deviam dar lugar a métodos de ensino objetivos e práticos, que estimulassem o respeito pelo trabalho manual, «*o amor consciente da Natureza*» e «*o espírito de observação, de verificação e de crítica dos factos*»;
 - 3.º — a rigorosa higiene da escola, a ginástica e os trabalhos manuais são considerados como importantíssimos auxiliares «*da educação da intelligencia e do character*»;
 - 4.º — em benefício da colectividade escolar, o liceu tem de rejeitar «*quaesquer elementos de desequilibrio ou perturbação, recusando admissão ao alumno que pela idade ou pelos seus precedentes importe afastar, e exigindo de todos os que na escola trabalham — professores, alumnos e auxiliares — a manutenção de uma exemplar linha moral*»⁽⁵⁹⁾;
 - 5.º — associada à valoração numérica do aproveitamento literário ou científico aparece a chamada «*nota de procedimento*», que classifica as qualidades morais do aluno;
 - 6.º — nos exames, cujo número será mínimo, a parte oral perderá importância a favor das provas de cariz prático e das escritas;
 - 7.º — os educadores deverão dar o exemplo na pontualidade e assiduidade, bem como na conduta geral que exijam em suas aulas;
 - 8.º — à escola caberá o dever de intensificar a cooperação com as famílias dos alunos, promovendo conferências periódicas com os pais e a divulgação de assuntos de seu interesse mediante publicações anuais e
 - 9.º — o liceu não poderá alhear-se da vida que o aluno tem no exterior; assim, «*As faltas commettidas pelos alumnos fóra do lyceu, mas das quaes resulte escandalo e desdouro para a escola, considerar-se-hão como praticadas dentro d'ella*»⁽⁶⁰⁾. Por outro lado, os laços que unem escola e aluno deverão manter-se por toda a vida deste, sendo, por isso, aconselhável a criação dum grémio dos antigos alunos.

Estes princípios, tomados no seu conjunto, representam um curioso esforço de concretização, a nível escolar, de alguns aspectos importantes do modelo pedagógico divulgado, no mesmo periódico, por J. B.

E, da instrução pública, que acabamos de abordar, passaremos, agora, para o aspecto da reforma dos valores educativos da burguesia, pelo qual, também, Beleza dos Santos, e através dele a própria revista, se interessou vivamente, interesse que radica na estreita interacção que há entre os dois aspectos referidos. Com efeito, um projecto de reforma(s) da instrução, como o proposto nas páginas do «*Barcellos-Revista*», tem fortes implicações sociais, sobressaindo como alvo principal a burguesia (definida, em 1913, por Cândido de Figueiredo como «*classe média*»), que, apesar duma acentuada pre-

⁽⁵⁸⁾ Id., *ibid.*, p. 231.

⁽⁵⁹⁾ Id., *ibid.*, p. 232.

⁽⁶⁰⁾ Id., *ibid.*, p. 233.

ponderância económica e política na sociedade portuguesa, ocultava por trás do discurso republicano uma mentalidade preconceituosa e conservadora, sendo servida por um sistema educativo divorciado das necessidades concretas do país, porque em vez de formar bons agricultores, comerciantes, industriais, etc. preparava fundamentalmente bacharéis.

Convicto da necessidade de reestruturação dos sistema educativo em que a burguesia se apoiava, J. B. propôs-se contribuir nesse sentido, redigindo textos não só sobre instrução pública e pedagogia, mas também sobre a educação e comportamento social da mulher burguesa. Num estilo graciosamente coloquial, embora, por vezes, algo redundante, Beleza dos Santos, sob o pseudónimo de «Vizinho Importuno», publicou 25 cartas (25 e não 26, se as contarmos sem atender à numeração impressa) à «sua vizinha Amável»⁽⁶¹⁾, incluindo em três delas a resposta desta.

O conteúdo dessas cartas, pela sua mensagem e riqueza de elementos, exige que sobre ele nos debrucemos, tentando extrair alguns dos seus pontos mais significativos.

Logo de início, o «Vizinho Importuno» dirigiu a sua crítica para o tipo de ensino, que as burguesinhas recebiam nos colégios portugueses. Aí, segundo ele, aprendiam, entre outras frivolidades, a tocar piano, a bordar e a pintar; e aí lhes eram ministrados, muito atabalhoadamente, conhecimentos de francês, geografia, história, ciências naturais, matemática, etc. Tudo isto pouca ou nenhuma utilidade prática tinha, pois não as ajudava a serem boas esposas, mães cuidadosas e excelentes donas de casa. «Vizinho Importuno» insiste em que a educação colegial não dotava a mulher burguesa de qualidades objectivas, deixando-a antes à mercê dos perniciosos efeitos provocados pela leitura de «romances cor de rosa», repletos de ilusões e onde o amor surge como «sentimento alambicado, complicado, rocóco» (a que a «vizinha» aspirava deliciada...). Vista, erradamente, em função desse amor, a mulher, imersa num turbilhão de fantasias e de sensações, entrava com os olhos vendados no namoro, aventurava-se a casar, sem que para tal estivesse minimamente preparada, e, assim, precipitava-se no abismo da infelicidade. E o «Vizinho Importuno» prossegue, atacando, num tom vigoroso, os «casamentos por dinheiro» — prática usual de muitos burgueses e aristocratas. Aspirando a casar com um homem rico, e de preferência, bacharel, a burguesa média e abastada passava a si mesma um atestado de ser social inútil e desprezível. Porque não escolhia ela um lavrador, um industrial ou um comerciante honrado? A resposta, para J. B., é simples: a educação prendada e fútil da mulher burguesa, bem como os interesses e juízos de valor de seus pais, atiravam-na para a «idolatria do bacharelismo», fenómeno que resultava da tendência da burguesia em se afastar cada vez mais da indústria e da agricultura, sendo isto a maior causa do «*nosso mal estar social, d'esta crise profunda e velha que nos mina até à medulla*»⁽⁶²⁾. A propósito ainda do bacharelismo, o autor culpa a Univer-

⁽⁶¹⁾ Não sabemos, ao certo, quem terá escrito sob tal pseudónimo: se Beleza dos Santos, se outro indivíduo. É um enigma, que só a consulta dos originais desses textos ou a informação de pessoas que participaram no periódico, poderiam esclarecer.

⁽⁶²⁾ «Vizinho Importuno», *Cartas á minha vizinha III*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 1, n.º 15 (2.ª Quinzena de Set. 1909), p. 7.

sidade portuguesa de, ao contrário da sua congénere americana, não seguir, uma orientação abertamente prática. E sobre os casamentos «por dinheiro», salienta a «inferioridade moral que eles traduzem», a «ilusão da felicidade pelo oiro», o exemplo edificante da fábula de Lafontaine «o sapateiro e o ricaço», os malefícios da ociosidade e lamenta que os portugueses não enriquecessem para casar e antes casassem para enriquecer.

Insistindo no perfil real da mulher burguesa, o «Vizinho Importuno» apresenta alguns traços caracterizadores:

- 1.º — A falta de exercício físico, nos colégios e em casa, fez da «*senhora portuguesa*» um ser «*doentio e languido*», sem «*alegria de viver*» e impossibilitado de cumprir com o indispensável ânimo as nobres funções de esposa e de mãe. Ser melancólico e enfermiço, incapaz de participar em caçadas, em longos passeios ou em subidas às montanhas, passeava-se apenas aos domingos, no curto espaço duma rua, «*n'esse seu andar: arrastado, processional, solemne*»⁽⁶³⁾, que mal se distinguia do da tartaruga! Pálida amostra do modelo romântico, ela já não correspondia ao que os homens modernos desejavam:

«(...) o tempo do romantismo passou e hoje a mulher sonhada e desejada já não é languida planta de estufa de outr'ora, com a cor macillenta das tuculosas e o olhar triste, como a folhagem dos cyprestes»⁽⁶⁴⁾.

- 2.º — Alheada, por culpa da educação colegial, da «*economia domestica*» e doutras disciplinas complementares, a mulher burguesa ignorava os aspectos fundamentais do governo da casa, da higiene da habitação, do vestuário, da alimentação e desconhecia as normas práticas da escolha de mobiliário, da organização da cozinha, da «*regularização das despesas*», da puericultura e dos cuidados com os idosos e os enfermos.
- 3.º — A piedade das burguesinhas pelos pobres e pelos que sofriam era estéril, baseando-se em meras intenções e não na acção concreta, salvo as esmolas, que, afinal, salienta J. B., pouco ou nada ajudavam, constituindo, pelo contrário, um acto humilhante, «*uma escola de mentiras, de preguiça e de baixexa*» e um «*torpe systema de exploração*». A atitude da burguesa perante os pobres, os miseráveis devia, pois, ser significativamente alterada: em vez de dar esmolas e de lastimar as infelicidades alheias, actuaria energicamente a favor dos desprotegidos, ajudando uma instituição de assistência a crianças pobres. Essa energia teria de ser cultivada nos colégios para gente rica, mediante a criação de creches anexas onde as crianças desfavorecidas eram tratadas e amadas pelas «*meninas bem*», que

⁽⁶³⁾ Id., *Cartas á minha vizinha VI*, in «*Barcellos-Revista*», Barcelos, ano 1, n.º 2 (2.ª Quinzena de Dez. 1909), p. 4.

⁽⁶⁴⁾ Id., *ibid.*, p. 5.

sem pieguices sentimentais, se enchiam de vontade e coragem para, quando adultas, lutarem por um mundo melhor, mais justo e fraterno.

- 4.º — A mulher burguesa deixava-se influenciar pelos jornais, não exercendo sobre eles um saudável exame crítico. Incauta, aceitava como opinião irrefutável aquela que os periódicos lhe apresentavam, permitia que eles perturbassem a sua paz de alma e a arrastassem, *com as suas paixões, os seus interesses, as suas faltas de escrupulos, a sua inconsciencia*» (65), para as mais dispares e falsas verdades e
- 5.º — Seduzida pela «*absurda moda*», a mulher portuguesa excedia-se como «*coquette*», contribuindo para agravar, juntamente com os encargos da educação dos filhos e os vícios e desregramentos do marido, o «*custo global*» da família. Para o «*Vizinho Importuno*», a moda era nociva frivolidade, queurgia combater com dureza:

«(...) *A moda que sujeita a mulher de um paiz que tem as suas tradições, os seus costumes, o seu typo ethnico, o seu temperamento caracteristico, a adoptar um vestuario incaracteristico, muitas vezes inadapitado ao seu character, ao seu gosto, até á sua maneira de sentir e de pensar!*

«*Não é absurdo, não é estúpido, não é incomprehensível que algumas casas de modas francezas para fazerem o seu commercio e algumas cocottes que as servem, decretam de anno para anno o vestuario que muita creatura honesta e despretençiosa adopta cegamente?*

«*E no emtanto, Vizinha, quanto dinheiro, quanto tempo perdido não custa essa carreira exhaustiva atraz da moda, que a cada momento inventa novas torturas e novas despezas!!*» (66).

Contra esta dura crítica reagiu, de forma enérgica, a vizinha «*Amável*», que apontou os excessos da moda masculina e condenou o desprezo do «*Vizinho Importuno*» pela mulher portuguesa, a sua nítida preferência pelas estrangeiras e a sua douda, se bem que inútil, apologia das «*escolas ménagères*» (67).

Ainda a respeito da moda julgamos interessante transcrever alguns extractos dum texto de Domingos Ferreira, intitulado «*A Mulher de Barcellos*», no qual o autor elogia o modo de vestir das camponesas e critica a petulância das burguesinhas:

«(...) *Morenas, de andarem ao sol e loiras gentis, ligeiras, em passo rytmado saracoteiam-se pelo campo.*

(65) Id., *Cartas á minha vizinha XIV*, in «*Barcellos-Revista*», Barcelos, ano 2, n.º 11 (13 de Nov. de 1910), p. 126.

(66) Id., *Cartas á minha vizinha XVI*, in «*Barcellos-Revista*», Barcelos, ano 2, n.º 14 (22 de Jan. de 1911), p. 168.

(67) As «*escolas ménagères*» que mais cedo se criaram na Europa, foram a de Abildso (1865) na Noruega, a de Breslau (1866) na Alemanha e a de Gotborg (1870) na Suécia.

«As saias balouçavam-lhe ao de leve nas curvas das pernas tentadoras.

«Mimosos palmos de cara, virgens do maquillage, emergem d'entre boleios esparsos d'essa camisa de alvo linho. (...)

«A vista embriaga-se na orgia da coloração quente que os vestuários da camponeza exibem.

«O lenço de côres garridas encoifa-a até à nuca e as pontas caem-lhe como duas azas de andorinhas nas orelhas.

«Atravessado em cruz afagando os peitos tremidos de desejo, o chale de flocos contorna-lhe o corpo até às ancas opulentas de carnação luxuriosa.

«O ouro — a eterna tentação dos conversados que procuram noiva rica — n'uma plethora de grossos cordões, cruzes com Christos crucificados em seios ardentes de volúpia, e corações luminosos faiscam sob um pescoço de cysne.

«E' o chic, o luxo da aldeã.

«Isenta de artificios não tem as poses estudadas ao espelho da burguezinha petulante.

«Liberta-se da moda que leva a citadina ao uso da toilette provocadora, exageradamente entravée.

«Como lhe fica bem, mesmo a matar, a saia de baeta crepe, sobre as anaguas a espreitarem gaiatamente.

«Já mats empregaram, louvado Deus, o cinto esthetico — anti-obeso, ou ingeriram a inovação medicinal das pilulas Orientaes para o desenvolvimento dos seios — uberes bemditos, que alimentam um rebanho de beccos.

«O corpo anda livre, à vontade» (68).

Passando do diagnóstico para a terapêutica, J. B. afirma ser possível um novo perfil da mulher portuguesa, a partir do momento em que fossem estabelecidas as seguintes condições básicas: concepção estóica da vida, conhecimento profundo dos valores próprios da região natal e boa preparação para esposa e mãe, ministrada nas «escolas ménagères».

Estas foram fortemente contestadas pela vizinha «Amável», que as considerou desnecessárias em Portugal, pois, segundo ela, a mulher portuguesa era dedicada e carinhosa e recebia da mãe uma óptima preparação para a vida doméstica. O «estágio» em creches de crianças pobres ou em lares de idosos e enfermos era pura e simplesmente uma redundância...

«Vizinho Importuno» não abdicou, porém, dos seus pontos de vista, e até à última carta, exibindo uma vasta erudição, sustentou a necessidade dessas escolas e aí citou, a título de exemplo, a de Abildso (1865) na Noruega, a de Breslau (1866) na Alemanha, a Lazouline (1888) na Rússia, a de Reims (1873) na França, as 16 escolas de ensino doméstico criadas por M.^{me} Kemper na Holanda e as de Buchs, Lenzburgo, Berne e Boniswyl (1889 a 1896) na Suíça. Estabelecimentos modelares de ensino prático, onde as burguesas fortaleciam a sua conduta moral, aprendiam tudo sobre «economia doméstica», puericultura e outras disciplinas indispensáveis a uma boa formação feminina

(68) Ferreira, Domingos, *A Mulher de Barcellos*, in Opúsculo s/ título geral, s/ local de impr. e s/ data; cota — OP. BAR -Cx. 1 — N.º 1, pp. 390-391.

e conviviam com gente do povo, ficando, assim, a conhecer a sua mentalidade e os seus problemas.

Com este breve «resumo» das curiosas «Cartas à minha vizinha» concluímos a análise da importante faceta instructo-educativa do projecto do «Barcellos-Revista», seguindo-se, de imediato, uma panorâmica da divulgação literária e científica em que o periódico se empenhou.

Não é necessária uma leitura cuidadosa do «Barcellos-Revista» para se descobrir o seu cariz acentuadamente literário. A profusão de contos e de poesias é rica e variada, quanto a autores e a correntes ou «escolas». Daí, talvez, a pergunta: porque não foi este aspecto abordado no início do presente ítem e dum modo exaustivo? A nossa resposta é simples: uma demorada reflexão sobre o conteúdo global da revista revelou-nos esse aspecto como secundário em relação à concepção regionalista e à dimensão instructo-educativa. Com efeito, se observarmos com atenção o referido conteúdo verificamos, que os textos literários exercem em cada número uma função «estética» e, a seu modo, recreativa, não constituindo, por isso, «elemento de doutrina» do projecto.

O «Quadro de Distribuição da Autoria por Temas Genéricos» mostra-nos uma vasta gama de colaboradores no campo da Literatura, à qual temos de somar um conjunto de escritores e poetas portugueses e estrangeiros; aqueles foram incluídos nas secções (de carácter antológico) «Dos nossos poetas»⁽⁶⁹⁾ e «Contos», que abrangeu, também, textos dos segundos. À guisa de nota complementar, diremos que a secção «Dos nossos prosadores» aparece duas vezes, numa com o texto de Alexandre Herculano, *O Castello de Faria* (extraído das «Lendas e Narrativas») e noutra com *As Freiras de Lorvão* (Opúsculo, tomo I, Questões Públicas, I) do mesmo autor; a secção «Dos nossos escriptores» só foi publicada num número, contendo um fragmento do «Auto da Feira» de Gil Vicente; a de «Poetas Brasileiros» surge duas vezes, no 2.º ano/volume como a anterior, com dois sonetos, um de J. B. Andrade e Silva e outro de Raimundo Corrêa e a secção «Quadras do Nosso Povo» aparece dez vezes, parecendo resultar duma interessante recolha etnográfica.

Em «Dos nossos poetas» deparamos com sonetos e poemas de: Eugénio de Castro (*A Coroa de Rosas*, do livro «Depois da Ceifa»); Almeida Garrett (*Olhos Negros*, do livro «As Flores sem fructo»); Augusto Gil (*Balada da Neve*, do seu último livro «Luar de Janeiro», 1910); Cesário Verde (*Avé Marias*, d'«O Livro de Cesario Verde»); Antero de Quental (*Beatrice*, dos «Sonetos», 1890); António Nobre (*Soneto*, do livro «Só»); Bocage (*Soneto*); Luís de Camões (*Soneto*, dos «Sonetos»); João de Deus (*Soneto*); Gonçalves Crespo (*Odor Di Femina*); Guedes Teixeira (*Maria*, do livro «Saudades do Coração», 1902); António Fogaça (*A primeira noite e A Saudade*, do livro «Versos da Mocidade», 1883 a 1887); João de Barros (*Alegria*, do livro «Terra Florida», 1910); Gomes Leal (*O Triste Monge*, do livro «Claridades do Sul»); Guerra Junqueiro (*Astrologus*, do poema «Patria»); António Correia d'Oli-

⁽⁶⁹⁾ Cada poeta escolhido é acompanhado duma nota de apreciação do seu estilo e/ou da «corrente literária» a que esteve ligado e do valor intrínseco dos seus poemas.

veira (*Ao Cabir do Sol*, do «Auto do Fim do Dia»); Júlio Brandão (*A Morte de Joaninha*, do livro «Jardim de Morte»); António Feijó (*O Pescador* [Li—Tai—Pé]); Francisco Rodrigues Lobo (*Cantiga*, das «Éclogas»); Simões Dias (*A Tua Roca*); Carlos de Lemos (*Soneto*, do livro «Miragens», 1893); Beatriz Pinheiro (*Anhélia*, do poemeto «Anhélia») e Conde de Monsaraz (*No Monte*, do livro «Musa Alemtejana», 1908).

Quanto aos «Contos», há a referir os seguintes: *A ambição de Gracinda* por Ilídio Nunes; *O infeliz noivo de Aurelia* por Mark Twain; *A respeito de creadas de quarto* por Mark Twain; *Ultima Dádiva* por Trindade Coelho (dos «Meus Amores», 3.^a edição); *As idéas do coronel* por Guy de Maupassant; *Jesus de Galillêa* por Câmara Reis (dos «Contos de Março»); *O meu relógio. Historieta instructiva* por Mark Twain; *Tragedia na Arvore* por Fialho de Almeida (de «O Paiz das Uvas»); *A proposito de barbeiros* por Mark Twain; *Senhor fóra* por Francisco de Queirós (de «O Caminho da Perfeição», inédito) e *Variedades... inocentes* por «Tchi-Fu». Estes dois últimos autores entram no «Quadro de Distribuição...», ao contrário de Mark Twain de Guy Maupassant, etc., porque devem ter sido convidados pela revista como colaboradores eventuais.

Fora da secção, referida atrás, encontramos vários contos dispersos, sobretudo, pelos números do 2.^o ano /volume do periódico. Na sua maioria são de escritores portugueses, que o «Barcellos-Revista» arrancou do anonimato, «encomendando-lhes» histórias, crónicas e notas de «faits divers». De autores estrangeiros são apenas três: *O Talismã da Fortuna* por Emilio de Rueda y Maestro; *Os Eternos Rivaes. Scena antidiluviana irrepresentável* por Pedro Munoz Seca e *Mais Forte que a Soberba* por Emma Calderon de Galvez.

Dos poetas «efectivos», que espalharam pelas páginas do «Barcellos-Revista» o fruto do seu engenho e inspiração, é justo destacar Arnaldo Braz, João de Lebre e Lima, Vaz Passos, Álvaro Pinheiro, «Lyvio Peralta», Placido Lamela, Raul Martins, etc., que, apesar de não produzirem inovações muito significativas a nível estilístico e temático, afiguram-se-nos, alguns deles, comprometidos com a reacção simbolista, surgida nos fins do séc. XIX, a qual abriu, de certo modo, caminho para a poesia moderna, «*explorando a contextura física sónica dos vocábulos e expressões, cobrindo de neblina as ideias e exigindo muito a cooperação subjectiva do leitor*» (70).

A par dum óptimo conjunto de gravuras, feitas a partir de «clichés» de A. Soucasaux, de Humberto Gonçalves, de A. Vasconcelos, entre outros, os textos literários do «Barcellos-Revista» contribuíram decisivamente para o forte impacto estético que o periódico produziu no público culto da época.

Mas as ilustrações e a literatura não foram, porém, o único centro de interesse, para além, claro está, das «linhas de força» do projecto do «Barcellos-Revista», que atrás analisamos. Com efeito, não podemos omitir a importância da divulgação científica, que incidiu sobre a Agricultura, a História Barcelense e o binómio Saúde-Desporto.

(70) Barreiros, António José, *História da Literatura Portuguesa, (Séc. XVII-XX)*, 2.^o vol, Braga, Ed. Pax, s. d., p. 617.

Empenhado na defesa dos interesses de Barcelos, o quinzenário insistiu bastante na necessidade duma agricultura progressiva e forte, fornecendo, como contributo, informações técnicas, colhidas em actualizadas fontes estrangeiras, sobre os mais variados aspectos da actividade agrícola. Tal insistência resultou, também, do facto de o periódico se situar numa zona predominantemente agrária, da ideia, muito em voga na época, de que a solução económica para a crise estava nos campos e da concepção regionalista por ele perfilhada.

O número de textos, que exprimem a profunda motivação do «Barcellos-Revista» pela problemática agrícola, é 17, a saber: «Agricultura. A vinha do Minho» por Larcher Marçal (ano/vol. I, n.º 1, pp. 7-8 e n.º 2, p. 6); «Agricultura. A poda da vinha» por L. Marçal (ano/vol. I, n.º 4, p. 7); «A vida rural» (ano/vol. I, n.º 7, p. 8); «Pela agricultura» (ano/vol. I, n.º 11, p. 4); «Pela agricultura. O desenvolvimento da cultura da cebola, pode ser uma grande riqueza para o concelho de Barcellos» (ano/vol. I, n.º 13, p. 4); «Os Baldios» (ano/vol. I, n.º 14, p. 1); «Syndicato Agrícola» (ano/vol. I, n.º 16, p. 1) «Chronica agrícola. Sulfuração» por L. Marçal (ano/vol. II, n.º 4, pp. 51-52); «Chronica agrícola» por L. Marçal (ano/vol. II, n.º 9, pp. 104-106; n.º 10, pp. 122-123; n.º 12, pp. 147-148; n.º 18, pp. 216-217 e n.º 19, pp. 229-230); «Chronica agrícola. Associações Agrícolas» por L. Marçal (ano/vol. II, n.º 14, pp. 171-172); «A Missão Agrícola em Valencia» por J. B. (ano/vol. II, n.º 21, pp. 253-254) e «A Agricultura Valenciana» por L. Marçal (ano/vol. II, n.º 22, pp. 264-266).

Desta listagem destacamos, por um lado, o facto de ter sido Larcher Marçal quem se ocupou predominantemente da divulgação das informações técnicas indispensáveis a uma agricultura virada para o progresso, e, por outro, dois curiosos apontamentos: um sobre a enorme vantagem económica resultante do cultivo sistemático da cebola e outro sobre a existência dum associativismo dinâmico, capaz de superar os inconvenientes do minifúndio.

Entre os artigos citados, merecem relevo especial os que aparecem sob a epígrafe, «Chronica agrícola», e que abordam variados aspectos: a crise profunda, que, em 1910, afectava o concelho de Barcelos, «incidindo principalmente sobre o caseiro e operario rural»; as suas causas; o facto de o concelho ser riquíssimo e não obstante era prejudicado por uma péssima orientação agrícola; «os principais benemeritos da agricultura»; «a comissão de propaganda agrícola e a sua missão»; «a grande produção de 54.000 kilos de batata por hectare»; a experiência feita por D. José Domenech no cultivo da batata, aplicando adubação exclusivamente química e tentando obter duas colheitas no mesmo ano, à semelhança do que se fazia em Valência; a atitude da República face à crise da agricultura; Portugal, porque tinha um solo, um clima e uma situação privilegiados, deveria tornar-se uma «potência agrícola», podendo competir com todas as nações que forneciam anualmente à «Inglaterra, Alemanha, França e Russia mais de cem mil contos em fructas, hortaliças e legumes»; a aceitação das frutas portuguesas no mercado alemão; a aplicação da técnica das «duas colheitas», ensaiada por D. José Domenech com a batata, a outras culturas; a fundação duma «caixa de credito agrícola mutuo», que *«fornecendo ao agricultor os capitales necessarios ao fim exclusivamente agrícola, por um juro barato, é d'um alcance extraordinario, n'um meio como o de Barcellos, onde a*

maioria da propriedade está entregue ao agricultor ignorante, que não possui os capitães necessários para uma cultura racional»⁽⁷¹⁾; o operário rural devia melhorar de situação; a enumeração dos obstáculos ao progresso agrícola, que eram em síntese, «a falta de instrução e educação, a grande emigração de braços para o Brasil, a falta de instrução profissional agrícola, a má orientação nos arrendamentos da propriedade rústica e a falta de capital a juro modico»⁽⁷²⁾; «a falta de capitães baratos»; «as Misericórdias deviam ser verdadeiros bancos agrícolas» e linhas gerais do plano de fomento de Oliveira Martins.

Quanto à história de Barcelos (vila e concelho), começamos, também, por citar os vários artigos publicados: «Historia. Briosas tradições do municipio barcelense» por A. Ferraz (ano/vol. I, n.º 1, pp. 2-6); «Historia. Barcellos Militar (Séc. XV)» por A. Ferraz (ano/vol. I, n.º 4, pp. 1-3 e n.º 5, pp. 1-3); «Apontamentos para a historia de Barcellinhos. (Individualidades notáveis) I. Fr. Francisco de Barcellinhos» por B. Antas (ano/vol. I, n.ºs 8-9, p. 14); «Historia. O Poyo» por W. (ano/vol. I, n.º 12, pp. 3-4 e n.º 13, pp. 1-2); «Ephemérides. Barcellos Dia a Dia (Primeira quinzena de Agosto)» (ano/vol. I, n.º 13, p. 8); «Duas reivindicações» por W. (ano/vol. n.º 15, p. 1); «Dr. José da Silva Tavares (Algumas notas biograficas)» por W. (ano/vol. I, n.º 16, pp. 2-3); «Ephemérides... (Segunda quinzena de Outubro)» (ano/vol. I, n.º 17, p. 8); «Ephemérides... (Primeira quinzena de Novembro)» (ano/vol. I, n.º 18, p. 8); «Convento de S. Salvador de Villar» por W. (ano/vol. I, n.º 19, pp. 7-8 e n.º 21, pp. 1-2); «Apontamentos para a historia de Barcellinhos. Capela de S. Braz» por B. Antas (ano/vol. I, n.º 24, pp. 3-4); «A patria e familia do do poeta Gil Vicente» por W. (ano/vol. II, n.º 15, pp. 173-176 e n.º 16, pp. 186-188); «Uma descendente dos Braganças» por W. (ano/vol. II, n.º 17, pp. 197-200) e «O Alferes barcellense» por W. (ano/vol. II, n.º 18, pp. 207-209).

A importância de todos estes trabalhos é indiscutível. As «Ephemérides», por exemplo, encerram um valioso acervo de dados. Pena foi, que ficassem incompletas... até hoje! «Historia. Briosas tradições do municipio barcelense» e «Historia. Barcellos Militar (Séc. XV)» revestem-se, também, dum enorme interesse, porque constituem uma arrojada tentativa de reconstituição, fundada numa busca exaustiva de fontes e numa metodologia correcta. Precioso é ainda o trabalho sobre a naturalidade e genealogia de Gil Vicente, que segue, quanto à linhagem, uma obra de Sanches de Baena, publicada por volta de 1911. Tudo isto revela, em suma, o cuidado posto pela Redacção no convite a um ou mais «especialistas» de determinada área, neste caso a da história local, para colaborarem no periódico. A. Ferraz ou W. foi, sem dúvida, uma escolha certa, dada a forma rigorosa e séria como concebeu e fez história barcelense, acumulando um valioso espólio documental, ainda inédito, que muito poderia contribuir para o estudo aprofundado e sistemático de certos aspectos da história da «rainha do Cávado». B. Antas da Cruz, revelou, também, algumas qualidades como investigador.

Por último, impõe-se uma referência à atenção dispensada por Larcher

(71) M., L., *Chronica agricola*, in «Barcellos-Revista», Barcelos, ano 2, n.º 18 (30 de Abr. de 1911), p. 216.

(72) Id., *ibid.*, n.º 19 (28 de Maio de 1911), p. 229.

Marçal às questões da saúde e da higiene, bem como à acção benéfica do desporto sobre o corpo humano.

Nos artigos que publicou, na rubrica «A vida physica», pôs em evidência os seguintes pontos: a fiscalização higiênica dos matadouros e do leite devia ser feita por funcionários zelosos; os cães e os gatos «propagam doenças contagiosas, principalmente as febres eruptivas e a diphtheria» e ainda a tuberculose e o cancro; o «contagio da pneumonia infecciosa das aves, é mortal para o homem»; a conveniência em se seguir os progressos dos grandes higienistas no combate contra as doenças infecciosas; o vestuário feminino é prejudicial à saúde; o «perigo do espartilho apertado ou mal colocado»; o vestido comprido é anti-higiênico, como anti-higiênico é, também, o beijo, porque possibilita a transmissão da «coqueluche, diphtheria, variola e scarlatina nas creanças»; a «orientação no vestuário, não está de harmonia com a acção que deve desempenhar»; o vestuário «impede o resfriamento, pela camada d'ar interposta»; as experiências de M. Bergonié destinadas a avaliar o coeficiente de protecção contra o frio dos diversos vestuários e o «vestuário excessivo, abafa o corpo n'uma atmospheria anti-higienica».

Insistindo na importância da ginástica, L. Marçal avançou com uma proposta, algo inovadora: a obrigatoriedade do desporto para se garantir um bom estado de saúde. Pretendia, assim, estimular nas escolas a prática de movimentos regulares, jogos livres, exercícios com aparelhos, de força, velocidade, etc., que sem fatigarem excessivamente a criança, logo de início, provocariam o seu gradual e saudável desenvolvimento físico. O desporto, difinia-se, deste modo, como componente básico da educação, tema predilecto dos responsáveis pelo periódico.

5. A análise do conteúdo do «Barcellos-Revista», que acabamos de traçar, ficou aquém da exaustividade plena. No entanto, cremos ter conseguido fornecer a mensagem fundamental do projecto do periódico, projecto apostado no progresso e na reforma de hábitos e valores duma burguesia carecida de educação nova, pondo a descoberto «materiais» que, certamente, interessarão aos investigadores dos «temas barcelenses» e da mentalidade dessa época. Neste sentido, o presente estudo assume-se como modesto contributo.

Braga, Outubro /82.

APÊNDICE

I

«Duas palavras»

«Ao publicarmos esta folha illustrada, alegra-nos o espirito a ideia, que a publicação de qualquer jornal, representa sempre mais um passo dado pela imprensa na senda do progresso.

«Está perfeitamente demonstrado, o papel civilizador, educativo e instructivo da imprensa; pois é pelo seu systema e orientação, que no momento actual, se póde conhecer o estado civilizador e progressivo de um povo.

«Temos um exemplo bem frisante no Japão, onde ainda ha trinta annos existiam só duas ou tres folhas, mal impressas e redigidas, e consequentemente os grandes elementos civilizadores eram ahi mal recebidos. São decorridos annos, o Japão conta hoje milhares de publicações de todos os generos, e dá lições aos povos occidentaes.

«A China começa agora a alvorecer, a imprensa está ainda no estado embrionario, resumindo-se a algumas folhas de ideias bastante avançadas; mas que tem dado os effeitos que de perto conhecemos.

«N'esta ordem de ideias saudamos a imprensa em geral e em particular a imprensa local.

«Declaramos desde já que nos não levam ideias politicas de nenhuma especie; somos perfeitamente independentes, desejamos o bem estar e os progressos de Barcellos, como os seus mais dedicados filhos.

«Estão fóra do alcance d'esta Revista todas as questões pessoases, seguindo nós á risca, o nosso programma scientifico, recreativo e sportivo; contando para isso em uma collaboração quasi genuinamente barcellense e que muito nos honra.

A Redacção»

(«B.-R.», n.º 1, 2.ª Quinzena de Fevereiro, 1.º Anno — 1909)

II

«O nosso ideal»

Ninguem pode contestar, que Barcellos pela sua magnifica situação geographica, riqueza dos solos do seu concelho, amenidade do seu clima e suas bellezas naturaes, devia prender e captivar os seus filhos, dando-lhes forças para resistir contra a energia, que lhes entorpece os movimentos.

«Todo este conjuncto, devia fazer despertar um sentimento patriotico mais elevado; porque Barcellos tem por direito e dever, occupar um plano não inferior a muitas cidades.

«O concelho de Barcellos é sem duvida um dos concelhos mais populosos, e como tal contribue para o estado mais do que qualquer outro; é por isso de justiça que não seja despresado.

«Trabalhemos todos para a realização do mesmo fim, unamo-nos num só movimento e procuremos levantar Barcellos, dotando-o com melhoramentos de reconhecida utilidade publica.

«Para satisfazer aos requisitos d'uma villa moderna, precisa prosseguir n'uma marcha mais apressada e de maior alcance, porque sobre qualquer ponto de vista que se examine, vamos ainda encontrar muitas deficiencias.

«Temos ruas a modificar, avenidas a traçar, edificios publicos a levantar, tractar da illuminação, jardinagem, hygiene e saneamento, criação d'uma escola industrial e lyceu, distribuição de escolas primarias pelas freguezias mais necessitadas, etc., etc.

«Sabemos perfeitamente que estas despezas, não estão nas posses de qualquer camara, porque já está bastante sobrecarregada, com grande numero de despezas a que tem de fazer face.

«Somos cercados por cidades e villas, que devido ao seu esforço e perseverança, se têm levantado e prosperado em peores meios e inferiores condições.

«Haja pelo menos para melhoramentos d'esta ordem a coesão de todos os elementos partidarios; fundam-se todos n'uma só vontade e faça-se por alcançar dos governos, os melhoramentos a que Barcellos tem direito».

(«B.-R.», n.º 2, 1.ª Quinena de Março, 1.º Anno — 1909)

III

«O progresso»

«HA cousa mais sublime que o progresso, essa grande corrente de ideias e descobertas que em todos os campos desvendam os segrêdos da natureza e unem a humanidade, dando-lhe força para o trabalho colectivo? — Não conheço.

«O progresso poderia bem comparar-se à realização d'um movimento continuo perpetuo, ou a uma corrente d'um comprimento infinito, cujos élos se acham intimamente ligados.

«Não ha nada que não tenha uma razão de ser, pois tudo obedece ás leis da natureza.

«As descobertas têm sido innumeradas e não sabemos quaes os ramos scientificos a destacar, pois que, em todos elles, o progresso caminhou d'uma maneira avassalladora.

«O homem, desde um principio, o que mais o tem preocupado, tem sido a rapidez de transporte e a transmissão instantanea do pensamento a-travez do globo.

«E porque os seus esforços têm sido coroados de exito, é que hoje possuímos assegurada a rapidez de transporte terreno e maritimo e o aereo quase definitivamente resolvido.

«A descoberta da machina a vapôr marca uma nova epocha; nas estradas cruzam-se automoveis, moto-cicles; no navio foi substituida a vela pelas

potentes machinas a vapor; no ar foi substituido o balão, pelo diregivel e ultimamente apparece o aero-plano.

«O pensamento é transmittido a distancia, quasi instantaneamente, por meio do telegrapho, telephone, radio-telephonia e telegraphia sem fio.

«As industrias apresentam-nos, cada dia, verdadeiras surpresas.

«A agricultura tem modificado os seus processos rotineiros, e no campo das suas descobertas modernas, figuram os adubos chimicos, que vieram augmentar consideravelmente a arca cultural.

«As sciencias médicas e cirurgicas, põem em pratica as operações mais maravilhosas.

«As artes da guerra, a obra collossal em que o homem prima, sobretudo na destruição do homem, surgem todos os dias os inventos mais sensacionaes.

«As sciencias phisicas e chimicas tem descoberto, entre outros corpos de propriedades maravilhosas, o radio e o raio X.

«No campo social, não tem sido o homem menos incansavel, pondo em pratica novas formas de governo, novas religiões, novas ideias sociais.

«Parece que a intelligencia humana está na razão inversa do desenvolvimento phisico das gerações.

«A um desenvolvimento phisico pequeno, corresponde uma massa encephalica, abundante em circumvoluções e bastante rica em materia cinzenta.

«A raça latina é de todas a mais rachitica e não ha duvida que a ella se devem a maioria das descobertas modernas. A imprensa, por seu lado, pondo os homens e as ideias em contacto, contribuiu e contribue, d'uma maneira poderosa, para a grande obra progressiva».

(«B.-R.», n.º 7, 2.ª Quinzena de Maio, 1.º Anno—1909)

IV

«Por Barcellos!»

«Os nossos trabalhos em prol dos melhoramentos locaes. — Uma Liga patriotica, que defenda os melhoramentos e interesses de Barcellos, tem o apoio de todos os chefes politicos e imprensa local. — O que estes dizem e pensam. — Nós, perante elles, proclamamos a necessidade de se tratar de Barcellos. — Eles apoiam-nos. — Para a frente, pois! — Eis o caminho.

«COMO jornal de orientação patriotica e de ideias verdadeiramente oppostas a tudo que não seja moralisar, progredir e educar, e já demonstradamente dedicado á defesa dos melhoramentos e interesses de Barcellos — d'esta rica povoação onde ha ar puro, onde epidemias não teem entrado, onde ha um rio que com os seus murmurios parece incitar todos a trabalhar sómente pelo enriquecimento d'esta boa terra, onde ha monumentos que nos indi-

cam o passado heroico e fidalgo da gente barcellense — fazendo a propaganda de tudo que ahi temos digno de ver-se e mostrar-se aos que de fóra aqui véem, nós não podiamos, com boa rasão, manter a nossa attitude patriotica em palavras, nem deviamos, por maior rasão ainda, deixar de começar a desenvolver e a cumprir esse programa grandioso que foi o incentivo maior para fazer sahir esta Revista: — procurar unir, n'um esforço patriotico, todos os elementos de valor que esta terra conta: e dizer, alto, perante elles:

«Senhores! a apathia mata; a vontade anima; o esforço vence!

«Mostrar, pela photogravura, a riqueza da nossa terra, e proclamar, por tudo e a proposito de tudo, a necessidade de enriquecer os fastos brilhantes da nossa historia barcellense, não com novos feitos d'armas, mas inaugurando uma epocha de actividade e de dedicação patriotica, para se consagrar o levantamento material e moral de Barcellos, é o que sinceramente pretendemos.

«E sahimos já das palavras e começamos a operar; fomos dizer ao illustre presidente da Camara, aos illustres chefes politicos e directores dos jornaes que era necessario tratar dos melhoramentos de Barcellos.

«Proclamando esta necessidade e apresentando a ideia da fundação d'uma Liga que tome a iniciativa de promover e trabalhar por tudo quanto seja para os melhoramentos de Barcellos, elles declararam apoiar as iniciativas d'essa Liga e prestar-lhe todo o seu valioso concurso.

«Que resta agora?

«Caminhar!

«Caminhemos, pois, senhores. E' para isso que aqui estamos e para isso foi que viemos trazer ao campo da imprensa o Barcellos-Revista. Pertencemos á ala dos novos, mas caminhamos tambem para a ala dos velhos.

«Que venham até nós, velhos e novos, para trabalhar, para caminhar, todos unidos, em prol do levantamento material e moral de Barcellos.

«E... *para a frente!*»

«Seguem-se as entrevistas pela ordem que as fizemos: (...)».

(«B.-R., n.os 8-9, 1.^a e 2.^a Quinzena de Junho, 1.^o Anno — 1909, pp. 1-2)

NOTA:

Por ser demasiado extenso, não pudemos transcrever aqui integralmente o texto anterior. No entanto, não deixaremos de enumerar os entrevistados que aí aparecem. O primeiro é o Dr. Augusto Monteiro, presidente da Câmara. Segue-se-lhe o Dr. Vieira Ramos, deputado, chefe do partido progressista e antigo presidente da Câmara. Surgem, depois, as declarações do Sr. José de Bessa e Meneses, chefe do partido progressista-dissidente. E, por último, é apresentada a entrevista com Monsenhor Domingos José de Sousa, protonotario apostólico e chefe local do partido nacionalista

No n.º 10, é publicada a segunda parte do trabalho iniciado nos n.ºs precedentes, composta por um pequeno texto introdutório e pelas entrevistas

com o Sr. Conselheiro de Estado, José Novaes, Ministro de Estado honorário e chefe local do partido regenerador-liberal; o Dr. José de Castro Figueiredo de Faria, chefe do partido regenerador e antigo presidente da Câmara; o Dr. António Martins de Sousa Lima, chefe do partido republicano e o Sr. Albino Leite, redactor da «Folha da Manhã».

A terceira e última parte saiu no n.º 11, compreendendo uma breve apreciação das reacções dos políticos e as entrevistas com o Dr. Joaquim Paes de Villas-Boas, director do «Commercio de Barcellos» e o Sr. Joaquim José d'Araújo, director do «Regenerador-Liberal».

V

«Por Barcellos!»

«A constituição da Liga defensora e promotora dos interesses e melhoramentos locais, é indispensavel, como muito bem foi considerado pelas pessoas a quem tivemos a honra de fallar em tal assumpto.

«E, posta de parte a ideia — que para nós foi um sonho — de que ella fosse constituida pelos chefes de partido, a necessidade de ella se formar está de pé, e não seremos nós, os que n'um momento de calôr patriótico lançamos a ideia, que retrocederemos, negando o nosso apoio a quem a constitua.

«Os chefes politicos, por motivos que nos expuseram, não julgam viavel ou accetavel a ideia de que a Liga seja por elles constituida; mas apoiam-n'a, pessoal e politicamente, como nol-o disseram, se ella fôr constituida por outras pessoas.

«Não era porém este o nosso desejo. O que pretendiamos — e isso era uma necessidade, mas ao mesmo tempo um problema difficil de resolver — era a união dos chefes de partido, porque d'essa união resultariam innumerous beneficios para esta terra e viria a paz politica não só acalmar o espirito popular como tambem fazer desaparecer essa barreira que mantem separados tantos elementos de valor que, postos ao serviço dos interesses e melhoramentos locais, muito uteis podiam ser à nossa Barcellos.

«Posta de parte esta nossa primitiva ideia, que bem traduzia o pensamento de provocar a união ou pelo menos um accordo patriótico entre os chefes politicos, temos que enveredar por outro caminho, ou seja ficarmos onde estavamos antes de ouvir os chefes politicos e directores da imprensa politica da localidade: — trabalhando dedicadamente, em prol do levantamento moral e material de Barcellos e como sentinella vigilante para a defeza dos interesses da nossa terra.

«Não cançaremos de trabalhar por Barcellos nem desanimamos ante a primeira illusão desfeita. Somos teimosos, porque o patriotismo exige teimosia e persistência. Quem não persistir aniquila-se. E nós que somos barcellenses, que temos pela nossa terra a mais quente e entusiastica dedicação, nunca negaremos o nosso maior esforço, para alguma cousa se conseguir ou fazer, e dizemos mais uma vez:

«O caminho é para a frente!—E quem desejar trabalhar pelo levantamento moral e material de Barcellos, que nos siga ou vá na frente, que nós o seguiremos, empregando sempre os mais sinceros e dedicados esforços para alcançar a victoria. Porque a nossa boa vontade não basta só: — são precisas muitas boas vontades unidas, muitos esforços congraçados, muitas firmezas juntas, para se vencer.

«E se sósinhos continuarmos n'esta campanha — n'esta lucta em defeza dos interesses de Barcellos, porque pômos de parte a ideia da Liga por entendermos que ella deveria ser formada ou constituida pelos chefes politicos, o que elles não fazem — n'este caso repetiremos ao povo barcellense o que lhe dissemos em o artigo passado: — ergue-te e caminha.

«Nós não queremos glorificar a nossa ideia, nem, sequer, pretendemos um agradecimento da parte de quem quer que seja.

«A nossa humildade é que nos faz pensar a sério e friamente nas cousas de Barcellos e que faz, muitas vezes, com que nos revoltamos, sinceramente, contra a forma como muita gente olha isto a que chamamos — nossa terra.

«Que seja preciso vencer os indifferentes ou descrentes, vá; mas que seja preciso vencer tudo, até a indiferença popular, que seja preciso despertar os barcellenses d'esse pesado somno e d'essa injustificavel lethargia que desde annos os mantem estranhos a tudo, isso é pior e não o conseguiremos nós, nós os humildes, nós os que só temos a boa vontade de ser uteis a Barcellos, mas que nada poderemos fazer porque nos falta a auctoridade pessoal ou politica, para pedir, para exigir melhoramentos.

«E pomos ponto final n'este assumpto de Liga declarando o nosso sentir:

«Só com a união dos chefes de partido, auxiliados pela massa popular, se poderá inaugurar uma epocha de prosperidade para Barcellos!

«Procurar essa união é um dever que se impõe a todos os barcellenses».

(«B.-R.», n.º 12, 1.ª Quinzena de Agosto, 1.º Anno — 1909, pp. 1-2)

VI

«O novo anno do Barcellos-Revista»

«DECORREU um anno de publicação desta Revista.

«Lançando-a no nosso meio, affirmamos que só queriamos trabalhar pelo bem e pelo progresso da nossa terra.

«E que manteriamos uma inteira e ampla independencia de ideias, fora de sectarismos politicos, fora de irritantes questões pessoaes.

«Diz-nos bem alto a nossa consciencia que não nos afastamos do caminho que a nós proprios, como um dever, nos impuzemos.

«Diz-nos o grato favor do publico, e a delicada e amavel cortezia dos nossos collegas da imprensa, que não nos mente essa intima voz da consciencia.

«E, assim, no anno findo, fora de parcialismos politicos, que são estranhos ao objecto desta Revista, fora de discussões pessoaes que são tão deprimentes como inuteis e nocivas, procuramos collocar o nosso pequeno esforço, ao serviço da grande causa do aperfeiçoamento e do progresso da nossa terra.

«E esse programma inicial continua sendo o nosso programma.

«Procuraremos, porem, realiza-lo melhor, abrindo novas secções, dando uma orientação mais uniforme, mais ampla, mais largamente util á nossa Revista.

«E temos a firme crença de que alguma coisa de bom e util ha-de realizar o nosso esforço, embora pequeno e humilde:

«Porque lhe dará força, lhe dará uma vigorosa alma, o nosso forte amor pela nossa terra e o nosso sincero e ardente desejo de trabalhar por ella.

«Nós somos, é velho o conceito, um paiz de lavradores. Ora o lavrador tem a alma amorosamente jungida à sua companheira: a terra, que o alimenta, que o alegra, que o amargura e que lhe dará afinal o grato e suave repouso para as fortes alegrias e para as dores crueis que lhe causou.

«O lavrador é por isso sempre um dedicado amigo, da sua gleba, da sua aldeia, do seu paiz. A sua alma prende-se carinhosa e solidamente á terra, como as videiras do seu eirado se enlaçam, num estreito e intimo abraço, à arvore que as ampara e as sustem.

«Por isso nós fomos fortes, crentes, livres, confiando em nós e na patria, emquanto a aventura da India não nos attrahiu pora longe do nosso torrão amigo.

«Ganhamos em oiro o que perdemos em energia moral, em liberdade, em independencia...

«Por fim até o oiro perdemos.

«Voltemos, porem, á nossa terra, voltemos a cultiva-la e a ama-la e a força e a riqueza e a crença e a energia moral e a confiança em nós e na patria: nos hão-de voltar.

«Por isso nós que muito amamos a nossa terra, sentimos uma grande confiança nella e com essa crença por ella trabalhamos, serena, alegre e confiadamente.

«Oxalá que continuemos a merecer o favor publico como até aqui, favor que muito agradecemos e que representa para nós um poderoso estimulo e uma grata recompensa.

«Para os nossos collaboradores que tanto nos ajudaram com o seu valioso auxilio, que esperamos continuem a dispensar-nos, e para os nossos collegas de imprensa, que tão amaveis e cortezes foram connosco, tambem o nosso agradecido reconhecimento».

(«B.-R.», n.º 1, 2.ª Quinzena de Maro, 2.º Anno — 1910, pp. 1-2)

VII

«Regionalismo»

«ACREDITOU-SE durante muito tempo que levar o povo dos campos e das aldeias a imitar o das cidades e dos grandes centros de população era encaminha-lo no sentido da civilização e do progresso e assegurar a mais perfeita união entre todas as provincias do Paiz.

«Consequencia do systema de centralisação administrativa que durante tanto tempo seduziu os nossos politicos, esta ideia vinha dando resultados que não é possível considerar felizes.

«As nossas provincias, todas ellas tão notaveis e tão interessantes pelos seus variados aspectos especiaes, pelas manifestações tão differentes da sua actividade, pelo character, pelo genio, pelo feitio particular dos seus habitantes, pelos seus trajos regionais tão pittorescos, pelas suas lendas, pelos seus costumes tradicionais, e até pela sua maneira differente de fallar a lingua portugueza, iam-se realmente approximando e fundindo em um typo unico, muito rasoavel talvez debaixo do ponto de vista administrativo, um banal, incaracteristico, pouco interessante.

«Tudo o que distinguia umas das outras as diversas regiões de Portugal ia-se pouco a pouco perdendo com a triste mania de imitar os usos e as modas de Lisboa, já de si copiadas das grandes capitaes da Europa. E assim, acabaria por se perder tambem, afogado na onda da imitação e da banalidade, o character da velha raça portugueza.

*

«Felizmente, contra esta orientação errada começa, e já não é sem tempo, a manifestar-se a reacção: começa a comprehender-se que, afinal, ha em cada terra muita coisa boa, propria d'ella, que não se deve deixar perder nem trocar pelo que vem de fóra; que os velhos usos, os antigos costumes, os trajos característicos, as manifestações de arte e até o dialecto, tudo emfim o que faz a feição propia, o cunho especial de cada provincia, é respeitavel e deve ser conservado sempre que não represente a rotina e não vá de encontro ao caminhar do Progresso. E tambem não será difficil de perceber que desprezar os velhos costumes dos nossos Paes e Avós é como que despreza-los a elles, é desprezar a família que os segue, o lar que os viu florescer, a terra em que se originaram; é desprezar tudo o que constitue o character ethnico da raça, é o princípio da desnacionalisação e o ponto de partida para o anti-patriotismo.

«Não se deve arrancar do coração do povo o respeito que elle tem, instinctivo e consolador, pelas coisas do passado; deixa-lo conservar piedosamente esse sentimento de solidariedade com o meio em que se creou, e que é afinal o meio proprio para que elle se desenvolva e progrida. É preciso que elle não se habitue a desinteressar-se das honradas tradições que lhe legaram os que o antecederam e das affeições que rodeando-o, lhe dão coragem para a lucta pela vida; a desprender-se da terra, da sua terra que o viu nascer e crear-se, que o seu trabalho fertilisa e torna productiva e cujo horizonte querido é a sua mais doce recordação, e a sua aspiração mais ardente tornar a ver, nas horas amargas da ausencia quando as necessidades da vida o levam a ir para longe d'ella ganhar o pão.

«Quem perde o amor ao torrão em que nasceu não tarda a perde-lo tambem á grande patria commum que é o Paiz, e o amor pelo pequeno canto

de terra de que cada um de nós conserva sempre no fundo do coração a mais suave e enternecida lembrança, é a mais solida base do patriotismo que torna forte e dominadora uma raça.

*

«E aqui está a missão do «Regionalismo», movimento geral do renascimento da provincia, reacção salvadora contra o abuso da centralisação absorvente.

«Foi a nossa terra em Portugal a primeira a dar o exemplo, é preciso trabalhar agora para o tornar fecundo.

«E podemos estar certos de que não é um trabalho inutil não deixar perder as tradições locais, as antigas usanças, as cantigas populares e até os fatos e costumes regionaes. Não: é um intelligente e patriótico esforço a conservação d'essas recordações do passado; é a garantia da fidelidade à terra em que nascemos e em que estão guardadas as cinzas dos nossos Avós.

«Promover o culto e o respeito de tudo o que caracteriza a nossa bella Provincia, o que especialmente nos liga e nos prende a ella, o que é só d'ella e o que faz com que ella seja muito nossa, é ensinar o nosso povo a não lhe perder o amor, é inspirar-lhe o respeito pelo lar e pela familia, é restituir-lhe o orgulho da sua raça, e o orgulho da sua terra, é prende-lo cada vez mais a ella!

«E quem não comprehender o que ha de levantado e nobre n'esta ideia e não se associar á propaganda regionalista é porque não tem dentro do peito um coração minhoto.

V. B.»

(«B.-R.», n.º 7, 31 de Julho de 1910, 2.º Anno, pp. 77-78)

VIII

«As eleições»

«NÃO sei se foram mais divertidas no tempo do sr. D. Miguel — «que batia o fado enquanto o povo o gemia» — do que promettem sel-o n'este anno da graça, já bem entrado em agosto...

«Que fornecem ricos fautores para os psicologos e não menos pasto aos ironistas, isso é que não aguenta duvida.

«O chronista vae segurando para os pósteres conforme póde, que não é mesmo nada, e da maneira que sabe, que é menos, alguns flagrantes que documentem de algum geito a physionomia das eleições na terra de Filippa Borges e do artistico Senhor dos Passos.

«Retirar da vida ao portuguez ou, mais propriamente, ao minhoto, a feira, a festividade e as eleições, é furtar-lhe, sem attentar contra o Codigo Civil, tres animados, tres estrugidores numeros d'um programma variadissimo e animado.

«Ha um inteiro, um integro parentesco, de raizes bem introduzidas para o fundo, entre eleições, festividades e feiras.

«E, assim, o Zé pertence-lhes, como ellas fazem parte de si...

«As eleições teem, como as festividades, os votos que não se limitam à intercessão do orago para a cessação da calamidade dos calos ou desobstruição da pedra da bexiga, mas trazem a obrigante do filho livre nas inspecções ou da distinção do rapaz no exame à porta.

«Teem, tambem, musica que é a cantata que a pauta no conjuncto das cinco linhas parallellas não é assás sufficiente para aguentar, mas que a loquella do chefe politico substitue poderosamente, ferindo todos os diapasons e arrancando até o classico dó do peito!!

«As eleições teem, como as festividades, fogo de artificio desconhecido ainda da pyrotechnia, pois entra menos n'elle a chimica do que a labia, a ronha, a solercia.

«Teem, egualmente, as promessas, que não implicam com o sacrificio de ir a S. Torquato, sem dar dous dedos de grammatica pelo caminho, ou com a originalissima e não menos pittoresca ideia de transportar uma rasa de sal, à cabeça, desde Villar de Frades à Abbadia de Longe, conforme aconteceu a uma coeva do dr. Augusto Mattos e do não menos Mattos, padre Agostinho.

«Promessas, porém, que anguram estradas até à porta das propriedades de altas influências, pontes que ligam não só duas margens, mas conduzem depressa a casa d'algum eleicoeiro-mór.

«Teem as eleições, como as festividades, martyres, bemaventurados e santos.

«Teem martyres de muita força de pau, de muita sorte de intrigas, de muita vingança mesquinha.

«Teem bemaventurados que vão às cadeiras do poder, á custa das mais suggestivas e ardilosas chapelladas, ignorando, desde a raiz dos calos á raiz dos cabellos, as necessidades d'este alegre povo que vive no trabalho a cantar, para allivio do peso que lhe acarreta a conquista da borôa.

«Teem santos canonisados pela consciencia popular, isto é: os abnegados, os desprendidos, os justos, que á custa de todos os sacrificios, nas maiores crises da sua vida, apparecem com o verbo quente ou com a espada relampagueante, a acudir á Patria em perigo.

«As eleições podem comparar-se, da mesma forma, ás feiras.

«Ha offerta e compra de votos.

«Enfim realisam-se transacções vestindo por diversos figurinos, conforme o tempo e os personagens, e... o estomago de cada um.

*

«Em Barcellos tudo corre ás mil maravilhas!

«O concelho tem as estradas intransitaveis. A villa necessita de agua e esgotos...

«Mas nós somos correligionários políticos do sr. conselheiro José Novaes, do sr. dr. José Ramos e do sr. dr. José de Castro, e se não lhes damos o voto é porque o não temos...

A. SOUCASAUX».

(«B.-R.», n.º 8, 14 de Agosto de 1910, 2.º Anno, pp. 92-39)

IX

«Zé Povinho minhoto»

«ESSE que o recurso photographico, poderosamente socorrido pela gravura impressa, hoje se apresenta, flagrantissimo, aos olhos do observador, é um typo bem caracterizado de Zé Povinho minhoto.

«Raphael Bordallo Pinheiro tirou da sua cabeça apocalyptica de caricaturista o Zé nacional.

«Eu achei o Zé da nossa provincia...

«Eil-o em frente ao mar que é profundo, que é immenso como o apresentado—symbolo perfeito do homem do Norte, de fibra resistente.

«Um riso franco illumina-lhe o rosto, esse riso que só elle tem, até nas crises mais agudas e penetrantes da vida.

«A civilização, para felicidade sua, não teve ainda força, com embuidos e falsos pretextos, para lhe soffucar essa expressão sádia, que n'elle tilinta, às vezes, como um dobrão de ouro antigo.

«Apesar da poderosa carga dos setenta, que ninguém lhe tira, cae sem constrangimento a prumo.

«Segura na dextra um landreiro como um pretexto, como um innocente e modesto amparo aos seus janeiros, que, annos atraz — vão ouvil-o! — acossado pelo ciume, deixou cahir, lesto e pesado, em famigerada romaria, sobre uma ala de namorados que guarda, já, a terra «essa mãe taciturna», conforme a expressão de Ibañez.

«Dependura na sinistra um venerando par de tamancos, condignamente entaxados, em que apparece o proclamado pau de lorangeira cujas



excellencias vem celebrisadas por legiões de fabricantes de tão utilitário artigo.

«Jámais pegou n'elles na mão para fugir d'um rival.

«...D'esta massa, por uma heraldica vulgar, por uma genealogia commum, sahiu Pedro Alvares Cabral, descobridor do Brazil, e o triste mortal que garatuja estas linhas.

«E de individuos d'esta natureza não toma conta a historia senão em globo, á mistura.

«Até a valla commum lhe abre as fauces sem selecção.

«No entanto levantam-se estatuas a grandes generaes, a preconisados metaphysicos, a sublimes poetas e deixam-se confundir, apagar, esquecer, figuras assim d'uma implicante singularidade.

«Medonha ironia!

«Elle, o Zé, que aguenta com o seu entusiasmo refervente as romarias; que estonteia com são bulicio as feiras; que continuamente movimenta o sólo para produzir a cebola e o enrubescido tomate...

«E' dos seus braços, alavanca poderosa cujo ponto de apoio é o chão bemdito — em que levanta cathedraes e planta castanheiros — é d'esses fortes tentaculos que hontem empunharam a cruz e a espada — segundo a oratoria emphaseada — que sahe o dinheiro. E, sem este, nem mesmo seria a nossa riquissima Africa, conforme alguém escreveu, «um alfôbre de heroes», esses «filhos prodigos da natureza», como os capitulou José Estevam de Magalhães.

«E nós, burocratas das lettras, nós, burgueses do ridiculo, reclamamos do triste esforços de semi-Deus!

«E vamos mais longe. Na caricatura levamol-o á gloria suprema. Temos o esperto e radioso cuidado de lhe coroar a cabeça com uma albarda resplandecente!!!

*

«Leitor complacente, pitadeia-te, se isto te está nos habitos, ou chupa nervosamente um charuto, se acaso te apraz, e diz-me, fixando a vista n'essa photogravura, se o Zé Povinho minhoto, que ahi se registra, é ridiculo!

«Ridiculo somos nós. Ridiculos, sim! Nós que não trabalhamos de sol a sol; que não lhe damos compensações de especie alguma, e que parecendo-nos pittorescas as suas attitudes, a forma espontanea de suspender os tamancos e de firmar o pau, não reparamos em nós quando nos escondemos n'uma casaca escandalosamente desandada do figurino ou quando ficamos debaixo d'um chapeo archeologico, já a devassar a lua...

«A sua divisa é de pobrête-alegrête. «Paixões não pagam dividas». Barriga cheia hoje que «para amanhã Deus dará».

«Do contrario seria o requinte de mal-aventurada sorte!

«...O coitado que nunca entrou no Credito Predial e, analphabeto, não escreveu nenhuma das celebres cartas do caso Hynton...

«Apulia, setembro.

A. SOUCASAUX».

(«B.-R.», n.º 9, 11 de Setembro de 1910, 2.º Anno, pp. 103-104)

X

«Palavras de paz

«La grande œuvre à tente este celle de la concentratio nationale.

CH. WAGNER
(JEUNESSE)»

«A REVOLUÇÃO deixou depois de si uma tranquilidade tão completa e, na apparencia, ao menos, tão segura, que esses curtos dias, terriveis de anciedade e incerteza, já nos parecem distantes, sumidos muito ao longe, na bruma dum passado morto.

«Essa tranquilidade, para uns, quer dizer apenas indifferença, para outros só egoismo accommodaticio, para alguns resignação forçada e impotente de vencidos.

«E ainda, para outros, é a paz consoladora, depois de longo tempo de lucha e de anciedade. E' a segura confiança n'um melhor futuro d'esta mala-venturada patria, depois de muitos annos de duvida e desanimo.

«Em todos, salvo em alguns especuladores sem escrupulos, havia ja ha tempo um ardente desejo de tranquillidade, de quietação. A parte laboriosa do paiz precisava do socego, do descanso de espirito que o trabalho fecundo exige.

«E ha quanto tempo o não tinhamos!

«Viviamos n'uma athmosphera de duvida, de receio e de anciedade, torturava-nos a incerteza do dia seguinte.

«A revolução, que, a cada momento, se esperava; os escandalos que, dia a dia, rebentavam, como vulcões de lama, ennodoando reputações, espalhando a suspeita, ás vezes a calumnia e sempre a desconfiança; os partidos politicos fragmentados, abrindo entre si abysmos de odios, de perseguições, de intrigas; tudo lançava o paiz n'um doloroso estado de duvida, de incerteza e desconfiança.

«Por isso elle sentia uma ardente sede de paz, de quietação, de tranquillidade.

«Por isso tambem essa tranquillidade veio logo, espontanea e segura, após a Revolução.

«No entanto a heterogeneidade d'esses elementos: indifferentes, accomodaticios, inadaptahos e crentes, torna esta quietação instavel e artificial.

«A grande aspiração da Republica deve ser portanto a de concentrar todos esses elementos, hoje heterogeneos e antagonicos, de os unir no generoso esforço de trabalhar pelo bem da patria.

«E' uma larga e generosa obra de fraternidade a realizar, que, para ser elevada e pura, não deve ser manchada por baixezas que humilham, nem por transigencias que corrompem.

«E é sobretudo de nós, da grande massa do paiz, que deve partir o maior impulso para que ella se effectue.

«E' preciso que o nosso amor pela patria não seja apenas uma sonora phrase, que penduramos nos discursos.

«Amar a patria é sentir um profundo e largo sentimento de affeição por esta terra onde vivemos, que é o tumulo dos nossos paes e que será tambem o nosso; esta terra que se reflecte poderosamente dentro da nossa alma e lhe imprime todo o seu modo de ser.

«O que nós somos lê-se claramente na doçura do nosso clima, na conformação dos nossos montes, no deslizar dos nossos rios, na frescura dos nossos valles...

«A solidão e a melancolia da charneca fazem o Alemtejano concentrado e altivo, a aspereza da montanha faz o Transmontano energico e violento, o aconchego e a formosura dos seus campos fazem o Minhoto timido e bucolico.

«Na nossa alma ha sempre muito do solo onde vivemos e por isso, porque é como que uma parte de nós, devemos querer-lhe muito, como queremos aos que nos crearam.

«Amar a nossa patria é sentir um grande e generoso amor por todos os portuguezes. Por esses que são nossos irmãos, filhos da mesma terra, fallando todos a lingua que as nossas mães nos ensinaram; irmão pelo sangue derramado em commum no fragor das batalhas; irmãos pela solidariedade do esforço, na paz fecunda do trabalho.

«Amar a patria é sobretudo ter confiança n'ella, sentir o orgulho de ser seu filho, e o desejo de a vêr sempre digna, livre e respeitada.

«E' portanto soffrer com as suas amarguras, trabalhar por ella, nobremente, desinteressadamente. E um dia, se o estrangeiro quizer macular a terra onde nossos paes descançam, que abriga o nosso lar, e onde mourejamos com o nosso esforço independente e digno, porque é livre, amar a patria é sabe-la defender e morrer por ella.

«O amor da patria impõe-nos, portanto, o esquecimento, pelo bem geral, dos nossos caprichos, dos nossos odios, e até dos nossos sentimentos de affeição pessoal, que tantas vezes cegam e corrompem.

«Que um largo e generoso sentimento de tolerância, de bondade, de fraternidade estreite, approxime e solidarise a grande familia portugueza.

«Acabe o velho espirito partidario sem grandeza de principios, sem elevação e generosidade no processo de combater, sem independencia e despreendimento na maneira de actuar.

«Os partidos pertencem a uma phase transitoria da evolução social, que deriva da nossa imperfeita educação politica.

«Hão-de talvez substituil-os, ligas provisórias, para realizar qualquer reforma social, ligas que conttenham espiritos vindos dos partidos mais oppostos.

«N'ellas se alcançará, diz Payot, um maior espirito de tolerancia e de justiça.

«Mas não esperemos só pelos outros, comecemos nós, dentro dos nossos muros e pelo bem d'esta terra, a realizar essa obra de fraternidade de tolerancia e de justiça.

J. B.»

(«B.-R.», n.º 10, 30 de Outubro de 1910, 2.º Anno, pp. 113-114)

XI

«Suspensão da 'Revista'»

«COM o presente numero, tardiamente publicado por circunstancias imperiosas, encerra esta Revista o 2.º anno da sua publicação.

«Ao iniciarmos o anno agora findo, já préviámos as graves difficuldades com que teríamos a lutar, para mantermos a Revista na linha de conducta que lhe traçáramos e de que não nos pesa na consciencia termo-nos desviado.

«Essas difficuldades eram inevitaveis, porque acompanham todas as tentativas para defender ou vulgarisar principios em que se ponha de parte um interessado e subserviente mercantilismo.

«Recuar perante esses obstaculos, antes de tentar vence-los, era uma solução facilmente egoista, mas que a nossa orientação e o nosso temperamento repelliam.

«Luctamos portanto contra elles, e se essa lucta nos deu horas amargas de desanimo e descrença, compensou-nos com outras de fé intensa ou de tranquillidade consoladora, pela consciencia de um dever cumprido.

«Um momento chegou, porém, em que essas difficuldades nos venceram e em que nos impõem, ao menos uma tregua no combate que contra ellas empenhamos.

«Por isso, temporariamente suspendemos a publicação [da Revista], até que possamos voltar de novo à lucta com as nossas forças retemperadas.

«A todos os que nos deram o seu auxilio material [e o] seu [a]poio moral, para realisarmos a tarefa que empreendemos, e á imprensa que teve para nós um acolhimento benevolo ou carinhoso, o nosso profundo e grato reconhecimento.

A REDACÇÃO».

(«B.-R.», n.º 24, 16 de Junho de 1912, 2.º Anno, p. 278 [292])

As Muralhas de Barcelos

CARLOS A. VIEIRA DE SOUSA BASTO

I

O carácter do velho burgo, belamente traduzido no desenho de Duarte d'Armas, do Livro das Fortalezas, ficou bem marcado logo nos primeiros anos do século xv. Para tal, muito contribuiu D. Afonso, 8.^o conde de Barcelos.

Numa época em que imperava o espírito de cavalaria (1) e em que, por certo, estava ainda na memória de todos a luta com Castela, em especial o assédio ao Castelo de Faria, em 1373, e o acto heróico do seu alcaide, é natural que se desse início às obras de construção dos muros que vieram a cingir a vila.

Tempos houve em que se generalizou a convicção de que teria sido aquele conde quem mandou construir as muralhas.

Ultimamente, porém, têm surgido algumas dúvidas sobre o assunto, afirmando alguns que as obras se devem à iniciativa de D. João I, embora D. Afonso tenha sido o seu principal obreiro.

Não restam dúvidas, no entanto, que ao 8.^o conde de Barcelos, 1.^o duque de Bragança, se deve a grande transformação por que passou a então vila: a construção das muralhas, a edificação do Paço, a reconstrução da ponte e a erecção, em colegiada, da antiga igreja Matriz.

O notável estudioso das coisas de Barcelos, que foi o Dr. António Ferraz, em artigo publicado no n.^o 4 de «Barcellos-Revista», na 1.^a quinzena de Abril de 1909, defendeu a teoria de que, na povoação, teria existido uma fortificação bastante antiga. Sant'Anna Dionísio, por seu lado, diz que «é de pressupor que no mesmo sítio sobranceiro tinha existido alguma atalaia ou torre dos primeiros condes». E continua: «Não há, porém, sinais visíveis dessa presumível defesa da ponte da era afonsina» (2).

Outros dois historiadores de Barcelos, não menos distintos, o Dr. Teotónio da Fonseca e o Major Mancelos Sampaio, eram de opinião contrária.

(1) Cf. Luís A. de Oliveira Ramos, *O feito dos alcaides de Faria*, in *Mínia*, Braga, 2.^a série, 1 (1) 1978, p. 69.

(2) Cf. Sant'Anna Dionísio, *Guia de Portugal—Entre Douro e Minho*, Lisboa, 1965, pp. 941-2.

O primeiro, referindo-se ao 8.º conde D. Afonso, dizia: «À vila, terra aberta e sem defesa guerreira, mandou cercar de muralhas» (3). O segundo, depois de lembrar que não se encontra qualquer alusão às muralhas, nem nas inquirições régias, nem nas crónicas, (embora Fernão Lopes relate com bastantes pormenores o cerco do castelo de Faria), é de opinião que, sob a dominação romana, também não deviam ter sido construídas muralhas, já que «o sistema de ocupação militar dos romanos era incompatível com a situação topográfica de Barcelos» (4). Quanto a tempos mais remotos, tal parece pouco crível, pois a povoação, a existir, seria insignificante.

Na relação dos castelos que D. Fernando mandou restaurar, após a infeliz campanha de 1373, não encontramos qualquer referência à muralha de Barcelos e, na guerra da independência, temos notícia das conquistas dos castelos de Faria, de Vermoim, de Viana e do Neiva, todos à volta da vila, o que nos leva a crer que, na realidade, se tratava de uma povoação aberta.

II

A história da muralha, tal como a sua construção, confunde-se com a história e a construção do Paço dos condes. Em certos pontos chegam mesmo a entroncar-se.

Uma e outro devem ter começado a ser construídos entre 1410 e 1411, logo a seguir ao regresso de D. Afonso de uma viagem de visita aos Lugares Santos (5). Nessa viagem, organizada com grande pompa, foi o conde de Barcelos acompanhado de 150 pessoas, entre fidalgos, escudeiros e mais criadagem, tendo atravessado vastos territórios e sendo recebido em várias côrtes (6).

Por isso, não se deve estranhar a arquitectura do Paço que mandou construir, a qual denota a influência das casas senhoriais francesas, com os seus telhados elevados, as suas altas chaminés e o grande número de cata-ventos (7).

Torna-se mais difícil determinar a época em que teriam terminado as obras, embora certos autores afirmem que deveriam estar concluídas quando se organizou a expedição a Ceuta. Tal não parece curial, se atentarmos no tempo que deveria demorar a construção de obra tão grandiosa, e no facto de D. Afonso ter trazido, daquela cidade africana, como despojos, grande número de colunas de alabastro e mármore, e um tecto abobadado, apainelado e dourado, destinados ao seu palácio de Barcelos, indício certo de que ainda decorriam as obras.

(3) Cf. Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos, Aquém e Além Cávado*, Barcelos, 1948, p. 144.

(4) Cf. Mancelos Sampaio, *Barcelos — Resenha*, Barcelos, 1927, p. 29.

(5) Cf. Rogério Azevedo, *O Paço dos Duques de Guimarães*, Porto, 1942, p. 72.

(6) Cf. Id. *ibid.*, Porto, 1942, pp. 71-2.

(7) Cf. Dr. António Ferraz, *Barcelos no século XVI*, in *A Lagrima*, Barcelos, n.º 14, ano IX, 21 de Abril de 1901.

De acordo com uma carta régia de 10 de Agosto de 1413, referida por Mancelos Sampaio, era concedida isenção aos habitantes de Azurara (Vila do Conde) de servirem nas obras de Barcelos, cujo vedor era Martim Gomes, ouvidor do conde D. Afonso.

Um outro documento, datado de 1482, existente no arquivo da Câmara de Ponte do Lima, citado pelo arq.^o Rogério de Azevedo no seu livro «O Paço dos Duques de Guimarães», situa por volta de 1425 o final das referidas obras (8).

Conhece-se, também, uma escritura feita já no paço de Barcelos, e datada de 6 de Fevereiro de 1427.

Mas é o desenho de Duarte d'Armas, de 1505, feito por ordem de D. Manuel I, que nos dá a primeira visão do que teria sido uma cidadela gótica, espartilhada por uma forte muralha ameada, com torres, uma das quais à entrada da ponte.

Entre 1631 e 1636, quando se extinguiu o antigo Tronco Municipal, instalou-se a cadeia comarcã na Torre da Porta Nova. Esta circunstância deve ter poupado a velha torre de ser demolida, tal como aconteceu a muitos outros trechos da antiga muralha.

Por cima da porta voltada à ponte, e mercê de uma carta de D. João IV, de 30 de Junho de 1654, foi gravada na pedra uma inscrição, em latim, de consagração do Reino à Imaculada Conceição de Maria (9).

Por cima dessa inscrição foi colocada, de 1730 a 1733, uma estátua de Barcelos, em pé, «bem elaborada em fina pedra, no formato de um S. Jorge» (10).

O terramoto de 1755 poucos estragos fez nas muralhas, apenas «cahirão com o tremor da terra algumas ameas da muralha para a parte do Norte, e o mesmo succedeo na torre da Cadeya aonde cahirão algumas ameas, das que coroaõ esta torre, para a parte de dentro» (11).

Mas, foi em 1794, que, propriamente, começou a demolição das muralhas, com o desaparecimento da Torre do Vale, seguindo-se-lhe a Porta Nova e o lanço de muralhas daquela porta à torre do Valo ou da Esperança.

(8) «S.or vossa alteza saabera como o duque dom afonso em seendo comde de barçellos ouve Carta per que amtre doyro e minho pagasse taalha pera as obras de barçellos e por teer Rezom dauer estes dinheiros ordenou de çerquar o dito lugar de muros e torres o quall ha mais de xxb annos que he acabado. E porem sempre pagarã o dinheiro como quer que se obra nõ fezera ata era de iijcL annos que o duque de villaviçosa foy amtre doyro e minho e vyo o rrendimento do dinheiro que pera as ditas obras foi paguada e achou que com aquelle dinheiro se poderom fazer taaes tres çercas e nõ bastou as obras serem acabadas cõ o dinheiro e suor dos pobres homẽs mas aynda hũa paaços em que vossa mercê e a Sr.^a R.^a poderam pousar e o duque e sua molher seerẽ bem aposentados. E por lhe parecer a este duque dom fernando q̃ avya ajnda mester mais obra mandou desfazer hũa das milhores torres e mais prinçippaaes que hi auia pera fazer nas ditas suas casas pera que mãdou leuar a dita pedra e fez com ela muros q̃ parecem mais fortalezas que paaços» etc.

(9) Cf. Domingos Joaquim Pereira, *Memoria Historica da Villa de Barcellos, Barcellinos e Villa Nova de Famelição*, Viana, 1867, p. 33.

(10) Idem.

(11) *Memórias Paroquiais de 1758* — Rev.^o Pedro Ribeiro de Gouvea, pároco coadjutor na Insigne Colegiada.

Em 1800, a 24 de Janeiro, pelas 6 horas da madrugada, deu-se o desmoronamento da torre da Ponte e de grande parte do Paço, ficando a ponte obstruída durante alguns dias.

A muralha que corria da torre do Vale até à Fonte de Baixo foi demolida em 1857 e, dez anos depois, foi a vez do postigo da travessa do Apoio.

Posteriormente, em 1806, começou a ser aforada parte da muralha aos moradores cujas casas ou quintais confinavam com aquela.

Mais tarde, entre 1820 e 1822, um procurador camarário, de nome José Simões Gomes, fez demolir parte das muralhas e do Paço, retirando 10.000 carros de pedra.

Esta onda destruidora reflectiu-se depois, mais especificamente no Paço Ducal, chegando ao ponto de um morador de um prédio junto à Matriz, em 1870, mandar apear o cunhal Sul-Poente das ruínas porque, de sua casa, não via uma quinta que tinha em Barcelinhos⁽¹²⁾. A própria Câmara de então chegou a solicitar a sua total demolição, tendo o deputado António Pais de Vilas-Boas retido o requerimento dirigido ao Rei.

Por último, em 29 de Dezembro de 1935, ao meio dia, derruiu parte da muralha do lado norte.

O Dr. José Novais, em 1890, mandou cercar de muros com ameias o terreno onde assentava o edifício do Paço.

III

São perfeitamente visíveis vários trechos das muralhas que circundavam a então vila de Barcelos, o que permite, com uma certa segurança, fazer a sua reconstrução.

Para o efeito, é fundamental a análise do já referido desenho de Duarte d'Armas, de 1505.

Se desculparmos certos erros de perspectiva, e o número excessivo de arcos da ponte, poderemos ajuizar do aspecto da vila medieval nos princípios daquele século XVI.

No Censo da População de 1527, vemos uma descrição muito sucinta das muralhas: «He villa bem cerquada de muros e torres fortes e tem por fortaleza os paços do Duque e jaz peguada no Rio Cavado tem hua ponte de pedra muy fermosa que say dos paços e pasa contra a cidade do Porto pera o arrabalde de Barcellinhos»⁽¹³⁾.

Depois, em 1609, graças a uma provisão de Filipe II, de 13 de Abril de 1601, e por ter sido feito Tombo dos bens da Casa de Bragança, em 15 de Setembro, vamos encontrar o relato referente aos Paços de Barcelos, «tem o Duque nosso Sñr. hũs Paços Dentro na Villa de Barcellos que estão sobre a ponte do Rio Cabado que he serventia da Ditta Villa e tem seis casas torres

⁽¹²⁾ Cf. Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes--Duques de Barcelos*, Porto, 1954, p. 26.

⁽¹³⁾ Cf. Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado* Barcelos, 1948, p. 146.

de q̃ hũa dellas que he a que cahe sobre a ponte não tem sobrado nem tecto e he a mais Alta de todas, e pella Banda de fora tem hũa Varanda estreita de Pedra ao Redor della quasi pello meo e as tres Casas torres que se seguem tras esta tem seus tectos telhados de telhoes grandes sem nehũ sobrado, e as duas Casas mais que estão Pera Abanda do norte e nascente, não telhados nem sobrados e a está Pera a banda da Rua do Priol serve de quintal e outras que se não acabarão q̃ estão P.a ABanda do norte servem de quintal

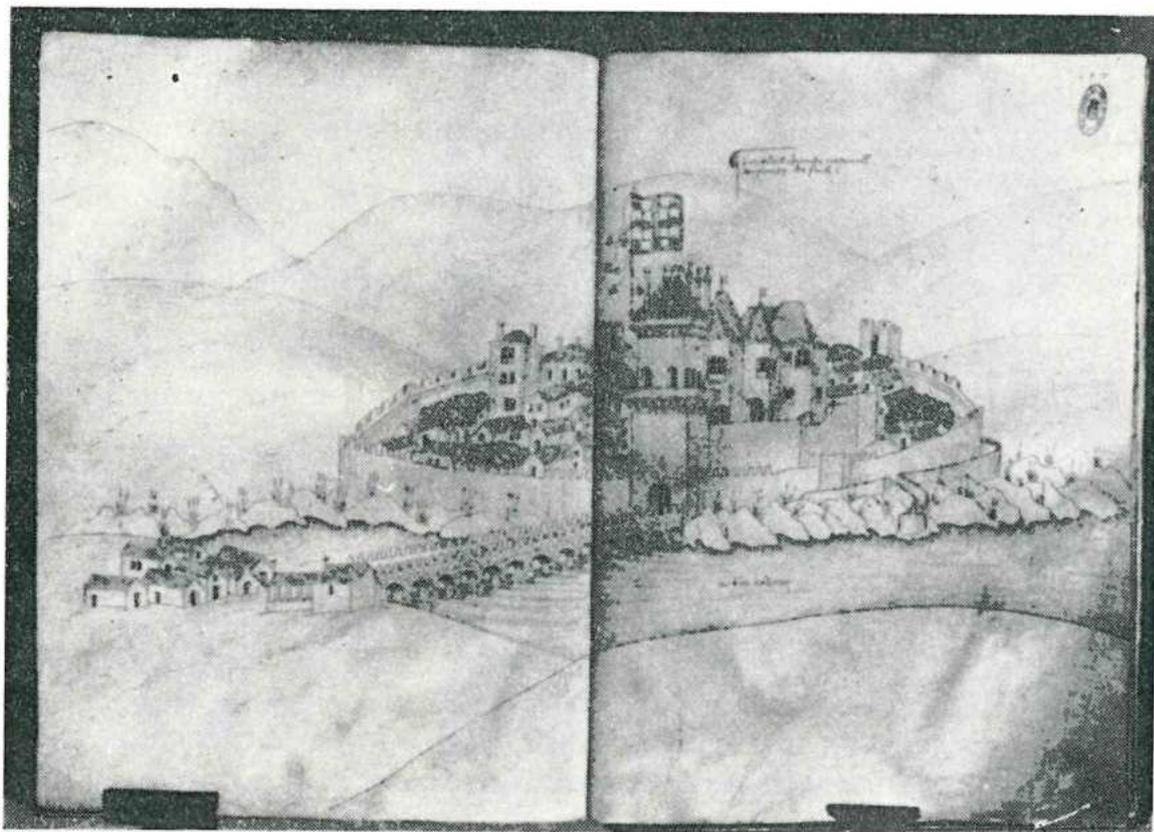


FIG. 1 — *Desenho de Duarte D'Armas, do Livro das Fortalezas, 1505, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.*

e partem do norte com a igreja Collegiada e do sul, cõ a ditta Ponte e do nassente com o Recio e Rua Chamada do Priol e do poente Com as Casas terreas Reguengas de B.ar Machado t.am, por serventia da escada de pedra em meo que vai da Igreja Pera a ponte e postigo da Dita Villa esta obra he De Pedra lavrada de scoadria grande e ferosa»⁽¹⁴⁾.

Em 1672, Fr. Pedro de Poyares, no seu «Tractado Panegyrico em louvor da Villa de Barcellos» diz: «Tem a Villa bons muros, & nelles sete portas, quatro mais principaes, & tres de menos serviço».

⁽¹⁴⁾ Tombo 5 do Julgado de Neiva, fls. 4 v., Arquivo da Casa de Bragança, no Palácio de Vila Viçosa, citado por Francisco de Azevedo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos*, Porto, 1954, pp. 20-21.

O P.e António Carvalho da Costa, na «Corografia Portugueza», de 1868, descreve assim as muralhas: «He cercada de muros com duas torres muito altas, que mandou fazer o primeiro Duque de Bragança Dom Affonso, assistindo a esta obra Tristão Gomes Pinheiro, fidalgo honrado de Galliza: tem quatro portas, a da Torre da ponte, a porta nova, a do Valle, a da fonte de baixo, & tres postigos, o da Feyra, o das Vigandeiras, & o dos Pelames».

Um ano antes, em 1867, Domingos Joaquim Pereira, dá-nos bastantes pormenores das muralhas na sua «Memoria Historica».

Mas, uma das descrições mais completa e antiga, encontrámo-la nas «Memorias paroquiais» de 1756. Nelas vemos que é «obra muito forte pela qualidade de argamassa». Quanto à torre da ponte, informa que «se levanta em tanta altura, que excede de cento e cincoenta palmos com duas verandas de pedra, e na ultima tem janellas de todas as partes. No interior desta torre, que de Norte a Sul tem setenta e cinco palmos, e de Nascente a Poente trinta tres, está hum tanque com hua milagrosa Imagem de Santa Monica esculpida em pedra; as suas portas tem de largo quatorze palmos, e treze de grosso nas paredes» (15).

Diz ainda que a porta «do Pecegal, que fica sobre o rio no alto dos rochedos entre dous fortins que fas a muralha», o que é um pormenor esquecido pela maioria dos autores que trataram dos muros.

A descrição das muralhas, que iremos agora seguir, é da autoria dos Drs. António Ferraz e Teotónio da Fonseca. Quer um, quer outro destes investigadores, falam de um só fortim junto da porta do Pecegal. Por isso é extremamente interessante esta informação das Memórias Paroquiais. Mas sigamos o Dr. António Ferraz, no «Barcellos-Revista»: «Quem, do cimo da ponte e voltado para a povoação observasse as muralhas, encontrava na sua frente, fechando a extremidade norte da ponte, uma elegante torre quadrangular, toda de cantaria e constituída por dois corpos sobrepostos.

«O corpo inferior terminava superiormente em uma varanda ou galeria saliente, também de cantaria, sustentada em fortes cachorros de pedra. Sobre esta galeria assentava o segundo corpo da torre, também de forma quadrangular, mas um pouco retraída e com portas para a galeria, coberto por um telhado de ponto subido e circundado de ameias, de que emergia a esguia chaminé de um fogão interior.

«Da ponte entrava-se para o interior da torre por uma porta de arco de volta redonda, que era a porta principal da vila, havendo mais duas das mesmas dimensões e forma, uma a nascente pela qual se entrava na rua dos Pelames e outra a poente que dava para a antiga rua da Ponte, depois chamada do Terreiro».

Mais adiante: «Esta era a torre de menagem ou alcáçova do Castelo.

«Dela partiam as muralhas constituídas de pedra solta a argamassa, muito altas e com 2,80 m de espessura, tendo os adarves guarnecidos de fortes ameias.

(15) *As Memorias paroquiais de Barcelos e Barcelinhos*, transcritas em *Recordações Historicas de Barcelos*, Barcelos 1932, por José de Mancelos Sampaio, pp. 43-44.

«Seguindo a muralha do nascente, o primeiro lanço partia do cunhal da torre da Ponte e seguia até ao Pecegal, sempre à margem do Cávado e aí terminava numa pequena torre ameçada, que, juntamente com uma segunda cortina de muros exteriores, correndo paralelamente à muralha, defendia uma pequena porta ou postigo, que lhe ficava próxima. É o postigo do Pecegal que ainda hoje se vê, bem como a torre, já um pouco modificada.

«Era por este postigo que os moradores da vila comunicavam com o rio. Oferecendo uma saída fácil e oculta, servia também de porta falsa ou da traição, por onde se faziam as sortidas e se escapavam os defensores da praça, quando não podiam por mais tempo prolongar a resistência.

«A alguns metros para nascente do postigo do Pecegal, subia a muralha em linha recta para a parte alta da vila, na direcção sul-norte; e pouco mais ou menos, no local onde hoje está o Banco de Barcelos⁽¹⁶⁾, desviava-se um pouco para noroeste, indo terminar no largo da Porta Nova (antigo Campo da Feira) em outra torre de maiores dimensões que a da Ponte, mas de arquitectura muito mais singela.

«É uma torre quadrangular, muito alta, de paredes grossas (2,86 m) e primitivamente coroada de ameias de defesa, que depois foram substituídas por outras de adorno, quando para ela mudaram a cadeia (1631 a 1636). Tem esta torre quatro pavimentos».

A propósito desta torre diz, o Dr. Teotónio da Fonseca: «Era a antiga residência do alcaide».



FIG. 2 — *Aquarela de Alberto de Sousa, pintada em 1923 e reproduzida na obra: «1900-1950 Cinquenta Anos de Vida Artística».*

⁽¹⁶⁾ Neste ano de 1982, encontra-se aqui instalado o Banco Totta & Açores.

Mas continuemos com o texto do Dr. António Ferraz:

«Do cunhal norte desta torre partia outro lanço de muralha, que ia terminar um pouco adiante, na Porta Nova.

«Esta porta dava saída na rua D. António (antiga rua de Cima de Villa) para o arrabalde do Salvador, ou, mais propriamente, para o antigo Campo da Feira e arrabalde da Vera-Cruz.

«Chamava-se Porta Nova por ser talvez a última a ser construída, ou porque, depois de feita, sofreu quaisquer modificações tendentes a embelezá-la.

«Na parte superior do arco desta porta havia um oratório de grandes dimensões, onde foi colocada a imagem de Nossa Senhora da Abadia.

«Da Porta Nova seguia a muralha na mesma direcção noroeste, e, a poucos metros de distância, desviava-se um pouco para poente, seguindo, depois, em linha recta e paralelamente à rua D. António Barroso, até à rua da Esperança, onde terminava em outra torre e porta, designadas torre e porta do Vale, e também da Esperança, por haver ali um pequeno nicho, onde alguns devotos veneravam a imagem de Nossa Senhora da Esperança, que em 1689 passou para um pequeno oratório ou ermida no pavimento térreo da torre, mandada construir por um tal João de Carvalho, homem nobre de Barcelos, e em 1730 foi colocada no altar da Trindade, da Igreja Matriz.

«Da porta do Valle partia de novo a muralha, e, descrevendo uma ampla curva semicircular, que contornava a rua de Fundo da Villa, o Terreiro e a viela das vigandeiras, descia sobre a margem escarpada do Cávado e ia terminar no cunhal do poente da torre da Ponte.

«Primitivamente os muros de Barcelos não tinham mais do que as três portas e torres descritas e os dois postigos: o do Pecegal e o da Fonte de Baixo.

«Mais tarde, na primeira metade do séc. xvii, a câmara mandou abrir o postigo da Ferraria e o da rua das Velhas, também chamada da Feira, por ficar a pequena distância do antigo Campo da Feira.

«O primeiro foi construído em 1631 e o segundo em 1635.»

IV

Trabalhando sobre uma fotografia aérea de Barcelos, onde previamente se delimitou o perímetro das muralhas, e tendo como base o desenho de Duarte d'Armas, o pintor portuense Artur Guimarães deu-nos a sua versão do que deveria ter sido o velho burgo medieval.

O desenho quincentista enferma de erros de perspectiva e de um número exagerado de arcos da ponte, o que foi corrigido no trabalho de Artur Guimarães, trabalho esse até agora inédito.

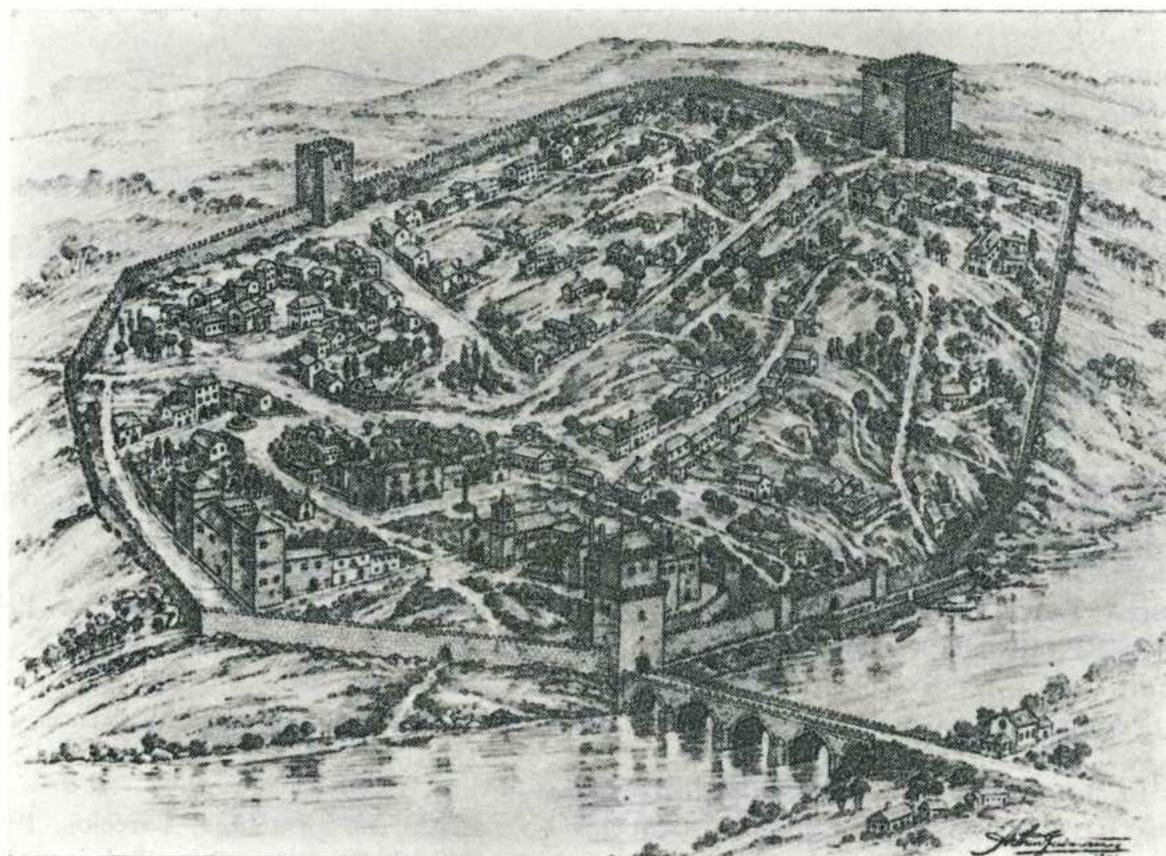


FIG. 3 — *Desenho de Artur Guimarães, pertencente a C. B.*

No espaço dos 377 anos que separam estes dois desenhos, as muralhas, como pudemos ver, tiveram uma vida acidentada, embora nunca presenciassem qualquer acontecimento notável de carácter bélico.

Ainda hoje, em 1982, numa altura em que tanto se fala na defesa do património cultural, vemos os velhos muros de Barcelos a ser desrespeitados, perante a passividade de toda a gente.

Barcelos, Julho de 1982

BIBLIOGRAFIA

- AZEREDO, FRANCISCO — «O Paço dos Condes-Duques de Barcelos», Porto, 1954.
- AZEVEDO, ROGÉRIO — «O Paço dos Duques de Guimarães», Porto, 1942.
- CALDAS, PEREIRA — «Raridade Bibliographica», Braga, 1871.
- COSTA, ABEL GOMES — «O perfil do 8.º Conde de Barcelos e a sua influência na expansão portuguesa», Barcelos, 1980.
- COSTA, AMÉRICO — «Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular» — vol. III, Vila do Conde, 1932.
- COSTA, P.º ANTÓNIO CARVALHO DA — «Corografia Portugueza», Braga, 1868.
- CRUZ, BENTO ANTAS DA — «Ensaio para os Anais do Município de Barcelos», Barcelos, 1932.
- CUNHA, FERNANDA DE MATOS — «Notas etnográficas sobre Barcelos», Porto, 1932.
- DIONÍSIO, SANT'ANNA — «Guia de Portugal — Entre Douro e Minho», Lisboa, 1965.
- FARIA, ANTHERO DE — «Franqueira», Barcelos, 1956.
- FERRAZ, DR. ANTÓNIO — «Barcellos no seculo XVI», in «A Lagrima», Barcelos, n.º 14, Ano IX 1901.
- FERRAZ, DR. ANTÓNIO — «Barcelos e os seus Difamadores», Barcelos, 1925.
- FONSECA, TEOTÓNIO DA — «O Concelho de Barcelos, Aquém e Alám Cávado», Barcelos, 1948.
- GOUVEA, P.º PEDRO RIBEIRO — «Memórias Paroquais de 1758».
- LAGRIMA (A) — n.ºs 9 e 14, Ano IX, de 20 Jan. 1901 e 21 Abril 1901.
- LEAL, AUGUSTO SOARES D'AZEVEDO BARBOSA DE PINHO — «Portugal Antigo e Moderno», Lisboa, 1873.
- LEITÃO, JOAQUIM — «Guia Illustrado de Barcellos», Porto, 1908.
- MAGALHÃES, ERNESTO DE AMORIM — «Barcelos no passado, no presente», Barcelos, 1958.
- PEREIRA, DOMINGOS JOAQUIM — «Memoria Historica da Villa de Barcellos, Barcellinhos e Villa Nova de Famelição», Viana, 1867.
- POYARES, FR. PEDRO DE — «Tractado Panegyrico em louvor da Villa de Barcellos, por rezam do apparecimento de Cruzes que nella apparecem», Coimbra, 1672.
- RAMOS, LUÍS A. DE OLIVEIRA — «O feito dos alcaides de Faria», in Mínia, Braga, 2.ª série, 1 (1), 1978.
- RIBEIRO, A. M. DO AMARAL — «Noticia Descriptiva da Muito Nobre e Antiga Villa de Barcellos», Barcelos, 1867.
- SAMPAIO, ANTÓNIO DE VILAS BOAS — «Nobiliarchia Portugueza», Lisboa, 1676.
- SAMPAIO, MANCELOS — «Barcelos-Resenha», Barcelos, 1927.
- SAMPAIO, JOSÉ DE MANCELOS — «Recordações Historicas de Barcelos», Barcelos, 1932.
- SAMPAIO, J. MANCELOS — «A Servidão de Barcelos a Guimarães», Barcelos, 1943.
- S. THIAGO, FR. FRANCISCO DE — «O Monte da Franqueira», Barcelos, 1909.
- VIEIRA, JOSÉ AUGUSTO — «O Minho Pittoresco», Lisboa, 1887.

José Joaquim Pereira do Lago

Um Magistrado Barcelense no Brasil

*Contributos para a História de
uma Família e de uma Época*

MANUEL INÁCIO PESTANA

I. INTRODUÇÃO

1. Entre os poucos documentos respeitantes ao Brasil existentes no vasto Arquivo da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, encontramos no MS. 1543/NG. 267 (DIREITOS EXTINTOS da Casa de Bragança no Almojarifado de BARCELLOS) quatro cartas do Bacharel José Joaquim Correia da Costa Pereira do Lago, ouvidor da comarca de Crato do Ceará, enviadas a familiares seus em Portugal.

2. Tinha-se entretanto proclamado a independência do Brasil.

Àquele magistrado, com bastantes interesses em Portugal na região de Barcelos, onde sua família era possuidora da conhecida Casa do Tanque, pertencia a propriedade do ofício de Contador dos Juízos do Geral, Órfãos, Câmara, Sisas, Almojarifado e Almotaxaria de Barcelos, lugar agora disputado por vários pretendentes, entre eles, José António Correia da Costa Pereira do Lago, irmão do titular oficial. E porque não se sabia ainda, em 1828, se José Joaquim Pereira do Lago era vivo ou morto — em 10 de Junho de 1827 chegariam as notícias mais próximas —, segundo despacho do corregedor da Comarca de Barcelos, dr. António Caetano de Lima e Sampaio, não foi dado andamento aos diversos requerimentos para ocupação do lugar em causa.

A 18 de Julho de 1828, p. ex., o capitão-mor das Ordenanças de Barcelos, António de Matos de Faria e Barbosa, que já possuía uma mercê

de 200 mil rs. do Hábito da Ordem de Cristo, pretendendo conservar a tença de 12 mil rs. na parte que respeita ao Hábito, em lugar dos restantes 188 rs., quer que lhe seja concedido o officio de Pereira do Lago, dando-nos no seu requerimento a seguinte notícia:

«por que sendo em 1820 despachado para hum Lugar da Magistratura ou Capitania do Ceará, tem estado e ainda está no serviço de Sua Magestade o Imperador do Brazil sendo em consequencia legalmente reputado Estrangeiro [...]»

Para defesa dos seus direitos, o bacharel do Ceará designara seu procurador em Portugal, João Nepumoceno Benevides, o qual, a fls. 285 do mesmo MS. 1543, põe a questão nos seguintes termos:

«... e por que se acha ausente no Imperio do Brazil, e empregado em hum lugar de Magistratura, tem havido pertendentes, que com hum tal pretextto tem requerido a Merce da dita propriedade, que lhe pertence; e lhe consta, que tendo sido seus requerimentos consultados pela Junta da Serenissima Caza de Bragança, tem sido escuzados, e isto ainda quando o mesmo Imperio se achava em dissidencia; pelo que esperando o Suplicante, que com maior motivo terião cessado taes pertençoens depois do Tractado rathificado pela Carta de Lei de 15 de Novembro de 1825, em cujo artigo 5.º se declara = serão religiosamente goardados, e protegidos os direitos, e propriedades dos subditos de ambas as Naçoens =, lhe consta, que de proximo se tem solicitado a mesma pertenção, e que sobre ella tem subido Consulta a Presença de V. A. [...]»

Um despacho, à margem, do Procurador da Fazenda solicitado em 16 de Novembro de 1827 parece no entanto desfazer todas as ilusões de Pereira do Lago:

«... ainda no Cazo de viver o Suplicante, attendendo a ser subdito do Imperador do Brazil, empregado no seu serviço, e se dever reputar Estrangeiro.»

Assim, os seus alegados direitos ao officio de Barcelos transitaram a quem, por requerimento e condições, o poderia ocupar de acordo com a lei portuguesa. Entretanto, esse lugar estivera a cargo de um serventuário, Francisco Gomes Rosa, que dele pagava renda a D. Ana Joaquina Pereira do Lago, irmã do bacharel José Joaquim.

3. Quando escreveu as presentes cartas, já Pereira do Lago tomara conhecimento da «epidemia de Bachareis aos concursos» e sabia do processo que então decorria para preenchimento do seu lugar de Contador de Barcelos. Soube que alguns já o julgavam morto ou desaparecido na confusão dos acontecimentos brasileiros e outros simplesmente o consideravam estrangeiro sem direitos tais em Portugal.

Sobre pormenores das cartas nos debruçaremos para retirar todo o extracto histórico possível, uma vez que é fácil enquadrá-las em nexos de factos e de circunstâncias da conjuntura política, social e até económica do Brasil da época.

II. AS CARTAS

1. Primeira Carta

1825. Março. 10 / Rio de Janeiro

Para o «mano» José António Correia da Costa Pereira do Lago «meo Mano e Collega Guarde Deus muitos annos &c.^a &c.^a &c.^a Em Sua abzencia á Sñr.^a D. Anna Joaquina Roza Pereira do Lago na Casa do Tanque da villa de Barcellos». (N. 1)

Nesta primeira carta, Pereira do Lago toma conhecimento de ter sido seu irmão despachado para um lugar que o informador («hum celebre Commendador Perestrello»), acabado de chegar ao Rio não especificou.

Começa entretanto com os seus primeiros desabafos:

«Vou agora pela 2.^a vez recordar scenas tristes, e divagar o meu espirito pelos Campos Eliseos: As perturbações que agitação a Europa, e a Nossa Patria, as tristes consequencias q. tem rezultado do systema novo de coisas, e o Estado deploravel a que tudo vejo reduzido, me deixão perplexo, e indeciso, e como Pateta» (N. 2)

E prossegue:

«... e com estas reflexoes tenho ficado muito confortado, a ponto que as prixeos, as pilhagens, e roubos, os assassinos propinquos, e a mesma morte a cada momento já esperada nada já para mim he novo, pois já tudo experimentei.

«Já vós contaveis com a minha desgraçada morte; e assim era de esperar, depois de se saber que na Comarca do meu Lugar foi aonde primeiro se elevou a peste republicana ao maior auge pois a Vila de Guexeramobim [Campo Maior de Quexeramobim] da mesma Comarca do Crato foi a primeira que aboliu a Dynastia da Caza de Bragança. Escapei daquella tempestade para acabar em outra talvez pior: E quem sabe se o ser agora Dezembargador da Bahia, com posse, e vencimento de antiguedade com exercicio em Ouvidor da Cidade e Provincia de Goiaz será para maiores trabalhos, angustias, e afflições Deos o sabe [...]

«Eu já tivera partido a tomar posse daquella Ouvidoria pois na Bahia ja a

tomei | se a cada momento não esperasse ver melhoradas estas coisas, porem agora, o tempo insta, eu estou comprometido com este Ministerio, e eu devo logo partir antes que va forçado; os meios porem de subsistencia estão já esgotados e eu vou ali ao menos ganhar com o suor do meu rosto o pão que me deve alimentar [...]

2. Segunda Carta

1825. Abril. 27/Rio de Janeiro

Para D. Anna Joaquina Roza Pereira do Lago, «minha Mana e Ir.^a g.^e D.^s m.^s a.^s &c.^a &c.^a &c.^a Na Sua Caza do Tanque em Barcellos».

Transcrevemo-la na totalidade, mais pela curiosidade e pelas informações pessoais relacionadas com o processo que corria em Portugal, do que pela referenciação histórica.

Todavia, neste texto não deixa mais uma vez Pereira do Lago de lançar seu remoque à conturbação geral que ia por lá quando diz que «os correios agora são mal mandados».

Eis o texto:

«Sr.^a D. Anna Joaq.^a Roza, m.^a Mana.

Saude &c.^a Eu ainda sou vivo, por merce de D.^s e assim o pode Vm.^e assegurar a esses Sr.^{es} que mandarão a Pernambuco saber e procurar a certidam do meu fallecimento hũ Negoc.^o de Pernambuco, filho do Neto de S. Mart.^o foi disto encarregado, e por elle terião esses meus Sr.^{es} noticia dos meus grandes trabalhos, mas não da minha morte, porq. eu appellei de tal Sentença e tenho sustentado os seus relevantes embargos, mas sei q. finalmente hei de ter sentença contra; eu escrevo ao Mano J.^e An.^o e a Bernardo, e fico muito aggra-

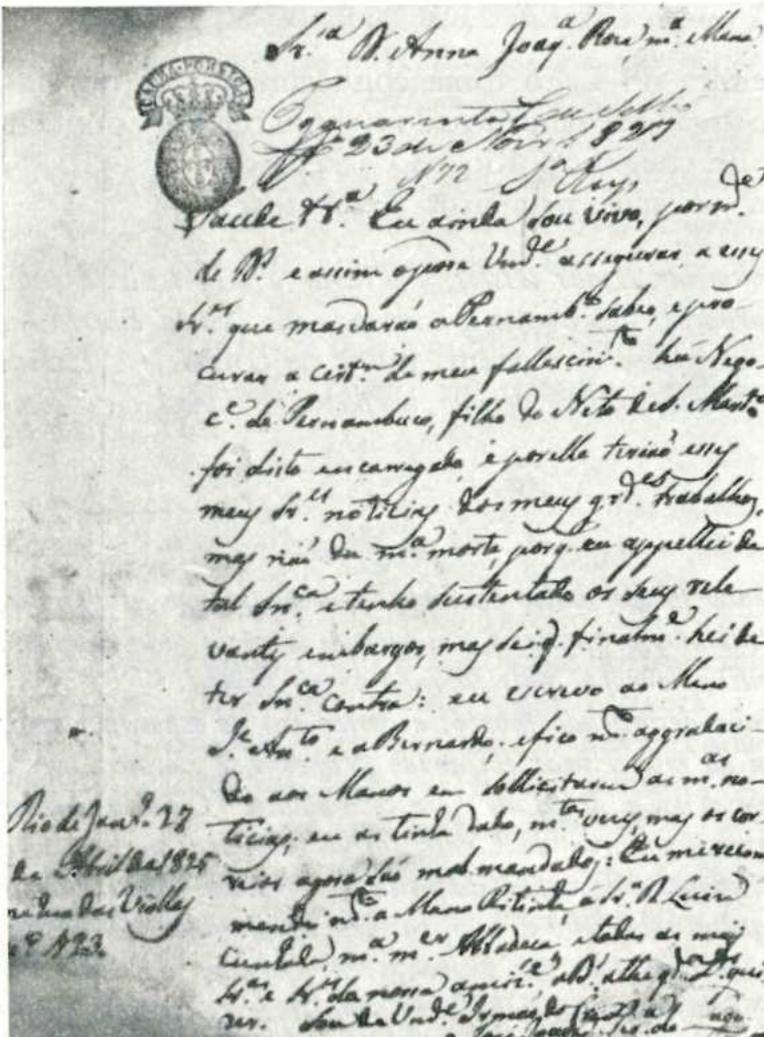


FIG. 1 — Segunda Carta.

decido aos Manos em sollicitarem as minhas noticias; eu as tinha dado, muitas vezes, mas os correios agora são mal mandados: Eu me recomendo muito a Mana Ritinha, á Sr.^a D. Luiza cunhada, m.^a m.^{er} [mulher?] Abbadeça e todas as mais Sr.^{as} da nossa amizade, a D.^s athe quando D.^s quizer.

Seu de Vm.^e Irmão do | Coração |
José Joaq.^m Per.^a do Lago
Rio de Janr.^o 17 de Abril de 1825
na rua das Viollas n.^o 123.»

3. Terceira Carta

1825. Abril. 27/Rio de Janeiro

Para Bernardo de Mello Paes de Villas Boas, «meu Mano e Ir.^{ão} G.^e D.^s m.^s, a.^s, &c.^a &c.^a Na Sua Caza da Quintam».

Lamenta-se a seu cunhado nos seguintes termos:

«... Eu tenho passado muitos e dilatados incommodos, desde q. cheguei ao Brazil, molestias, e perseguições tem sido o meu quotidiano manjar: Deus seja louvado: Estou despachado Dezembargador ordinario da Relaçam da Bahia, com posse, e vencimento de antiguidade com exercicio em Ouvidor da Cidade e Comarca, de Goiaz 300 legoas terra dentro desta Corte, he sadio bom Clima (N. 3) mas pobre tem de ordenado = 1 000 000 = e estou a partir [...]»

Remata, mais uma vez com toque político:

«aDeus meu Mano athe quando Deus quizer, e as circunstancias politicas o permitirem.»

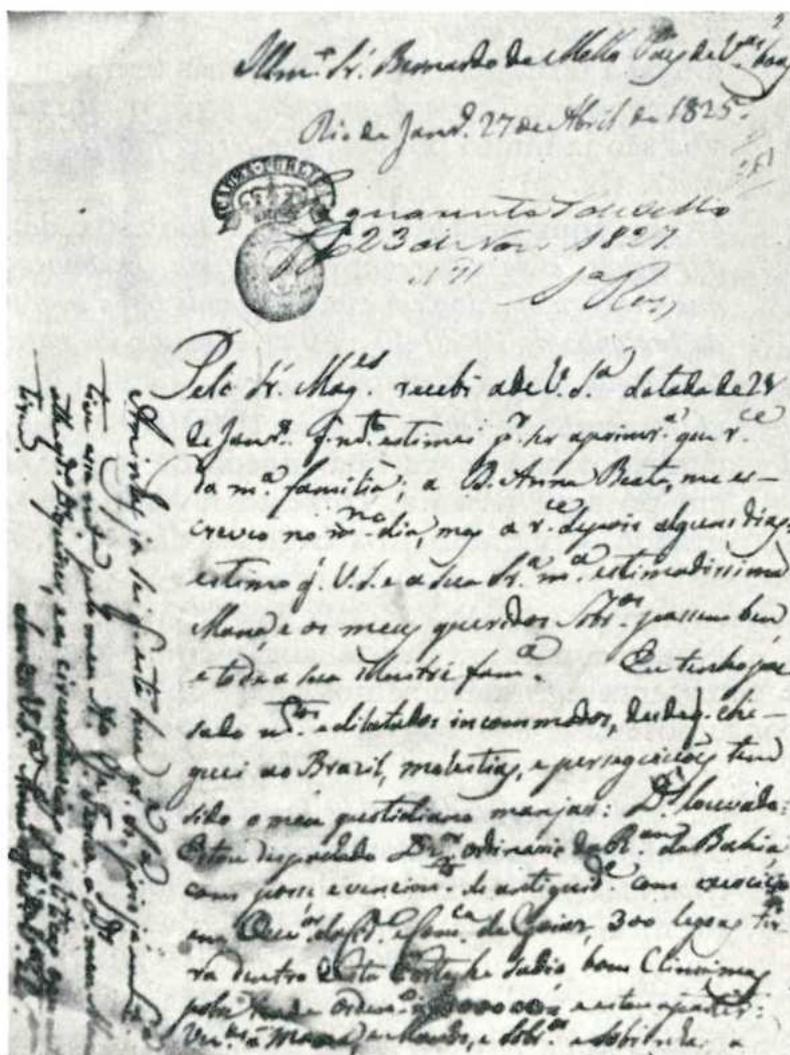


FIG. 2 — Terceira carta.

4. Quarta e Última Carta

1826. Janeiro. 29/Goiás

Para o «Mano».

Escrita já do novo posto de trabalho em Goiás, diz a certa altura:

«Eu depois de quasi 6 mezes de viagem soffrendo calores, e chuvas, e os incommodos desta grande e longa viagem cheguei a esta cidade em 28 de Novembro de 26: fui recebido como he costume, mas soffri muitos incommodos de bichos nos pes de q. me chegarão a sabir unhas, fui incommodado com sarnas, parabas [perebas = inflamações], &c.^a, mas enfim cheguei, e aqui estou, he Presidente da Provincia hu excellente Bacharel de Pernambuco, não do nosso tempo, que cazou com a filha mais velha do Lente Francisco Antonio de Sorede Portas, Senhora completa, de porte, gentileza e acções. Temos rido muito e conversado muito sobre as Madamas d' Ançã de q ella tem grande noticia por serem visinhas de Anthozede, junto á Ponte da Cidreira [...]

«Aqui a terra he muito pobre, mas tem muito oiro, e pedras mas a inacção e ociozidade a fazem desgraçada, porq. os forros não trabalham, e os escravos são ja muito poucos, por terem fallecido, e não haver forças para comprar novos. (N. 3)

«... he aqui muito frequente a molestia de papo no pescoço dizem ser das aguas, e da natureza, e do Clima, he muito commum, e não se admira ver hua Senhora ou Homem com hũ grande papo q. n' huns he maior, em outros menor, do tamanho de 10-20-40 e 80 rs. e maior do nosso pão trigo e com aquella bolsa pendurada fazem chalassa [...]

«O ordenado q. tenho hé de = 1 000 000 = porem mal pago, e em cobre aqui cunhado, não se ve hũa moeda de prata, nem d'oiro, e o mesmo oiro em pó aqui nascido, corre extraviado p.^a o Rio de Janr.^o por ser ali grande o premio, q os Ingleses dão». (N. 4)

Noutros pontos, insiste ainda em aspectos da vida política brasileira e acrescenta agora elementos úteis sobre os preços de alguns géneros e consumos:

«... as braçages nada dão he beneficio simples, veremos se em Correiaçam que sam 5 Julgados muito despovoados, se ganha para farinha, e feijão, q he ao q. estou reduzido, a carne he boa, e a 960 a arroba ás vezes; há muito gado, e o seu valor regular he custar hũ boi = 4 000 = ou cinco mil rs. e daqui para baixo, os cavalos 10000 = de sela 20-40-80 &c.^a conforme o seu merecimento, as mulas comparativamente são caras por 4 dei — 200 000 — e logo perdi hua na jornada por se escadeirar morreo-me hũ bom cavallo de sella na Villa de Paracatú, provincia de Minas Gerais; ficou-me a jornada por mais de 600 000 rs. de despeza, e vamos indo, custa muito a ser honrado».

Mudando de assunto, entra a seguir em considerações de ordem familiar:

«Vive feliz com essas Algarvias [o irmão tinha sido colocado em Castro Marim]; eu não sei qual será o meu destino, os negocios politicos transtornarão-se de forma q̃. ficarão frustradas as minhas primeiras esperanças q̃. era fazer lugar no Brazil p.^a hir p.^a. a Relaçam do Porto [...] agora com a ratificação do Tratado da Independencia veremos como ficão estes negocios p.^a os q̃. somos de Lá, e o arranjo, e destino q̃. levão estes nossos negocios».

«... e demais atenta esta Separação Política, nada posso adivinhar do futuro, pois ando sempre a adivinhar. Eu nunca fiz tenção vir ao Brazil e por hũ capricho de honra em hũ instante mudei e vim, quando me julgava feliz, então he q̃. me achei nos maiores trabalhos e perigos e v.^{as} em q̃. perdi tudo menos a vida, e a honra e assim mesmo sabe D.^s com q̃. receio eu marchava p.^a este lugar, e só respirei quando ja no meu destricto e Comarca tive a noticia do Tratado do Reconhecimento».

Segue-se um extenso trecho cortado e borrado intencionalmente de modo a não poder ler-se o que supomos sejam referências a situações pessoais ou políticas que, pela sua delicadeza, não conviria se tornassem públicas quando as cartas foram incluídas como documentos no processo de provimento de Barcelos.

Quanto o atormentam a insegurança e a instabilidade em que vivia bem se compreende nos parágrafos seguintes:

«Se eu chegasse a Lisboa naquele tempo como seria olhado? hir para minha caza sem honra nem proveito triste figura para os Morões e Lords, q̃. me havia de cortar cazacas, capotes, e jalecos, meti enfim no jogo a ultima Carta, com o destino de me retirar se sabisse carta branca no tal jogo, e fui degradado para esta Comarca mas degredo com honra pior ser com Beca, e Beca ordinaria, não tendo sido isto [coisa] nenhuma comtudo Bernardo de Mello julgou q̃. o Imperador premiou meos trabalhos o melhor q̃. podia. Julga elle q̃. isto he alguma coisa, e na realidade não he nada nada; he cegueira Q^m esta de fora cuidar q̃. ser Ministro he alguma coisa tu e eu sabemos q̃. isto he nada, he certa impostura para passar tempo; p.^a q̃. q.^m nasceu com alguma distincção, e se chegou a ter sem ser necessario o folle velho de Coimbra como dizia o Immortal Gregorio [referência a seu pai ou avô], isto de Lugares não vale nada nada nada, vale o ter 4 vintens; os lugares hoje nada valem, e quando se apure 4 vintens, gastão se nas despezas de outro, e para o conseguir ou em arranjo e jornadas».

Arranja ainda forças, no seu desânimo constante, para apoiar o irmão, que de juiz de fora da Covilhã fora despachado para o Algarve, lembrando ainda, a propósito, os muitos trabalhos por que estava passando no Brasil, recordando sempre a sua saudade das terras de Portugal por onde andara:

«... eu cuidei q̃. Marvão era muito longe, como eu era pateta, agora andei— 300— legoas com menos receio do q̃. em 1816 andei 26. Ora Deos te dê juizo p.^a te saberes conduzir, e fazeres a tua fortuna, tu não tornarás a ter lugar trienal, como o da Covilhã; erão sim Judeos mas homens obsequiadores: olha aquelles Chás

apparatozoz q̃. parecião de Capella, de que eu por concomitancia tambem provei. Algarve he pobre como o Minho, porem o S. Paio do Porto q̃. abi servio dizia maravilhas, por ser hua terra nova, bem situada, bem delineada, e em q̃. o Marquez se empenhou em augmenta-la, e povoa-la e daqui veio a ser deputada p.^a degredos, porem era com as vistas de engrandecer, e povoar a villa por elle delineada, e como sua filha mimozza» (1).

Finalmente, último desabafo expresso por Pereira do Lago nas suas missivas longínquas:

«... eu quero antes não ter nada do q̃. ter e dever, porq̃. tendo e devendo sempre estou em susto, receio e não respiro livre, liberdade tanta Liberdade [bem entendida] a Deus nessa Lx.^a, não conheço ninguém, porem os teus Amigos são tambem os meus diz-lhe q̃. este infeliz e degredado Europeu vive saudozo neste forçado retiro [...].»

III. NOTAS

N. 1 Família Pereira do Lago

Lago é uma freguesia do actual concelho de Amares e nela se implantava o solar da antiga Casa Pereira do Lago, apelido este que tem as suas origens, ao que parece, no distante reinado de D. Afonso II, na pessoa do rico-homem Gomes Gonçalves do Lago (2).

A esta família pertence o autor das cartas e do processo organizado na Junta da Sereníssima Casa de Bragança se retiram variadíssimos dados de interesse para conhecimento da vida e da personalidade do bacharel José Joaquim Pereira do Lago, além de outros apontamentos relativos a seus irmãos e cunhados.

Ana Joaquina Rosa Pereira do Lago, a quem dirigiu a 2.^a carta, era sua irmã. Referências, porém, à Beata e à Beatinha dão-nos a entender que este epíteto o applicaria ele a D. Ana, como se pode ler, por exemplo, na 4.^a carta.

Na mesma segunda carta envia recomendações à mana Ritinha, à cunhada Senhora D. Luísa, acrescentando, em abreviatura, «m.^a m.^{er}», o que leva a supor que deixou esposa em Portugal, referindo logo a seguir a «Abadessa», que, não sendo a mesma «beata» ou «beatinha» de outras cartas, seria outra irmã ou qualquer pessoa amiga da família.

Em relação ao presumível estado de casado do bacharel, levantam-se dúvidas pelo que ele diz na última carta a respeito das meninas casadoiras de Goiás, nas quais se depreende que ali poderia ele contrair matrimónio.

(1) Evidente referência à nova Vila Real de Santo António, obra do Marquês de Pombal e que ficava a dois passos de Castro Marim, onde, como dissemos, fora colocado José António Pereira do Lago.

(2) Leal, A. S. A. D. de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IV, Lisboa, 1874.



Terras brasileiras referidas pelo Bacharel Pereira do Lago.

• Distância apr. em léguas.

Seu irmão José António, segundo a última das cartas, desempenhou funções de juiz de fora na Covilhã e posteriormente em Castro Marim, tal como José Joaquim o tinha sido em Marvão no Alto Alentejo em 1816, a 26 léguas de Barcelos ou do Porto (3).

O cunhado Bernardo de Melo Paes de Villas Boas, a quem endereçou a terceira carta, terá sido casado, supomos, com outra irmã, que não D. Ana, pois a esta se dirige para a Casa do Tanque e aquela para a sua Casa da Quinta. Dona Luísa cunhada, seria, portanto, a mulher de José António Pereira do Lago.

Referências ao «Immortal Gregorio», de quem se considera primogénito, assim como se declara «Neto da Grande e sempre decantada Angela Rainha da Índia», parecem ser achegas biográficas do bacharel José Joaquim Pereira do Lago (V. 1.^a e 4.^a Cartas).

N. 2 Portugal, o Brasil e a Europa

Resolvido a divagar o seu espírito pelos Campos Elíseos, como curiosamente escreve, Pereira do Lago queixa-se das perturbações da Europa e de Portugal, no momento agitado que se vivia então no Brasil, lamentando-se do muito que sofreu e experimentou, a ponto de já em Portugal se admitir a sua «desgraçada morte».

Na realidade, ao tempo da Independência do Brasil, a Europa, Portugal incluído, debatia-se com a infiltração das ideias francesas e muitos países sofriam profundas transformações técnicas e económicas, derivadas da Revolução Industrial dos fins do Século XVIII.

Uma nova era se abria ao mundo. O capitalismo industrial e o ressurgimento da burguesia, o liberalismo económico e o liberalismo político, o constitucionalismo e o separatismo colonial das Américas, todo um mundo diferente em revolução, era o «tal sistema novo de coisas», que atormentavam o bacharel de Barcelos, agora implantado em pleno sertão brasileiro do Ceará.

Os acontecimentos que mais directamente viriam afectar a sensibilidade política de Pereira do Lago foram, além da declaração da Independência do Brasil (1822) e a sua ratificação em 1825, toda a agitação e respectivas

(3) Do ramo Pereira do Lago encontramos na relação dos *Tabaliães do Rio de Janeiro (1565-1965)* — I, publicada por D. L. de Macedo no *Arquivo Nacional* — IV — Rio de Janeiro, 1965, dois nomes, a nenhum dos quais, aliás, embora presentes no Brasil de 1819 a 1827, o bacharel de Barcelos faz qualquer referência: João António Pereira do Lago (1819-1820), nome muito semelhante ao do seu irmão colocado na Covilhã e no Algarve; e João Carlos Pereira do Lago (1821 a 1827), ambos responsáveis do 1.º ofício notarial do Rio.

Já no nosso tempo, subsistem ainda na mesma função e no Rio, como refere a citada fonte, o bacharel Mozart Brasileiro Pereira do Lago (1937-1958), no 20.º ofício, aposentado em 1958, e Mozart Lago Filho, nomeado nesta data 12.º avaliador do 20.º ofício.

Dos antepassados mais próximos e mais notáveis relembramos ainda Baltasar Pereira do Lago que em 1765 fora colocado em Moçambique e aí, na qualidade de governador, desenvolveu profícua actividade administrativa (V. Castelo-Branco, Fernando, *O enigma da nomeação de Pereira do Lago para governador de Moçambique*).

consequências do movimento separatista conhecido por «Confederação do Equador».

O Ceará aderiu ao movimento em Agosto de 1824 e de facto foi a vila de Campo Maior de Quixeramobim, da Comarca do Crato, a primeira a declarar-se, conjuntamente com o município de Icó, a favor da deposição do Imperador Pedro I⁽⁴⁾ — «aonde primeiro se elevou a peste republicana ao maior auge» (V. 1.^a carta).

Óbvio se torna reconhecer quanto o espírito de Pereira do Lago estaria dominado pela inquietante situação brasileira na área da sua actividade profissional e naturais, portanto, suas confissões e seus comentários para a família distante.

N. 3 Goiás

Em meados de 1825, Pereira do Lago parte para Goiás, para ocupar o novo cargo de ouvidor e onde só chega em Novembro, após uma extensa e fatigante viagem, da qual, como vimos, narra alguns pormenores e incómodos sofridos.

Na 3.^a carta comenta que o clima da região é bom e sadio⁽⁵⁾, embora seja na 4.^a carta, que ele melhor descreve Goiás, traçando um panorama bastante interessante, ainda que incompleto, de quanto lhe foi dado observar.

Efectivamente, nesta sua longa carta, a quarta, refere a pobreza da terra, ainda que possuindo, como diz também, muito ouro e pedras preciosas, sem dúvida restos dos tempos da mineração. Pobre seria de facto a terra no plano da produção agrícola, já porque era reduzida a população, já porque a ociosidade campeava e, não rareando os escravos, os forros não queriam trabalhar.

Isolada e decadente do seu prestígio e poder de outrora, de economia instável, sem meios de transporte adequados, Goiás e a sua vida agrícola de modo nenhum poderiam prosperar⁽⁶⁾. A população da então ainda capitania de Goiás pouco ultrapassava os 50 mil habitantes, dos quais cerca de 20 mil eram escravos, no final do século passado⁽⁷⁾.

«Goiás, a capital, concentrava 61% da população total, entre os quais 82% de toda a população branca»⁽⁸⁾. Como escreveram Edna de Melo e Judite Breda⁽⁹⁾, «a decadência da mineração foi uma consequência das quotas extras que Portugal exigia das minas de Goiás e Mato Grosso. As

⁽⁴⁾ *Historia do Brasil*, Bloch Editores, Rio de Janeiro, 1972, vol. II, pp. 332-334.

⁽⁵⁾ De facto, a antiga cidade de Goiás fica situada numa região de clima tropical, com temperaturas médias de 22-24°C. e com uma precipitação entre os 1500 e 1800 mm (segundo Soares Guimarães).

⁽⁶⁾ Doles, Dalísia E. Martins, *Goiás e Primeira República*, in «Revista de História», São Paulo, n.º 107, 1976.

⁽⁷⁾ Moreyra, Sérgio Paulo, *A Independência em Goiás*, in «Revista de História», São Paulo, n.º 94, 1973.

⁽⁸⁾ Id., *ibid.*

⁽⁹⁾ Melo, Edna Luísa de e Breda, Judite Ivanir, *Carta Arqueológica de Goiás*, in «Revista de História», São Paulo, n.º 94, 1973.

povoações viviam na dependência do tipo de trabalho dos seus habitantes — o garimpo. Não tendo mais trabalho nas minas, deslocavam-se para outros lugares à procura de novas fontes de subsistência. Daí o desaparecimento de muitas cidades e o surgimento de outras».

Hoje, a velha Goiás tem cerca de 11 000 habitantes e a sua sucessora — a cidade artificial de Goiânia, fundada em 1935 por Getúlio Vargas — atinge 370 mil.

Prosseguindo, porém, a análise desta carta, anotamos, por ex., a curiosa referência às «muitas meninas a quererem cazar», denunciando o bacharel que são pobres, feias, mulatas, mal comportadas algumas e muito «papudas», só se aproveitando as bonitas sobrinhas do bispo, novatas na terra. Repetimos, a propósito deste comentário, a nossa dúvida quanto ao estado de Pereira do Lago, que na 2.^a carta parece referir-se a sua mulher ausente em Portugal (V. N. 1).

N. 4 Goiás — Vida Económica

Ainda a última carta nos permite mais algumas considerações, estas sobre a vida económica em Goiás.

Assim, é importante poder confirmar-se a precaridade da moeda, correndo o ouro para o Rio de Janeiro, a alimentar os Ingleses, como nos tempos não muito distantes do Tratado de Methwen e dos Tratados de 1810 e 1818.

E porque os cinco julgados da Comarca estavam muito despovoados, «veremos — diz — se ganho para a farinha e feijão». Logo por este modo deixa entender as dificuldades de sobrevivência que ali encontrava — chegou em Novembro e estava escrevendo em Janeiro seguinte, tempo suficiente para se inteirar até dos preços daquilo que de imediato mais o estaria preocupando.

Retiramos da carta este interessante apontamento sobre alguns valores correntes:

Carne	— 960 rs. a arroba
1 boi	— 4 000 a 5 000 rs.
1 cavalo	— entre 10 000 e 80 000 rs.
1 mula	— 50 000 rs.
Portes de correio (por carta)	— 4 a 7 tostões.

Com o seu ordenado de um conto de réis (subentende-se anual), cerca de 84 mil rs. mensais, de facto, Pereira do Lago não se sentiria muito consolado financeiramente e não lhe terá valido o sacrifício de vir para tão longes terras, se não fora, talvez, a ambição de, através desta via, alcançar, como confessou, lugar na Relação do Porto. E ainda por cima, como se lamenta, o vencimento era pago em cobre, que nem por ali circulava ouro ou prata. Distante estava o tempo em que o Conde dos Arcos, D. Marcos José de Noro-

nha e Brito, quando governador de Goiás (depois vice-rei e capitão-general do Brasil) ali fundara, depois de 1748, duas fundições de ouro, prata e cobre, que também se dedicaram à cunhagem de moeda ⁽¹⁰⁾.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da leitura analítica que fizemos destas cartas, procurando compreendê-las e interpretá-las na sua dimensão humana, social e histórica, parece-nos ser possível concluir que:

- 1.º se acrescentam alguns dados de relativa importância aos acontecimentos históricos da época;
- 2.º se pode extrapolar deste exemplo de Pereira do Lago um estado de espírito comum, na altura, a muitos outros portugueses apanhados pelo desenrolar dos acontecimentos: uma certa frustração por verem interrompidos os seus anseios profissionais e por ficarem separados política e juridicamente da mãe-pátria;
- 3.º reencontramos situações políticas, económicas e sociais que acabam confirmadas ou modificadas em relação ao conhecimento geral que delas tínhamos;
- 4.º recolhemos dados curiosos e interessantes para a pesquisa em diversas áreas, como, por exemplo, da saúde (o caso da moléstia do *papo*), do trabalho, da antropologia social e cultural, das tensões sociais e políticas, da economia (a moeda, a vida agrícola, etc.) e
- 5.º contribuímos de algum modo para um melhor conhecimento da importante família minhota dos Pereiras do Lago, deixando abertas algumas pistas para investigações históricas mais aprofundadas.

⁽¹⁰⁾ Melo, Edna e Breda, Judite Ivanir, ob. cit.

Castelo de Faria

Campanha de Escavações de 1981

CARLOS A. BROCHADO DE ALMEIDA

A Sudoeste da cidade de Barcelos, na encosta norte do Monte da Franqueira, num outeiro íngreme e rochoso encontram-se as ruínas do Castelo de Faria e de um povoado castrejo-romanizado.

Administrativamente pertence à freguesia de Gilmonde (Fig. 1), embora e por confusão com o situado na parte mais elevada do monte, alguns autores (1) o coloquem na freguesia de Pereira ou mesmo na de Faria.

O actual nome — Castelo de Faria — vem-lhe da fortaleza que aí existiu até ao século xv. Cabeça do Julgado de Faria, estendia a sua influência político-administrativa até ao Atlântico e conjuntamente com os vizinhos castelos de Neiva, Aguiar, Bastuço ou Penela garantia a integridade do litoral minhoto contra as arremetidas conquistadoras de leoneses e castelhanos. E não fora o feito heróico de Nuno Gonçalves (2) o seu historial não seria diferente dos demais baluartes do Entre-Douro-e-Minho. A sua

(1) Entre as várias obras destacamos:

— Frei Pedro de Poyares, *Tratado Panegyrico em louvor da Villa de Barcelos*, Coimbra, 1672.

— António de Villas Boas Sampaio, *Nobiliarchia Portuguesa*, Lisboa, 1676.

— P.^e A. Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, T. I, 2.^a Ed., Braga, 1868.

— Domingos Joaquim Pereira, *Memória Histórica de Barcelos*, Viana do Castelo, 1872.

— José de Azevedo e Menezes, *Ninbarias*, Famalicão, 1911.

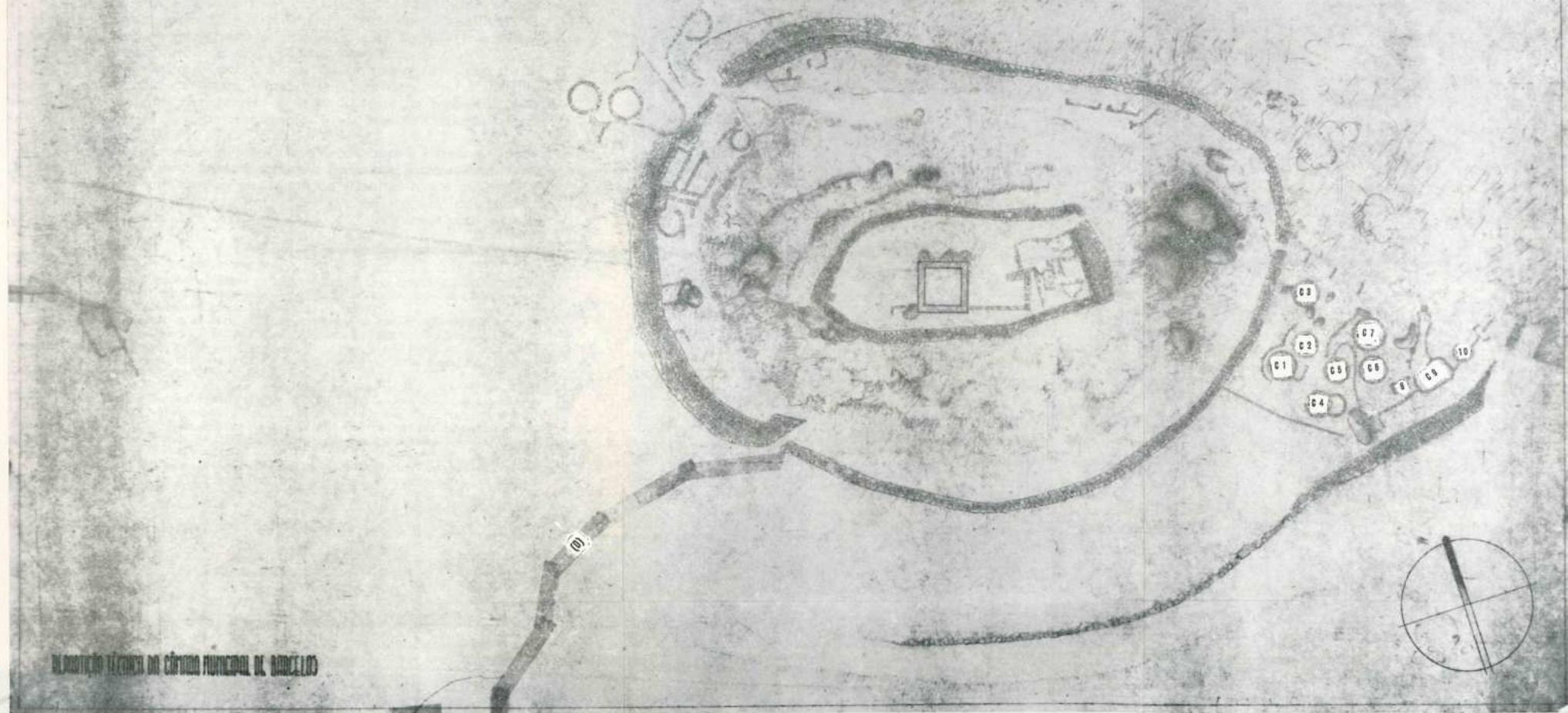
— Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos, Aquém e Além Cávado*, T. II, Barcelos, 1948.

— Antero de Figueiredo, *Franqueira*, 2.^a Ed., Barcelos, 1956.

(2) É o estímulo deste feito de armas, descrito nos *Scriptores* e posteriormente romançado por Alexandre Herculano in *Lendas e Narrativas* que levou um Grupo de Barcelenses empregados comerciais, funcionários públicos e pequenos industriais, em 1929, a constituir-se em sociedade com o objectivo de explorar as ruínas do Castelo de Faria. Nascia assim, o «Grupo Alcaldes de Faria» que procedeu a sucessivas escavações em 1929-30, 1932, 1936 e 1949. Com a descoberta da povoação castreja, alargaram naturalmente o campo de acção, publicam o Boletim que leva o nome do Grupo, fazendo sair dois números, onde dão conta do trabalho realizado e tentam catalogar, com a ajuda de especialistas, os objectos encontrados. Perante



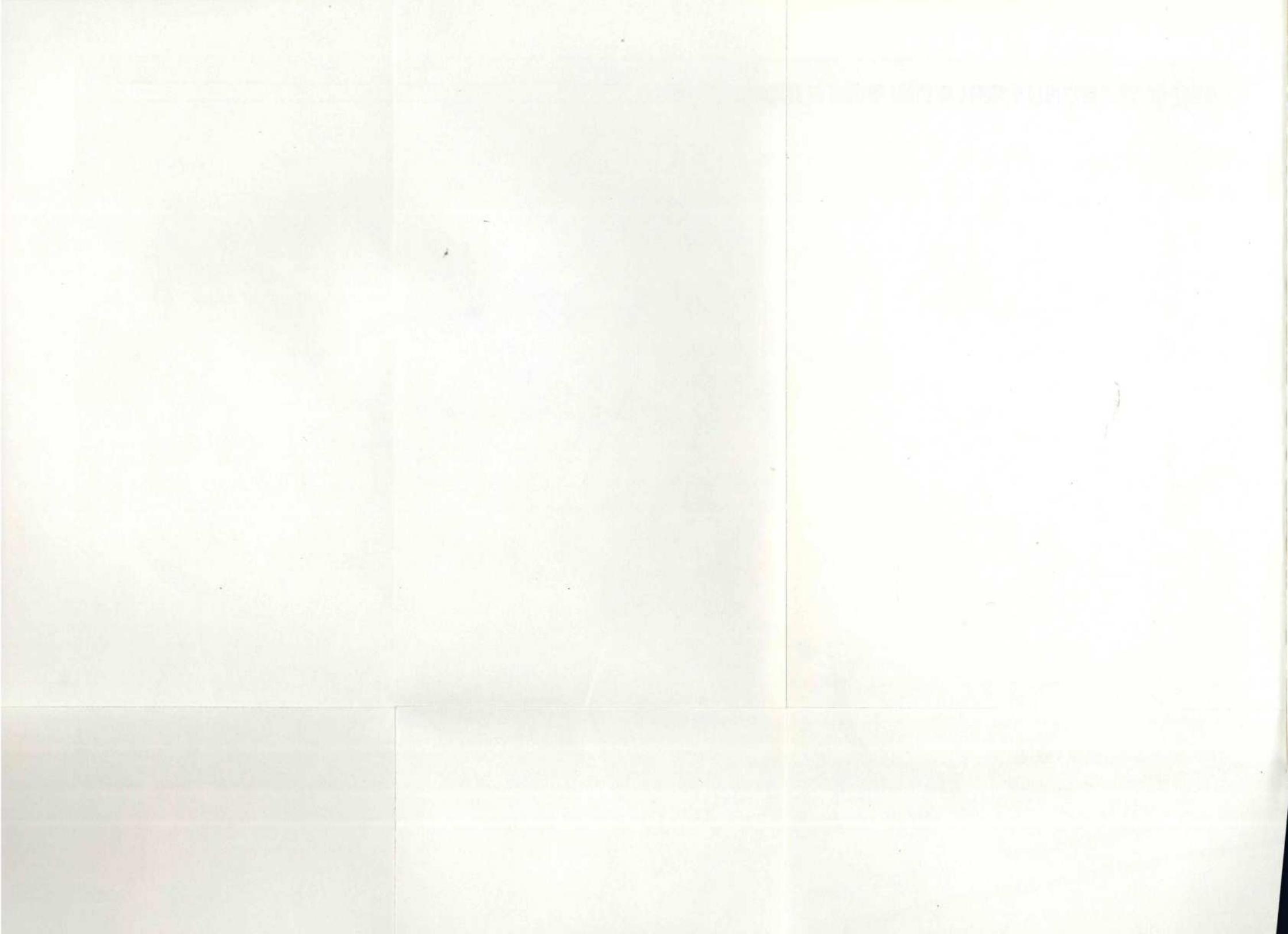
FIG. 1. 1 — Castelo de Neiva; 2 — Castelo de Aguiar de Neiva; 3 — Castelo de Penela; 4 — Castelo de Faria; 5 — Castelo de Bastuço e 6 — Castelo de S. Miguel da Facha.



ELABORAÇÃO TÉCNICA DA CÍTTIA MUNICIPAL DE BARCELLOS

FIG. 2

Nota: O que parece ser um muro (D) não é mais que a marca deixada pela fita adesiva.



vida está, por assim dizer, intimamente ligada às glórias e vicissitudes da 1.^a dinastia (3).

É durante o século de quatrocentos que o território passará por algumas transformações administrativas. A sede das justiças reais, até aí acantonadas nos vários Julgados que compunham o Entre-Douro-e-Minho, passa para as vilas e cidades mais importantes da região. É assim que Barcelos acolherá as justiças até aí sediadas no Castelo de Neiva.

Não sabemos quando o Castelo de Faria foi definitivamente abandonado, mas a atentarmos na presença de moedas de D. Duarte e D. Afonso V na área da fortaleza, esta poderia ainda ter alguma serventia no século xv. A partir daqui, por desnecessário, o castelo desmoronou-se e morreu. Muitas das suas pedras foram aproveitadas, em finais do século xvi, na construção do Convento do Bom Jesus do Monte, situado na encosta norte do monte da Franqueira.

As primeiras escavações, realizadas em 1930 (4), tinham a finalidade de descobrir se porventura haveria aí «qualquer parcela de obra de arte, de fragmento cerâmico, objecto utilitário ou de moedas coevas» (5) e consequentemente, provar que aí existira, de facto, o tão afamado castelo.

As escavações começadas pela acrópole, em breve puseram a descoberto restos de uma muralha e de um edifício, que pela disposição e aparelho cuidado, tudo indicava pertencerem à derruída torre de menagem. Nas imediações, vestígios de outras construções havia, mas de catalogação bem mais difícil (Fig. 2) (6).

As explorações prosseguiram em 1932, agora entre a 1.^a e a 2.^a muralha, com o objectivo de se encontrarem mais edifícios e sistemas defensivos. E é por acaso fortuito, que ao escavarem no sector noroeste da fortaleza depararam com restos de construções (Fig. 2) e espólio bem diferente do até aí exumado. Visitando o local, um grupo de arqueólogos portuenses (7)

a oposição sistemática dos proprietários e na impossibilidade de chegarem a acordo, pediram e obtiveram do Ministério da Educação Nacional a classificação do local como Monumento Nacional pelo Dec. n.º 40684, art. 1.º de 13 de Julho de 1956.

Fizeram-se seguidamente as expropriações necessárias à conservação do monumento, como consta do processo afecto à Repartição do Património Nacional da Direcção-Geral da Fazenda Pública.

(3) Consultar a planta publicada in Carlos A. Ferreira de Almeida, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho*, Porto, 1978, Est. IX, 1.

(4) Segundo um Relatório do Grupo Alcaldes de Faria in *A Franqueira*, n.º 10, de 15/2/1946, já se tinham efectuado no local onde «a lenda dizia ter estado erecto o Castelo de Faria» várias escavações, por diferentes pessoas e em épocas distintas. Se se trataram de escavações programadas não o dizem nem nós o sabemos, mas quer-nos parecer de que não passaram de pesquisas feitas a esmo, na mira de encontrarem objectos valiosos.

(5) Op. cit., p. 4.

(6) Esta planta, realizada após as escavações de 1936, apresenta toda a área escavada à excepção da sondagem de 1949. Possui algumas imprecisões que serão corrigidas na escavação de 1982.

(7) Entre os visitantes contavam-se os Drs. Mendes Corrêa e Santos Júnior e o Eng.º R. Serpa Pinto.

assinalam, para além da fortaleza medieval, a presença de um povoado castrejo com fortes índices romanizantes.

Animados com os resultados, os investigadores barcelenses continuaram em 1936, a explorar, agora, o sector nordeste localizado entre a 2.^a e a 3.^a muralha. O resultado foi a descoberta de mais um conjunto habitacional castrejo e os alicerces de uma nova muralha, a terceira, bem como do muro (8) que a acompanha pelo lado de dentro (Fig. 3).

Como era necessário causar uma certa impressão de grandeza e imponência no público visitante, o Grupo decidiu reconstruir parcialmente a torre de menagem e altear as muralhas, sem outro critério que não fosse a colocação, algo a esmo, da muita pedra espalhada pelo local (Fig. 4) (9).

Esta série de escavações terminará com uma pequena sondagem, em 1949, no extremo oeste do povoado e já fora da 3.^a muralha. A descoberto ficou uma construção rectangular e um ou outro muro de definição imprecisa. O espólio, tanto quanto sabemos, é tardio e atribuível aos finais do império (10).

Se das estruturas arquitectónicas do orgulhoso castelo pouco ou nada ficou, o que não é para admirar, pois, do vizinho castelo de Neiva nem uma pedra resta para amostra, o mesmo se não poderá dizer dos demais materiais.

Nas várias campanhas de escavação recolheu-se um valioso conjunto de ferros, bronzes, moedas e cerâmica da época medieval.

Nos ferros convém destacar um assinalável conjunto de ferraduras, acicates, estribos, virotes, pontas de dardo, pedaços de malha de cervilheira, fragmentos do punho de uma espada, lâminas de arnezes, fivelas e uma boa quantidade de chaves (11). Nos bronzes há algumas fíbulas, anéis, pingentes, já para não falar no sinete de Garcia Carneiro (12). Nas moedas, para além do raríssimo meio-tornez de D. Fernando cunhado em Milmanda, recolheram-se algumas barbudas, tornezes e meio tornezes do mesmo monarca (13), bem como alguns reais brancos e pretos do séc. xv.

Trinta anos de abandono permitiram que a natureza e os homens delapidassem o que um punhado de bairristas tão orgulhosamente descobrira. Cresceram os arbustos, o mato e demais vegetação. As paredes mais fracas dos sectores habitacionais foram ruindo, ficando seriamente danificadas. Não fora uma ou outra limpeza esporádica e superficial, hoje, delas pouco restaria.

(8) As relações entre este «muro» e a muralha não são claras. Esperemos que a campanha de 1982 faça alguma luz.

(9) Foram reconstruídas as três.

(10) J. Sellés Paes de Vilas-Boas, in *A Franqueira*, 3, V, 1948.

(11) A quase totalidade do espólio está por publicar. Sê-lo-á em 1983, quando fizermos a publicação geral.

O pouco material, já publicado, foi-o por Carlos A. Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, tese de Doutoramento, Vol. I, Porto, 1978 e em *Castelologia*, op. cit.,

(12) José de Mancellos Sampaio, *Um Sinete Interessante*, in «Boletim do Grupo Alcaldes de Faria», n.º 1, p. 39-45.

(13) Pedro Batalha Reis, *Raridades Numismáticas Achadas no Histórico Castelo de Faria*, in «Bol. Grupo Alcaldes de Faria», Vol. II, p. 25-31.

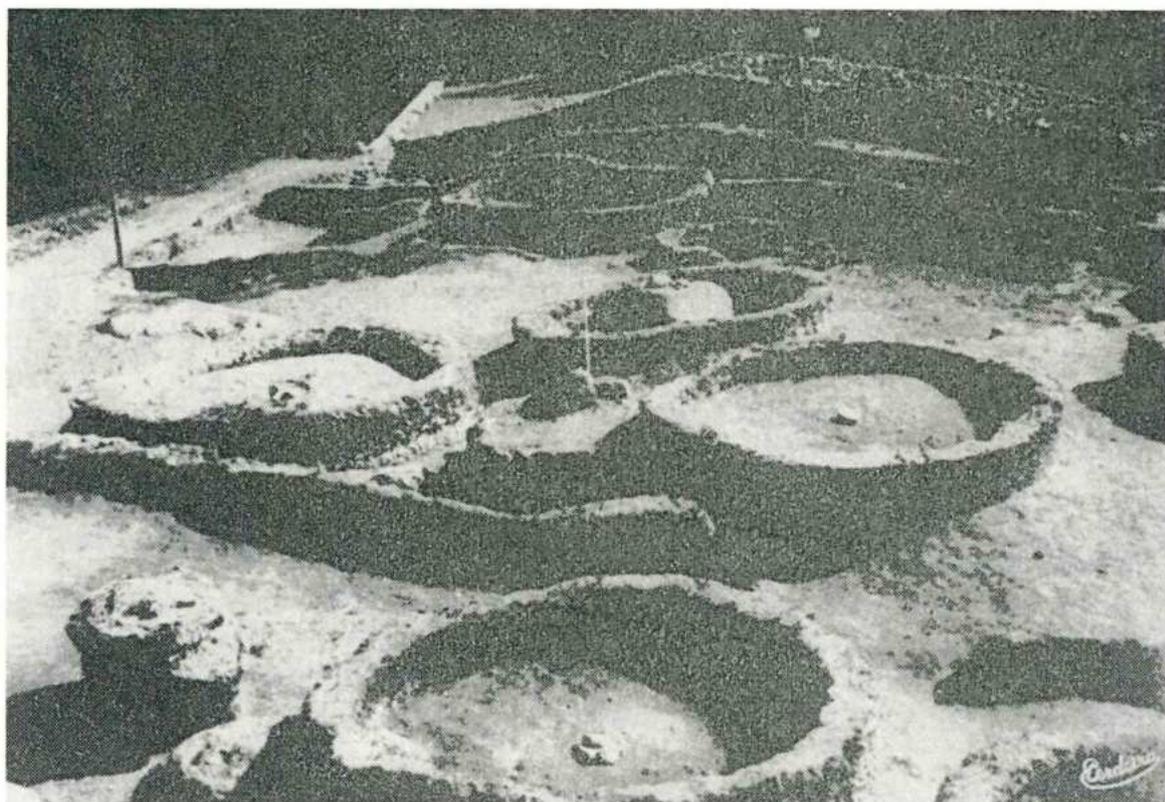


FIG. 3 — *Panorama do povoado castrejo após as escavações de 1936.*



FIG. 4 — *Escavação na base da muralha mais exterior.*

Tal estado de coisas levou uma equipa de arqueólogos⁽¹⁴⁾ a debruçar-se sobre o estado do povoado e a propor à Câmara Municipal um conjunto de medidas tendentes a estudar, preservar e salvar a estação do Castelo de Faria⁽¹⁵⁾. Mostrando-se altamente receptiva, colocou à nossa disposição, os meios necessários para que o estudo e recuperação de um dos seus mais importantes monumentos, fosse uma realidade.

O trabalho⁽¹⁶⁾ iniciou-se com a limpeza do sector nordeste (Fig. 2 e Fig. 3), o mais degradado pela acção dos visitantes e da natureza. Esta, obviamente, foi morosa, pois tinha de haver o máximo cuidado em não destruir os muros mais do que já estavam. Assim, pouco a pouco, arruamentos, muros e habitações foram libertados de camadas de vegetação e húmus depositados ao longo de quarenta anos de abandono. E se compararmos o estado actual com o fim das escavações de 1936 (Fig. 3) constatamos que o abandono provocou danos, que não sendo irreparáveis, poderiam, pelo menos, ter sido evitados.

A limpeza foi mais metódica no interior das casas, a fim de nos inteirarmos do actual estado dos pisos habitacionais, que na melhor das hipóteses, teriam sido respeitados pelos escavadores. Consequentemente havia a possibilidade de os estratos inferiores, a existirem, estarem intactos. E felizmente estavam.

Arquitectura do sector em recuperação

O sistema defensivo é constituído por um conjunto de três muralhas (Fig. 2) que envolvem todo o povoado. Basicamente parecem ser de feitura castreja como parecem apontar alguns pequenos lanços conservados sob o posterior alteamento, operado pelo Grupo Alcaides de Faria na década de trinta. No entanto e só quando escavarmos zonas intactas é que poderemos concretizar aquilo que agora não passa de uma mera suposição.

A muralha n.º 3, a mais exterior, pelo lado nascente e antes da abertura do caminho que liga a estrada da Franqueira à freguesia de Milhazes⁽¹⁷⁾, tinha a reforçá-la um largo fosso, dificultando assim o acesso ao povoado.

O sector habitacional é composto por uma série de 10 casas de amplitudes diferentes, sendo oito circulares e as restantes, a C8 e a C9⁽¹⁷⁾, de

⁽¹⁴⁾ Dr. Carlos A. Brochado de Almeida, Dr.^a Maria Teresa Soeiro, Dr. Abílio Mariz de Faria.

⁽¹⁵⁾ Entre as medidas propostas e constantes do pedido de escavação de 1981, destacamos a limpeza dos vários sectores e a escavação de uma área ainda intacta.

⁽¹⁶⁾ Apoiaram-nos, nesta nossa iniciativa, um conjunto de arqueólogos portugueses e galegos: Drs. Alberto Antunes Abreu, Manuel Albino Penteado Neiva, Dr.^a Maria Adelaide Recarey, P.^o António José Baptista, Doutor Fernando Acuña Castroviejo (Universidade de Santiago de Compostela) e Dr. Francisco Calo Lourido (Museu do Povo Galego). Contamos também com a participação de um grupo de estudantes da Faculdade de Letras, de um grupo de estudantes inscritos na Ocupação dos Tempos Livres e de uma equipa de trabalhadores da Câmara.

⁽¹⁷⁾ A limpeza demonstrou que estas duas habitações têm a forma de um óvulo irregular e não rectangular como aparecem na planta.

formato oval irregular. Tecnicamente utilizam aparelho picado, colocado horizontalmente, sendo maior o exterior. As casas C1 e C4 possuem vestíbulo orientado para este. O da C1 está bastante detiorado e já incompleto. O vestíbulo da C4 é o único que abre para um pequeno lageado que encosta ao grande penedo aí existente e originalmente, deveria ir até às escadas incorporadas no muro que liga o penedo à C5. Hipoteticamente, a curva que este descreve, parece apontar para um vestíbulo. Será? Não o sabemos ainda.

As casas C3, C6 e C7 possuem aquilo a que se poderá chamar de «cou-raça». Todavia pode tratar-se, muito simplesmente, de restos de construções anteriores. É que elas existem.

A análise da planta (Fig. 2) deste sector prova isso mesmo, apesar de não dispormos de dados estatigráficos. O lançamento do muro, que do penedo se dirige para nordeste, aproveita-se da C9 e corta a C10, que lhes são anteriores. O que não podemos saber é se este muro, que em conjunto com a muralha forma um arruamento, será contemporâneo das demais construções do sector ou se trata duma posterior alteração urbanística.

A limpeza das construções e zonas adjacentes mostrou a presença de uma razoável quantidade de lareiras. Estas distribuem-se pelas casas C1, C2, C4, C7, C9 e C10 e ainda em zonas adjacentes à C4, aqui em número de três. Estas, pelo que podemos observar (faltam escavar alguns estratos) são anteriores ao lageado e consequentemente à habitação C4. Construções com elas relacionadas, ainda não apareceram. De realçar que a C1 possui duas lareiras, autónomas, uma das quais decorada com motivos em ferradura, obtidos com uma corda impressa na pasta verde (Fig. 5). Na maioria dos casos as lareiras situam-se ao centro, havendo na C7 uma pedra incorporada.

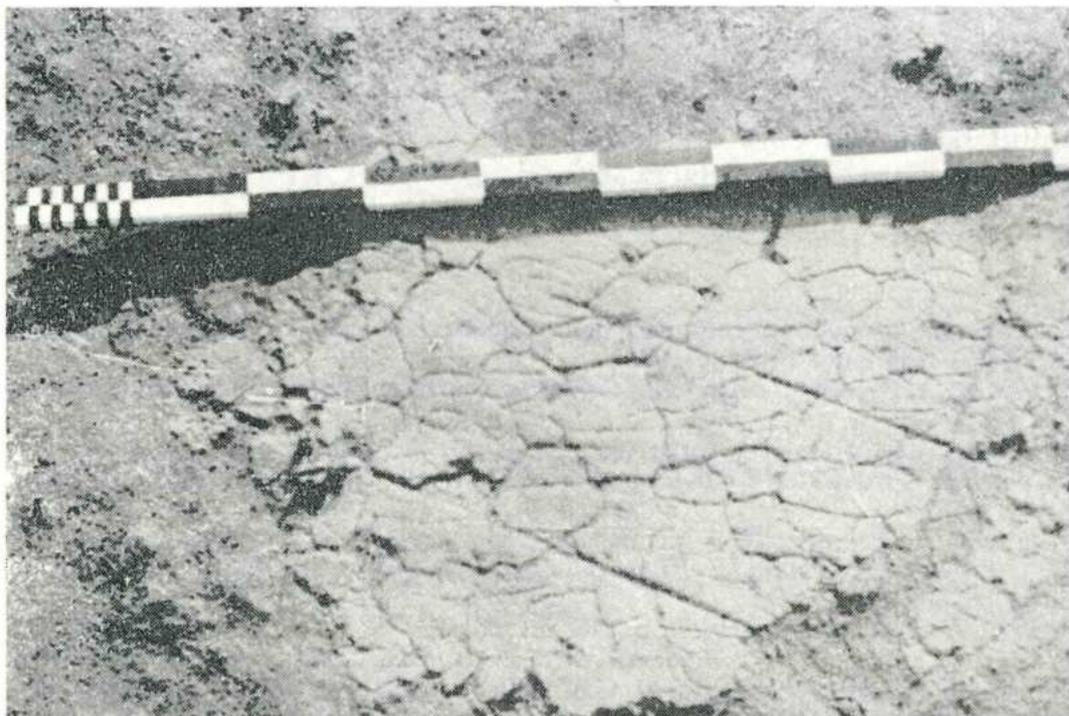


FIG. 5 — *Lareira decorada da Casa 1.*

Espólio

Lamentavelmente e tal como acontece com a ocupação medieval, não conseguimos obter qualquer registo estatigráfico da época ou mesmo simples diário de campo, o que dificultou e dificultará imenso toda a tentativa de enquadramento cronológico da arquitectura e do espólio.

No material cerâmico anterior ao Medieval⁽¹⁸⁾ teremos de distinguir três períodos distintos: Bronze Final, Castrejo e Romano.

O Bronze Final está representado por alguns fragmentos cerâmicos do «Tipo Penha».

Do período Castrejo, há uma razoável quantidade de bordos, fundos e asas, sendo a maior profusão das formas 1B, 14 e 16 de C. A. Ferreira de Almeida⁽¹⁹⁾. A cerâmica decorada é bastante⁽²⁰⁾ e na maioria dos casos englobável nos estilos C e D do mesmo autor⁽²¹⁾. Importante, por raro, é um fragmento castrejo historiado com motivos humanos e cavaleiros⁽²²⁾.

As cerâmicas importadas não são muitas, mas cronologicamente importantes. Merecem referência alguns fragmentos áticos datáveis do séc. IV a. C.⁽²³⁾, as sigillatas sud-gálicas das formas Drag. 15/17, 24/25, 27 e 37, atribuíveis à 1.^a parte do século I e alguns fragmentos de ânfora de boa época.

As moedas romanas, principalmente as aparecidas na sondagem de 1949, são na quase totalidade pequenos bronzes, sendo as mais tardias de Cons-tâncio. Como todo este material está misturado, muito em especial o cerâmico, é, por assim dizer, impossível fazer-se um estudo criterioso, quanto ao seu enquadramento cronológico. Esperemos que o sector agora em escavação, possa suprir, em parte, estas falhas.

Escavações de 1981

Simultaneamente com a limpeza e recuperação deste sector, iniciamos a escavação de uma zona intacta, situada a W da C4 e do muro (assinalado na planta com um M) de divisão de propriedade.

(18) O estudo do material cerâmico, dada a quantidade, só estará concluído para a publicação oficial dos resultados (fins de 1983).

(19) Carlos A. Ferreira de Almeida, *Cerâmica Castreja*, Sep. da «Revista de Guimarães», Vol. LXXXIV, 1975.

(20) Alguns destes motivos foram estudados por J. Maluquer de Motes, *A Propósito de Unas Cerâmicas Procedentes del Castelo de Faria*, in «Bol. Grupo Alcides de Faria», n.º 1, pp. 33-38.

(21) Carlos A. Ferreira de Almeida, op. cit.

(22) J. M. Santa-Olalla, *El Fragmento Cerâmico Céltico*, in «Bol. Grupo Alcides de Faria», n.º 1, p. 21-28.

Carlos A. Ferreira de Almeida, op. cit., p. 18.

F. Lopez Cuevillas, *La Civilización Céltica en Galicia*, Compostela, 1953, p. 251.

(23) São idênticos aos aparecidos no Castro de Santo Estevão da Facha — Ponte de Lima. Carlos A. Ferreira de Almeida, Maria Teresa Soeiro, Carlos A. Brochado de Almeida, António José Baptista, *Escavações Arqueológicas em Santo Estevão da Facha*, Ponte de Lima, 1981.

A área foi quadriculada (quadrados de 4×4 m), mas por demasiado extensa, foi impossível de escavar no seu todo. Mesmo os quadrados iniciados não o foram na totalidade por falta de tempo; daí, o não podermos publicar ainda os resultados estatigráficos, que, embora incompletos, já permitem obter dados que são necessários, não só à cronologia do sector agora em escavação, mas também à arquitectura e urbanização do sector em recuperação.

Em linhas gerais, podemos afirmar que a área já escavada é uma continuação lógica do sector escavado nos anos trinta, pois as duas casas já a descoberto (Fig. 6), são, pelo tipo de aparelho, semelhantes às dez do sector

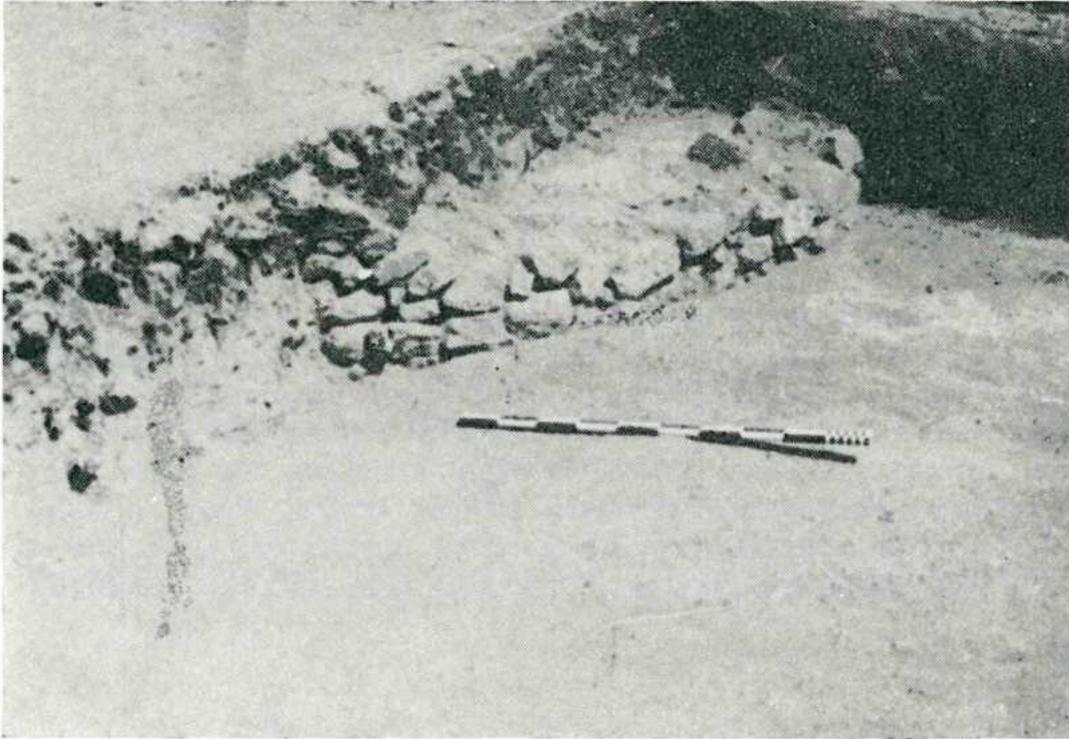


FIG. 6 — *Casa redonda do sector novo em início de escavação.*

adjacente. Estas duas habitações aparecem-nos sobrepostas, isto é, a superior foi construída sobre as ruínas de uma anterior. Pertence, sem sombra para dúvidas, à última remodelação do povoado. O que ainda não sabemos é se a casa debaixo é da primeira ocupação, ou se é habitação intermédia.

O material cerâmico, na generalidade, é de produção medieval e castreja. A castreja na quase totalidade é feita à roda, o que não admira pois só os estratos superiores é que foram escavados. As tégulas são raras e exceptuando dois pequenos bocados de ânfora de classificação indefinida, podemos afirmar, que nos níveis escavados, o material romano de importação está praticamente ausente.

No material castrejo feito à roda predominam as formas 1 A e 16 de C. A. Ferreira de Almeida. A cerâmica decorada, basicamente, é dos estilos C e D do mesmo autor.

Genericamente são produções atribuíveis ao séc. I a. C. sem mais especificações, por falta de materiais com cronologias bem definidas.

Cerâmica muito importante é aquela que apareceu na área de escavação da 3.^a muralha, lado de fora (Fig. 4). Trata-se de alguns fragmentos aparentados com os «tipos Penha e Boquique» encontrados num dos níveis anteriores ao lançamento da muralha. O seu aparecimento levantou uma série de interrogações, mas comprovou que os bocados de «Tipo Penha» misturados com o espólio castrejo das anteriores escavações, são realmente do Castelo de Faria e não misturados por acidente. O seu aparecimento, veio por outro lado, apontar para a necessidade que temos de alargar a escavação, nesta zona, de molde a comprovar se são provenientes de algum povoado ou se para aí foram carreados com a terra necessária a um provável alteamento da base de lançamento da muralha.

Esperemos pelos resultados deste ano.

Cinco Cartas de Amor em Verso

EUGÉNIO LAPA CARNEIRO

ARMINDA PASCOAL COUTINHO

À memória de Jorge Dias

Havendo tão pouca coisa escrita sobre a nossa epistolografia popular, inclusivamente sendo tão escasso o número de espécimes epistolares até hoje dados à estampa, é natural que a simples publicação de cinco cartas de amor dê ensejo para aventar muitas hipóteses. Do nosso ponto de vista, as cartas, fora o mostrarem que ainda nos nossos dias, no Baixo Minho, no concelho de Barcelos, há quem recorra ao filão lírico tradicional para exprimir o sentimento amoroso, não trazem nada de substancialmente novo. Mas isso, como é evidente, também tem interesse, e permite-nos reformular hipóteses que já têm alguns anos (1).

*

Começamos pelo problema da provável utilização de modelos impressos na correspondência epistolar popular, que aqui é sugerido pela carta III.

Não dispomos de um repertório dos «métodos de escrever cartas» publicados em Portugal. Desde *O Secretario Portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas* (Lisboa, 1746), de Francisco Jozé Freire, até ao *Secretário dos Amantes. Novíssimo correio de amor* (Lisboa, s. d.), de Angelita Cuenca, passando pelo *Codigo Epistolar ou regras e advertencias para escrever com elegancia toda a sorte de cartas* (Paris, 1846), de José-Ignacio Roquete, e pelo *Encanto dos Namorados. Coleção de cartas de namoro em verso* (13.^a ed., Porto, s. d.), do velho Bazar Feniano, — há uma multidão de títulos, o que, especialmente se considerarmos o elevado número de edições de muitos deles, indica a

(1) Ver: Eugénio Lapa Carneiro, *Os «escreventes»*, in «O Comércio do Porto», Porto, 12 Jan. 1965 e 9 Fev. 1965; Id., *Uma carta de amor (Século XVIII)*, sep. de «O Distrito de Braga», Braga, 1965; Id., *Os «olhos» na ilustração de cartas de amor*, in «O Comércio do Porto», Porto, 22 Jun. 1965, 10 Ago. 1965 e 12 Out. 1965.

grande procura que havia e há de tais obras. Na década de 60, por exemplo, o ritmo de lançamento de novas edições dos «secretários epistolares» que se imprimiam na Companhia Editora do Minho, de Barcelos, regulava-se pelo ritmo das sucessivas incorporações militares.

Nessa caudalosa produção editorial será possível destacar talvez umas boas dezenas de folhetos que apresentam chapas de cartas amatórias em redondilha maior, e temos de admitir que realmente eles foram bastas vezes utilizados para efeitos práticos.

A carta II, por seu lado, é um bom exemplo de uma carta obtida por montagem de quadras que correm na tradição oral. Tão bom, tão denso, que nos podemos perguntar se a namorada não se teria guiado por uma outra carta manuscrita, por sua vez eventual herdeira de outras mais ou menos remotas cartas manuscritas... (Criação colectiva, como a entende o Prof. Viegas Guerreiro (2)). Quem quer que conheça a vida de uma aldeia do Baixo Minho sabe que mesmo as cartas de amor frequentemente acabam por ser divulgadas em círculos maiores ou menores, assim se proporcionando ocasião a que, em especial quando são bonitas, sejam copiadas.

Tendo necessidade de não deixar dúvidas quanto à sinceridade, à veemência e à delicadeza dos seus sentimentos, o inexperiente namorado, ao dar início a uma correspondência epistolar, em regra se socorreria dos modelos possíveis, que, fossem impressos ou manuscritos, ele meio copiaria, meio adaptaria ao seu gosto e às suas circunstâncias.

É claro que estamos a falar em termos gerais. Por certo não faltavam moços e moças que sem muletas se afoitassem a compor as suas cartas, e mesmo moços e moças sem medo às musas, que, também sem a ajuda de cábulas, compusessem cartas em verso. Que mais forte motivo de inspiração senão o amor? — Com reserva (não vá o Diabo tecê-las), apetece lembrar o Fernando da carta V.

Foi sem dúvida laborioso o processo através do qual se definiu o «estilo» da epistolografia amatória em verso. Neste ligeiro esboço, falta ainda referir um dos seus principais factores — tão indiscutível como esquecido.

Dispomos de notícias que nos dão conta da existência, em diversos pontos do País, e desde os meados do séc. XVI, da classe profissional dos *escreventes* — sujeitos que, em locais públicos e estratégicos, escreviam mensagens de todo o tipo — cartas familiares, de amores, de negócios, etc., — a solicitação dos interessados. A importância social destes profissionais da epistolografia é fácil de adivinhar, se considerarmos, por um lado, a elevada taxa de analfabetismo que afectou a população portuguesa até aos nossos dias, e, por outro, a longa e continuada dispersão da mesma população pelas cinco partes do Mundo.

Através de algumas das referidas notícias, fica-se com a impressão de que os *escreventes* eram pessoas com dotes fora do comum, gozando de um certo estatuto de marginais, e que dominavam a sua arte. Em abono da

(2) M. Viegas Guerreiro, *Para a história da literatura popular portuguesa*, [Lisboa], Instituto de Cultura Portuguesa, 1978, p. 10.

qualidade das cartas que produziam os secretários públicos que, nos meados do séc. XVI, tinham mesa na Praça do Pelourinho Velho, em Lisboa, alegaremos um episódio referido nas *Anedotas portuguesas*, que diz mais de como os *escreventes* estavam à altura de concorrer com os cortesãos mais bem pintados, do que diz da discrição de D. Simão da Silveira (que é o que o cronista pretende enaltecer): «*estando o Príncipe D. João, pai del-Rei D. Sebastião, concertado a casar com a Princesa D. Joana, filha do Emperador Carlos 5.º, com quem casou, assentou el-Rei D. João o 3.º, seu pai, em seu conselho, que convinha escrever o dito Príncipe à dita Princesa hũa carta, cuja matéria havia de ser amores, e mandando el-Rei a todos os cortesões que fizessem cartas de amores para que de todas se escolhesse a que no conselho parecesse melhor para ir em nome do Príncipe à Princesa, cada hũ se cansou muito em compor a sua, e julgando D. Simão este trabalho por excusado, mandou hũ moço com hũ vintém aos escrivães do Pelourinho que lhe trouxesse hũa carta de hũ galante para sua Dama, e que fosse a primeira que lhe mandasse, esta carta foi com as mais ao conselho e por ir em nome de D. Simão foi julgada por melhor, e se mandou à Princesa*» (3).

Segundo Aquilino Ribeiro, o próprio Camões, primeiro em Goa — onde «*fazia a correspondência dos soldados das chusmas, as cartas dos fidalgos, dignamente analfabetos, os requerimentos a tutilimundi, a papelada oficial de quem precisava*», — e depois em Lisboa, exerceu a profissão de escrevente público (4). Raul Brandão, sem auferir réditos, por amizade, escreveu as cartas de amor do pescador poveiro José Libó (5). Não devemos engrandecer exageradamente a importância destes e de prováveis outros casos semelhantes, mas não podemos ignorá-los.

Para aduzirmos um exemplo dos nossos dias, lembraremos a Laurinha, uma *escreventa* de Barcelos que exerceu o ofício durante mais de cinquenta anos. Inteligente, capaz de captar rapidamente o essencial e os matizes das situações, era dona de um verbo fluido que lhe permitia exprimir, em prosa ou em verso, os recados e os sentimentos dos clientes, tendo acudido a muita aflição e a muitos corações despedaçados.

De que estrato ou estratos sociais provinham os *escreventes*? — Não repugna aceitar que fossem recrutados sobretudo nas classes humildes dos meios urbanos. Mas, adiando mais cabal resposta à questão para quando tivermos oportunidade de dispor e analisar com detenimento, sincrónica e diacronicamente, as informações relativas a *escreventes* que desde há anos temos vindo a coligir, — sem dúvida poderemos adiantar que o melhor do seu convívio quotidiano, e não só nas horas do trabalho profissional, se

(3) *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quincentista. Istorias e ditos galantes que sucederão e se disserão no Paço*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980, p. 74-75. — Em Julho de 1550 já se tratava da vinda da princesa para Portugal, e ela foi recebida, em nome do príncipe, pelo embaixador Lourenço Pires, aos 11 de Janeiro de 1552. (Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, 2.ª ed., vol. 2, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1954, p. 284 e 289-290.) O episódio terá ocorrido talvez em 1550.

(4) Aquilino Ribeiro, *Camões, Camilo, Eça e alguns mais. Ensaio de crítica histórico-literária*, 4.ª ed., Lisboa, Livraria Bertrand, s. d., p. 51 e 85-87, nota 13; Id., *Luís de Camões. Fabuloso. Verdadeiro*, vol. 1, Lisboa, s. d., p. 23, e vol. 2, Lisboa, 1950, p. 53-54.

(5) Raul Brandão, *Os pescadores*, Lisboa, Estúdios Cor, 1973, p. 137-138.

passava com pessoas cujo saber assentava na prática da vida e na transmissão oral, com pessoas que pouco ou nada deviam aos livros.

Pela sua própria função, o discreto *escrevente* achava-se numa posição de charneira entre a cultura dos letrados e a cultura dos iletrados, e isso deve ser visto em relação com o que produzia: literatura.

Letrado, no sentido de saber ler e escrever, atirado por um qualquer fortuito conjunto de circunstâncias para a profissão de secretário público, — ao menos por dever de ofício, o *escrevente* lia, além dos «métodos», as obras literárias que mais satisfaziam o gosto da sua época e da sua clientela. Respigar novas imagens e ideias, renovar e aprimorar o seu estilo, — era uma questão de brio e uma maneira de se defender da concorrência.

Entre a cultura dos letrados e a cultura dos iletrados em que sentido funcionou o *escrevente*? — Antes de mais, note-se que, nos meados do séc. XVI, como vimos pelo episódio acima transcrito, os secretários públicos da Praça do Pelourinho Velho podiam funcionar, e funcionavam, mesmo entre letrados e letrados. Aliás, é o que se deduz também da referência que, na mesma época, a eles faz Damião de Góis, quando enumera a variedade de artigos que os *escreventes* produziam: «*cartas, mensagens amorosas, elogios, discursos, epitáfios, versos, louvores, orações fúnebres, petições, notas e coisas deste jaez*» (6).

Por agora, fiquemo-nos pelo funcionamento do *escrevente* que mais se prolongou no tempo, que foi no sentido do iletrado para o iletrado, ou para o semiletrado, ou para o letrado, — tendo todavia em atenção que só excepcionalmente aconteceria correspondência epistolar de natureza afectiva e íntima — aquela em que de algum modo cabem finezas líricas — se não houvesse nivelamento social entre remetente e destinatário. Pondo como exemplo, cartas de amores entre iletrado e letrado só se trocariam se o primeiro estivesse «abaixo» ou o segundo «acima» do que seria de esperar nas respectivas condições sociais, ou se remetente e destinatário pertencessem a um estrato «médio» onde tão vulgar fosse o saber ler e escrever como o ser analfabeto.

A conclusão é simples, se é certo que os analfabetos desenvolvem excelente memória, e que, no tempo em que o correio demorava semanas a vencer uns poucos de centos de quilómetros, certas cartas — as que davam notícias de entes queridos, as tais onde cabiam finezas líricas, — eram repetidas vezes lidas ou escutadas pelos destinatários. O *escrevente*, na posição de charneira entre as duas culturas, teria sido agente capital de um fenómeno conhecido: o da insinuação de elementos provenientes da literatura erudita (escrita) na literatura oral (popular).

Só isso? — Há, nas cartas que a seguir publicamos, umas quadras para que propomos agora uma atenção particular: da carta I, a quadra 4, da carta II, as quadras 3, 8, 9, 15 e 25, e da carta III, as quadras 11, 19 e 21. São, como se vê, quadras que andam na tradição oral, e de que têm sido recolhidas numerosas variantes nos mais diversos pontos do País; são, além disso,

(6) Damião de Góis, *Lisboa de Quinhentos. Descrição de Lisboa*, Lisboa, 1937, p. 48-49.

quadras para escrever em cartas, quadras «elásticas» para todas as cartas amatórias. Produzidas para cartas de amores, logicamente, foram as próprias cartas por onde andaram o primeiro veículo da sua difusão.

E os *escreventes* não teriam ao menos colaborado na criação de quadras deste tipo?

Uma carta de amor, de 1795, que foi achada há cerca de trinta anos em Grimancelos, concelho de Barcelos, e é nítido trabalho de secretário público, obriga-nos desde já a alargar as nossas suspeitas também a outra família de quadras.

De facto, a carta de Grimancelos, toda iluminada, apresenta na segunda página três cenas de namorados: ele oferecendo a ela, sucessivamente, um raminho, um coração e um olho, cada uma das cenas sendo coroada por uma quadra alusiva, que é a fala dele (autêntica banda desenhada *avant la lettre*). As duas primeiras abrem, respectivamente, com os versos «Aqui tem este raminho» e «Aqui tem meu coração» (7), que, como se sabe, abrem outrossim inúmeras quadras recolhidas da tradição oral. Quadras para serem escritas em cartas (é agora manifesto), como «balão» ou legenda dos desenhos ou aguadas que as ilustravam, sem dúvida foram também divulgadas em primeiro lugar por meio das cartas, sendo impossível não pensar que os *escreventes* foram muito presumivelmente os seus autores.

Por extensão, é lícito admitir que a contribuição do anónimo *escrevente* para o enriquecimento do nosso cancionero poético popular não se tenha limitado à criação e difusão de espécimes cuja função original se deduza de modo tão fácil.

Evidentemente que as cartas que a seguir damos a lume suscitam logo à primeira leitura outras questões, e até questões de outra ordem. Mas, além de que na oportunidade já devemos ter atingido a medida, o tema está por estudar, e convém progredir por fases, sempre com base em quantidades acrescidas de elementos. Sobretudo, é preciso recolher mais cartas

(7) Ao alto da primeira página da carta, o verso «Aqui tens meu coração» aparece em dois registos associado ao simples desenho de um coração: como primeiro verso de uma outra quadra (metricamente imperfeita) inscrita nesse coração, e como legenda exterior do mesmo. Portanto, também aí a quadra é um complemento explicativo de um desenho.

A esta luz, teremos talvez de rever as interpretações que fazíamos de algumas trovas. Repare-se, por exemplo, na seguinte:

*A carta que me mandaste
Abri-a com muito jeito:
Trazia o teu coração,
Caiu-me dentro do peito.*

Sentia-se na carta palpitar o coração de quem a escrevera? (Maria Arminda Zaluar Nunes, *O cancionero popular em Portugal*, [Lisboa], Instituto de Cultura Portuguesa, 1978, p. 39.) — Por certo que sim. Mas, naquele «Trazia o teu coração» o que há, antes de mais nada, parece-nos, é uma referência muito concreta a um desenho: nos casos mais simples, um coração aseteado, com uma quadrinha declarando a oferta simbólica do mesmo.

A origem e o percurso do verso «Aqui tens este raminho» e das quadras geradas a partir dele estão a pedir uma sondagem, que promete ser proveitosa e que tentaremos proximamente.

populares, coligir mais informações sobre *escreventes*, e, claro, divulgar esses materiais. O estudo da epistolografia popular e dos *escreventes* promete, se nos não enganamos, esclarecer alguns importantes aspectos da nossa cultura.

*

A transcrição das cartas respeita integralmente os originais. Entre parêntesis rectos acrescentámos tão-só algumas palavras ou letras omitidas por evidente lapso.

CARTAS

I

Recolhida na freguesia de Moure, em Março de 1965, por intermédio de José Ferreira de Campos, então aluno da Escola Industrial e Comercial de Barcelos.

O autor, que na altura da recolha se encontrava em França como emigrante, nasceu em Dezembro de 1923, podendo supor-se que a carta data dos primeiros anos da década de 40.

Escrita numa folha azul de trinta e cinco linhas, com as quadras numeradas em romano, sob o título *Canção de Berços*. Carecendo de um remate formal, e ocupando integralmente as duas páginas da folha, é de presumir que não esteja completa.

O autor queixa-se de não ser correspondido, e outrossim de ingratidão e falta de sinceridade da amada. Entrando em contradição consigo próprio, por um lado recorda outras namoradas de que não se esquecerá, e, por outro, ora dá o seu amor como coisa presente, ora como coisa passada, tentativa, ao que parece, de obter pela via do ciúme o que de outro modo não alcançara. Fatalidade, sonho, saudades, desejo, olhos que prendem, prisão.

1

*Amar os teus lindos ólhos
É viver na deventura
Por êles não me amarem
Eu só tenbo amargura*

2

*Se algum dia te quiz bém
Ainda te podia querêr
Bastava serêmes sinçera
Para eu bém te querêr*

3

*A escrever esta carta
Eu só pensso no amôr
se um dia mo roubarem
Prendo o ladrão por traidôr*

4

*Quando leres minha cartinha
Bem nela podes pençar
Fáz de conta que sou eu
Cuete estou a falar*

5

*Amar um am amôr sinçero
Ainda a isso não cheguei
Foi por isso que muito tarde
A ter amôr eu começeu.*

6

*Oliveira simbolo de páz
A silva é de prisão
É como êsses teus ólhos
que prenderam meu coração*

7

*Se teus ólhos me prenderam
Tal vêz sem terem razam
Como não te eide prendêres
Por uzares de ingratidão*

8

*Não sei porque és engrata
eu isso não te mereçia
Mereçote a amizade
Para a sim ter alegria*

9

*Raparigas são liais
rapazes são verdadeiros
São êles em lialdade
Sempre os primeiros*

10

*Tôdos os máles se curam
o meu não o posso curar
Tenho tristezas sem fim
que acavam de me matar*

11

*Maria minha maria
é um nôme bém lembrádo
por eu só têr a alegria
Quando estou ão teu ládo*

12

*Ana também e alembráda
Também tenho na lembrança
que em tempos que passaram
Éra a minha Esperança*

13

*Outra que ainda não disse
Mas que não me esquecerá
É uma linda flóre
Que longe de mim está*

14

*Ainda mais podia nutar
Mas não estou para tal
Teria muito trabálho
Seria pago muito mal*

15

*Ai que saudádes penssar
Em tempos que já lá vam
Seria melhor não chegar
a amar teu coração*

16

*Infeliz dei um princípio
A êste amôr sem igual
Não sabi[a] que era prêso
Sem a ninguem fazer mal*

17

*Prendime eu sem saber
Cai tal vêz na armadilha
duns prêtos mas lindos
Olhos de uma tão linda filha*

18

*Quem tem assim uns ólhos
De cása têm a justiça
Pode até fazer prizões
Domingo ão vir da miça*

19

*Agora eu de queixomes
Não me posso defender
Só te pesso que me dês
Alegria e bêm querer*

20

*Amar os teus ólhos saudóso
Ou amar o teu coração
É comprir uma sentença
A estar numa prisão*

21

*Estou prêso ao teu amôr
por laços de simpatia
Por palavras amurósas
Que (te) ás vêzes te dizia*

22

*E esse amor que passou
Mas que não pode esquecer
Obrigame a sêr sincero
Obrigame a te escrevêr*

23

*Seria talvez crueldade
Ou seria mesmo em gratidão
Esquecer a mais amada
Do meu pobre coração*

24

*Seria melhor não a amar
Que o amor é prisão
É por isso que estou prêso
ao teu doce coração*

25

*Mas como há só um caminho
Que eu tenho para o seguir
Com sacrifício paço
Por outro não posso ir*

26

*Estando eu a sonhar | que a
Que ao teu ládo vivia
Pençei então gosar
A antiga a alegria*

27

*Saudades mais e mais saudádes
Saudádes só para mim
Por causa de não me amáres
Fazês-me andar a sim*

*Ésta noite sunhei ei
 Que estava ao teu ládo
 Acordando fiquei triste
 Por estar tam retirado*

II

Recolhida na freguesia de Galegos S. Martinho, em 1960.

No original as quadras apresentavam-se sem numeração. No fim da carta a namorada ainda escreveu «Ex.mo Sr.», mas ficou por aí, deixando em branco um espaço onde o destinatário lavrou o seguinte despacho:

*«Fica sabendo amiga
 Que pra mim não tens valor
 Destes o que me pertencia
 Perdite todo o amor
 Felisberto C...»*

É uma montagem de quadras que correm na tradição oral, mas atinge a qualidade de uma mensagem pessoal em que a autora declara os seus sentimentos de modo particularmente impressivo e delicado. Presença do pai (repressão), desejo de posse física, saudades, o amado é tudo.

Galegos S. Martinho, 7/11/1954

1

*Desgraçado foi o pai
 Que deu uma filha a ler
 Porque namora por cartas
 Sem a maizinha saber*

2

*Dizem que o preto que é feio
 O preto tão linda côr
 Com o preto é que eu escrevo
 As cartas ão meu amor*

3

*Vai carta leva as noticias
Responde sabe falar
Os olhos que te nutarão
Ja estão fartos de chorar*

4

*Ámora nasce da silva
a silva nasce no chão
a vista nasce dos olhos
o amor do coração*

5

*Meu coração esta fechado
a chaves tenha meu pai
quem está fora não entra
quem está ca dentro não sai*

6

*de encarnado veste a rosa
de verde o majaricão
de branco veste a saudade
de luto o meu coração*

7

*o meu coração e de oiro
tem dosentas gavetinhas
que se fexão com saudades
e se abre com falinhas*

8

*Vai carta feliz voando
Que felizes olhos vais ver
Quem me dera estar ao lado
Quando te estiver a ler*

9

*O carta assim que la chegares
A brete e fala cortex
Conta as lagrimas que viste
Nos olhos de quem te fêz*

10

*Quando leres esta carta
Meu amor lembrate de mim
Eide te amar como espoza
Ate à morte sem fim*

11

*O dia que eu deseijo
Parece nunca crer vir
Pois por ti estou esperando
Para em meus braços cair*

12

*Um dia a beira de um tanque
Por um acaso foi parar
Vi no fondo a tua imaguem
Quiz-me deitar a fugar*

13

*O passarinho voante
Abre as asas toma o vento
Vai-me levar esta carta
Aonde eu tenho o pensamento*

14

*Ninguem descubra o seu peito
Por maior que seja a dor
Quem o seu peito descobre
Assi mesmo é traidor*

15

*Não te mando violêtas
Porque não tenho jardim
Mandote estas duas letras
Para te lembrares de mim.*

16

*Asseitei muitas saudades
Do fundo do teu coração
Mas só estou acreditado
Quando me deres teu coração.*

17

*Agora vou terminar
Não me podes esquecer
Farei sempre por te amar
Amar-te hei-de até morrer.*

18

*Adeus lindos olhos queridos
O sustento do meu coração
Desejava-os para mim um dia
Que são a minha perdição*

19

*Quem me dera ser moleira
para moer com o grão
saudades uma a uma
que tenho em meu coração*

20

*O teu coração meu amor
tem petulas no jardim
A que sospero por te
e to sosperas por mim*

21

*ha muito que te eu amo
E não te quero deixar
não me saís do pensamento
e sempre te heide amar*

22

*Ando com muita simpatia
com essa tua belesa
Quem me dera encontrar
no teu coração firmêsa*

23

*tu es a melhor felor
Que eu encontrei no jardim
porisso tenho vontade
dete colher para mim*

24

*Es bonito es airósa
Es o Deus do meu amor
Es em tudo engraçadinho
Es mais lindo que uma felor*

25

*Vai-te carta felis carta
Não digas quem te nutou
Com saudades te escreveu
E com suspiros te fichou*

26

*Adeus amor adeus tudo
Adeus felor engraçada
Adeus labios engraçadinhos
Que com amor os beijava*

III

Recolhida na freguesia de Galegos S. Martinho, em 1960.

Escrita num cromo desdobrável de motivo natalício que conserva ainda a indicação do preço («4.» — quatro escudos), através da qual se conclui que a carta não era antiga. Consta de doze quadras numeradas de 1 a 12, e de nove não numeradas (números 13 a 21 da presente publicação). Percebe-se que as não numeradas foram escritas em diferente ocasião, supomos que para acabar de encher o papel (de facto, toda a página não ilustrada do cromo ficou ocupada), visto que algumas são nitidamente excrescentes.

Não será descabida a hipótese de as quadras 2 a 10 (notar em especial as 5, 6 e 7) terem sido copiadas de um qualquer folheto impresso.

O rosto e os olhos da destinatária renderam o remetente, que anda triste e desgostoso: «Não posso viver sem ti», «Anda depressa ter comigo».

1

*Barcelos é terra linda
Barcelos não tem igual
Barcelos é terra mais linda
que nasceu em Portugal*

2

*Aqui te mando Maria
saber da tua saúde?
Não fui em propria pessoa
Meu amor porque não pude!*

3

*Maria não sei que sinto
Depois de ver o teu rosto
Ando sempre muito triste
Quasi morto de desgosto*

4

*O motivo por que péno
Vem tu o deves sopor
É lembrar-me de alcançar
o teu destino Amor*

5

*Mari[a] meu amor
apenas teus olhos vi
fiquei de ti enamorado
Não posso viver sem ti*

6

*Ao ver os teus lindos olhos
Eu não sei o que senti
só sei que fiquei cativo
Não posso viver sem ti*

7

*Adeus virgem dos meus sonhos
De quem nunca me esqueci
Anda fazer-me companhia
Não posso viver sem ti!*

8

*Eu por ditoso me dava
Em obter tua mão
Desejava verte sempre
Chegadinha ão coração*

9

*E sem mais adeus adeus
Amor do meu coração
Anda depressa ter comigo
p'ra me dares consolação*

10

*Fico esperando resposta
Que tu me mandes dizer
Quando hei-de ter a vista
De ão pé de mim te ver*

11

*Vai [carta] feliz voando
As mãos de quem tanto quero
Espero resposta agradável
Dum coração tão sincero*

12

*Do meu coração ao teu
Com linhas heide bordar
se as linhas for de amizade
Nunca mais hão-de apartar*

13

*Quando vás por água ao poço
não faças lama no chão.
— Dá menos converça ao moço
e, à filha mais atenção*

14

*Provas que tens coração
Dize que sim sem receio
não teimes em dizer não
Porque ser teimosa e feio*

15

*Sim na quadra tudo cabe
Mas de que serve caber
se há coisas que a gente sabe
que não se podem dizer*

16

*Depois virá a madrugada
tu poderás regressar
Ficarei triste e calada
Como uma rua ao luar*

17

*Quando em silêncio finges
Que um beijo foi furtado
E o rosto desmaiado
de cor de rosa tinges*

18

*Eu desejava morrer
vê lá tu os meus desejos
Eu desejava morrer
se me matasses com beijos*

19

*Vai-te carta venturosa
que lindos olhos vais ver
deves porte de joelhos
quando te forem a ler*

20

*Escrevia-te uma carta
se tu a soubesses ler
mas tu vais dar a outros
meus segredos a saber*

21

*A pena com que escrevi
não a tirei ao pavão
a tinta saíme dos olhos
a pena do coração*

IV

Recolhida na freguesia de Galegos S. Martinho, em 1960.

Escrita numa folha de papel de carta, ocupa por completo as quatro páginas, à razão de catorze versos por página. As quadras não são numeradas.

Declaração de amor temperada de ironia. À primeira vista, tanto podemos admitir que há uma intenção de gozar o «Senhor Antoninho» (que, por exemplo, não seria nada bonito), como podemos pensar que a autora recorre ao tempero para vencer a sua própria timidez, ou para, no caso de a reacção do destinatário ser de algum modo inconveniente, alegar que se trata de uma brincadeira.

A quadra número 13 é uma charada: Em rigor, a «d direcção» parece que devia ser um topónimo. Não há, porém, nome de freguesia que se encaixe na fórmula, e na área da freguesia de S. Martinho de Galegos e das que com esta confrontam também não há — se fizermos fé em Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado* — nome de lugar que resolva o problema. «A direcção» significará «a remetente»? — «Irene»? (Numa aldeia minhota, em 1960, seria bastante pouco provável uma «Ivone», para mais já namorada.)

Não obstante as referências a «escreventa», «escrivão» e «notário», é difícil concluir que a carta não foi escrita pela nomeada «rapariga solteira».

1

*Bai carta feliz boando
da mão desta escreventa
24 de Fevereiro
Ano de 1960*

2

*Eu cheguei aqui agora
tenho a dalhe os bom dia
ou já sera bôa tarde
não sei se ja deu meio dia*

3

*Como è que tem passado
pregunta meu Coração
se goza boa Saùde
e se tem andado bom*

4

*Tam bem da sua familia
notisias quero saber
por ser jente conhesida
dizeiio todo prazer*

5

*Aminha Saùde a boa
nada tenho que dizer
so mente as Saùdades
e que me faz mais sofrer*

6

*Agora bou lbe contar
esta minha vida a eito
trabalho cômoo e dromo
para todo tenho jeito*

7

*So mete para e namorar
e coiza que a inda não sei
tanho mêdo de ficar mal
por iso nunca esprementei*

8

*Mas se fôsse com o Antoninho
gostaba de me em terter
por ser um Rapaz bonito
gosto muito de o ver*

9

*Para não mais o emfadar
a carta bou rematar
a Deus a te calquer dia
quando calhar de o emcontar*

10

*Se quer saber quem eu sôu
ou a onde es tou a morar
moro emtre o Seu e a Terra
pois não tenho outro Lugar*

*O escrivão e de Barga
onotario e de Balemça
se se chegar a saber
a mim não me faz defreça*

*Sou Rapariga solteira
não devo nada a ningem
rio e falo para todos
querer bem só a meu bem*

*A direção desta carta
por um i bai começar
tem mais 3 lêtras aumeio
e nu é bai a cabar*

*A Deus Senho[r] Antoninho
a carta bai se fichar
so pesso que me desculpe
por não⁽⁸⁾ estar a em que mudar*

V

Recolhida em Barcelos, em Dezembro de 1965, pelo sr. João Macedo Correia, de quem a destinatária era então criada de servir.

Foi recebida na altura do Natal. (Note-se que a carta III — também presumivelmente uma declaração de amor — tem como suporte um cromo de Boas-Festas. A animação da época favorecerá a tomada de decisões nesta matéria?)

A cópia de que nos servimos conserva a disposição gráfica do original, mas não procuraremos reproduzi-la. As quadras não são numeradas.

(8) O «não» está na entrelinha, por cima de um «o» riscado.

Na passagem de ano de 1965 para 1966, o Fernando voltou à carga, desta feita com um cartãozinho:

*«Saúdosa Maria Olinda
Ofereço-te de bom coração
São os sinceros votos
Que saíram da minha mão*

BOAS ENTRADAS»

Trata-se de uma singela e breve declaração de amor. Dois versos — «Já muito tu tens passado / Mas muito mais hás-de passar» — aludem naturalmente à condição da criadita, a servir para ser uma boca a menos em casa dos pais.

1

*Vais-te rir um bocadinho
Com versos de animação
Sou eu que os envio
Ao centro do teu coração.*

2

*Não penses tu Olinda
Que isto é para te gozar
Eu nunca gozei ninguém
Nem isso se deve pensar.*

3

*Olinda do coração
Não te ponhas a cismar
Já muito tu tens passado
Mas muito mais ades passar.*

4

*Querida e saudosa
Amor da minha paixão
Palavra que não esquece
Olinda do coração.*

Fernando G... da C...

Os Doze Pares de França ou a Floripes de Palme

DOMINGOS DE CASTRO B. MACIEL

INTRÓITO

1. A Floripes de Palme

O Teatro Popular de índole guerreira baseado num episódio das lutas entre cristãos e turcos, ao tempo do Imperador Carlos Magno, assentou e ganhou raízes em algumas localidades da zona central da bacia hidrográfica do Neiva (1).

Diversas terão sido as razões pelas quais alguns espécimes desse Teatro alcançaram os nossos dias; mas vem ao de cima, como mais forte, a tendência para a Arte de Talma, que patenteia notável número de apaixonados em quase todas as freguesias do Vale (2).

A temática religiosa manteve acesa a inspiração de gerações que se foram sucedendo. Por isso, verificamos como o relato duma batalha de competição entre cristãos e infiéis, com a vitória do bem sobre o mal e o aniquilamento e conversão da mourama — com que se teceram lendas ainda desfiadas como contas dum rosário — conseguiu atingir o gosto e a paixão populares e a sua manutenção em desafio perene. Isto, ao ponto de conservar e manter através de gerações e épocas diferentes e sucessivas o mesmo motivo e a mesma obra, sem a ter estragado naquilo que, porventura, ela possui de mais belo: a maneira de a trazer a público isenta de modificações que comprometessem o seu cunho original.

(1) Além de Palme (Santo André) do nosse concelho, representa-se a Floripes, com grande parte do entrecho próximo deste, na localidade das Neves, que é repartida por Capareiros (Barroselas), Vila de Punhe e Mujães, do concelho de Viana do Castelo, e, em Portela Susã, o Auto de Santo António, de tema guerreiro e a mesma raiz de inspiração. Esta última também do concelho de Viana do Castelo, mas todas fazendo parte da bacia hidrográfica do Neiva.

(2) Além de Autos caracteristicamente guerreiros ou natalícios, desde há muito se faz teatro religioso e profano em Mujães, Fragoso, Tregosa (teatro antiquíssimo), Capareiros, Durrães, Piães e outras localidades do Vale do Neiva.

Os Doze Pares de França ou Floripes de Palme é espécime que escapou à sapa ou aprimoramento e logrou alcançar os nossos dias com largos espaços de transmissão oral.

Sabemos que grande parte do seu texto saiu da publicação aparecida quase nos finais do Século XV a narrar as façanhas do Imperador do Ocidente (3). Mas outra e bem considerável foi tecida pela veia poética do nosso povo: tecida, transmitida e conservada com as declamações familiares durante os longos serões passados à volta da fogueira acesa, enquanto as moçoilas fiavam os rocados do linho ou bordavam os bragais, nos tão saudosos tempos que o nosso tempo... levou!

E ainda hoje, ao falar da Floripes com algum ancião de Palme, logo as quadras nascem em narração espontânea e contínua, sonantes e cristalinas, límpidas, como a transparência musical do canto duma fonte! É que ali há uma vivência contínua e participativa entre as pessoas, pelo seu teatro — esse teatro que herdaram, mantiveram e vão transmitindo, à mistura com as células através das quais vão também dando vida a novas vidas (4).

2. Em busca de certidão de idade

Colocar esta obra no tempo e com cronologia exacta não é de tentar sequer. Várias razões podem, porém, levar-nos a concluir que só a partir do Século XVI ela apareceu nos palcos. Mas, nada de certezas. (5).

Como não é de estranhar, foi o tema aproveitado para representações em zonas diferentes do país e diferentemente titulado, ao sabor de cada localidade. No entanto e sem perder de vista o bom combate do Cavaleiro Cristão e a derrota dos infiéis, há significativas alterações de texto que se reflectem no decurso dos desempenhados e mesmo em pormenores, com acréscimos ou supressões de personagens; difícil, isso sim — senão impossível — é encontrarem-se dois textos iguais do Auto da Floripes.

Se os subsistentes se assemelhassem tanto que mais parecessem cópias fiéis uns dos outros, de nada aproveitaria a colheita da Floripes de Palme,

(3) Segundo Teófilo Braga «a crónica do Imperador Carlos Magno popularizou-se intensamente em Portugal e foi impressa em Lisboa em 1615» (Cf. *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*). A primeira versão conhecida apareceu em francês *Conquêtes du Grand Charlemagne*, em 1485, impresso em espanhol por Nicolas Piemonte a partir de 1525. Tendo-se sucedido as edições em 1528, 1533, 1547 e 1548, entre outras, o nome do tradutor Castelhana apareceu a partir da de 1570. (Luís C. Cascudo, *Dicionário do Folclore Brasileiro*, 2.^a Ed., Rio de Janeiro, 1962).

A edição de 1737 traduzida por Jerónimo Moreira é das mais difundidas entre nós.

(4) O interesse que demonstram as pessoas de Palme pela obra citada, pode deduzir-se do facto de ali haver várias edições em português da História de Carlos Magno.

Pela consulta de velhos manuscritos existentes em Palme, verifica-se que, desde pelo menos há dois séculos, ali se levou à cena esta obra do ciclo carolíngio, apesar da pouca divulgação, que a tem mantido quase desconhecida.

(5) Seria difícil que a Floripes entrasse no Teatro Popular antes do aparecimento, pelo menos, da edição francesa. Mais provável, seria que tal acontecesse após o aparecimento em espanhol, devendo mesmo notar-se que este teatro se representa em várias regiões da Galiza.

sobretudo depois da publicação levada a efeito pelo eminente historiador local Leandro Quintas Neves acerca do Auto da Floripes, que, anualmente, é representado por ocasião dos festejos a Nossa Senhora das Neves, no largo do mesmo nome, em Mujães, nos princípios de Agosto.

Há, todavia, entre ambos, diferenças que podem reputar-se de notáveis, tratando-se de reminiscências de Teatro Popular que resistiu, durante vários séculos, ao desfazamento da pureza de nascença.

E, assim, deve ser colhido e registado para que no futuro se não perca. Daí a presente publicação, já que a Floripes de Palme, em notáveis pormenores, tem características próprias, mesmo no contexto das várias Floripes ou Doze Pares de França.

3. Notas acerca da obra em cena

Tem havido no decorrer dos tempos mudanças nas datas e nos locais da representação da Floripes.

Quanto à data, asseguram pessoas idosas de Palme que outrora foi levado à cena em dia de Santo António, talvez para maior vivência da parte em que o Anjo entra e baptiza os turcos conversos e, segundo a obra traduzida por Piemonte, em lendária descrição, tal ocorreu precisamente no dia 13 de Junho em que se festeja o Santo Taumaturgo.

Quanto ao palco, foi seu poiso durante muitos anos o largo em que existia o nicho dedicado ao Senhor dos Aflitos, mais tarde inserido na actual Capela, em co-patronato com Nossa Senhora da Boa Fortuna.

Uma representação, foi lá em cima, em Brirães, no largo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios e inserida no programa dos festejos⁽⁶⁾.

Interessante é de notar que, mesmo nos antigos manuscritos de quando a representação se fazia pelo Santo António, era a Senhora dos Remédios invocada pelos cristãos nas quadras populares do Auto.

Como nota de curiosidade, já desde há várias dezenas de anos a Floripes era desempenhada por belas donzelas de Palme, em contraste com o que acontecia em outras terras, onde essa encarnação feminina ficava a cargo de actor varão.

Os personagens costumam usar vestes alugadas num guarda-roupa da cidade do Porto que não tem primado no esmero nem rigor, apesar do pesado encargo que ocasiona. Esse encargo financeiro tem refreado a motivação duma constante repetição anual.

Conseguidas roupagens próprias, dar-se-ia um passo decisivo para a regularidade desta representação no contexto das festividades à Senhora dos Remédios.

(6) Esta representação data de há vários anos.

NOTAS PRELIMINARES

O Grupo Cristão segue, primeiro, para o palco ou estrado, ao som da contra-dança executada pela Banda musical, que faz acompanhamento.

Cada personagem toma o seu lugar, à excepção do Anjo, que aparece no momento de entrar em cena.

Seguidamente, com igual solenidade, vem o Grupo dos Turcos. A Floripes toma lugar apenas no momento próprio da actuação.

Em estrado lateral e na traseira daquele em que vai desenrolar-se o espectáculo, mantém-se a Banda Musical, atrás do campo cristão.

Ao fundo do campo Turco, há uma dependência em pano, que é a prisão.

A marcação de cena, antes da actuação, faz-se segundo esquema junto.

Como o palco é constituído por estrado, mais comprido do que largo, os Grupos tomam lugar nos topos e o centro fica livre para o decorrer do prélio.

O Caixa está de lado e todos os movimentos em marcha são feitos ao som do rufar de tambor.

De notar que Oliveiros, de bandeira ao alto, abre o desfile, destaca-se dele a passo largo, sobe ao estrado e dá nele uma volta, sempre empunhando a bandeira. Depois, volta atrás e segue, na posição de guia da hoste Cristã, entra no palco de novo e toma o lugar que lhe é próprio.

POSIÇÃO DOS PERSONAGENS, ANTES DE PRINCIPIAR A REPRESENTAÇÃO

Cristãos

Guarim •	Oliveiros •	Carlos Magno •	Porta-bandeira •
Soldado •		4. ^a Linha	• Soldado
Soldado •		3. ^a Linha	• Soldado
Soldado •		2. ^a Linha	• Galalão
Guy de • Borgonha		1. ^a Linha	• Roldão

Zona central do palco
onde a cena se desenrola

Soldado •	1. ^a Linha	• Soldado
Soldado •	2. ^a Linha	• Soldado
Soldado •	3. ^a Linha	• Soldado
Soldado •	4. ^a Linha	• Soldado

• Porta-bandeira	• Balaão (Almirante)	• Ferrabrás	• Brutamontes
---------------------	----------------------------	----------------	------------------

TURCOS



*Acompanhada de Brutamontes, Floripes aparece,
ao reacender da cena.*



Os Turcos ocupam os lugares. O caixa em «terra de ninguém» está atento, para executar os vários andamentos.



Ao fundo, os personagens principais da hoste de Balaão.

AUTO

Com os exércitos formados dum lado e doutro do palanque o espectáculo é iniciado pelos cristãos.

Carlos Magno (*canta*):

Eu sou um nobre rei cristão,
tenho grande valentia;
vou fazer baptizar
toda a gente da Turquia.

Vinde cá, ó meus vassalos,
todos com muita alegria,
festejar Nossa Senhora
aqui hoje neste dia.

Soldados, todos uns atrás dos outros, passam, em linha, diante de Carlos Magno, fazem-lhe reverência e voltam aos seus lugares. No percurso, cantam: (7)

Soldados:

El-rei, meu Senhor nós vimos
aqui, todos reverentes,
conseguir vossas vontades,
humildes, obedientes.

Carlos Magno: (8)

Vinde cá, ó meus vassalos,
não tendes que duvidar,
que a Senhora dos Remédios
hoje nos há-de ajudar.

Soldados (*os dois primeiros*): (9)

El-rei, meu Senhor, não tema
que não é para temer;
aqui temos pólvora e balas
para os turcos vencer.

(7) Sempre que os soldados se movimentam, a caixa executa o toque de acerto do passo. Os movimentos dos soldados, fazem-se em passo marcial.

(8) O diálogo Carlos Magno-Soldados, é em canto.

(9) Reverenciam o Imperador. A cena repete-se, sempre que algum soldado se lhe dirige.

Carlos Magno:

Sou um nobre rei cristão
de terra mui generoso,
hei-de vencer a batalha
com meu braço mui forçoso.

Soldados (*os dois segundos*):

El-rei, meu Senhor não tema
nem tenha que duvidar.
A Senhora dos Remédios
hoje nos há-de ajudar.

Carlos Magno:

Meus valorosos vassallos
não temais o inimigo,
que à força das nossas armas
tudo há-de ser vencido.

Soldados (*os dois terceiros*):

El-rei, meu Senhor não tema
nem tenha mais que temer,
que à força das nossas armas
tudo havemos de vencer.

Carlos Magno:

Tudo havemos de vencer
sem haver que duvidar.
Preparai as vossas armas
para logo batalhar.

Soldados (*os dois quartos*):

El-rei, meu Senhor fuja
por esse mundo além,
que quem foge sempre vence
e todos ficamos bem.

Carlos Magno:

Não nos fica bem em nada,
considerai o bem nos termos,
se nós daqui retirarmos,
que risadas não teremos.

Soldados (*todos uns atrás dos outros*):

El-rei, meu Senhor não tema
não tenha mais que temer.
Nós lá vamos para o campo
suceda o que suceder.

RÉPLICA DOS TURCOS

Cantigas do Rei Turco e Soldados, ao iniciarem a réplica: (10)

Rei Turco:

Eu sou um nobre rei turco
a quem o respeito inclina.
Sou o que tenho o poder
nessa terra da Argelina.

Meus valorosos vassalos,
não tenhais medo à morte,
que nós havemos de vencer
esta batalha tão forte.

Cantam todos os Soldados:

Soldados:

El rei, meu Senhor nós vimos
aqui todos reverentes,
conseguir vossas vontades,
humildes e obedientes.

Primeiros Soldados:

Somos turcos de nação
criados na liberdade.
Vimos hoje destruir
o reino da cristandade.

Rei Turco:

Meus valorosos vassalos,
tende grande coração,
para vencer os doze pares,
que não vos façam traição.

(10) A cena dos cristãos é repetida pelos turcos, no aspecto de cortesia dos vassalos, perante o Rei.

Rei Turco, Balaão ou Almirante, são sempre o mesmo personagem, que pode receber tratamento diferente no decurso da obra.

Segundos Soldados:

Somos turcos de nação
criados lá na Turquia.
Somos quem nesta batalha
temos sempre valentia.

Rei Turco:

Meus valoroso vassalos,
estai sempre valorosos,
que os vossos deuses de Mafoma
foram sempre piedosos.

Terceiros Soldados:

El-rei, meu Senhor tenhamos
no nosso Deus grande esperança,
que não é para temermos
os doze pares de França.

Rei Turco:

Meus valorosos vassalos,
estai firmes e verdadeiros,
que não é para temer
a Roldão nem Oliveiros.

Quartos Soldados:

El-rei, meu Senhor não tema
nem tenha que duvidar,
nós lá vamos para o campo
para logo batalhar.

Rei Turco:

Meus valorosos vassalos,
tende grande coração,
que não é para temermos
Oliveiros nem Roldão.

Cantam todos os Soldados em fila:

El-rei, meu Senhor não tema
nem tenha mais que temer.
Nós lá vamos para o campo
suceda o que suceder.

Saída de Ferrabrás para o campo.

Rei Turco (*canta*):

Vai Ferrabrás para o campo
e vai firme e verdadeiro.
Vai dar batalha, a Roldão,
e também a Oliveiros.

Eu te entrego a minha espada
com prazer e valentia.
Vai dar batalha ao campo,
Ferrabrás da Alexandria!

Canta Ferrabrás:

Eu já vou para esse campo
e vou firme e verdadeiro,
vou dar batalha a Roldão,
e também a Oliveiros.

Ó doze pares de França,
vós já perdestes o brio,
pois todos estais tremendo
com este meu desafio.

Sou chegado a este campo,
chego firme e a pé quêdo,
vinde cá, ó doze pares,
pois que a um só tendes medo.

Quando Ferrabrás responde, a cantar, a Balaão, começa a sair para o campo.

A saída é feita com lentidão, dando tempo a cantar as três quadras, e, só ao acabar, ocupa o seu lugar.

Ao atingir o posto para iniciar o passeio, antes de declamar, Roldão, do seu lugar, brada:

Roldão:

— Às aaar... maaaas!!

E dá um tiro.

Passeia um pouco no campo e diz:

Ferrabrás (*declamando*):

— Oh! Imperador Carlos Magno, homem covarde e sem valor manda-me cá um ou dois dos mais valentes dos doze pares contra mim.
Somente espero vencer a batalha.

Venham ainda quer sejam Roldão, Oliveiros, Tietri e Urgel da Noá ⁽¹¹⁾ que te juro pelos meus deuses que não hei-de voltar ainda que sejam seis.

Adverte que estou em campo e muito longe do meu exército e se isto não fazes te publicarei por todo o mundo a tua grande covardia e dos teus cavaleiros e direi que sois indignos de vos chamar valorosos já que tanta covardia e atrevimento tivestes para converter toda a Mouritana e de ganhar reinos e províncias, tem esforço para dar batalha a um só cavaleiro turco.

Deita-se no chão. Dali a pouco tempo torna a levantar-se e diz:

Ferrabrás:

— Ó Carlos Magno és indigno de uma coroa que possues; com um só cavaleiro turco, perdes a honra que com grande multidão deles, muitas vezes tens ganhado? E Roldão e Oliveiros, Tietri e Urgel da Noá os quais vós chamais os doze pares e de que tantas façanhas e prodígios tenho ouvido nomear; como não ousais aparecer diante de um só cavaleiro? Tendes já por ventura esquecido o pelejar ou a minha forte lança vos mete medo?

Vinde, todos os doze pares juntos, pois que a um só vos não atreveis.

Torna a deitar-se.

Carlos Magno (*do seu lugar*):

Vinde vós cá, ó Roldão,
vinde bem aparelhado,
vinde dar batalha ao turco,
pois que tanto tem chamado.

Chama:

— Roldão! Roldão!

Roldão:

— Pronto, real Senhor.
Que determina?

Carlos Magno:

— Preparai-vos para ir à batalha.

⁽¹¹⁾ «da Noá» é a pronúncia referente a Danois. Numa das edições em português, de que não é possível saber-se a data, está assinalado Danoá.

Roldão:

Real Senhor:

Para ir à batalha
é um caso muito sério.
Pois que sou criança nova
mandareis outro mais velho.

Um conselho vos vou dar:
que mandeis a Galalão
já que nas outras batalhas,
lhe destes o galardão.

Carlos Magno:

Meia volta, volver!
Em frente... marche! ⁽¹²⁾

Roldão volta ao lugar.

Carlos Magno (*chamando*):

— Galalão! Galalão!

Galalão:

— Pronto, real Senhor, que determina?

Carlos Magno:

— Prepara-te, para ir à batalha.

Vai à presença do Rei e diz:

Galalão:

Real Senhor,
aqui estou, prisioneiro.
Um conselho lhe dava:
que mandasse o Senhor Oliveiros.

Carlos Magno:

Galalão, Galalão!
Tu sempre tiveste más entranhas
em teu coração!
Como te tenho dito outras vezes,
e pelo que me dizes,
deixarei ir Oliveiros à batalha.

⁽¹²⁾ Todo o percurso, do lugar ao Rei e dali ao regresso, é feito em passo cadenciado pelo toque de caixa, em qualquer dos campos.

Porém, se nela morrer,
pagarás tu, com tua vida
e toda a tua parentalha.

Com ar marcial:

Meia volta! Vool... ver!
Ordinário... marche!

Galalão volta ao lugar.

Carlos Magno:

Pois que os meus vassallos
me não querem despicar,
vou pôr os pares em campo
e tirar as armas
a quem me quer afrontar.

Vai Oliveiros para o campo
com a lança do Senhor.
O milagroso Santo António
será o teu defensor⁽¹³⁾.

Oliveiros:

— Guarim, aparelha-me as armas que quero ir à batalha.

Guarim:

— Senhor peço por amor de Deus que não cuide em tal empresa. Trate da sua saúde.
Não queira com tal temeridade fazer acabar os dias da sua vida, porque não o vejo apto para fazer tal empresa.

Oliveiros:

— Guarim, faz brevemente o que te mando pois não te ponhas a olhar à vida quando se espera ganhar grandes honras. Grande fraqueza seria a minha se o turco se fosse embora sem batalha e não é justo deixar o Imperador em tanto aperto e injúria.

⁽¹³⁾ Repare-se, aqui, na quadra alusiva a Santo António, em cujo dia se consumou a conversão dos turcos.

Carlos Magno, vem fazer a entrega da lança a Oliveiros, e canta:

Carlos Magno:

Eu te entrego as minhas armas
com prazer e valentia.
Vai-me dar batalha ao campo,
a Ferrabrás de Alexandria.

Oliveiros responde a cantar:

Oliveiros:

Eu me rogo para a batalha,
pois que tenho valentia,
vou-te fazer baptizar,
Ferrabraz de Alexandria.

Na presença do Porta-bandeira, Carlos Magno entrega-lhe a lança. Oliveiros está de joelhos.

Carlos Magno (canta):

Vai Oliveiros à batalha
com a lança do Senhor,
que sempre de toda a guerra
hás-de ficar vencedor.

Oliveiros:

Eu já vou para esse campo
e vou bem aparelhado,
vou dar batalha ao turco
que tanto tem chamado.

E voltado para Ferrabrás:

Levanta-te daí turco
anda batalhar comigo,
senão olha que te mato
como vilão estendido.

Vai Oliveiros de volta de Ferrabrás. Espreita-lhe o corpo todo e diz:

Oliveiros:

— Levanta-te turco infiel. Toma as tuas armas, monta a cavalo e vem pelejar comigo, pois que tanto tens chamado e blasfemado. Quero ver se és tão grande nos teus feitos e valentias como na fama e corpulência.

Ferrabrás levantou a cabeça e voltou a deitar-se.

Oliveiros :

— Turco, levanta-te! Toma as tuas armas, monta a cavalo e vem pelejar, porque não é acção de cavaleiro estar deitado e estendido no chão vendo diante de si o inimigo. E dizes que venho buscar a morte!! O certo é que será a tua como brevemente experimentarás.

Ferrabrás assenta-se e diz:

Ferrabrás :

— Ainda és muito pequeno do corpo e falas muito ousado e atrevido; porém, se queres tomar o meu conselho e viver mais dilatada vida, vai-te embora. Se porfias pelejar comigo, é necessário que primeiro me digas quem és e o sangue donde procedes.

Oliveiros :

— Tu não podes saber o meu nome, enquanto eu não souber o teu e não me pareces nas tuas acções tal qual me pareces ser nas tuas ameaças contra o nobre Imperador Carlos Magno, o qual me mandou aqui para que desse fim dos teus dias ou deixasses os teus falsos ídolos feitos por mãos de homens sem entendimento nem virtude e cresses na Santíssima Trindade: Padre, Filho e Espírito Santo — três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro. Poderoso que é; Criador do Céu e da Terra. Que o seu Filho, Jesus Cristo por salvar e remir todo o género humano nasceu da Virgem Maria Nossa Senhora. Quando isto creres firmemente e mediante o Santo baptismo poderás alcançar a glória eterna.

Ferrabrás :

— Quem quer que és ou sejas falas com muita liberdade e presunção e para que conheças a tua loucura e atrevimento quero dizer quem sou. Eu sou Ferrabrás, rei de Alexandria, filho do almirante Balaão! Sou aquele que destruíu Roma e matou o apostolado e levou todas as relíquias pelas quais vossos cristãos têm recebido grandes trabalhos e possui Jerusalém e o Sepulcro onde foi posto o vosso Deus.

Oliveiros :

— Tenho tido grande contentamento de saber quem és e assim te digo que agora tenho mais desejo de batalhar

porque tenho já por certo de ganhar vitória e vantagem e vem depressa para pelear que pelas armas se há-de acabar o vosso pleito e não por palavras.

Ferrabrás :

— Cristão, rogo que me digas que homens são Carlos Magno, Roldão e Oliveiros porque os tenho ouvido nomear muitas vezes lá nas partes da Turquia.

Oliveiros :

— Turco, sabe que Carlos Magno é poderoso Senhor muito valente pela sua pessoa. Homem de grande conselho e sagacidade e prudência, assim nos regimentos do governo do Reino, como das futuras guerras e levanta-te se não queres que te ofenda assim deitado como estás e te arreponderás, quando não tiveres remédio.

Ferrabrás :

— Diz-me cá, Cavaleiro, como não mandou Carlos Magno à batalha Roldão e Oliveiros que tantas proezas tenho ouvido ou porque não mandou trez ou quatro dos doze pares se não, que te mandou a ti só.

Oliveiros :

— Roldão nunca fez caso de um só turco por mais nomeado que fosse. Somente para se não desprezar não quis vir à batalha; porém, se tu viesses acompanhado de todo o teu exército, ele, só, te virá receber e então verias quem Roldão era.

Ferrabrás :

— Oliveiros, e tu em que ofendeste a Carlos Magno pois assim te enviou como quem envia um cordeiro ao carneiro. Eu te juro pelo poder dos meus deuses em que firme e verdadeiramente creio, que pelo teu bom modo tenhas lástima na tua mocidade. Para que a possas gozar, toma o meu conselho: vai-te outra vez para Carlos Magno e dize-lhe que me mande seis dos doze pares, que te juro pelo poder dos meus grandes deuses que os hei-de esperar e dar batalha.

Oliveiros :

— Turco, não te canses nem gastes tempo com tantas práticas, porque se não te levantas para pelear faço até um juramento à ordem de cavalaria, que ainda que seja feito te hei-de ferir e fazer levantar por força ainda que não queiras.

Ferrabrás (*levantando a cabeça*):

— Diz-me o teu nome, e antes que daqui me levante.

Oliveiros:

— Eu sou Guarim, pobre fidalgo. Novamente armado cavaleiro, esta é a primeira vez que sirvo o meu Senhor Carlos Magno.

Ferrabrás:

— Donde estás ferido, que lanças tanto sangue?!!

Oliveiros:

— Eu não estou ferido. O sangue que procede é do cavalo que é duro à espora.

Ferrabrás:

— Guarim, tu não me dizes a verdade. Não podes negar que o teu corpo está ferido. Chega-te para o meu cavalo. Acharás no arçãõ da cela dois vasos atados que estão com bálamo que ganhei à força de armas em Jerusalém; e deste bálamo foi o teu Deus ungido quando o desceram da cruz e foi posto no sepulcro. Bebe dele que logo sararás de todas as tuas feridas e ficarás com as tuas forças dobradas.

Oliveiros:

— Turco, és mais abundante de palavras do que de obras, não me são necessárias as tuas bebidas. Se não te levantas, como vilão estendido no chão tirar-te-ei tanto o falar como te darei a morte.

Ferrabrás (*levantando a cabeça*):

— Guarim, não é cordura nem valentia mas eu creio que te arrependerás de estar comigo em batalha.

Oliveiros faz grande arremessos a Ferrabrás.

Oliveiros (*salta ao lado e diz*):

Levanta-te, vilão!
És turco, faz-te cristão!

Ferrabrás:

— Guarim, tu não queres senão continuar na tua porfia, mas creio que quando tu me vires daqui levantado, da minha vista ficarás temeroso e espantado.

Ferrabrás (*levanta-se com grande fúria e diz*):

— Por tua vida, Guarim, peço-te que me digas que homens são Roldão e Oliveiros, a sua estatura e seus corpos.

Oliveiros:

— Oliveiros é da minha grandeza nem mais nem menos. Roldão enquanto o corpo é algum tanto menor mas em coração, valor e pessoa não tem igual em todo o mundo.

Ferrabrás:

— Pela fé que devo a Apolim e Tavalgante, meus muito amados e venerados Deuses não me admira do que dizes, porque se tivera diante de mim dez cavaleiros como tu, não tinha por grande façanha a passá-los ao fio da minha espada.

Oliveiros:

— Muito falas, porém eu creio que só de mim tens medo e por isso tens medo à batalha. Arma-te e vem para o campo que nem a tua grandeza me espanta nem os teus louvores te engrandecem, antes ficas mais desprezado.

Ferrabrás:

— Guarim, eu te rogo que te queiras apear e me ajudes a armar.

Oliveiros:

— Não creias que tal faça, pois não hei-de confiar-me em ti.

Ferrabrás:

— Com muita segurança te podes confiar em mim, que nunca coube no meu coração vileza nem traição.

Oliveiros ajudou a armar o seu inimigo.

Ferrabrás:

— Guarim, eu te peço que sejas fidalgo no teu pelejar.

Oliveiros:

— Eu te prometo que o serei sem dúvida alguma.

Batalham os dois, cruzando a espada e a lança. A lança é de Oliveiros, que a perde, mas tem a espada na bainha, pois foi armado com as duas.

Ferrabrás :

— Guarim, deixa a batalha que eu te ofereço toda a honra dela.

Oliveiros :

— Turco, não me voltes a falar nisso que te hei-de levar morto ou vivo a Carlos Magno.

Batalham de novo. Oliveiros desembainha a espada e continua.

Oliveiros :

— Turco, cuida de ser bom cavaleiro porque tenho esperanças naquele que pelo género humano padeceu a paixão e morte, de te levar morto ou vivo a Carlos Magno.

Ferrabrás (*vai para Oliveiros e lhe diz*):

— Tu és cristão, tens grande confiança no teu deus pelo qual eu te peço ainda pelo baptismo que recebeste e pela reverência que deves à cruz donde o teu Deus foi encravado e assim também pela fidelidade que deves a Carlos Magno, teu Senhor, que me digas se és Roldão ou Oliveiros ou algum dos doze pares, porque a tua grande ousadia e valor me faz crer que és algum deles ou ainda o mais principal deles. Diz-me ainda o teu nome e a linhagem donde procedes.

Oliveiros :

— Turco, não sei quem te ensinou a conjurar um cristão. Mais fortemente me não poderás obrigar a dizer a verdade, mas agora te quero dizer quem sou. Sabe que eu sou Oliveiros, filho do Duque Regneri, um dos doze pares de França.

Ferrabrás :

— Por certo, que bem conheci o teu bom modo e bizzarria que eras outro e que não eras o que me dizias; pois assim, és o senhor Oliveiros?

Ó Senhor Oliveiros, seja muito bem vindo. Se antes o tivesse conhecido logo fizera o seu mandado. Porque vejo, que as suas armas tintas de sangue que de seu corpo sai há-de fazer de duas uma: ou meter-se a curar as suas feridas ou então beber do bálamo que comigo trago e já lhe tenho oferecido.

Se beber dele logo sarará e assim poderá pelejar e defender a sua vida. Tenho por covardia matá-lo estando ferido de outro cavaleiro.

Oliveiros :

— Senhor Ferrabrás de Alexandria, desde já lhe agradeço tantas mercês que me faz, mas tenho por certo que não tenho necessidade de beber do seu bálamo, nem tão pouco de curar as feridas. Deixemos as práticas e vamos à batalha por que esta não se escusa salvo se deixares os teus deuses e te baptizes. Creias na Lei de Cristo e fazendo isto alcançarás a vida eterna e terás por bom amigo ao Imperador Carlos Magno e te prometo de não deixar nunca a tua competência.

Ferrabrás :

— Oliveiros, não tentes nem creias, que por modo nenhum hei-de fazer o que tu dizes.

Carlos Magno manda ajoelhar os cristãos, que oram em silêncio (14).

Nova batalha.

Ferrabrás :

— Oliveiros, bebe do meu bálamo.

Oliveiros :

— Ferrabrás, não te quero vencer em virtude do teu bálamo, mas sim com a espada e armas que possuo como cavaleiro.

Outra batalha. Ferrabrás fere Oliveiros com um golpe.

Oliveiros :

— Ó meu Deus, meu Deus, que cruel golpe foi este!! Ó Virgem Santíssima, a ti me encomendo e rogo Senhora a teu Amado Filho Jesus Cristo, que não permita que morra este seu cavaleiro nas mãos deste cavaleiro turco.

Ferrabrás :

— Oliveiros, nobre cavaleiro já sabes como corta o fio da minha espada e assim toma o meu conselho. Vai para tua casa e cura-te das tuas feridas porque se porfiarés nesta batalha não viverás mais do que uma hora, pois

(14) Sempre que se inicia uma batalha, entre os dois campos, rufam os tambores. O tom é em ritmo acelerado, por se tratar de peleja.

te vejo tão desmaiado, pelo muito sangue que tens perdido. Assim manda-me Roldão ou outro dos mais valentes dos doze pares, que eu aqui esperarei a pé firme sem medo. Isto há-de se fazer antes que tu experimentes mais as minhas temidas forças.

Oliveiros :

— Ó turco, toda a vida me ameaças de me dares a morte. Eu espero naquele tão justo Deus, que ta hei-de dar eu a ti.

Batalha entre os dois, novamente. Oliveiros pára, para orar.

Oliveiros :

— Ó meu Deus e Senhor, princípio, meio e fim, de todas as coisas que estão no firmamento e que com a tua própria mão formaste o nosso primeiro pai Adão, e por companhia lhe deste Eva formada duma costela. Colocaste-os no Paraíso Terreal e um só fruto lhe proibiste mas eles, enganados pelo demónio comeram-no perdendo por isso o Paraíso.

Tu, senhor, doendo-te da perdição do género humano, baixaste ao mundo e tomaste humana carne no ventre virginal da Santíssima Virgem Maria, Senhora Nossa. Três reis vieram de longes terras adorar-te e te ofereceram as suas dádivas: ouro, insenso e mirra. Imaginando matar-te fez morrer muitos meninos inocentes. Depois pregaste neste mundo a Santa doutrina e os judeus te cravaram na cruz. Estando nela, te abriu Longuinhos com uma lança o teu Santo peito saindo dele sangue e água que era figura do Sacramento. Caindo nos olhos do cego Longuinhos recuperou a vista que tinha perdido crendo, este se salvou; e o teu Santo Corpo foi sepultado em um monumento de pedra. Ao terceiro dia ressuscitaste e viste as almas dos Santos Padres que lá estavam no Limbo. No dia da tua Ascensão avistados teus discípulos, subiste ao Céu e assim, Senhor, como firmemente creio nisto, sem dúvida, nem contradição alguma de incredulidade, te peço queiras ser a minha ajuda contra este turco porque vencido ele se converta e creia em ti e entre no verdadeiro caminho da sua salvação.

Isto tudo é dito com muita fé. Beija a espada. Vai para Ferrabrás que o ouviu com muita atenção.

No início desta oração Carlos Magno manda ajoelhar os cristãos e, depois, manda levantar.

Ferrabrás:

— Por tua vida, Oliveiros, te peço que me declares a oração que agora disseste com tanta devoção.

Ferrabrás faz arremeço para Oliveiros.

Oliveiros:

— Prouvera a Deus que tu cresses como eu creio e que deixasses os abusos das teus ídolos e conhecesses o teu verdadeiro Criador e Redentor. Recebesses o Santo baptismo e guardasses os seus santos Mandamentos.

Ferrabrás:

— Nisso não me fales porque os meus deuses são poderosos para quem os chama e vejo que os teus deuses não te querem ajudar em tão cruel batalha e por onde te dou de conselho que deixes o teu Deus e te faças mouro comigo.

Oliveiros:

— Turco, simplesmente falas e me dizes que deixe o Criador do Céu e da Terra para adorar um falso ídolo de ouro ou prata feito por mãos de homens. Isso só fazem os cegos de entendimento os quais o Diabo trouxe enganado como te traz a ti e aos teus. Mas deixemo-nos de razões e vamos à batalha.

Ferrabrás:

— Toda a vida tu porfias em querer morrer nas minhas mãos; pois procura defender-te porque não terei de ti nenhuma piedade.

Oliveiros:

— Nem eu terei de ti, nem descansarei até de dar-te a morte ou levar-te preso a Carlos Magno.

Ao acabar de falar arremeterão um para o outro como dois leões e Ferrabrás dá um grande golpe em Oliveiros.

Oliveiros:

— Turco, faz o que puderes. Nenhuma vantagem te conheço ainda que estejas a cavalo, onde te hei-de matar ou ferir e fazer-te render.

Ferrabrás:

— Não creias, Oliveiros, que eu levante a minha espada para ferir-te enquanto estiveres a pé porque tu não tens culpa da falta do teu cavalo. Assim, conserta as rédeas e monta nele. Tornaremos à batalha se quiseres; mas se quiseres deixá-la para outro dia, neste campo nos encontraremos sem dúvida.

Oliveiros:

— Ferrabrás, nobre cavaleiro não se há-de escusar a batalha, sem a morte ou vencimento de um de nós.

Batalham. Oliveiros deu um salto.

Ferrabrás:

— A tua bizzarria e nobreza me fazem Oliveiros, perder o desejo desta batalha e assim te peço por mercê que a deixes e leves a honra dela.

Oliveiros:

— De nenhuma maneira a deixarei; só se quiseres ir prisioneiro a Carlos Magno.

Batalham.

Ferrabrás:

— Oliveiros por certo que estava admirado do teu grande valor e esforço do teu coração.

Com o teu sangue tenho regado o campo e vejo o teu elmo e arnez despedaçados e desguarnecidos. A minha cortante espada toda tinta e o teu cavalo muito cansado pelos grandes golpes e pancadas que hoje tens recebido. Eu enfadado já de te ferir e o teu forte coração, mas nunca enfadado, nem perturbado. Antes está muito mais feroz e atrevido que no princípio da batalha. Muito quisera que gosasses a tua nobre mocidade e por isso te tenho pedido muitas vezes que deixes a batalha só para não encurtar os dias da tua vida e com o propósito de tomares o meu conselho. Como vejo as tuas forças muito diminutas, os teus braços e membros muito cansados e por outra parte vejo o teu enganado coração arder no desejo de pelejar, desprezando os golpes da minha forte espada e aborrecendo as minhas razões e práticas, attribuindo à covardia que é generosidade da minha pessoa e nobreza

do meu real sangue, que me obrigo a dizer-te a verdade e assim que tanto foges do que todos os habitantes desejavam que era o de viveres.

Encomenda a tua alma ao teu Deus, porque o teu cansado corpo não tem esforço para livrar-te do furor do meu forte braço.

Batalham e Oliveiros sai ferido.

Oliveiros (*em oração*):

— Ó verdadeiro Deus todo poderoso, ouvi esta tua miserável alma, já que o corpo não merece ser ouvido: vejo os teus clementíssimos olhos cravados neste teu indigno servo que te chama na sua última hora. Não preciso, Senhor, o vencimento da batalha, somente te peço que esta peccadora alma resgatada com o Teu preciosíssimo sangue não perca a glória que prometeste às tuas fiéis criaturas.

Ó Virgem Bendita, Mãe de Misericórdia, roga pelo teu cavaleiro, que te chama em tão grande necessidade e ânsia.

Para Ferrabrás:

Oliveiros:

— Eia, cavaleiro, demos já fim a esta dilatada batalha e procura defender-te que se fico no campo morto farei que te não vás gabar ao povoado.

Ferrabrás:

— Oliveiros, nobre cavaleiro, muito me pesa do teu mal, chega-te depressa para mim, beberás do meu bálamo e cobrarás saúde e toda a força que tens perdida.

Oliveiros:

— Ó generoso turco, quão grande é a tua cortesia e nobreza bem se parecem as tuas acções com o nobilíssimo sangue donde descendes; mas advirto, que não hei-de beber do teu bálamo se com a minha espada o não ganhar.

Combatem ferozmente e Oliveiros acertou numa perna a Ferrabrás, que perdeu o bálamo.

Oliveiros:

— Nenhum cavaleiro deve pelejar com a esperança em tais bebidas.

Deita os banis fora.

Ferrabrás (*com os banis do bálsamo perdidos*):

— Ó homem simples e sem juízo. Por que deitaste a perder o que com todos os tesouros do mundo não podes comprar? Aparelha-te pois, que entendo que bem os haverás mister antes que de mim te apartes.

Lutam.

Oliveiros:

— Ó Rei de Alexandria e valente cavaleiro: valorosamente te has havido, hoje contra mim. Tu te gabaste que a cinco cavaleiros como eu, darias batalha, e me mataste o cavalo, sabendo que na ordem de cavalaria está instituído que o cavaleiro que em desafio mata o cavalo a outro, deve perder o seu.

Ferrabrás:

— Dizes a verdade, porém bem viste que eu não atirava no teu cavalo, mas não ficarás queixoso comigo. Espera que eu te dou o meu e sabe que é o melhor que há no mundo. E estou admirado como não te despedaçou, tanto que te viu ao pé dele e assim tem feito a outros muitos cavaleiros.

Oliveiros:

— Ferrabrás: não hei-de receber de ti coisa alguma, salvo se o ganhar à força de armas.

Batalham os dois e fica Oliveiros sem a espada.

Ferrabrás:

— Ó nobre Oliveiros, cavaleiro de grande honra, por certo que já tenho alcançado alguma coisa do que desejava sobre ti e tu não imaginavas.

Assim, bem te podes dar já por vencido porque estás sem espada e não te atreverás a tomá-la.

Pela tua grande nobreza e bizarria quero fazer um partido contigo, para que possas lograr a tua mocidade: e que prometas deixar a tua lei e adorar os meus deuses e lhes peças perdão pelos muitos danos que lhes tens causado.

Desta maneira poderás evitar a morte e casar-te-ei com a minha irmã Floripes, que é a dama mais formosa que há em toda a Turquia.

E se isto fizeres antes de um ano, voltaremos com um grande exército e ganharemos todo o Reino de França

e te farei coroar por rei dela. Depois entraremos por toda a Alemanha e tudo o que ganharmos será teu e das terras que possuo, te darei uma grande parte.
E assim ficarás o homem mais poderoso de todo o mundo.

Oliveiros :

— Turco, de balde tu falas, pois ainda que me desses todos os reinos e tesouros do mundo não faria cousa alguma do que me dizes, antes me contentaria que me despedaçasses todo o corpo membro por membro, pedaço por pedaço do que desculpar-me nem fugir um só ponto da Lei do meu Deus, o meu Senhor Jesus Cristo.

Ferrabrás :

— Juro-te pelo poder dos meus Deuses que és o mais obstinado homem do mundo, pois que nenhum perigo nem trabalho te hão feito mudar o propósito nem o efeito nem tão pouco te fez afrouxar o coração; e assim te podes gabar que nunca homem algum durou tanto tempo diante de mim em alguma batalha; foi tão combatido, e cansado como nesta tenho sido; e pelo teu grande valor quero usar desta cortesia. E é que tomes a tua espada e com ela tornes à batalha que eu deixarei o escudo, para que fiquemos ambos iguais nas armas.

Oliveiros :

— Nobre turco, não posso negar a tua cortesia e grande nobreza, mas por tudo quanto há no mundo, nunca tal farei; porque o meu propósito é acabar a batalha e esta não terá fim sem a morte de um de nós ou de ambos. Se por cortesia eu tomasse a minha espada e com ela alcançasse vitória ou poder sobre ti, como te poderia negar a paz ou trégua se ma pedisses? E assim faze tudo o que puderes contra mim, porque a minha vida ou morte deixo nas mãos do meu Redentor e Deus Onnipotente, por cuja graça espero resgatar a minha espada.

Batalham.

Ganhou Oliveiros a espada de Ferrabrás, na batalha que travaram.

Ferrabrás :

— Ó minha boa e admirável espada, muito tempo há que te possuo e estimo, tantas batalhas tenho ganho contigo, tantos cristãos tenho degolado e agora me pesa muito de te perder.

Oliveiros:

— Ferrabrás da Alexandria, guarda-te de mim que agora estou provido de boa espada.

Voltando-se para Oliveiros:

Ferrabrás:

— Cavaleiro, toma a tua espada e dá-me a minha e prosigamos a nossa batalha.

Oliveiros:

— Por certo, cavaleiro, que não deixarei a tua espada, até que veja se é tão boa como dizes, e por isso põe-te em guarda, e vem para a batalha, porque já desejo ver a bondade dela.

Batalham novamente.

Voltando-se para Ferrabrás.

Oliveiros:

— Ó todo poderoso Deus, que grande bem lograria a cristandade se este infiel se fizesse cristão porque ele, Roldão e eu faríamos tremer toda a Turquia.

Ó Virgem Mãe de Deus, pede a teu Bendito Filho que inspire no coração deste turco que deixe os seus ídolos e venha a conhecer o seu Criador e seja o verdadeiro caminho da Sua Salvação.

Ferrabrás:

— Oliveiros, deixa já essas razões e vê se queres dar fim a esta batalha ou se a queres deixar.

Batalham ainda.

Oliveiros:

— Nobre turco, chega-te para mim e demos fim à nossa contenda, que já não terão os teus deuses poder para te livrar dos meus golpes.

Ferrabrás:

— Agora verás se o teu Deus tem algum poder.

Batalham e Ferrabrás é vencido. Fica fora do campo e voltado para Oliveiros e diz:

Ferrabrás :

— Ó nobre cavaleiro de mui grande valor, por honra do teu Deus, o qual confio ser o verdadeiro e Onnipotente, te rogo que não me deixes morrer sem primeiro receber o Santo Baptismo. Depois faz de mim o que quizeres pois que me venceste em muito leal batalha e se pela tua falta ou negligência morrer pagão ser-te-ão pedidas estreitas contas diante de Deus, pois tanto mostravas o grande desejo de ver-me cristão. Cuida muito da minha vida. Cura-me estas feridas que bem vês que me estou esgotando de sangue e se não morrerrei diante dos teus olhos e será a minha alma perdida.

Ferrabrás :

— Oliveiros, convém muito para que a minha alma se salve que montes no meu cavalo e me ajudes a subir para a anca ou me atravesses sobre o pescoço. Leva-me à terra dos cristãos para que receba o Santo Baptismo e assim é necessário que seja logo e com brevidade porque se te detiveres algum tempo, temo que não tenhas poder para valer-te a ti nem tão pouco para me levar aonde eu tanto desejo ir. Esta manhã deixei 10.000 turcos detrás daquela serra e vendo-me vencido sairão todos contra ti para que eu seja resgatado, porque já não quero senão viver na fé de Jesus Cristo.

Ferrabrás :

— Oliveiros, agora tens quatro espadas que valem quatro cidades.

Oliveiros :

— Senhor Ferrabrás, perdoa-me. Bem sabes que é preciso que te apeies do cavalo porque não se escusa haver batalha com os turcos que aí vêm a rédea solta contra mim, talvez imaginando que te levo por força ou violentado.

Ferrabrás :

— Ó nobre Oliveiros, és o mais valente cavaleiro que até hoje pegou em armas. Tu me ganhaste em justa batalha, com a força do teu animoso coração. Agora me queres deixar? Advirto-te que a honra se ganha em acabar bem as cousas e, se me deixas agora, nenhum louvor mereces do teu passado trabalho, por meu respeito.

Oliveiros:

— Ferrabrás, dizes bem e falas como grande cavaleiro por isso te prometo de te não deixar enquanto puder manejar a minha espada.

Oliveiros é preso por dois soldados turcos.

Balaão:

Balaão do seu lugar, ordena:

— Em frente... marche!

Nesta altura, saem os soldados turcos, cercam Oliveiros, dando 3 voltas em roda, o toque de caixa, e os dois últimos, encaixam cada um seu braço, prendendo-o.

Ferrabrás:

— Senhor Oliveiros, as tuas armas estão muito despedaçadas e por isso ocultemo-nos do caminho um pedaço e tomarás destas minhas o que te faltar para ficares bem armado.

Oliveiros é preso pelos turcos.

Oliveiros:

— Ó Carlos Magno, muito nobre Imperador. Aonde estás agora? O certo é que não sabes a grande necessidade e aperto em que está o teu leal cavaleiro Oliveiros⁽¹⁵⁾.

— Ó Nobre Roldão, desperta se acaso dormes. Cheguem a teus ouvidos os meus infortúnios. Se acaso já chegou a ti a notícia, porque tardas tanto com o socorro? Advirto-te que me levam aonde sem temor do teu auxílio me podem dar vituperosa morte.

— Ó Pares de França, porque vos esqueceis do vosso leal companheiro? Não sejais preguiçosos em ajudar a quem nas mais cruéis guerras e maiores afrontas nunca foi preguiçoso em ajudar-vos.

— Ó cristão, vós que nas piores guerras e tiranas batalhas muitas vezes tivestes o socorro de Oliveiros! Apressai os vossos passos e vinde socorrer-me se já não é a ingratidão que vos detém.

⁽¹⁵⁾ De cada vez que Oliveiros faz uma declamação os soldados turcos rodam-no, dando uma volta, e ele repete a declamação seguinte. Enquanto o rodam, vão-no arrastando para Balaão, e, pelo caminho, vendam-lhe os olhos.

— Ó meu muito amado e estimado pai, quanto melhor fora não me teres gerado, pois em galardão do ser, e criação, que te devo, te darei, com o pesar do meu miserável e funesto fim, mais apressada morte.

— Ó lastimosa velhice, bem creio que não terás mais vida porque enquanto chega aos teus ouvidos a notícia da minha desastrosa morte tu a perderás. Só a meu pai lhe fica uma consolação. É que com a minha morte se livrará de muitos sobressaltos que lhe poderia dar com a minha vida.

— Ó sempre amado e querido pai dos meus olhos! Alívio da minha vida! Objecto único do meu coração! Que me ias sempre estimando! Te tremiam as carnes com temor da minha morte, principalmente quando saí para a batalha com o nobre Ferrabrás!! Pelo muito amor que me tinhas mais consolação terias se eu acabasse a vida na batalha de tão Nobilíssimo cavaleiro do que nas mãos de tão vil canalha! Ataram-me os pés e as mãos; taparam-me os olhos e assim me levam ao degoladouro!!!

— Ó muito justo e Misericordioso Deus, serve de consolação ao meu velho pai! Hoje perde ele um filho único que tinha e que guardava o teu servo convertido Ferrabrás! A mim dá-me paciência nesta morte tão afrontosa, porque a minha alma vai lograr da eterna glória que para os bons tens aparelhado.

Terminada a declamação, Oliveiros ficou prisioneiro dos turcos.

Guarim, em marcha, com as armas de Oliveiros, vai a Carlos Magno, faz vénia, e, de joelhos em terra, diz-lhe:

Guarim:

— Real Senhor, venho aqui, à vossa real presença, trazer-vos uma triste notícia: a de que vosso querido e leal cavaleiro Oliveiros está prisioneiro.

Real Senhor, ele venceu em justa batalha a Ferrabrás, que logo se fez cristão, mas apenas o almirante Balaão soube esta notícia, mandou uma força de 50.000 turcos armados, que o cercaram e prenderam e ataram as mãos, taparam os olhos e o levaram à presença do rei turco a fim de lhe darem uma cruel morte. Agora vós, da vossa parte, fazei aquilo que melhor entenderdes.

Entrega as armas de Oliveiros.

Carlos Magno:

— Guarim, Guarim! Fracas notícias me trazes! Vai para o campo da batalha e coloca-te debaixo daquela árvore mais frondosa que lá estiver com vigilância e atenção, que não venha algum turco e nos faça traição.

Guarim faz uma vénia e marcha para debaixo da árvore.

Oliveiros é levado diante do Almirante Balaão, de olhos vendados. O Almirante chama o Capitão Burlantes e diz:

Alm. Balaão:

— Qual destes é que venceu o meu filho Ferrabrás?

Burlantes:

— Senhor, é este que traz os olhos tapados. É entre os cavaleiros cristãos muito estimado e sabe que ele só antes que o prendessem matou mais de 3 mil turcos e as suas forças não as há maiores em todo o mundo. Se acaso o soltassem era capaz de destruir metade do teu exército.

Pergunta o Almirante quem Oliveiros era.

Alm. Balaão:

— Tu quem és? A ti como te chamam?

Oliveiros:

— Senhor, eu me chamo Guarim, pobre cavaleiro aventureiro e somos todos 5 da província de Lorena e vimos servir ao imperador Carlos Magno pelo soldo e é a primeira vez que entramos em batalha.

Alm. Balaão:

— Ó Mafoma! Eu cuidei que tinha 5 cavaleiros dos principais de França e que teríamos por eles uma chave do reino.

Logo chama pelo carcereiro.

Alm. Balaão:

— Ó Brutamontes, faze com que este preso seja levado ao campo e despido, nu em carne, e seja preso a um pau e se lhe dê uma cruel morte.

Brutamontes :

Real Senhor,
pela minha opinião
prendiam-se hoje todos
e não ficava nenhum para amanhã!

Cantarolando :

Uma ocasião
Domingos da Pena
e mais Julião
fizeram uma festa
de trás dum caixão.

E vai Genoveva
e conta-lhe um conto
e toca rabeça
Domingos Afonso.

Carlos Magno :

— Meus valorosos vassallos, ide ao campo da batalha. Se achardes lá mortos enterrai-os; se achardes feridos trazei-mos; e se achardes algum turco que se queira baptizar, não o deixeis ficar.

(Em voz de comando): Em frente... marche!

Vem Ferrabrás no meio da tropa cristã ⁽¹⁶⁾.

Ferrabrás foi achado no campo.

Ferrabrás :

— Ó Jesus! Consolador dos Aflitos! Não permitais que assim acabe este teu convertido turco.

Nesta altura, entra o ANJO em cena ⁽¹⁷⁾. *Aparece a cantar :*

Anjo :

Eu sou um anjo do Céu,
que por Deus venho mandado,
para baptizar os turcos,
que venceu Carlos Magno.

⁽¹⁶⁾ Guarim, volta, com os soldados que prendem Ferrabrás, à posição anterior.

⁽¹⁷⁾ Esta cena, com a entrada do Anjo demarca a Floripes de Palme do teatro congénere mais conhecido.

De seguida, declama:

Glória a Deus nas alturas
e na terra, paz aos homens de boa vontade!
Ó Imperador Carlos Magno,
homem valente e generoso,
com o teu braço esforçoso
abençoaste a terra
e também converteste os turcos
para se baptizarem!

Volta a cantar, voltado para Ferrabrás:

Anda nobre Ferrabrás,
humilde do coração,
receber o Santo Baptismo
e ficarás um fiel cristão⁽¹⁸⁾.

Carlos Magno:

— Ó nobre Ferrabrás, quanto me tem custado a tua vinda. Por ti tenho perdido muitos cavaleiros que cada um deles era melhor do que tu.

Ferrabrás:

— Senhor! Enquanto ao ser cristão confesso que serão melhores do que eu; enquanto ao mais não e em nenhuma cousa devo a primazia senão ao nobre Oliveiros de quem sou prisioneiro. Eu sou filho do Almirante Balaão. Sou coroado rei de Alexandria e de outras muitas províncias. Tudo hei por bem perder só para ser cristão e servir ao verdadeiro Deus.

Carlos Magno:

— Ferrabrás amigo, eu tenho muita alegria com esta tua resolução de queres com tanto affecto de todo o coração como mostras querer abraçar a lei de Nosso Senhor Jesus Cristo; eu e meu sobrinho Roldão e Regnier, pai de Oliveiros, seremos os teus padrinhos; pois já estás livre de perigo das tuas feridas, vai para Mormionda aonde nos esperarás que eu quero ir segunda vez à batalha e buscar os meus cavaleiros.

⁽¹⁸⁾ Ao declamar o Anjo esta quadra, em canto, Ferrabrás aproxima-se de Carlos Magno.



*O Anjo surgiu e o Auto atingiu, no tablado, a vivência de um dos seus pontos altos.
À direita, Oliveiros e Carlos Magno, e, à esquerda, o Porta-bandeira Cristão.*

Ferrabrás:

— Senhor, agora não é tempo para essa empresa pois tens pouca gente e está muito cansada. Meu pai tem a esta hora avisado toda a Turquia para vir à campanha, por isso melhor te será tornar para a terra dos cristãos e fazer nova provisão de gente e então poderás fazer o que intentas.

Nesta altura, o Anjo baptiza Ferrabrás.

Anjo:

— Eu te baptizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo (19).

Seguem-se as embaixadas.

Primeira embaixada cristã, levada por Roldão.

Carlos Magno:

Meus valorosos vassallos e embaixadores bem vos podeis preparar, que quero que uma embaixada me vades levar (20).

Chamando:

— Roldão, Roldão!

Roldão:

— Pronto, real Senhor! Que determina?

Carlos Magno:

— Prepara-te e vem à minha presença (*toca a caixa e Roldão aproxima-se, com reverência*).

— Ide aonde está o Almirante Balaão e dizei àquele grande rei e senhor que é hoje aqui chegado o exército da cristandade para ver se resolve a baptizar-se, crer na fé de Jesus Cristo e nos Mistérios da Santíssima Trindade, e me mande o meu filho Oliveiros, que lá tem prisioneiro

(19) Há agora uma paragem, enquanto a Banda vai esperar a Floripes, que toma o seu lugar no palco.

O aparecimento na cena é rodeado de certa festividade, e tem havido mudanças através dos tempos, quanto à maneira como é conduzida.

O costume mais enraizado em Palme é o do seu transporte em carro de cavalo, embora tenha aparecido, também, sobre montada.

A chegada ao palco, marca o fim da interrupção feita enquanto a Banda a foi esperar, e, no percurso, executou a música própria do Auto — a contra-dança.

(20) *Embaixadas*, é o termo mais conhecido desta parte do Auto, em que há uma semelhança ou repetição constante nos diálogos, pelo facto de as transmissões se fazerem nos termos precisos do encargo recebido.

e eu em troca lhe mando seu filho Ferrabrás, que já está baptizado e crismado e já não é turco como ele. Se assim fizer, que terá por bom amigo ao nobre imperador e quando assim o não faça, que com o poder do meu braço forte lhe darei uma cruel batalha e uma poderosa morte.

(*Para os soldados*): Meia volta volver! Em frente... marche!

Soldados turcos saem-lhe ao caminho e dizem:

Soldados Turcos:

— Quem sois?

Cristãos:

Somos dois embaixadores
que vimos da parte da cristandade.
Vimos fazer uma embaixada
a Sua Real Majestade.

Sold. Turcos:

Façam alto que vamos dar parte⁽²¹⁾.

Soldados Turcos em presença do Almirante Balaão.

Sold. Turcos:

Real Senhor: estão ali dois embaixadores
lá das partes da cristandade,
que trazem uma embaixada
para Vossa Real Majestade.

Alm. Balaão:

Como são embaixadores,
têm licença de falar.
Abaixando as armas,
podem entrar.

Sold. Turcos:

Como são embaixadores,
têm licença de falar.
Abaixando as armas,
podem entrar.

⁽²¹⁾ Em todas as embaixadas, os emissários tentam entrar, mas os soldados da 2.^a linha vedam a entrada, já que os da 1.^a levaram a mensagem ao Rei.

Cristãos em presença do Rei Turco.

Rei Turco:

— Vós quem sois ou quem diabo vos mandou entrar neste meu reino?

Sold. Cristão:

Senhor, somos dois embaixadores,
que viemos das partes da cristandade
fazer uma embaixada
a Vossa Real Majestade.

Rei Turco:

Falai, falai, e dizei o que quereis,
que logo vos executarei
nas penas em que mereceis.

Mas... ah tristes desgraçados,
que se não falais verdade
aqui sois espatifados.

Roldão, que faz parte da embaixada, toma a palavra:

Roldão:

— El-rei, meu Senhor me manda aqui dizer-lhe que é hoje chegado o exército da Cristandade para ver se se resolve a baptizar-se e crer na fé de Jesus Cristo e nos mistérios da Santíssima Trindade, e que lhe mande seu filho Oliveiros que cá tem prisioneiro, que em troca dele vos mandará vosso filho Ferrabrás, que está baptizado e crismado e já não é turco como vós. Se assim o fizer, que terá por bom amigo ao nobre imperador e quando assim o não faça que com o poder do seu braço forte lhe dará uma cruel batalha e uma poderosa morte.

Rei Turco:

Atrevidamente fizestes a vossa embaixada.
Ela foi mais louca que avisada.
Pouca lei
podeis ter ao vosso rei,
pois assim vos enviou
como quem manda
um cordeiro
ao carneiro.
A resposta eu vo-la vou dar:
ao cárcere vos vou mandar votar.

Chama:

— Ó Brutamontes!!

Brutamontes:

— Pronto, real Senhor, que determina?

Rei Turco:

— Pega nestes homens, leva-os ao cárcere.
Despe-os nós e prende-os cada um a seu pau e logo se
lhe dará o castigo conforme eles merecerem.

Brutamontes:

Real Senhor:
há um pouco vi um,
agora, vejo três,
princípio de quatro,
e vão todos para o buraco!

Com a moça, empurrando:

Xô, xô, xô, todos para o buraco!

Cantarolando:

Vai na quarta, vai na quinta,
vai na sexta, mangador!
— Mulher velha é ferrugenta,
moça nova, faz calor.

Segunda embaixada cristã, levada por Galalão.

Carlos Magno:

Meus valorosos vassalos embaixadores:
bem vos podeis preparar,
que segunda embaixada
quero que me vades levar.

Chama:

— Galalão, Galalão!

Galalão:

— Real Senhor, que determina?

Carlos Magno:

Preparai-vos e vinde à minha presença.

Carlos Magno:

— Meus valorosos vassallos e embaixadores, ide àquele grande príncipe rei e senhor da Turquia, que me mande resposta da embaixada. Hoje mesmo neste dia e quando assim o não faça que tenho gente furiosa no campo que não são menos de 30 mil homens. Que sem mais demora lhe dou batalha antes de meia hora.

Em voz de comando:

— Meia volta, volver! Em frente... marche!

Seguem-se as mesmas respostas da 1.º embaixada.

Soldados Turcos:

— Vós quem sois?

Embaixadores:

Somos dois embaixadores
que vimos da parte da cristandade,
trazer uma embaixada
a Sua Real Majestade.

Soldados turcos:

— Façam alto, que vamos dar parte.

Vão ao Almirante Balaão e dizem:

Soldados turcos:

Estão ali dois embaixadores
da parte da cristandade,
que trazem uma embaixada
a Vossa Real Majestade.

Balaão:

Como são embaixadores
têm licença de falar.
Baixando as armas,
podem entrar.

Soldados turcos (*para os embaixadores*):

Como são embaixadores
têm licença de falar.
Baixando as armas,
podem entrar.

Balaão:

Entram e vão a Balaão, que lhes pergunta:

Vós quem sois, ou quem vos deu atrevimento de entrar
no meu reino?

Galalão (*com arrogância*):

Entro neste seu reino
com coragem e esperteza,
falando sem receio
a Vossa Real Alteza.

Balaão:

Falai, falai
e dizei o que quereis,
que eu logo vos executarei
na pena que vós mereceis.

Galalão (*redobrando a arrogância*):

El-rei, meu Senhor
nos manda com ousadia,
para que seja dada
a resposta da embaixada.

O mesmo manda dizer
hoje mesmo, neste dia,
que tinha gente para o campo
de muita força e valentia.

Veja a resposta que me dá
hoje mesmo sem demora.
Se não, lhe declara batalha
dentro desta meia hora.

Balaão (*também arrogante*):

Atrevidamente
tendes feito a vossa embaixada!
Ela foi mais louca que avisada!

Pouca lei podeis ter ao vosso rei,
pois que assim vos enviou
como quem envia
um carneiro
ao carnicheiro.
Mas, a resposta,
eu vo-la vou dar:
ao cárcere vos vou botar!

Chama:

— Ó capitão Burlantes!

Burlantes:

— Pronto, real Senhor, já lá vou num instante!

Balaão:

— Que dizes que faça a estes presos?

Burlantes:

Real Senhor,
eu lhe dava de parecer
que eles fossem despídos, nós em carne,
e atados a rabos de cavalos,
para que eles percam essa ousadia que têm.
E que sejam todos arrastados
para que sofram os mesmos martírios
do Deus que eles adoram
pelas ruas de Jerusalém!

Balaão:

Disseste bem. Haviam de ser todos da tua coragem!
Põe-te em teu lugar
e prepara a tua espada
para logo batalhar.

Em comando:

— Meia volta, volver! Em frente... marche!

Chama:

— Ó Brutamontes!

Brutamontes:

— Pronto, real Senhor, que determina?

Balaão:

Faz com que estes presos sejam levados ao campo e despe-os, nós em carne. Atam-nos cada um a seu pau!
Desta sorte,
para logo lhes dar uma cruel morte!

Brutamontes:

Real Senhor:
a minha proposta,
era que se lhes tirasse a roupa toda
e ficassem com o cú à mostra!

Com a moça:

Xó, xó, xó, p'ró buraco!

Cantarolando:

E vai de maributos
e vai de pataratas,
que lá em Portugal
só se vendem batatas.

Ao entrar a bela noite
só se ouvem os morcegos,
todos cantam e gritam
pela música dos galegos.

Balaão:

— Ó capitão Burlantes!

Burlantes:

— Pronto, real Senhor, já vou num instante!

Balaão:

— Contigo quero tomar um conselho: tenho estes 5 cavaleiros presos desta sorte e em bom recato para logo lhes dar a pena de morte.

Consulta de Capitão Burlantes.

Burlantes:

— Senhor, já é tarde para fazeres essa justiça. Nem os seus varões, nem os seus cavaleiros estão em côrtes e amanhã estarão todos presentes.
Todos gostarão de ver a sua vil morte e além disso devemos tomar primeiro conselho e só seria melhor enviar

uma embaixada ao Imperador Carlos Magno para ver se quer dar o seu filho Ferrabrás em troca destes cinco cavaleiros.

Rei Turco:

Disseste bem
põe-te em teu lugar,
prepara a tua espada
para logo batalhar.

Embaixada Turca, presidida por D. Pelitão.

Chama:

Rei Turco:

— D. Pelitão!

D. Pelitão:

— Real Senhor, que determina?

Rei Turco:

Preparai-vos e vinde à minha presença.
Com muita ousadia e liberdade,
quero que me vades levar uma embaixada
a esse príncipe e Rei da Cristandade.

Rei Turco (*depois de estar presente o acompanhante de D. Pelitão*):

— Ide a Marmionda, onde está o Imperador Carlos Magno e dizei-lhe da minha parte que sem dilação alguma me mande meu filho Ferrabrás, que lá tem prisioneiro e que em troca dele que darei os 5 cavaleiros que cá tenho prisioneiros e se assim não quiser fazer desta sorte não descansarei sem lhe dar uma cruel batalha e uma vítima e poderosa morte.
Ide, e falai sem medo!

Segue o embaixador aos cristãos.

Soldados cristãos:

— Vós quem sois?

Resposta da embaixada.

Soldados turcos:

Somos dois embaixadores
lá das partes da Turquia.
Vimos trazer uma embaixada
a Vossa Real Senhoria.

Soldados cristãos:

— Façam alto, que vamos dar parte.

Na presença de Carlos Magno:

Soldados cristãos:

Estão ali dois embaixadores
das partes da Turquia,
que com muita ousadia
e liberdade
veem trazer uma embaixada
a Vossa Real Majestade.

Carlos Magno:

Como são embaixadores
têm licença de falar.
Abaixando as espadas
podem entrar.

Soldados cristãos (*para os embaixadores turcos*):

Como são embaixadores
têm licença de falar.
Abaixando as espadas
podem entrar.

Carlos Magno (*para os soldados turcos*):

— Vós quem sois e quem vos deu licença de entrar neste
meu reino?

Soldados turcos:

Somos dois embaixadores
lá da parte da Turquia, e,
com toda a ousadia
e liberdade
vimos trazer uma embaixada
a Vossa Real Majestade.

Carlos Magno:

Falai, falai,
e dizei o que quereis,
que logo vos executarei
às penas que merecis.

Soldados turcos:

Manda-nos aqui
o almirante Balaão,
que sem decisão
alguma, lhe mande o seu filho Ferrabrás,
que cá tem prisioneiro.
É em troca dele
lhe mandará os cinco cavaleiros,
que lá tem prisioneiros.
É quando isto assim não faça
desta sorte,
lhe dará numa cruel batalha
uma poderosa morte!

Carlos Magno:

Atrevidamente
tendes feito vossa embaixada.
Ela foi mais louca do que avisada!
Ide e dizei a vosso rei,
que seu filho Ferrabrás
já se baptizou e fez cristão.
É que já não é turco, como ele.
Ido-vos (*empurrando-os*), vil canalha,
salteadores de estrada!
Vós só não me roubais
Porque eu não tenho nada!

Carlos Magno ordena:

— Sobre a frente... apontar... fogo! ⁽²²⁾

Os soldados cristãos dão fogo e os turcos fogem.

Embaixadores (*no regresso, para Balaão*):

— A resposta que nos deu, foi mais louca que avisada.
Diz que o seu filho Ferrabrás já está baptizado e que já
não é turco como Vossa Real Majestade.

Rei Turco:

Ide e ponde-vos em vossos lugares.
Preparai as vossas espadas,
para logo batalhardes.

⁽²²⁾ Sempre que os Cristãos fazem descarga, Carlos Magno manda: *Carregar... armas!*

Floripes:

— Senhor Pai, eu dava-lhe de parecer que não matasse estes presos antes de amanhã, porque hoje já é tarde e assim mos entregasse, que eu os teria em bom recato. Amanhã todos folgariam com a sua vil morte.

Rei:

Disseste bem minha filha,
consideraste bem ligeira.
Chama pelo Brutamontes,
que te dê as chaves da cadeia.

Floripes:

Brutamontes, Brutamontes,
Brutamontes insolente.
Dá-me as chaves do cárcere,
que senão morres já de repente.

Brutamontes:

As chaves do cárcere
nunca as tu viste,
nem chegas a ver
em teu poder.
Pois só no retorcido delas
as poderás conhecer.

Floripes:

Dá-me as chaves Brutamontes,
grandicíssimo madraço,
que se não me dás as chaves do cárcere,
olha que te quebro já um braço.

Brutamontes:

— Real Senhora! Não lhe dou as chaves da cadeia que o real Senhor seu pai lhes deu pena de morte.

Floripes agride Brutamontes e apanha-lhe as chaves. Brutamontes simula o braço partido.

Brutamontes:

Partiste-me um,
mas ainda me fica outro.

Floripes (*canta*):

Ó cavaleiros cristãos,
dizei-me por que razão,
vos tem o Senhor pai presos
nesta tão vil prisão⁽²³⁾.

Prisioneiros.

Oliveiros:

Ó Senhora Floripes,
eu lhe conto a razão.
É que venci em justa batalha,
Ferrabrás vosso irmão.

Floripes:

Se vós me desses notícias
do Senhor Guy de Borgonha,
logo eu vos soltaria
dessa prisão tão medonha.

Prisioneiro.

Guy de Borgonha:

Ó Senhora Floripes,
aqui estou ao seu dispor.
A partida está bem boa
não podia estar melhor.

Floripes:

Conseguindo esta graça
de estrondo, toda tédio,
quero ir dar um abraço
na Senhora dos Remédios.

Prisioneiro.

Roldão:

Ó Senhora Floripes,
aqui estou prisioneiro.
Soltai-nos por vida vossa
deste triste cativo.

⁽²³⁾ Todo este diálogo, em verso, que se segue, é cantado.

Floripes:

A partida está bem boa,
ó cavaleiros cristãos.
Queria ir lograr a mocidade
a mais meu leal irmão.

Prisioneiros (*cantando*):

El rei, meu Senhor bem é
que sejamos soltos da prisão.
Festejemos a Senhora
humildes do coração.

Sai Oliveiros, de braço dado com Floripes.

Abre a porta do cárcere e saem os prisioneiros para fora e Floripes continua cantando, virada para a casa do pai, de braço dado com Oliveiros e restantes prisioneiros:

Floripes:

Ó Senhor pai, me perdoe
a paixão mal considerada.
Eu sou rapariga nova
desejava ser casada.

Rei (*Pai*):

Minha filha Floripes,
que muito me falseaste.
Fugiste com os cavaleiros,
meus inimigos soltaste.

Floripes:

Adeus meu querido pai.
Adeus reino da Turquia.
Adeus meus leais vassallos
até ao último dia⁽²⁴⁾.

Desafio do rei Turco a Carlos Magno:

Rei Turco (*arrogante*):

Ó Rei da Cristandade.
Ó Imperador Carlos Magno,
ou quem quer que tu és
ou sejas, lá da parte da Cristandade,
aparta-te da tua gente
assim como eu estou apartado da minha.

⁽²⁴⁾ Neste momento Floripes faz vénia ao pai e vai, com Oliveiros e restantes cristãos, para o seu campo.

Ainda não vens,
ainda não apareces,
o certo é que temes
em ver um só cavaleiro turco, no campo.
Ora anda, anda, que te hei-de fazer aqui, hoje, neste terreiro,
como se faz à carne no talheiro.

Vamos nós os dois pôr fim a esta batalha.
Hoje aqui há-de haver um grande espalhafato,
que vós poucos escapareis,
que eu aqui todos vos mato.

Sai-lhe o rei cristão e batalham.

Rei Cristão:

Tem-te turco infiel,
não te engane o coração!
Nunca cuides de vencer
a nenhum fiel cristão⁽²⁵⁾.

Rei Turco:

O peito tenho de bronze,
coração com tal rigor,
somente para experimentar
teu ânimo e valor.

Rei Cristão:

Ó Senhora dos Remédios!
Ela nos queita ajudar,
que este turco se renda
e se queira baptizar.

Rei Turco:

Eu também peço aos meus Deuses,
que mostrem o seu poder.
Que esta batalha tão forte
hoje me ajudem a vencer.

Rei Cristão:

Hoje aqui neste terreiro
há-de haver grande tremor de terra!
Toquem as caixas a rebate
e demos fim a esta guerra.

(25) No final de cada quadra, fere-se batalha entre os dois monarcas.

Rei Turco:

Agora, é que digo, digo,
que és um grande bruto,
que vens morrer ao campo
nas mãos de um cavaleiro turco.

Têm agora a batalha (26).

Vêm os soldados 1.º, 2 cristãos e 2 turcos; depois, 4 cristãos e 4 turcos; depois, 6 cristãos e 6 turcos; por fim 8 cristãos e 8 turcos. Dão fogo de todas as vezes (só os cristãos).

1.ª e 2.ª linhas; 3.ª e 4.ª linhas. 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª linhas, fogo; 1.ª linha, 2.ª linha, 3.ª linha, 4.ª linha. Enquanto os cristãos carregam as armas, os turcos afiam as espadas.

Carlos Magno (como não venceu, diz):

Já que o fogo não tem valor
para vencer semelhante traidor,
levemos isto do nosso brio
pousemos as nossas armas
vamos a eles a ferro frio.

Tornam a vir os soldados 2 a 2 (1.ª l.); 4 a 4 (1.ª e 2.ª l.); depois todos (1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª) e batalham com espadas. Vão fazendo as prisões, depois de terem vindo 2 a 2 (27).

No fim são todos presos com o Rei Turco.

A medida que são presos, vão ao Anjo para receberem o baptismo. O Rei Turco, foi preso, por fim é baptizado.

Em seguida, o Porta-bandeira Cristão dirige-se ao Turco:

Porta-bandeira Cristão:

Ó Porta-bandeira insolente!
Ou me entregas a tua bandeira
ou te mato e morres já de repente.

(26) A voz de fogo é ordenada pelos Reis — fogo ou afiar de espadas e combate.

(27) Nestas batalhas, cada um dos Reis, ordena aos soldados: — 1.ª linha, ordinário... *marche!*

E o Rei do lado oposto, dá ordem igual.

Porta-bandeira Turco:

A minha bandeira, nunca tu viste
nem chegas a ver
em teu poder,
pois, olha que, com a minha espada
tudo hei-de vencer!

Porta-bandeira Cristão:

Ó Porta-bandeira desgraçado!
Ou me entregas a tua bandeira
ou eu te mato
e morres degolado!

*Batalham e o Porta-bandeira Cristão leva o infiel a baptizar,
pelo Anjo.*

*Estabelece-se uma luta entre Guarim e Brutamontes, para este
ser levado ao baptismo.*

Guarim:

Ó Brutamontes insolente!
Ou me dás as chaves do cárcere
ou te mato de repente!

Brutamontes:

As chaves do cárcere
nunca as tu viste,
nem hás-de ver,
pois só no retorcido delas
as poderás conhecer.

Guarim:

Ó Brutamontes desgraçado!
Ou me dás as chaves do cárcere
ou te mato e morres já degolado!

Brutamontes:

Guarim,
essas tuas palavras
não me servem de medalha
pois olha que, com a minha moca
hei-de vencer a batalha!

Batalham e Brutamontes, com malabarismos defensivos, usando a sua moca, procura dar à cena certa dose de burlesco e hilariante.

Brutamontes:

Guarim, eu dizia-te, que,
antes de mais nada,
arrumássemos a batalha
e tomássemos uma pitada...

Guarim:

Senhor Brutamontes,
eu dizia-lhe que antes de mais nada,
seria melhor darmos fim a esta maçada!
Mas não havendo grande demora,
vamos lá a essa pitada!

Brutamontes:

Olha lá: de qual queres,
do fino ou do grosso?

Guarim aceita a cabaça do rapé e funga a pitada. Brutamontes aproveita a ocasião e foge-lhe.

Guarim:

Bem de certo, a meu ver
ele assim arranjou de fugir,
mas deixá-lo lá ir,
que ele torna a aparecer.

Mas esta partida sendo
ele bem considerada,
— como ma soube fazer
... por meio duma pitada?

Não me fica bem em nada
Brutamontes ter fugido!
Mas eu o vou procurar
que ele há-de ser aparecido,
porque assim
como os mais turcos se venceram
também ele
há-de ser vencido!

Brutamontes, na sua farsa descontraída para provocar risadas na assistência, vem, cantando:

Brutamontes:

É de zus, truz, truz,
é de zás, traz, traz,
é de achega, achega, achega,
mas arreda lá p'ra traz!

E, dizendo isto, afasta Guarim com a moca, fazendo nova tentativa de fuga, que consegue.

Ao voltar, canta novamente:

É de zus, truz, truz,
é de zás, traz, traz,
é de achega, achega, achega,
mas arreda lá p'ra traz!

Guarim, precavido do que lhe acontecera antes, prende-o.

Guarim:

Ora valeu-te aparecer
e fazer-te prisioneiro.
Senão te teria de fazer
como se faz à carne no talheiro.

Já com Brutamontes preso:

Mas com o teu zuz, truz, truz,
e com a tua graçola,
andaste, andaste,
até cair na gaiola!

Leva-o ao Anjo, que o baptiza.

Rei Cristão (*canta*):

Meus valorosos vassalos,
dava-vos de parecer,
que soltássemos estes presos
que se quiseram render.

Soldados cristãos (*cantam*):

El-rei, meu Senhor bom é
sejam soltos da prisão.
Festejemos a Senhora,
humildes do coração

Soldados Turcos:

Já de Mafoma arrenegamos,
por ela ser mentideira.
A lei do baptismo queremos,
porque é firme e verdadeira.

Soldados — Todos — Turcos e Cristãos:

Principiemos um baile
e todos com muita alegria,
fazendo todos primeiro
aos senhores cortezia.

Dêmos fim a este baile
queiram Senhores perdoar.
Deiam-nos licença senhores
agora vamos dançar.

*Nesta altura é executada a contra-dança. No final cantam todos
— cristãos e turcos: (28)*

Demos fim a este baile
com este nosso desenfado.
Perdoem-nos meus senhores
se não foi do seu agrado.

Demos fim a este baile
como Maio às flores.
A estes erros tão grandes
perdoem-nos, meus senhores.

Demos fim a este baile
pois assim nos convém.
Adeus meus senhores todos
até ao ano que vem.

(28) Esta contra-dança tem passos e gestos similares aos Autos da Ribeira-Neiva, isto é, dos que se representam nas Neves e Portela Susã, havendo, também, parecença nas músicas, se não são iguais, como parecem.

Um Barcelense na origem do Museu da Póvoa

*Quatro cartas do Conde de Villas Boas
para António dos Santos Graça*

MANUEL J. FERREIRA LOPES

Do importante conjunto de documentação epistolar, integrada no espólio de *Santos Graça*, depositado pelos seus herdeiros no *Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim*, libertamos as páginas que dizem respeito e permitem evocar as relações de amizade e trabalho entre o etnógrafo poveiro e o barcelense ilustre que foi *Fernando de Magalhães e Meneses*, Senhor do Paço de Villas Boas e da Torre de Airó, no termo de Barcelos.

Estes textos e o breve período de correspondência, trocada entre o *Conde de Villas Boas* e *António dos Santos Graça* (1936-1937), não nos autorizam, por certo, a aquilatar com segurança sobre a origem do relacionamento destes dois homens públicos, de ascendência familiar e social abissalmente diferenciada: madre de opostos caminhos que ambos trilharam com fidelidade e segurança.

Alguma coisa, no entanto, forte e perene, tinham em comum: a mesma paixão e provado devotamento pelo *MAR*. Deveria ter sido este a fonte de diálogo e aproximação entre o fidalgo e o filho de pescadores e banheiros da Póvoa de Varzim.

Os seus caminhos cruzaram-se, provavelmente, na própria actividade de índole marítima, exercida pelo Conde de Villas Boas, que foi Capitão do Porto de Vila do Conde, Chefe do Departamento Marítimo do Norte e Presidente da Casa dos Pescadores do Porto.

A primeira carta, com data de 4 de Julho de 1936, dá notícia da forma como decorreram as *Festas Joaninas* de Braga, em que o *Grupo Folclórico Poveiro*, fundado nesse ano por Santos Graça, actuou pela primeira vez⁽¹⁾.

⁽¹⁾ *O Rancho Poveiro nas Festas de S. João em Braga*, in «O Comércio da Póvoa de Varzim», Ano 33/N.º 25, Póvoa de Varzim, 25/6/1936, p. 5.

Trata-se de uma iniciativa que constitui um marco importante da acção cultural de Santos Graça, que pôde assim mostrar e divulgar a extraordinária e surpreendente beleza do traje da sua terra.

A imprensa regional da época, possivelmente pela mão do autor de «O Poveiro», descreveu em pormenor o modo de trajar que suscitou o vibrante entusiasmo, deixado transparecer pelo Conde de Villas Boas naquela sua carta. Com efeito, lia-se em «O Comércio da Póvoa de Varzim»: «um grupo de 15 pares, rigorosamente vestidos à «poveira» trajando as mulheres saia branca de branqueta, colête vermelho adebruido a verde com pespontos a cores, camisa branca às preguinhas, lenços de metim branco pelos ombros, chinela preta de bico, meia branca e listrões de cores variadas, flores de oiro nas orelhas e cachené austríaco na cabeça. Os homens vestem camisola de malha de lã branca, bordada em ponto de cruz, calça de varas brancas, percinta branca com riscas, «solêtas» e meias brancas em desenhos, camisa de preguinhas e catalão vermelho» (2).

No mesmo mês e na segunda carta, onde já se anuncia o que viria a ser a 1.^a Exposição Regional de Pesca Marítima (Costa de Entre Douro e Minho) realizada na Póvoa em Outubro de 1936, são fixadas as linhas-mestras de tão importante iniciativa, ficando Santos Graça assim informado do *esquema organizativo da exposição*, o qual traduz com clareza a cuidada atenção e o método de trabalho desenvolvido pelo Conde de Villas Boas.

Embora a Exposição se encontrasse, perfeita e harmonicamente inserida no contexto político e social da propaganda do «Estado Novo», não evitou que fosse necessário demover o conservantismo provinciano e ultrapassar as questiúnculas da política caseira dos que pretendiam ver silenciada a colaboração preciosa de Santos Graça com a qual contava o Conde de Villas Boas, a fim de levar a bom porto a *Exposição Marítima*.

Em 23 de Julho de 1936, foi então possível convencer a Câmara Municipal, Associação Comercial e Comissão de Iniciativa da Póvoa de Varzim da importância política, económica e social da *Exposição Marítima*, cuja comissão executiva veio a ser constituída pelo Conde de Villas Boas, pelo Comandante Joaquim Costa, Capitão do Porto da Póvoa de Varzim, e por António dos Santos Graça (3).

A *Exposição* trouxe à Póvoa centenas de estudiosos e visitantes, reunindo um riquíssimo conjunto de materiais que iriam ser inteligentemente aproveitados por Santos Graça para a criação do Museu Municipal da Póvoa, em 1937.

Pela análise do *esquema organizativo da Exposição Marítima*, em comparação com o roteiro do Museu da Póvoa, poderemos correctamente deduzir que a sua estrutura e elementos constitutivos, em termos de teoria museológica, dependeram nas suas componentes essenciais do modo como foi concebida a 1.^a *Exposição Regional da Pesca Marítima*, nascida do esforço e do dinamismo do Conde de Villas Boas (4).

(2) *Em Braga vai realizar-se um concurso de Ranchos Regionais — A representação da Póvoa*, in «O Comércio da Póvoa de Varzim», Ano 33/N.º 24, Póvoa de Varzim, 18/6/1936, p. 1.

(3) *1.^a Exposição Regional de Pesca Marítima*, in «O Comércio da Póvoa de Varzim», Ano 33/N.º 29, Póvoa de Varzim, 24/7/1936, p. 1.

(4) *1.^a Exposição Regional de Pesca Marítima. Guia Oficial*, Póvoa de Varzim, 1936, p. 3.

Justifica-se assim, plenamente, o título que quisemos dar a esta modesta colaboração, trazendo à memória as relações do ilustre fidalgo barcelense com o etnógrafo poveiro, cujo Primeiro Centenário do Nascimento presentemente se comemora.

De destacar, nos parece, a carta de 14 de Setembro de 1937, onde o Conde de Villas Boas revela, com singular ternura, a amizade que o ligava a Santos Graça e demonstra uma inequívoca admiração pela indumentária da comunidade pescadeira da Póvoa, de modo particular pela *Camisola Poveira* — peça feita de lã com bordados a ponto de cruz, inspirados em motivos marítimos, pertencente ao traje branco do fato de Romaria e Festa —, que teve grande expansão depois de Santos Graça haver fundado o *Grupo Folclórico Poveiro*.

Retomando o tema da admiração e amizade pela gente da Póvoa, a carta datada de 26 de Maio de 1937, patenteia o seu desejo de ser considerado *Poveiro Adoptivo*, que quer ver realizado através da solene investidura de uma humilde e bela camisola do Mar.

CARTAS

LEIXÕES, 4 de Julho
1936

Meu Ex.^{mo} e Presado Amigo

Peçô-lhe que não extranhe a demora desta Carta que lhe devo desde o dia da Parada Agricola e do Concurso de Braga. Que não extranhe e que a desculpe.

Sahí naquella madrugada para Lavadores, chamado por um telefonema a avisar-me da visita oficial do Ministro da Marinha ao posto Radio Telegrafico Naval de que sou Director.

Assim, não pude assistir à última parte do Concurso, e embora não fizesse parte do jury, às deliberações e decisão deste. E tive muita pena.

Apanhei como certamente ainda vio uma tremenda mólha, de que resultou a consequente constipação que por uns dias me tem impedido de escrever como queria a todos os amigos que me ajudaram a realizar a Parada Agricola, que foi, graças á boa colaboração, que quizeram dar-me, um espectáculo soberbo e impressionante.

E venho hoje, por este meio, enquanto pessoalmente o não faço, agradecer-lhe a muita bondade com que me ajudou.

Da representação da Povia que lhe hei de dizer senão que deixou maravilhados a quantos viram o grupo dos Poveiros. E que se os premios fossem adjudicados por voto popular, eram os grupos da Povia e de Esposende, a gente do Mar, quem tinha os primeiros premios. Se fossem a votar as minhas filhas, que assitiram a todo o desfile, o 1.^o Premio dos grupos era para o da Povia de Varzim. E disseram-me que consideravam uma injustiça que assim não fosse!

Meu Ex.^{mo} Amigo. Muito obrigado. Com quem sabe sentir estas coisas como o meu Ex.^{mo} Amigo dá gosto trabalhar. E aos poveirinhos que tão brilhantemente representaram a sua terra, e tão dignamente envergaram o seu lindo traje regional, peço-lhe que queira dizer da minha parte: Ala! Ala! Arriba. E disponha do amigo certo e grato.

Conde de Villas Boas

LEIXÕES, 15 de Julho
1936

Meu Ex.^{mo} e Presado Amigo

Tenho esperado desde hontem noticias suas. Não sei se as encontrarei logo em Villa do Conde. Entretanto venho dizer-lhe que tenho prompto o esquema da organização em que lhe fallei e que me parece ficou bastante bom. Elle será a base do trabalho a realizar, se for considerado digno disso.

Como lhe expuz o periodo que vae daqui até ao fim do mes, 15 dias, será destinado aos trabalhos preparatórios, estudo, obtenção dos elementos necessarios, «démarches» junto das autoridades cujo apoio ou colaboração seja considerada necessaria e escolha definitiva dos auxiliares a utilizar. Este trabalho deve ficar concluido até ao fim do mes pois já no dia 1 de Agosto se começaram os trabalhos de *organização*. No dia 1 de Setembro é indispensavel principiar a *realização* de forma a poder-se dar início aos trabalhos de *instalação* que devem ficar terminados em 15 de Outubro. Data em que me parece conveniente fazer-se a *inauguração*, de modo que em 31 de Outubro se possa fazer o *encerramento* se for julgado oportuno. Desde que se adopte este método, ou outro que seja considerado preferivel, ha tempo para tudo. Mas é preciso não perder nenhum e por isso me permitto massa-lo.

Supponho que a minha lembrança é de grande interesse para a Povia de Varzim mas, se por qualquer motivo não fôr considerada tal, tambem preciso de o saber porque encaminharei os meus esforços para outro lado, visto que julgo util alguma coisa, e não posso estar parado.

Ouvi dizer que ha ahi desintelligencias que podem prejudicar a realização do que alvitrei, o que seria uma pena porque o interesse da terra deve estar acima dellas.

Lembro por isso que talvez haja vantagem em que não appareça a tomar a iniciativa qualquer entidade em que essas desintelligencias se tenham manifestado, e antes a tome quem não esteja envolvido em quaesquer questões de ordem politica local, contando em todo o caso com o apoio de todos os homens bons sejam eles quem forem. Não lhe parece?

Por isso é muito de ponderar o problema do local, e, sendo possivel, parece-me que seria optima aquella parte do Casino em que fallamos. A gente do Casino só tem a lucrar com isso. Como só tem a lucrar com subsidiar a realização, que ha de dar receitas directas e indirectas. Poderiamos mesmo estabelecer que uma percentagem dos primeiros será destinada á Casa dos pescadores e aos socorros a naufragos. Peço-lhe que sobre tudo isto me diga alguma coisa.

Mando-lhe por este correio um numero de «A Defeza Nacional» com um artigo meu que julgo lhe ha de agradar.

Pedem-me do Posto de Assistencia aos Tuberculosos do N. de Portugal para conseguir por empréstimo dois pares de fatos de Poveiros para figurarem em um desfile que se projecta levar a effeito no Porto no fim deste mez, a beneficio daquella instituição. São para ser vestidos por gente limpa de modo que creio não haverá inconveniente. Diga-me o meu Ex.^{mo} Amigo se é possivel o emprestimo.

E desculpe a longa massada e disponha do seu Amigo certo e muito grato.

Conde de Villas Boas

MINISTÉRIO DA MARINHA
CAPITANIA DO PORTO DE LEIXÕES

14 de Setembro
1937

Meu bom amigo

O portador, Albino Gomes da Silva é aquelle meu protegido em que lhe fallei no Domingo, a quem o meu amigo prometeu dispensar toda a sua benevolencia para conseguir trabalho. Elle ahi vai apresentar-se.

Tem elle duas filhas, uma de 18 outra de 16 annos que tambem muito precisam de conseguir trabalho. Será abusar da sua bondade e da sua paciencia pedir-lhe que veja se é possivel empregar na sua fábrica alguma dellas?

A Camisolla serve-me perfeitamente. De modo que lhe peço para me mandar fazer uma igual á sua. E queria uma marca como tinhamos combinado que pode ser como aquelle desenho que lhe dei:

E desculpe a massada.

Mando hoje ao Com.^{te} Costa

uns versos que fiz para a festa do Casino e espero que lhe hão de agradar.

Receba os meus cumprimentos amigos para todos os seus, e um bom abraço para si do seu muito amigo e muito obrigado

Conde de Villas Boas



MINISTÉRIO DA MARINHA
CAPITANIA DO PORTO DE LEIXÕES

26 de Maio
1937

Meu bom amigo

Tenho estado á espera da sua telefonadela mas emquanto ella não chega venho escrever-lhe para lhe dizer que hoje mesmo conto mandar-lhe os bilhetes para o grupo Poveiro. Cheguei esta manhã de Lisboa e para lá volto amanhã. Estarei á sua espera no apeadeiro de Entre Campos que é onde os grupos tem de desembarcar.

O regresso poderá ser no dia 1 de Junho; até esse dia tem validade os bilhetes. Cada Cartão dos que lhe vou mandar leva um talão, para apresentar na Estação do C. de F. que é a requisição mediante a qual lhes entregarão os bilhetes de ida e volta.

No dia 30 o grupo tem de estar no Campo do Jockey club, ao Campo Grande ás 11^h da manhã. É alli que lhes são fornecidas nesse dia as refeições.

De Lisboa tinham-me dito que o grupo se exhibia no Eden Teatro e que este lhe proporcionava alojamento e alimentação. Fiquei contentíssimo e dei a boa notícia a alguém ahi da Povoia, talvez ao Alberto Gomes. Mas afinal parece que á ultima hora falharam as combinações e que o Eden já não dá o espectáculo por falta de orquestra, e assim já não se fara lá a exhibição desse grupo e de outros com quem estava feito o acordo. É uma pena!

Tambem tenho muita pena de não ter ainda a minha Celebre Camisolla de Poveiro que o meu amigo me prometera mandar fazer, era agora a ocasião de a vestir se já tivesse sido nomeado Poveiro adoptivo.

Hontem fui a Lisboa acompanhar os rapazes da Mocidade Portuguesa. Peço-lhe que faça saber ahi na Povoia que os rapazes chegaram bem. Deixei-os instalados no acampamento, muito bem dispostos, e posso assegurar-lhe que brilharam durante o desfile; e na viagem cantaram lindamente. Eu gritei-lhes um: Ala! Arriba! tão entusiasmado fiquei.

Até lá. Um bom abraço do amigo certo e m.^{to} (?) ob.^o (?)

Conde de Villas Boas

1.ª EXPOSIÇÃO REGIONAL DE PESCA MARÍTIMA

(Costa de entre Douro e Minho)

————— NA —————
PÓVOA DE VARZIM

I — O Mar e a Costa

	Cartas e Planos	{ Hidrográficos Metereológicos
	Roteiros	
A — O MAR	Pesqueiros	{ Marcações Enfiamentos Localização
	Baixios e Pedras	{ Sondagens Espécies piscosas
	Descrição	Conhecenças
B — A COSTA	Portos e abrigos	Barras e Entradas
	Farois e sinais de nevoeiro	
	Estações e barcos salva-vidas	{ Localização Designações
	Bibliografia	{ Nacional Estrangeira

II — A Gente da Pescaria

A — ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA	Representação	Monografias
	O Lar	{ Pinturas e desenhos Esculturas
B — ETNOGRAFIA	O trajo	Fotografias
	Os Costumes	{ Estudos Ex-votos
C — FOLCLORE	Cantares	
	Música e dança	
	Jogos e diversões	
D — RECENSEAMENTO	Inscrição marítima	
	Tipos	{ Antigos Nomes e Actuais Divisas

III — Aparelhagem

A — EMBARCAÇÕES	Representação gráfica . . .	{ Pinturas Desenhos Fotografias
	Reprodução e modelos Tipos	
B — REDES	Aplicação Descrição e nomenclatura. .	Marcas e Balisas
	Reprodução e modelos	
C — OUTROS APARELHOS	Descrição e nomenclatura Aplicação	

IV — A Pesca

A — PESCA LONGÍNQUA	História Estatística	{ Valor Tonelagem
B — PESCA DO ALTO		
C — PESCA COSTEIRA	Representação gráfica . . .	{ Pinturas e Desenhos Fotografias
D — MARISCOS		
E — PLANTAS MARINHAS	Espécimens	
F — A PESCARIA	Literatura Como motivo de arte Como elemento decorativo Construção Naval	{ Modelos Estaleiros Estatística

V — A Indústria

A — ESSENCIAIS	Motores Acessórios Fabrico de	{ Velame Massame Poleame
	Fabrico de redes	

B — ACESSÓRIOS E
DERIVADOS

Conservas { Em azeite
Salmoura
Salga prensada
Sêca

Secagem e cura Tendais e Secadouros
Embalagem

Comércio { Exportação
Interno

O «Correio do Minho» e o seu contributo para o estudo do Património Cultural Minhoto

EDUARDO PIRES DE OLIVEIRA

Cidade conservadora e culta, inscrita numa região ridente e tradicionalista, Braga teve ao longo dos séculos uma posição de natural supremacia na vida cultural minhota.

Violentamente polémica, Braga foi sempre fruto de homens isolados e independentes que nunca temendo qualquer discussão (para grande gáudio dos frequentadores de Boticas e Cafés) singravam mais ou menos isolados, nunca abdicando das suas ideias.

Assim nasceram alguns cafés... e alguns jornais.

O «Correio do Minho» foi um deles. Criado a partir de uma dissidência de alguns jornalistas do «Diário do Minho» com o seu director, teve o seu primeiro número em 6/7/1926. Jornal característico de pequena cidade foi, portanto, desde o seu início uma fonte de cultura da cidade e região a que pertencia. Os seus primeiros estudos datam logo do começo, onde sobressaem os apontamentos de história de Braga, de Alberto Feio.

Com a sua venda em meados dos anos 30 à União Nacional, a colaboração cultural diminui sendo nos primeiros anos, particularmente, limitada aos correlegionários. Rápido se sente a influência moderadora e modernista de António Ferro, sobretudo no destaque dado à pintura contemporânea (Braga foi uma das 4 cidades que teve a felicidade de poder apresentar a exposição dos Independentes) então defendida neste jornal. É nessa data que surge uma página literária que com o decorrer dos anos iria ter uma vida incerta e cíclica, que nunca se abriria a um debate minimamente ideológico. O que não impediu, contudo, que o «Correio do Minho» fosse um repositório importantíssimo da cultura e vida bracarense e minhota.

Inicialmente previsto, este trabalho, apenas para a inventariação dos estudos de Manuel Monteiro e Alberto Feio (em vista da comemoração dos respectivos centenários em 1979-1980 e 1982-83), do Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha (para uma bibliografia), de Constantino Ribeiro Coelho, Manuel Braga da Cruz e Moura Coutinho (para uma colectânea de estudos sobre Braga), rapidamente demos conta do imenso valor cultural do material que

nos surgia. Desta maneira resolvemos reiniciar a pesquisa para um plano mais amplo, o da inventariação de todos os estudos sobre arte, história, arqueologia, etnografia, música, biografia, bibliografia, arquitectura e urbanismo relativas ao Minho. Deixamos assim de parte os estudos de literatura e filosofia — excepto os referentes a Francisco Sanches dado o seu grande interesse para a cultura bracarense — as recensões bibliográficas e as transcrições ou excertos de outros jornais, revistas ou livros.

Se a cidade de Braga ocupa naturalmente uma posição importante neste inventário, pela quantidade de textos sobre ela publicados, as outras vilas e cidades minhotas também estão razoavelmente bem representadas. De Barcelos, por exemplo, há 23 artigos, alguns deles assinados por historiadores e arqueólogos barcelenses de nome sobejamente conhecido, como José Mancelos Sampaio, Joaquim Selés Paes Vilas-Boas, António de Faria, etc.

Algumas falhas haverá, do que desde já pedimos desculpa aos seus autores e a eventuais leitores deste trabalho. Àqueles que as encontrarem pedimos o favor de nos darem conhecimento delas para serem corrigidas quando publicarmos a continuação deste inventário, isto é, os estudos dados à estampa no período actual do jornal (III Série iniciada após o movimento do «25 de Abril»).

Que este inventário bibliográfico sirva de incentivo para outros. Jornais como «A Voz do Minho», «O Barcelense», «Notícias de Guimarães», etc., são bem merecedores desse trabalho pela quantidade de textos importantes que encerram e que se encontram praticamente perdidos ⁽¹⁾.



A., L. DE

23. 3. 1938 — Indústrias regionais. Os bonecos de barro que se vendem nas feiras.
26. 3. 1938 — Idem. Mais algumas considerações sobre os bonecos de barro.

[ABREU, LEONÍDIO DE] — *Coisas de outros tempos*

24. 6. 1947 — Uma diversão que desapareceu e que a tradição recorda.
(A mesa misteriosa e o porco preto).
5. 5. 1948 — O cruzeiro da Ponte e a sua piedosa evocação.

(1) Nesta data temos já também preparado o jornal bracarense «Diário do Minho», onde respigamos pouco menos de 2000 artigos.

16. 6. 1948 — O extinto Convento dos Remédios.
18. 6. 1948 — Uma petição à Câmara indeferida pelo governo.
22. 6. 1948 — A fundação do Convento do Pópulo.
27. 6. 1948 — O extinto teatro S. Geraldo.
 1. 7. 1948 — As «alminhas» de S. Braz.
 4. 7. 1948 — A piedosa lenda da imagem de Nossa Senhora da Torre.
 9. 7. 1948 — A ponte dos Pelames.
18. 7. 1948 — A serventia da mesa de pedra do largo do Paço.
12. 9. 1948 — O cruzeiro da Senhora da Saúde.
15. 9. 1948 — Coisas do largo das Carvalheiras.
16. 9. 1948 — A capela de Nossa Senhora a Branca.
21. 9. 1948 — O Campo das Hortas.
 3. 10. 1948 — As muralhas medievais da cidade.
10. 4. 1949 — Os antigos Paços do Concelho.
12. 4. 1949 — Os alpendres da Porta do Souto.
13. 4. 1949 — O nicho e a fonte de S. Geraldo.
14. 4. 1949 — Santo António dos Esquecidos.
16. 4. 1949 — As antigas igrejas de S. Vítor e de Santa Suzana.
17. 4. 1949 — O antigo largo do Paço.
22. 4. 1949 — O antigo Paço Arquiepiscopal.
24. 4. 1949 — Os Estudos Públicos.
30. 4. 1949 — Designação de ruas e praças.
 1. 5. 1949 — A velha catedral românica.
 12. 6. 1949 — O antigo Seminário de S. Pedro.
 14. 6. 1949 — A ilustre irmandade de Santa Cruz em Jerusalém.
 19. 6. 1949 — A primeira sede do Colégio dos Orfãos.
 22. 6. 1949 — O Convento do Salvador.
 30. 6. 1949 — O Convento da Conceição.

AGOSTINHUS

5. 9. 1954 — D. António Barroso.

AGUILAR, JOSÉ ALFREDO TEIXEIRA DE

6. 1. 1931 — Saudades que foram vidas. Minhoto ilustre. O gravador Molarinho.
13. 1. 1931 — Idem. Idem. O general Sebastião Calheiros.
20. 1. 1931 — Idem. Idem. O missionário Barroso, bispo do Porto.
 2. 2. 1931 — Idem. Idem. A senhora condessa de Âncora. (D. Maria Angelina).

ALMEIDA, EDUARDO DE

28. 5. 1948 — Vasto panorama de tradições históricas de Guimarães.

AMORIM, EUGÉNIO

9. 8. 1929 — Braga e a música

AUGUSTO, CONSTANTINO

30. 8. 1935 — Os músicos Varelas.

AURORA, CONDE DE

6. 6. 1929 — Uma obra e um galego ilustre.

9. 4. 1938 — Indústrias caseiras. (*Em defesa das*)

AZEVEDO, ANTÓNIO DE

19. 11. 1949 — Impressões de arqueologia e de arte.

31. 12. 1949 — Idem. Citânia de Briteiros

28. 1. 1950 — Idem. Idem.

11. 3. 1950 — Idem. idem.

AZEVEDO, ROGÉRIO DE

2. 10. 1942 — O paço dos duques de Guimarães. 2.^a epístola ao Sr. Dr. Alfredo Pimenta.

B., M.

14. 6. 1935 — Romarias do Minho. Alguns aspectos etnográficos.

BERMUDES, ADÃES

13. 8. 1929 — Ruínas da Citânia. (Resposta ao artigo de Mário Cardoso).

BESSA, ALBERTO

27. 10. 1933 — O Jornalismo em Braga. Subsídios para a sua História (Do início a 1894).

28. 10. 1933 — Idem.

29. 10. 1933 — Idem.

31. 10. 1933 — Idem.

BOAVENTURA, MANUEL DE

25. 12. 1946 — Dom Croio. (Lenda perdida no povo. Século XIV).
16. 11. 1949 — Rodrigues de Faria. Ao homem bom — a história fará justiça. Comentário necrológico.
15. 9. 1951 — Manuel Monteiro. Historiador de Arte.
29. 12. 1951 — Alberto Vieira Braga. Historiador de Guimarães.
5. 8. 1952 — A arte do mobiliário em Braga.
21. 5. 1953 — Padre Arlindo Ribeiro da Cunha. O escritor didático. O monografista, o arqueólogo, o historiador da língua.
1. 5. 1954 — Barros de Barcelos.
21. 10. 1954 — Uma «ara» votiva do castro de S. Lourenço. Em Esposende.
27. 1. 1955 — Leite de Vasconcelos, Correia de Oliveira e a «Mulher de Barbas».
25. 12. 1958 — Ribeira Cávado. — Ronda de Vila Chã — Esposende. Indumentária regional da região por 1900.
3. 6. 1965 — Romaria a S. Simão de Novais.
27. 8. 1966 — Idem. 2. O Estelita e a 7.^a coluna.
22. 10. 1966 — S. Frutuoso em campo etnográfico. S. Frutuoso nos valha.
26. 4. 1972 — O etnógrafo Quintas Neves.

BRAGA, LUÍS DE ALMEIDA

3. 6. 1934 — O Bom Jesus do Monte.

BRAGA ANTIGA

20. 12. 1960 — Julho 1958. (Sobre a via sacra em capelas que existiu no recém destruído Campo da Feira).
22. 12. 1960 — O Ateneu Comercial.
25. 12. 1960 — Clube Bracarense.
27. 12. 1960 — Um drama que emocionou a cidade. (Assassínio, por ladrões, de um jovem).
29. 12. 1960 — Uma pastoral de D. José Joaquim de Azevedo e Moura.
3. 1. 1961 — O Distrito de Braga. (Jornal político).
5. 1. 1961 — A demolição da Torre de Menagem.
8. 1. 1961 — O Marquês de Pombal relata ao então Arcebispo de Braga o atentado de que foi vítima D. José.
10. 1. 1961 — Uma noite de terrível temporal em pleno verão.
12. 1. 1961 — A benção do cemitério em 1871.
15. 1. 1961 — As festas da cidade de 1902 foram assinaladas pela presença de uma autêntica quadrilha de carteiristas.
17. 1. 1961 — Uma seca terrível ameaça de fome a população em 1870.
19. 1. 1961 — Um capítulo para a história monárquica de há 42 anos em Braga.
22. 1. 1961 — A morte da sereníssima senhora infanta D. Isabel Maria que foi regente do Reino.

24. 1. 1961 — D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa.
26. 1. 1961 — Em vésperas de eleições para deputados em 1871.
29. 1. 1961 — Há 90 anos o Papa Pio IX recebeu uma deputação católica portuguesa.
31. 1. 1961 — Convento da Conceição.
2. 2. 1961 — Convento da Regeneração.
7. 2. 1961 — Idem.
9. 2. 1961 — Agressão a um jornalista em 1904.
12. 2. 1961 — A Procissão do Cerco de S. Sebastião das Carvalheiras.
14. 2. 1961 — Concessão da comenda de Santiago de Lanhoso ao Marquês de Pombal.
16. 2. 1961 — O deputado por Braga foi quem mais brilhou na Câmara atacando o agravamento dos tributos em 1867.
19. 2. 1961 — Abjuração da maçonaria de um marquês de Campo.
21. 2. 1961 — Factos ocorridos em 1867.
23. 2. 1961 — As festas da Semana Santa em 1867.
26. 2. 1961 — Descanso dominical.
28. 2. 1961 — Assalto a um lente da Universidade de Coimbra.
2. 3. 1961 — A imprensa liberal não podia ver o marquês de Valada, governador do distrito em 1867.
5. 3. 1961 — Uma cena de pancadaria na rua de Janes em Setembro de 1877.
7. 3. 1961 — Os Contos do Minho apreciados pelo poeta e jornalista Teixeira de Queiroz.
9. 3. 1961 — O Convento de Rendufe foi destruído por um incêndio em 1877.
12. 3. 1961 — Foi pena a iniciativa não vingar. (Limpeza e represamento do rio Este).
14. 3. 1961 — A rede telefónica.
16. 3. 1961 — Batismo e comunhão de um protestante. (Em 15. 3. 1860).
22. 3. 1961 — O desembarque do «Exercito Libertador» em Mindelo, foi comemorado com pomposas festas em 1877.
26. 3. 1961 — Notícias da Índia publicadas num jornal de Braga de 1860.
30. 3. 1961 — Como a imprensa regeneradora tratava em 1877 o então governador civil de Braga Marquês de Valada.
2. 4. 1961 — As solenidades da Semana Santa em Abril de 1873.
9. 4. 1961 — Diário da Tarde.
18. 4. 1961 — Factos ocorridos em Abril de 1905.
27. 4. 1961 — Visita de El-Rei D. Luís. (30. 6. 1872).
30. 4. 1961 — Factos ocorridos em Maio de 1904.
4. 5. 1961 — «Câmara limpa em cidade porca». (Maio de 1904).
7. 5. 1961 — Factos ocorridos em Maio de 1904.
11. 5. 1961 — Política anti religiosa em 1834.
14. 5. 1961 — Os reis e o liberalismo. (Em 14. 12. 1872).
21. 5. 1961 — As festas de S. João em 1904.
28. 5. 1961 — Artistas bracarenses. (Pintores, escultores, etc.).
3. 6. 1961 — A procissão do Corpo de Deus.
16. 6. 1961 — Orfeão de Braga.

BRITO, ANTÓNIO JOSÉ

16. 10. 1955 — A evolução intelectual de Alfredo Pimenta.

C., L. DE

22. 11. 1969 — A propósito do rito bracarense.
26. 11. 1969 — Idem.
28. 11. 1969 — Idem. 3. O actual rito bracarense é o actual rito suevo?
4. 12. 1969 — Idem. 4. Sala do rito bracarense. D. Diogo de Sousa manda imprimir 1500 breviários em Salamanca.
12. 12. 1969 — Idem. 5. Quanto custaram os breviários da edição de 1527?
16. 12. 1969 — Idem. 6. Texto e outras considerações a propósito.
18. 12. 1969 — Idem. 7. Material de sobra já inventariado. S. Geraldo e o rito.
21. 12. 1969 — Idem. 8. D. António e o rito. Textos manuscritos.
25. 12. 1969 — Idem. 9. Foi o cabido que salvou o rito no tempo de D. Rodrigo da Cunha.
30. 12. 1969 — Idem. 10. Edição, para breve dos últimos estudos sobre o rito. Embaixada a Roma para tratar do caso.
6. 1. 1970 — Idem. 11. A igreja considera iguais em direitos, todos os ritos, quer que se mantenham e sejam promovidos por todas as formas.
9. 1. 1970 — Idem. 12. O que devia ter-se feito segundo a Constituição sobre a Sagrada Liturgia.

CAMARA, LEONEL

11. 12. 1953 — Mestre Alfredo Pimenta. A nossa evocação.

CARDOSO, MÁRIO

4. 5. 1929 — O museu da Sociedade Martins Sarmiento e Guimarães.
2. 8. 1929 — Melhoramentos nas ruínas da Citânia.
3. 4. 1935 — De Guimarães.
5. 4. 1937 — Um crime de lesa-arqueologia e lesa-arte.

CARRILHO, DUARTE

19. 4. 1944 — O ascensor do Bom Jesus. A propósito de um pretensão cinquentenário. Um pouco de história do passado e de projectos futuristas.
23. 4. 1944 — Idem. Idem. Em confronto com o de Santa Luzia. Devia electrificar-se?...

CARVALHO, A. L. DE

6. 7. 1938 — Braga e Guimarães. 1. (As desavenças das duas cidades ao longo dos séculos).
7. 7. 1938 — Idem. 2. Idem.
9. 7. 1938 — Idem. 3. Idem.
13. 7. 1938 — Idem. 4. Idem.
14. 7. 1938 — Idem. 5. Idem.
17. 7. 1938 — Idem. 6. Idem.

CASTRO, JERÓNIMO DE

6. 12. 1963 — S. Geraldo, padroeiro de Braga.

CERQUEIRA, CRUZ

2. 11. 1947 — Os artistas biscainhos no Minho.
23. 7. 1949 — A igreja de S. Frutuoso e a hipótese bizantina.
19. 6. 1952 — A riqueza artística de Braga.
22. 7. 1952 — Os chafarizes de Barcelos e outros monumentos decorativos.
7. 8. 1952 — Barcelos e os seus monumentos medievais.
18. 9. 1952 — Notas de arte: o barroco em Barcelos.

CÉSAR, AMÂNDIO

17. 10. 1950 — Alfredo Pimenta.
21. 10. 1950 — Uma breve recordação: Alfredo Pimenta.
28. 2. 1970 — O Museu de Cerâmica Popular Portuguesa e os trabalhos de Eugénio Lapa Carneiro.

CIREMONIENSIS, ADVENTITIUS

11. 8. 1936 — Percorrendo as terras de Geraz do Lima. 1 — Freguesia de Santa Leocádia.

COELHO, CONSTANTINO

3. 2. 1926 — Um santo desconhecido. Seria bracarense?
4. 2. 1926 — A exposição solene de Quinta Feira Santa. Notas de liturgia bracarense.
6. 2. 1926 — Idem.
8. 2. 1926 — Idem.
9. 2. 1926 — Idem.

10. 2. 1926 — Idem.
13. 2. 1926 — Idem.
19. 2. 1926 — Idem.
30. 3. 1927 — Idem.
20. 4. 1927 — A luz da vela. Estudos religiosos pelos redactores da Propaganda Católica.
27. 4. 1927 — Idem.
4. 5. 1927 — Idem.
18. 5. 1927 — Idem.
22. 8. 1927 — Pelos jardins da liturgia.
2. 9. 1927 — Consultório popular. Acerca das murças.
8. 12. 1927 — Carta aberta a dois cónegos da Primacial Basílica.
10. 12. 1927 — Carta aberta ao senhor padre Ribeiro Braga.
13. 12. 1927 — Carta aberta ao senhor padre José Anunciação Malheiro.
27. 12. 1927 — Notas litúrgicas. Acerca do ornato dos altares.
16. 11. 1928 — A indústria das rendas.
15. 8. 1931 — Como celebrava no século XVII a sua padroeira a Augusta cidade bracarense.
28. 8. 1931 — Ao ritmo dos fusos. Indústria caseira e familiar da lã na vida agrícola do Minho.
18. 9. 1931 — Remniscências de Barcelos. Frades e letras.
24. 6. 1933 — Antigos usos das festas de S. João. (Candeleiro; 1573; proibição do porco preto).
15. 8. 1940 — Santa Maria Bracarense.
5. 1. 1958 — Armas e burras. Os primeiros evangelizadores da história: soldados ou negociantes.
7. 6. 1958 — O S. João de outros tempos — Corrida do porco preto.
8. 6. 1958 — Idem — O candeleiro.
9. 6. 1958 — Idem — O carro dos pastores.
10. 6. 1958 — Idem — Meninos de S. Cristóvão.
12. 6. 1958 — Idem — Dança do rei David.
10. 5. 1962 — Acerca da feira de Famalicão. A suprimida festa da aparição de S. Miguel Arcanjo.
17. 11. 1962 — Memórias carmelitas. Recordações ligeiras da obra que vai renovar-se em Braga na igreja do Carmo.
25. 11. 1962 — Idem. A igreja do Carmo tem sido valioso centro de religião servido por uma dedicada confraria.

CORTE-REAL, JOÃO AFONSO

23. 9. 1950 — Monumento pré-histórico. O abandono da Fonte do Idolo em Braga.

CORTEZ, RUSSEL

11. 3. 1954 — Paulo Orósio e a total cristianização de Menorca.

COSTA, A.

1. 12. 1947 — Amares e Sá de Miranda.

COSTA, A. DUARTE

19. 4. 1957 — As procissões do Enterro do Senhor e da Ressurreição e sua ordem em Vilar de Frades — Barcelos.
21. 4. 1957 — Idem 2.

COSTA, AVELINO DE JESUS

6. 6. 1944 — Pergaminhos medievais do Seminário de Braga.
3. 12. 1949 — D. João Peculiar. Um herói nacional injustamente esquecido.
19. 3. 1950 — S. Martinho de Dume. XIV centenário da sua chegada à península.
30. 3. 1950 — Um acontecimento nacional. S. Martinho de Dume 550-1950
31. 10. 1950 — Braga em maré de grandiosos congressos. 1. Impressões do de S. Martinho de Dume. 2. Congresso do IV centenário do nascimento do célebre médico e filósofo Francisco Sanches.
15. 12. 1950 — O Seminário de Nossa Senhora da Conceição. Benemérito da instrução pública.
20. 3. 1951 — São Martinho de Dume.
1. 12. 1951 — O cabido de Braga na Restauração de Portugal.
30. 9. 1966 — São Frutuoso Bracarense. XIII centenário da sua morte.

COUTINHO, MOURA

29. 3. 1931 — A capela de S. Frutuoso. A sua restauração.
24. 4. 1931 — Idem. A sua reintegração.
12. 5. 1931 — Idem. Idem.
7. 6. 1931 — Idem. Idem.
19. 2. 1933 — Entrevista sobre melhoramentos na cidade.
24. 2. 1933 — Idem.
26. 2. 1933 — Idem.
8. 3. 1933 — Idem.
24. 6. 1937 — O passado. Urbanismo de Braga.
24. 6. 1937 — O monumento de S. Frutuoso.
27. 7. 1939 — Interesses da cidade. Alinhamentos, 1.
28. 7. 1939 — Idem. Idem, 2.
18. 8. 1940 — A catedral de Braga. Prólogo entre parentes.
23. 2. 1941 — Viagem à volta da Sé. Parecer num caso de estética citadina.
29. 4. 1942 — A catedral românica de Braga.
30. 4. 1942 — Idem.
14. 5. 1942 — Idem.

30. 5. 1942 — Idem.
 9. 5. 1943 — À volta da Sé.
 4. 3. 1944 — A toponímia da cidade. Carta ao C. M.
 3. 9. 1949 — A igreja de S. Frutuoso de Montélios, 1.
 10. 9. 1949 — Idem, 2.
 17. 9. 1949 — Idem, 3.
 24. 9. 1949 — Idem, 4.
 1. 10. 1949 — Idem, 5.
 8. 10. 1949 — Idem, 6.
 15. 10. 1949 — Idem, 7.
 22. 10. 1949 — Idem, 8.
 29. 10. 1949 — Idem, 9.
 26. 11. 1949 — Idem, 10.
 17. 12. 1949 — Idem, 11.
 31. 12. 1949 — Idem, 12.
 14. 1. 1950 — Idem, 13.
 31. 10. 1949 — Uma carta do arquitecto Moura Coutinho. (S. Frutuoso).
 5. 11. 1949 — S. Frutuoso de Montélios. Duas cartas dos nossos distintos colaboradores, sobre o problema debatido nesta secção cultural. (Manuel Monteiro e Moura Coutinho).
 25. 11. 1949 — Resposta a uma carta do Sr. Dr. Manuel Monteiro. (Sobre S. Frutuoso).
 8. 2. 1952 — Dois problemas de urbanização. (Rua Francisco Sanches).
 17. 2. 1952 — Idem. 2. (O mercado).
 23. 2. 1952 — Vai ser publicada a correspondência entre Manuel Monteiro e António Augusto Gonçalves — revela-nos o arq.º Moura Coutinho que nos fala ainda sobre o retrato de Columbano. (Entrevista).

CRESPO, José

20. 6. 1928 — O Instituto Histórico do Minho.
 18. 4. 1929 — Mulheres de antanho. Políbia Hortense de Castro.

CRONICAS DE SIMANCAS

28. 12. 1962 — D. Frei Bartolomeu dos Mártires na crise nacional de 1580.
 1. O tributo do «Cardeal Diabo».
 29. 12. 1962 — Idem. 2. Muitas cabeças para uma coroa.
 30. 12. 1962 — Idem. 3. Herói ou despeitado.
 8. 1. 1963 — Idem. 4. Um caso de consciência.
 9. 1. 1963 — Idem. 5. Dinamismo de um ideal.
 11. 1. 1963 — Idem. 6. Arcebispo e senhor de Braga.
 12. 1. 1963 — Idem. 7. Integridade de carácter.

CRUZ, MANUEL BRAGA DA

- 9. 6. 1972 — Os «Bombeiros Voluntários de Braga» em 1883.
- 28. 2. 1973 — O Pinheiro da Gregória.
- 5. 4. 1973 — O Caires.
- 25. 4. 1973 — A propósito de «André Soares» — Um nome a recordar.
- 27. 9. 1973 — Inocência Carneiro de Sá.
- 20. 2. 1974 — Estudos públicos em Braga no século XVI.

CUNHA, ARLINDO RIBEIRO DA

- 6. 8. 1952 — Deficientes culturais. (Braga).
- 20. 8. 1952 — A pré história bracarense. O castro da Falperra.
- 27. 11. 1952 — Norberto de Araújo.
- 13. 11. 1952 — Inscrição romana inédita.
- 11. 12. 1952 — A estela romana do Passadiço.
- 19. 2. 1953 — Esta palavra Falperra.
- 26. 2. 1953 — Ruínas a descoberto. (Restos romanos na rua Francisco Sanches).
- 12. 3. 1953 — A Santa Marta do Alto.
- 26. 3. 1953 — Relíquias de meia idade.
- 15. 10. 1953 — Necrópole romana em Braga. (Rua Alferes Malheiro).
- 12. 11. 1953 — S. Martinho e as capelas.
- 8. 12. 1953 — Nossa Senhora da Conceição na cidade de Braga.
- 21. 1. 1954 — Manuel da Boaventura. O ficcionista e o filólogo.
- 4. 3. 1954 — O museu de Etnografia e História.
- 13. 6. 1954 — Com a Virgem no Pentecostes.
- 14. 10. 1954 — No oppidum da Santa Marta.
- 4. 11. 1954 — A ara do castro de S. Lourenço. (Esposende).
- 11. 11. 1954 — No «oppidum» da Santa Marta.
- 25. 11. 1954 — Idem. 1.
- 20. 1. 1955 — Idem. 2.
- 24. 2. 1955 — Idem. 3.
- 8. 12. 1955 — Nossa Senhora da Conceição na Sé de Braga.
- 8. 12. 1956 — Os capelães de Nossa Senhora da Conceição da Catedral.
- 26. 1. 1964 — Relíquias de Bracara Augusta.
- 5. 2. 1964 — Idem. 2.
- 13. 2. 1964 — Idem. 3.
- 1. 4. 1964 — Idem. 4.
- 16. 4. 1964 — Idem. 5.
- 30. 4. 1964 — Idem. 6.
- 29. 7. 1965 — Idem. 7.
- 14. 4. 1966 — Braga descoberta por um francês. 1. Generalidades.
- 17. 4. 1966 — Idem. 2. O santuário do Bom Jesus.
- 20. 4. 1966 — Idem. 3. Braga na história de arte barroca.
- 23. 2. 1967 — A primeira inscrição romana do Museu dos Biscainhos.

28. 4. 1967 — A segunda inscrição romana do Museu dos Biscainhos.
 2. 7. 1967 — Relíquias de Bracara Augusta.
 23. 9. 1967 — A terceira inscrição romana do Museu dos Biscainhos.
 27. 9. 1967 — A quarta inscrição romana do Museu dos Biscainhos.
 18. 9. 1968 — A quinta inscrição romana do Museu dos Biscainhos.
 10. 4. 1969 — Relíquias de Bracara Augusta.
 21. 8. 1969 — Idem.
 14. 10. 1969 — Idem.
 14. 1. 1970 — Pedras de armas e armas tumulares do distrito de Braga.
 15. 1. 1970 — Idem.
 16. 1. 1970 — Idem.
 20. 10. 1971 — Relíquias de Bracara Augusta.
 28. 12. 1971 — A Fonte do Idolo.
 3. 6. 1972 — Estátua arcaica do Museu dos Biscainhos.
 3. 6. 1973 — A Falperra na arqueologia e no turismo.
 8. 6. 1973 — Idem. 2.
 26. 6. 1973 — Idem. 3.
 2. 8. 1973 — Relíquias de Bracara Augusta.
 14. 9. 1973 — Uma pedra e uma moeda.
 21. 12. 1973 — Isis Aug. e Annona Aug. em Bracara Augusta.
 28. 3. 1974 — Escavações arqueológicas na Falperra.

DAMAS, JÚLIO

8. 2. 1966 — Exumações do passado. Reivindicações de prioridade de um invento português. 1.

DIAS, A. C. DA SILVA

13. 12. 1962 — Para a História da Soajo. Subsídios.
 14. 12. 1962 — Idem. 2.

DORIA, A. A.

20. 12. 1935 — O Minho na História e nas Lendas.
 24. 6. 1937 — Águas Passadas. (A Batalha de) S. Mamede.

FARIA, ANTÓNIO DE

8. 12. 1954 — Nossa Senhora da Franqueira.

FARIA, JORGE DE

3. 4. 1933 — O Arnão de Braga. Um que vem no Inocência.

12. 1. 1936 — Os duplicados da Biblioteca Pública de Braga.
19. 4. 1936 — Uma peregrinação ao Sameiro há 50 anos.
27. 9. 1936 — Uma reportagem de há três Séculos. 1. A entrada de D. Rodrigo da Cunha em Braga.
4. 10. 1936 — Idem. 2. Uma «Emboscada» no campo dos Touros.
11. 10. 1936 — Idem. 3. As «Canas» na tarde do segundo dia.
18. 10. 1936 — Idem. 4. Um torneio no terreiro do Senhor Arcebispo.
25. 10. 1936 — Idem, 5. Duma extravagante tourada; duma tragicomédia no pátio dos jesuítas e do muito mais que fica por dizer.
1. 11. 1936 — Idem, 6. Quando D. José de Bragança entrou em Braga.
8. 11. 1936 — Idem, 7. Dom Gaspar chegou a Braga. Um diário bracarense manuscrito.
15. 11. 1936 — Os ossos de S. João Marcos.
10. 10. 1937 — Miuçalhas bracarenses.
24. 10. 1937 — Teatrizes bracarenses.
9. 10. 1938 — Miuçalhas bracarenses, 1. Uma trégua nas banalidades teatrais. O 1.º centenário do jornalismo bracarense. O 1.º jornal «O Boletim do Exército Libertador». Outros boletins. Uma reportagem há 92 anos sobre a Maria da Fonte. O que contava «A Colisão» e o «Periódico dos Pobres» sobre as diversas tentativas populares contra Braga.
2. 11. 1938 — Idem, 4. De 1877 a 1886. Um rapto em 82. O «Herodes» jornal humorístico. Uma caçada real no liceu em 1805. Uma peça regional bracarense . «Um milagre no Bom Jesus do Monte».
6. 11. 1938 — Idem, 2. O primeiro jornal de informação «Moderado». Uma rápida viagem do artigo de fundo aos anúncios. Um folhetim galante de Silva e Abreu. Os doze anos do «Bracarense». Um curioso roteiro de velho burgo. Alfaiates, dentistas, fotógrafos, boticários, agentes de imigração, mercadores, chapeleiros, hoteleiros, etc., etc.
10. 11. 1938 — Idem, 3. Vinte anos de jornalismo bracarense de 1857 a 1875. A longa vida de «O Comércio do Minho». Como o «Espreitor» refere a exumação de D. Frei Caetano Brandão. Outros jornais. Virações, bafejos, reflexos iriados e o mais que se verá.
13. 11. 1938 — Idem, 5. Um cartão de João Penha remetendo um soneto «Um poeta na ocasião em que produz não está em parte alguma...». D. António Barroso fica reprovado em latimidade. Uma carta curiosa do professor Almeida Azevedo.
3. 8. 1939 — Braga há 60 anos. O asilo D. Pedro V. Duas cartas dos marqueses de Valada e Sabugosa a um grande vulto da política progressista.
4. 12. 1942 — O teatro em Braga. 1.
17. 12. 1942 — Idem. 2. Um drama escolar em Braga em 1797. A canonização de Santo Estanislau Kostka. A citar o mestre de retórica, Xavier da Costa. Uma passagem tragi-cómica da vida do 1.º santo. Cinco bailes alegóricos. Descreve-se o 1.º intitulado «O Contratador de Negrinhos».

18. 12. 1942 — Idem. 3. Mais dois bailes em honra dos santos Luís Gonzaga e Estanislau Kostka. «O Menino Ganimedes». O libreto gongórico. O simbolismo do quarto baile laboriosamente explicado. 18 músicos e cantores, 2 violas, 4 rabecas e várias flautas. A recepção a D. Rodrigo da Cunha, um século antes.
31. 12. 1942 — Idem. 4. Uma academia musical em Outubro de 1838. Os artistas cantores Maria Emilia Amorim e António Turchi. Todos os bilhetes da plateia custavam doze vintens. Uma função ginástica. As habilidades do «Macaco do Brasil». Uma companhia dramática espanhola em 1839. O «Hernani» e a «Torre de Neste».
3. 1. 1943 — Idem. 5. «A companhia de actores de el-rei D. Fernando». Em Janeiro de 1840. Um equívoco de José António Moniz. Alguns nomes do elenco. O reportório melodramático. A colaboração dos oficiais inferiores de Infantaria 14 e da banda. «A Companhia Dramática Portuense» em 6 de Abril de 1842.
9. 1. 1943 — Idem. 6. Ainda «A Companhia Dramática Portuense» em 1842. O seu elenco completo. O seu reportório. Uma outra companhia e de muito mais mérito no mesmo ano. Os melhores nomes masculinos do teatro do norte. Além do Grilo Coxo, o Tomas de Almeida, o José Manuel, o Gil, pai e o Gusmão. Três actrizes, uma dama galã, uma característica e uma central. Uma vista do cenógrafo italiano Teodoro Albinola.
14. 1. 1943 — Idem. 7. Uma nova companhia portuense. Mais desfalcado no elenco e no reportório. O preço dos bilhetes. Um «tiro»: a Educanda das Urselinas em Braga. O «Selo Inglês» pelo actor Bramão. O elenco feminino. Duas ingénuas, uma delas já durazia, uma característica e uma dama galante. Maria Amália da Silva. Uma notável actriz. A sua trágica odisseia. Do «Rua dos Condes» nos princípios do século ao «S. Pedro de Alcântara» do Rio em 1862. De novo miss Wood e as zaragozas.
21. 1. 1943 — Idem. 8. Foi Braga a segunda cidade em que se representou o «Frei Luis de Sousa». Em fins de Fevereiro de 1845. Dois anos antes de Lisboa. Um raríssimo programa. Os interpretes. A leitura no Conservatório Nacional.
29. 1. 1943 — Idem. 9. Sá Noronha em Braga em 1856. Sarampo poético de Pereira Caldas. Um desastre nas obras de S. Geraldo. As «Recordações das Guerras da Península» em 1861 e o aluvião de poesias ditirâmicas.
5. 2. 1943 — Idem. 10. No benefício do tenor espanhol Real. Uma grande balbúrdia. A prisão de Alves Passos. A revolta de Setembro de 62. A morte do chefe de estado maior. Vasconcelos. A Companhia do Pai Rosa e da Gertrudes. O benefício dos Sepúlvedas.
11. 2. 1943 — Idem. 11. Ainda o benefício dos Sepúlvedas. O crítico do «Partido Liberal». Sepúlveda, rival de Talma, segundo Pereira Caldas. Uma companhia portuguesa em 1864. A «Morgadinha de Valflores», em Braga em 1869. Um notável elenco.

20. 2. 1943 — Idem. 12. A companhia do «Trindade» do Porto em 1875. O primeiro baile de máscaras da época no S. Geraldo. Uma récita de curadores. O drama «A Maldição» no Colégio do Espírito Santo. O «D. Frei Caetano Brandão» pela companhia do actor Campos. Os espectadores da Companhia de D. Maria em Maio de 1901.
25. 2. 1943 — Idem. 13. A famosa companhia «Rosas e Brasão». «O Marquês de Villemer» no S. Geraldo em 15 de Novembro de 1901. Um elenco notável. No ano seguinte. «O Castelo Histórico» e o «Tio Magalhães». Uma companhia ambulante em 1903. Num barracão do Campo D. Luis I.
4. 3. 1943 — Idem. 14. Emilia das Neves em junho de 1860. A abertura do «S. Geraldo» com «Joana a Doida». Devaneios alarmantes de um noticiarista.
11. 3. 1943 — Idem. 15. Ainda a abertura do «S. Geraldo». Há 83 anos. fogo de artifício em louvor de Emilia das Neves. Uma correspondência do «Independente». O tiroteio poético.
18. 3. 1943 — Idem. 16. Continua o tiroteio poético. O «Esperançoso Delfim». Uma poesia de Almeida Braga. A favor dos pobres. Um dramalhão: «Madalena». Um descuido de um bracarense anónimo.
25. 3. 1943 — Idem. 17. O «Beija-mão» no Bom-Jesus. Entre o meio dia e as 5 da tarde. O desfeimento fiel de o «Independente». Uma indigestão de versos. O regresso.
1. 4. 1943 — Idem. 18. A última récita. Um beneficio a favor do Asilo de S. José. Novo bombardeamento poético. Uma carta de despedida com todos os lugares comuns do género.
16. 4. 1943 — Idem. 19. Catorze anos depois. Um programa ultra romântico. As «Proesas de Richelieu» em 1842 e 1874. A sua última proclamação a Braga. O ocaso de grande actriz.
22. 4. 1943 — Idem. 20. João Rosa em Braga. Duas «tourneés» da companhia do «D. Amélia». O empresário Figueiroa. O «Castelo Histórico» em 30 de Abril de 1902. A sua despedida do público bracarense.
24. 4. 1943 — Idem. 21. Há 51 anos. A Companhia Taveira. Os drama-lhões ultraromânticos. «Cousa Célebre». No S. Geraldo 30 de Março de 92. As irmãs Aços. Emília Eduarda e José Ricardo. Quatro vivos: Teresa Taveira, Santos Melo, Luz Veloso e Salvador Braga.
5. 5. 1943 — Idem. 22. A «tourneé» Georgina Pinto em Janeiro de 1903. A «Tosca» e o «Frei Luis de Sousa». Ainda o beija mão de Emília das Neves. Um trecho «No Bom Jesus do Monte» de Camilo. O centenário do nascimento de Manuela Rey.
20. 5. 1943 — Idem. 23. Virgínia em Braga. «Peraltas e Sécias» em 30 de Maio de 1899. Um excelente elenco. O último que partiu. Os vivas que restam fora do teatro. Como tudo isto vai longe...
27. 5. 1943 — Idem. 24. Circo em Braga há um século. Feiras e «Academias Vocais e Instrumentais». Os palhaços Whittoyne,

- Secchi e Alfano. Um circo na «Senhora a Branca». Um cosmorama em 1856. Uma página de Camilo nas «Duas Horas de Leitura».
17. 6. 1943 — No Carvalho d'Este em 1772. Miguel António de Barros. Um poeta correio e boémio. Saraivadas de odes, sonetos, elogios. Em louvor dos reis de cómicos, de fastos nacionais. A sua morte de elefantinose em 1827.
8. 7. 1943 — Idem. 26. Francisco de Alpoim e Meneses. Fidalgo de boa estirpe, miguelista e árcadico. Entre 1790 e 1870. Em Londres e em Portugal. A conspiração da rua Formosa. Duas tragédias esquecidas. A águia e os morcegos.
21. 10. 1943 — Páteo da Bagatela. Migalhas bracarenses. A violinista Lebonys e a família Mesnier. Uma função acrobática na Senhora a Branca há 86 anos. O ginasta Pinto Ferreira. Inácia Xavier um «bas bleu» seiscentista. O ultra gongórico Frei Jorge de Santa Rosa Viterbo. A última floração no século xx.
29. 10. 1943 — Idem. Mais migalhas bracarenses. Um «Diário Bracarense» truncado. Algumas notas sobre a morte do arcebispo D. José de Bragança. Andança do cabido. Um bispo coadjutor em bolandas. A previdência dos cónegos. Guardas ao paço e arranjos com um cangalheiro.
3. 11. 1943 — D. Frei Caetano Brandão e a crise das subsistências em Braga. Uma carta inédita ao intendente Pina Manique. O «imprudente e ilegal sistema» de algumas autoridades. A proibição da saída do milho. As Câmaras dos Arcos de Valdevez e Ponte de Lima negam-se a autoriza-la. As diligências do arcebispo junto do general Caldez. Duas causas que influem na penúria. A falta de milho no Porto. A fuga à recruta pela porta aberta do casamento.
26. 11. 1943 — Idem. Idem. Continuam as justificadas queixas do arcebispo. O contrabando do milho e a conivência das autoridades. As providências tomadas por D. Frei Caetano Brandão. Um acordão da Câmara de Guimarães. Vexações dos meirinhos aos párocos. O que sucedeu aos abades de Pinheiro, de S. Vicente de Oleiros e a outros.
3. 12. 1943 — Idem. Idem. Continua a carta do arcebispo. Os «desaforos» das autoridades civis e vexames feitos a religiosos. Algumas suaves ironias. Os velhos e os novos costumes. Praxistas e resoluções reais e dos tribunais. A «marcha sediciosa dos tempos modernos». Os seus 3 efeitos mais notáveis. Há 143 anos como hoje. As boas relações entre o arcebispo e o Intendente.
18. 12. 1943 — Idem. Idem. O frade egrégio bracarense Miguel Justino. Os seus devaneios teatrais. As suas peças manuscritas e plausivelmente perdidas. O que dele dizem Inocêncio e Sena Freitas. Duas farsas impressas em Braga em 1857. A astúcia de um estudante malograda. Uma partida de estudantes mal sucedida.
23. 12. 1943 — Outra farsa do frade egresso. «O barbeiro aspirante a depu-

tado». Um rápido entrecho da peça. A sugestão de Moliere e D. Francisco Manuel de Melo. Uma «charpe» aos títulos. Camilo e o verbo «aviscondalhar». À maneira das velhas peças de cordel...

8. 1. 1944 — Idem. Idem. Um artigo de Alberto Pimentel. Um «escritor português santo». O bracarense Almeida Braga. A alma de um «portugues velho» um invólucro romântico. O seu 1.º drama. «Desgraça e Ventura». O seu pensamento e a sua maneira. Uma critica do «Bracarense». Alguns trechos. Outro bracarense, Torres e Almeida.

FEIO, ALBERTO

11. 7. 1926 — Folhas Caídas — O Cartel.
 18. 7. 1926 — Idem — Freira à Força.
 27. 7. 1926 — Idem — O Poponax.
 1. 8. 1926 — Idem — A blague oficial.
 8. 8. 1926 — Idem — O sinal de Sangue.
 15. 8. 1926 — Idem — Aljubarrota.
 27. 8. 1926 — Uma carta.
 5. 9. 1926 — Folhas Caídas — Freirinhas patrióticas.
 12. 9. 1926 — Idem — A casa dos Templários.
 19. 9. 1926 — Idem — Uma carta fatal.
 26. 9. 1926 — Idem — Ataque dos patriotas.
 3. 10. 1926 — Idem — O desterro do Arcebispo.
 10. 10. 1926 — Idem — A senhora da Lapa.
 17. 10. 1926 — Idem — Um falso bispo.
 24. 10. 1926 — Idem — Uma grande seca.
 31. 10. 1926 — Idem — Numância a cidade heróica.
 7. 11. 1926 — Idem — Costumes extintos.
 14. 11. 1926 — Idem — Um escândalo.
 21. 11. 1926 — Idem — Tropelias dos senhores cónegos.
 28. 11. 1926 — Idem — Um gesto.
 5. 12. 1926 — Idem — S. Geraldo.
 12. 12. 1926 — Idem — Um casamento.
 19. 12. 1926 — Idem — Um acontecimento.
 9. 1. 1927 — Idem — Uma indústria que renasce.
 23. 1. 1927 — Idem — Uma abadessa varonil.
 30. 1. 1927 — Idem — O cabido e os jesuitas.
 6. 2. 1927 — Idem — Um mosteiro da rainha D.^a Leonor.
 13. 2. 1927 — Idem — Bodas régias.
 20. 2. 1927 — Idem — A entrega de Diu.
 27. 2. 1927 — Idem — Carnaval das Freiras.
 6. 3. 1927 — Idem — O rabecão de 6 cordas.
 20. 3. 1927 — Idem — Bolechevismo secular.
 27. 3. 1927 — Idem — O «Brasil» da cidade.
 3. 4. 1927 — Idem — Artistas bracarense.

10. 4. 1927 — Idem — Velha contribuição.
17. 4. 1927 — Idem — Um sermão da soledade.
24. 4. 1927 — Idem — O açougue velho.
1. 5. 1927 — Idem — Estudo público.
4. 9. 1927 — Idem — Histórias das murças.
11. 9. 1927 — Idem — Solideo para males da cabeça.
18. 9. 1927 — Idem — Um avelomarense.
17. 5. 1928 — 1828. Histórias de há um século. A revolução de Maio em Braga.
12. 6. 1928 — Viseu. Um congresso e uma cidade.
14. 8. 1928 — Um braguês.
1. 1. 1930 — Os prelos em 1930.
8. 4. 1933 — Raridades bibliográficas.
3. 6. 1934 — A arte e a natureza no Bom Jesus.
3. 4. 1935 — Braga, nobre cidade.
14. 12. 1942 — Das origens de Portugal.
11. 5. 1943 — A questão da Sé e uma nova carta.
13. 5. 1943 — À volta da Sé. Ganhou as fivelas? Aí há gato.
15. 5. 1943 — Ruas e becos sem saída. Onde está o gato.
8. 9. 1944 — Braga Antiga — A rua de Janes.
9. 9. 1944 — Idem — O rossio de Janes.
26. 9. 1944 — Idem — Genus, Genoas, Janoas, Janes, a rua é sempre a mesma.
27. 9. 1944 — Idem — Ainda a rua de Janes.
30. 9. 1944 — Idem — O terreiro de Janes e as suas ligações.
1. 10. 1944 — Idem — Janes e só Janes deve ser o nome da rua.
25. 9. 1949 — Vida e morte de um herói. De Braga, sua terra, ao combate de Umpungo, em 25 de Setembro de 1904.
27. 9. 1949 — 27 de Setembro de 1810. Infantaria 8 na batalha do Bussaco
12. 11. 1949 — A base do sistema.
21. 1. 1950 — S. Torcato de Guimarães. Restos de uma igreja moçárabe.
22. 2. 1952 — Deve ser conservado em Braga o retrato que Columbano fez ao Dr. Manuel Monteiro assim como se deve saber de uma das suas últimas obras inexplicavelmente ainda por publicar. (Entrevista).

FLORES, ANTÓNIO QUADROS

23. 3. 1954 — (Braga). Há 50 anos.
1. 4. 1954 — Idem. 2.
10. 4. 1954 — Idem. 3.
25. 9. 1954 — Irmãos Roby.
9. 2. 1957 — A farmácia Paiva.
5. 3. 1957 — Idem. 2.
21. 3. 1957 — Idem. 3.
2. 4. 1957 — Idem. 4.

GOMES, José

- 15. 5. 1928 — O Arquivo da Tapada.
- 16. 5. 1928 — Idem. 2.
- 24. 5. 1928 — Idem. 3.
- 7. 7. 1928 — Idem. 4.

GUIMARÃES, ALFREDO

- 5. 10. 1929 — Da arte e da vida — Monografias de arte.
- 3. 1. 1930 — Idem — Os paços de D. Gaspar.
- 3. 4. 1939 — Museu Alberto Sampaio.

LEAL, A. FREITAS

- 30. 10. 1964 — A Igreja dos Congregados (a propósito de um artigo).

LIMA, I. DA COSTA

- 9. 5. 1931 — Igreja matriz de Caminha. Trabalha-se para a sua restauração.

LIMA, JOÃO DE AZEVEDO

- 4. 3. 1950 — Dois campeadores. (Alfredo Pimenta e Rodrigo Diaz).

LIMA, JOAQUIM MARTINS

- 4. 1. 1948 — A paroquial de S. Torcato. Munumento nacional.

LINO, SÁ

- 13. 11. 1927 — António Feijó. Estudante em Braga.

LOPES, A. DA COSTA

- 20. 9. 1972 — As «Anotationes» inéditas de Fr. Bartolomeu dos Mártires.

M., A.

- 19. 12. 1933 — Na lembrança de um idoso. Assédio a Melgaço no reinado de D. João I.

7. 5. 1937 — Folclore regional. Como nasceu, porque se mantém e porque triunfa o Grupo Folclórico Dr. Gonçalo Sampaio. Coisas que a cidade ignora mas que a partir de hoje ficará sabendo.

M., S.

4. 12. 1959 — Guimarães de relance. As festas nicolinas, 1.
19. 12. 1959 — Idem. Idem, 2.

MACHADO, J. CERQUEIRA

9. 4. 1954 — Para a história dos vinhos do Minho.

MACHADO, JOSÉ

18. 4. 1928 — A casa de Sá de Miranda.
17. 5. 1928 — O Arquivo da Tapada.
25. 5. 1928 — Idem. 2.
26. 5. 1928 — Idem. 3.
27. 5. 1928 — Idem. 4.
30. 5. 1928 — Idem. 5.
8. 7. 1928 — Idem. 6.
11. 7. 1928 — Idem. 7.

MACHADO, JOSÉ FARIA

18. 11. 1927 — Figuras de antanho.
3. 6. 1934 — O Bom Jesus e Camilo.

MAGALHÃES, ALBERTO DE

8. 10. 1933 — Honório de Lima. Um nome que merece culto.

MARQUES, CORREIA

29. 9. 1938 — A ordem beneditina em Portugal.

MARTINS, ROCHA

15. 10. 1950 — A diocese de Dume e a sua história.

MENEZES, ALBERTO

3. 6. 1933 — Figuras de Braga. João Penha.
17. 6. 1933 — Martins Sarmento.
1. 7. 1933 — Figuras de Braga. Manuel Joaquim Gomes.
2. 7. 1933 — Antigualhas. (Sobre um folheto: Foral dado ao Porto por D. Hugo e doações que lhe fez a senhora D.^a Teresa e seu filho...).
3. 7. 1933 — Idem.
18. 4. 1936 — Braga Antiga. A Arcada em 1863.
12. 6. 1936 — A exposição agrícola de Braga de 1863.
1. 8. 1936 — Crónica Vimaranesa. Guimarães e os seus principais monumentos. A recordação do passado presente. A Arte, a História, a Ciência.
16. 1. 1937 — Antigualhas. A propósito da Fonte do Cavalinho.
14. 2. 1937 — Coisas do passado — D. Diogo de Sousa.
18. 2. 1937 — Idem — S. Sebastião das Carvalheiras.
21. 2. 1937 — Idem — S. Sebastião das Carvalheiras. O Dr. João Afonso de Beja.
26. 2. 1937 — Idem — O Dr. Afonso de Beja. A mesa de Pedra.
21. 5. 1937 — Idem — Um presente de D. Diogo de Sousa a D. João III.
23. 5. 1937 — Idem — Idem, 2.
12. 6. 1937 — Idem — Baixela de príncipe e reis. Obras de D. Diogo.
18. 6. 1937 — Idem — Baixela de príncipe e de reis. Liberdade de D. Diogo.
31. 7. 1937 — Amares — O convento de Refojos. (*Engano: Rendufe*).
4. 8. 1937 — Idem — 2. A tapada de Sá de Miranda. «Castro» e D.^a Briolanja.
6. 8. 1937 — Idem — 3. As oliveiras. Solar de Vasconcelos. Terra de Vilar. Torre do Outeiro e Gualdim Pais. Convento do Bouro.
12. 8. 1937 — Idem — 4. Origens do Convento do Bouro e da Abadia. O terreiro da Abadia.
18. 8. 1937 — Idem — 5. Convento do Bouro. A capela da Senhora do Rosário, a Ribeirinha e D. Sancho. Fartura de Lionores. O rapto da Ribeirinha.
21. 1. 1938 — Algumas notas sobre o desaparecido Convento dos Remédios.
27. 1. 1938 — Idem. 2.
2. 2. 1938 — Idem. 3.
5. 2. 1938 — Idem. 4.
11. 2. 1938 — Idem. 5.
12. 2. 1938 — Idem. 6.
16. 2. 1938 — Idem. 7.
24. 2. 1938 — Idem. 8.
27. 2. 1938 — Idem. 9.
4. 3. 1938 — Idem. 10.
9. 3. 1938 — Idem. 11.
16. 3. 1938 — A propósito de uns túmulos medievais aparecidos em Bouro Santa Maria.

26. 4. 1938 — Uma obsequiosa visita ao Museu da Sé.
 1. 5. 1938 — Idem. 2.
 8. 5. 1938 — Curiosidades da antiguidade de Braga, 1.
 13. 5. 1938 — Idem, 2.
 19. 5. 1938 — Idem, 3.
 24. 5. 1938 — Idem, 4.
 15. 6. 1938 — As obras arqueológicas de Braga. As dos Antigos Paços.
 1. 7. 1938 — Reflexões sobre a Citânia, 1.
 2. 7. 1938 — Idem, 2.
 3. 7. 1938 — Idem, 3.
 5. 7. 1938 — Idem, 4.
 6. 7. 1938 — Idem, 5.
 7. 7. 1938 — Idem, 6.
 8. 7. 1938 — Idem, 7.
 10. 8. 1938 — Ainda as obras arqueológicas de Braga. (Sobre a necessidade de restauro de alguns monumentos bracarenses).
 18. 8. 1938 — Curiosidades — A Coca, Monção.
 8. 10. 1938 — Idem — 2. Quem foi a Maria da Fonte.
 12. 10. 1938 — Idem — 3. Castelo de Lanhoso. Nossa Sr.^a de Porto de Ave.
 15. 10. 1938 — Idem — 4. Matriz de Caminha.
 20. 10. 1938 — Idem — 5. Riba de Mouro, Melgaço.
 21. 10. 1938 — Idem — 6. O Poveiro.
 26. 10. 1938 — Idem — 7. Invocações a santos.
 27. 10. 1938 — Idem — 8. A lenda do Sapo, Carreço, Viana do Castelo.
 3. 11. 1938 — Idem — 9. O barbadão do solar dos Pinheiros, Barcelos.
 4. 11. 1938 — Idem — 10. Igrejas e Conventos do concelho de Barcelos.
 15. 11. 1938 — Idem — 11. Mortórios.
 16. 11. 1938 — Idem — 12. Ponte de Lima: Caçada ao lobo (Vitorino de Piães), Batismo da meia-noite, corrida da «Vaca de Cordas».
 26. 11. 1938 — Idem — 13. Prado e sua louça; uma lenda de Cabaninhas de Quebrada, Valdreu, Vila Verde; paços e torres minhotas.
 4. 12. 1938 — Idem — 14. As águas milagrosas de Cavez, Cabeceiras de Basto e a festa de S. Bartolomeu.
 24. 1. 1939 — Coisas ao modo antigo — Usos no tempo de D. Rodrigo de Moura Teles.
 3. 2. 1939 — Idem — 2. O agradecimento de D. Rodrigo de Moura Teles por ter sido eleito juiz da Confraria do Senhor da Sé.
 11. 2. 1939 — Idem — 3. A procissão que se seguiu ao agradecimento.
 15. 2. 1939 — Idem — 4. Idem.
 23. 2. 1939 — Idem — 5. Idem.
 3. 3. 1939 — Idem — 6. As festas do Corpo de Deus.
 4. 4. 1939 — Idem — 7. Idem.
 4. 2. 1939 — Braga nas comemorações centenárias. Arcebispos do tempo da Fundação.
 7. 2. 1939 — Idem. 2.
 8. 2. 1939 — Idem. 3.

5. 3. 1939 — Recortes do meu diário — 1. Recordações de Braga.
11. 3. 1939 — Idem. 2.
15. 3. 1939 — Idem. 3.
22. 3. 1939 — Idem. 4.
28. 3. 1939 — Idem. 5.
14. 5. 1939 — O castelo do Castro em Amares — 1 Grandezas das suas festas
17. 5. 1939 — Idem — 2. Uma espantosa tragédia.
19. 5. 1939 — Idem — 3. Lendas e factos.
31. 5. 1939 — Uma joia architectónica desentapada e desentulhada que enriquece a Sé de Braga. (Capela da Senhora do Livramento).
2. 6. 1939 — Apostilas à restauração da Sé.
16. 6. 1939 — Uma embaixada a Roma no início do século xvi.
20. 6. 1939 — Idem. 2.
23. 6. 1939 — Idem. 3.
26. 6. 1939 — A corrida do porco preto na festa de S. João.
20. 6. 1940 — Qualquer coisa a respeito da nossa Sé.
16. 7. 1940 — Uma visita ao (Museu) Etnográfico (de Braga).
30. 7. 1940 — Procissões antigas, 1.
3. 8. 1940 — Idem, 2.
15. 8. 1940 — Idem, 3.
17. 8. 1940 — Idem, 4.
1. 8. 1940 — Qualquer coisa mais quanto à Sé.
10. 8. 1940 — Ainda qualquer coisa mais quanto à Sé.
24. 8. 1940 — Surpresas da Sé de Braga.
5. 9. 1940 — Algumas lembranças das terras de Amares, 1.
11. 9. 1940 — Idem, 2.
14. 9. 1940 — Idem, 3.
18. 9. 1940 — Idem, 4.
26. 9. 1940 — Idem, 5.
27. 9. 1940 — Idem, 6.
21. 9. 1940 — Palavras dirigidas ao senhor C. correspondente de Vilela (Amares), para o Correio do Minho. (A propósito de uma salva de ouro utilizada para pousar o copo do rei D. Manuel quando a caminho do Gerês).
5. 10. 1940 — Surpresas da Sé de Braga.
12. 12. 1940 — Pensamentos a propósito de uma mudança.
4. 2. 1941 — No surgir de novas dotações.
7. 2. 1941 — Apostilas a uma carta. (De Magalhães Costa no Diário do Minho sobre a Sé).
14. 2. 1941 — A propósito da primeira sessão do Conselho Municipal e do plano de alinhamento do rossio da Sé.
20. 2. 1941 — Da mesma intenção (Continuação do artigo anterior).
28. 2. 1941 — Atrás de um problema — (Idem).
1. 3. 1941 — Idem. 2.
2. 3. 1941 — Idem. 3.
14. 3. 1941 — Uma visita ao Sameiro.
26. 3. 1941 — O património artistico e arqueológico de Braga.
13. 5. 1941 — D. Frei Caetano Brandão. Arcebispo de Braga, 1.

- 15. 5. 1941 — Idem, 2.
- 17. 5. 1941 — Idem, 3.
- 21. 5. 1941 — Idem, 4.
- 24. 5. 1941 — Idem, 5.
- 1. 6. 1941 — Obras em restauração paradas (Sé).
- 10. 6. 1941 — Um velho almanaque (Almanaque Familiar para Portugal e Brasil. Contem ilustrações de Braga).
- 21. 6. 1941 — Uma cerimónia no Hospital de S. Marcos.
- 27. 6. 1941 — Coisas... e um bocado de Biografia. (Jerónimo Maia, do Sameiro).
- 4. 7. 1941 — Começaram as obras na Sé.
- 10. 7. 1941 — A propósito do centenário da Biblioteca.
- 12. 7. 1941 — Paços de D. Paio Mendes. Mais qualquer coisa ainda.
- 19. 7. 1941 — Lembranças sem importância nenhuma — 1 Arcada.
- 24. 7. 1941 — Idem — 2. Café Viana.
- 26. 7. 1941 — Idem — 3. Idem.
- 12. 8. 1941 — As obras de restauração da Sé e o problema da sua iluminação.
- 28. 8. 1941 — Amares na toponímia.
- 10. 9. 1941 — Idem. 2.
- 16. 9. 1941 — Arquitectura e letras — 1. Bom Jesus.
- 25. 9. 1941 — Idem — 2. Divagações várias.
- 19. 9. 1941 — Retalhos de Velhices (O cruzeiro da Ribeira; liteiras e carroções).

MIRANDA, MANUEL DE

- 20. 10. 1964 — A igreja dos Congregados. Sobre o restauro.
- 21. 10. 1964 — Idem. Idem.

MONTEIRO, MANUEL

- 20. 8. 1927 — O comunalismo gerasiano.
- 8. 12. 1928 — S. Geraldo. Aniversário do padroeiro.
- 3. 3. 1932 — Capela de D. Gonçalo Pereira. Quem lhe acode.
- 6. 8. 1949 — A bizantinice de S. Frutuoso, 1.
- 14. 8. 1949 — Idem, 2.
- 20. 8. 1949 — Idem, 3.
- 19. 8. 1949 — Uma carta ao «Correio do Minho» (de Jerónimo Louro) a propósito de S. Frutuoso e a resposta do Dr. Manuel Monteiro.
- 16. 10. 1949 — Uma carta do Sr. Dr. Manuel Monteiro sobre o problema de S. Frutuoso de Montélios.
- 29. 10. 1949 — Uma carta do Sr. Dr. Manuel Monteiro. (S. Frutuoso).
- 5. 11. 1949 — S. Frutuoso de Montélios. Duas cartas dos nossos distintos colaboradores, sobre o problema discutido nesta secção cultural. (Manuel Monteiro e Moura Coutinho).
- 4. 12. 1949 — Carta a Moura Coutinho. (Sobre S. Frutuoso).

NEVES, LEANDRO QUINTAS

- 2 . 6. 1960 — Como caçavam os nossos avós. (No dia da abertura geral). 1.
3 . 6. 1960 — Idem. 2.

OLIVEIRA, A. LOPES DE

22. 11. 1949 — Uma república dentro de outra república. Como o jornalista viu Vilarinho das Furnas.

OLIVEIRA, ANTÓNIO JOSÉ DE

31. 5. 1934 — A «Vaca das Cordas» em Ponte de Lima.
27. 3. 1935 — A última «Serração da Velha» em Ponte de Lima.
24. 6. 1935 — O S. João de Braga.
10. 8. 1935 — Reinaldo Varela é de Braga (Músico).
24. 12. 1935 — Miguel Roque Reis Lemos.
28. 2. 1936 — Vizela de Outrem — Vizela de hoje.
11. 4. 1936 — Um almoço de D. João VI e um jantar de três pontelimenses.
19. 12. 1936 — Miguel Roque Reis Lemos.
6. 1. 1937 — António de Araújo e Azevedo (Conde da Barca).
21. 1. 1937 — Em dia de S. Sebastião.
3. 2. 1937 — Terra da Nóbrega.
6. 2. 1937 — Os irmãos Pimenta. (Correcção ao artigo anterior).
19. 3. 1937 — Beato Francisco Pacheco.
30. 3. 1937 — A páscoa de sempre. (Em Vizela).
23. 11. 1937 — O primeiro Marquês de Ponte de Lima.
18. 12. 1937 — O segundo Marquês de Ponte de Lima.
17. 1. 1939 — Um músico vimaranense. (Jerónimo Xavier Varela).
17. 2. 1939 — O paço da Giela.
18. 8. 1939 — Na batalha de Aljubarrota. Um minhoto da Ala dos Namorados. (D. Vasco Martins de Melo, natural da Correlhã, Ponte de Lima).

PAIVA, PORFÍRIO MANUEL DE

11. 8. 1942 — Costumes da minha terra — 1. A carreta do mato.
18. 8. 1942 — Idem — 2. Em uma roçada.
23. 8. 1942 — Idem — 3. As lavouras.
1. 9. 1942 — Idem — 4. As desfolhadas.
9. 9. 1942 — Idem — 5. A cozedura do pão.
23. 9. 1942 — Idem — 6. O vinho.
1. 10. 1942 — Idem — 7. O linho.
9. 10. 1942 — Idem — 8. O azeite.

PIMENTA, ALFREDO

8. 8. 1942 — Ainda Francisco Sanches.
19. 8. 1942 — Outra vez Francisco Sanches.
28. 8. 1942 — Sobre Francisco Sanches.
24. 2. 1942 — O Paço dos Duques de Bragança. (Crítica ao livro com o mesmo nome de Rogério de Azevedo.)
8. 10. 1942 — À volta do Paço dos Duques de Bragança.
17. 5. 1945 — A naturalidade de Francisco Sanches.
24. 5. 1945 — A naturalidade de Francisco Sanches (Rectificações a gralhas do artigo de 24. 5. 1945).
23. 1. 1946 — O caso de Francisco Sanches.
11. 9. 1949 — Páginas minhotas.
2. 10. 1949 — Idem. 2.
3. 12. 1949 — Página cultural em homenagem a Alfredo Pimenta:
— Caetano Brandão — O historiador.
— João Ameal — A. P. doutrinador político.
— Carlos Cunha — O lutador anti-comunista.
— Eduardo Frias — A propósito de uma homenagem.
— António José Brito — Na defesa da portugalidade.
— Fernando Campos — A. P. pensador. Carta a Manuel da Costa Figueiredo.
3. 12. 1949 — Página Cultural (Correio das Artes e Letras) dedicado a A. P.
— Visconde de Porto Cruz — O Dr. A. P.
— Taborda de Vasconcelos — Um poeta desconhecido.
— José Azevedo Lima — Mestre A. P.
— Fernando de Aguiar — O espírito e o homem.
— João Gomes Ribeiro — Tombou um gigante. As últimas homenagens a A. P.
— Alfredo Pimenta e os que com ele trabalharam no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

PINA, AMBRÓSIO

9. 3. 1958 — A última carmelita de Braga.
6. 5. 1965 — Notas de arqueologia. 1. Paleolítico e neolítico em Braga.

PINTO, SÉRGIO DA SILVA

15. 8. 1942 — Uma vez mais Francisco Sanches.
3. 12. 1942 — Filósofos de Braga. (Francisco Sanches).
16. 5. 1942 — Ainda a naturalidade de Francisco Sanches. Crítica a um artigo da Revista Portuguesa de Filosofia.
18. 9. 1945 — A naturalidade de Francisco Sanches. Crítica de uma resposta.
19. 9. 1945 — Idem. 2.
5. 5. 1951 — No quarto centenário de Francisco Sanches. A 1.^a educação do filósofo bracarense.

21. 12. 1952 — Arcebispos de Braga. Cardeais da Santa Igreja Romana.
 15. 11. 1961 — Os procuradores bracarenses às cortes de 1828. Um documento que honra a cidade dos Arcebispos.
 4. 4. 1968 — A personalidade do coronel Baptista Barreiros.

PINTOR, M. A. BERNARDO

23. 8. 1962 — Cartas do Alto Minho — A Peneda.
 30. 8. 1962 — Idem. 2.
 31. 8. 1962 — Idem. 3.
 2. 9. 1962 — Idem. 4.
 4. 9. 1962 — Idem. 5.
 6. 9. 1962 — Idem. 6.
 8. 9. 1962 — Idem. 7.
 17. 5. 1963 — Ditos Regionais.
 31. 5. 1963 — Medida de Craastro.
 11. 2. 1964 — Castro Laboreiro, 1.
 13. 2. 1964 — Idem, 2.
 14. 2. 1964 — Idem, 3.
 16. 2. 1964 — Idem, 4.
 2. 3. 1965 — Idem, 5.
 6. 3. 1965 — Idem, 6.
 24. 3. 1965 — Idem, 7.
 12. 9. 1967 — Um homem da minha terra — Das guerras da Restauração.
 14. 9. 1967 — Idem — Idem, 2.
 16. 9. 1967 — Idem — Idem, 3.
 21. 10. 1967 — Uma valentona em Melgaço — Inês negra, do séc. XIV.
 22. 10. 1967 — Idem — Idem. 2.
 15. 9. 1967 — Vacanças e rutas.
 18. 9. 1967 — Cabreiro do Val do Vez.
 22. 9. 1967 — Parada do Monte.
 29. 11. 1969 — Moinhos de Maquia.
 10. 10. 1969 — Medidas tradicionais.
 1. 9. 1971 — Senhora da Peneda, 4.
 2. 9. 1971 — Idem, 5.
 23. 6. 1973 — Uma entrevista . Motivo relações anglo-portuguesas. 1 Preâmbulo.

QUEIROZ, MÁRIO AUGUSTO VIANA DE

18. 10. 1972 — Achegas para a História do termalismo em Portugal. As termas do Eirogo. (Breves apontamentos).
 19. 10. 1972 — Idem. 2
 25. 10. 1972 — Idem. 3.

26. 10. 1972 — Idem. 4.
 1. 11. 1972 — Idem. 5.
 23. 11. 1972 — Idem. 6.
 25. 11. 1972 — Idem. 7.

RAMALHETE, JOSÉ

24. 6. 1964 — A carreada mais longa. (O levar e trazer das trouxas para (da) praia pelos caseiros).
 24. 12. 1964 — Gabardina que vai morrer... (A croça).
 16. 6. 1967 — Português minhense.
 9. 7. 1970 — O velho Aliste.
 13. 12. 1970 — Uma rua coronária e outra prioritária. (Sobre as ruas Francisco Sanches e D. Afonso Henriques).
 8. 5. 1971 — Urbanística bracarense — 1. O quarteirão n.º 1 (Zona central da cidade).
 15. 5. 1971 — Idem — 2. A rua sancheana.
 19. 5. 1971 — Idem — 3. O gargalo da cidade.
 3. 6. 1971 — Idem — 4. A urbanização dos quintais e os prédios tapadores.
 8. 7. 1971 — Idem — 5. A nova praça de S. Francisco.
 16. 7. 1971 — Idem — 6. A invasão carral.
 20. 7. 1971 — Idem — 7. Encerramento e notas avulsas.
 17. 12. 1971 — Uma perspectiva de progresso bracarense.
 28. 4. 1972 — Espectros, carantonhas e companhia limitada. (Sobre as esculturas públicas de Braga).
 8. 7. 1972 — Uma escada e um outão. Dois terreiros e duas torres.

ROSÁRIO, ANTÓNIO DO

9. 2. 1962 — O Rito Bracarense, precioso valor cultural português.
 18. 4. 1962 — O Rito Bracarense e o seu valor cultural.
 19. 4. 1962 — Idem. 2.

SALGADO, BENJAMIM

8. 12. 1953 — A imagem da Conceição nos cânticos populares do Minho.
 19. 3. 1963 — D. Diogo de Sousa, grande benemérito de Braga.
 30. 3. 1963 — As glórias de Braga e o «Liber Fidei».

SAMPAIO, JOSÉ DE MANCELOS

25. 10. 1932 — Nova citânia. (Castelo de Faria).
 14. 5. 1942 — Por Barcelos.
 3. 5. 1947 — O milagre das Cruzes. (Barcelos).

SANTYLENA, RUY DE

27. 8. 1926 — Pela região minhota. Notas históricas. Esposende.
11. 9. 1926 — Idem. Idem. Idem.
25. 9. 1926 — Idem. Idem. Caminha.
19. 10. 1926 — Idem. Idem. Idem.
23. 10. 1926 — Idem. Idem. Idem.
2. 1. 1927 — Idem. Idem. Idem.
14. 1. 1927 — Idem. Idem. Idem.
29. 1. 1927 — Idem. Idem. Idem. As 3 Argas.
15. 2. 1927 — Idem. Idem. As Muralhas de Caminha.
13. 3. 1927 — Idem. Idem. Nossa Senhora da Insua.
6. 2. 1930 — Terras minhotas. Caminha, 1.

SANTOS, LUCIANO DOS

12. 5. 1954 — Iconografia da Imaculada Conceição na diocese de Braga.

SANTOS, VIEIRA DOS

4. 11. 1954 — Subsídios para a história da medicina bracarense. Duas notáveis figuras do passado. (Manuel Teles de Sousa Menezes e Manuel Joaquim Alves Passos).
5. 11. 1954 — Idem. Idem. Idem.
6. 11. 1954 — Idem. Idem. Idem.
7. 11. 1954 — Idem. Idem. Idem.
9. 11. 1954 — Idem. Idem. Idem.

SEQUEIRA, FRANCISCO PEREIRA DE

20. 10. 1945 — O dia de João Roby.

SERRA, ERNESTO AUGUSTO DE ARAÚJO SEQUEIRA E

22. 8. 1926 — Revoluções em Braga. A Bernarda de 1826.
24. 8. 1926 — Idem. 2.
25. 8. 1926 — Idem. 3.
27. 8. 1926 — Idem. 4.
28. 8. 1926 — Idem. 5.
3. 9. 1926 — Idem. 6.

SILVA, S. J. ANTÓNIO

4. 12. 1952 — Braga e S. Francisco Xavier.

SILVA, MANUEL

5. 7. 1939 — Um problema histórico artístico. O frontispício da igreja nova e claustro pequeno do Hospital de S. Marcos. Quem fez a sua planta?

SOEIRO, BARROS

12. 9. 1970 — Sérgio Pinto — 1. O homem e o historiador.

19. 9. 1970 — Idem — 2. Idem.

2. 10. 1970 — Idem — 3. Idem.

17. 10. 1970 — Idem — 4. Idem.

6. 11. 1970 — Idem — 5. Idem.

SOUSA, CANDIDO F.

26. 4. 1952 — O Cidadão Philantropo o primeiro jornal bracarense.

14. 6. 1952 — A inauguração por Emília das Neves do desaparecido Teatro S. Geraldo.

21. 6. 1952 — Idem. 2.

5. 7. 1952 — Idem. 3.

13. 7. 1952 — Idem. 4.

6. 8. 1952 — Idem. 5.

26. 7. 1952 — O opúsculo de Marques Gomes sobre a Casa da Madalena.

29. 7. 1952 — Idem. 2.

2. 8. 1952 — Idem. 3.

5. 8. 1952 — Idem. 4.

25. 9. 1953 — Dias Freitas. Poeta, Jornalista, Professor.

27. 9. 1953 — A Frigideira. Semanário Humorístico. (Subsídios para a história do jornalismo em Braga).

13. 6. 1954 — Breve história do Sameiro.

9. 7. 1954 — Herodes. Semanário humorístico. (Subsídios para a história do jornalismo em Braga).

18. 7. 1954 — Idem. 2.

8. 8. 1954 — Idem. 3.

2. 9. 1954 — Epistolário do século XIX. Duas curiosidades bibliográficas bracarenses.

15. 8. 1954 — O Interessante. Jornal de Segredos. (Subsídios para a história do jornalismo bracarense).

5. 9. 1954 — Idem. 2.
 12. 9. 1954 — Idem. 3.
 16. 9. 1954 — Jornais e jornalistas bracarenses.
 17. 9. 1954 — Idem. 2.
 18. 9. 1954 — Idem. 3.
 19. 9. 1954 — Idem. 4.
 23. 9. 1954 — Epistolário do século XIX. 2.
 26. 9. 1954 — Revista Encyclopédica. Revista mensal, ilustrada, propugnadora de conhecimentos úteis. (Subsídios para a história do jornalismo bracarense).
 28. 9. 1954 — Idem. 2.
 29. 9. 1954 — Idem. 3.
 30. 9. 1954 — Epistolário.
 3. 10. 1954 — «Revista Encyclopédica». Publicação mensal vimaro bracarense. (Cartas de Alberto Vieira Braga e A. Quadros Flores para C. S.).
 5. 10. 1954 — Ainda a Revista Encyclopédica.
 7. 10. 1954 — Epistolário do século XIX. 4 Inculca-se uma noiva.
 12. 10. 1954 — Ainda a Revista Encyclopédica.
 13. 10. 1954 — Idem.
 15. 10. 1954 — Alfredo Pimenta.
 17. 10. 1954 — Bilhetes postais ilustrados. (A S. A. a propósito de «Folhetos Importantes»). 1. Sermões, orações fúnebres e discursos do P. Joaquim Alves Mateus.
 3. 12. 1954 — «Números Únicos», bracarenses sobre o 1.º de Dezembro. (Subsídios para a história do jornalismo em Braga).
 5. 12. 1954 — Idem. 2.
 30. 12. 1954 — Braga vista pelos estrangeiros. (Les Jeunes Voyageurs en Europe... 13.ª ed. Paris 1836; trad. de inglês).
 7. 1. 1955 — Idem. 2.
 13. 1. 1955 — Idem. 3.
 20. 1. 1955 — Idem. 4.
 27. 1. 1955 — Idem. 5.
 9. 1. 1955 — A destruição da estátua de Nossa Senhora do Sameiro.
 16. 1. 1955 — Idem. 2.
 23. 1. 1955 — Idem. 3.
 3. 2. 1955 — Uma raridade bracarense do século XVIII (Thezouro das cerimónias que contem das missas rezadas...).
 24. 2. 1955 — Idem. 2.
 17. 3. 1955 — Idem. 3.
 14. 4. 1955 — Idem. 4.
 19. 5. 1955 — A servidão de Barcelos a Guimarães. Caso insolúvel.
 20. 5. 1955 — Idem. 2.
 26. 5. 1955 — Idem. 3.
 2. 6. 1955 — Idem. 4.

SOUSA, MARIA CLEMENTINA PIRES DE LIMA TAVARES DE

4. 7. 1946 — Minho festivo. O S. João de Landim.

SOUSA, TUDE DE

9. 9. 1928 — Águas do distrito de Braga. Caldas do Gerês. (Transcrição de um manuscrito de 1819).
15. 9. 1928 — Idem. 2.
29. 9. 1928 — Idem. 3.
27. 10. 1928 — Idem. 4.
8. 9. 1929 — O Gerês. Notas da sua evolução histórica.
8. 2. 1930 — O corço do Gerês. Medidas para a sua protecção e propagação.
11. 11. 1930 — A cabra brava do Gerês.

TINOCO, SÁ

1. 3. 1953 — Bernardo Valentim Moreira de Sá. Centenário do seu nascimento. (Músico, nascido em Guimarães).

VALÉRIO, João

24. 6. 1948 — Recordar é viver. O S. João de outros tempos.
1. 7. 1948 — Conversando... A propósito de estátuas 1. (Sobre as estátuas de Braga).
2. 7. 1948 — Idem. 2.
26. 9. 1948 — Idem. Um grande bracarense. (Manuel Joaquim Gomes).
14. 4. 1963 — A páscoa minhota. Evocação.

VELOSO, FRANCISCO JOSÉ

5. 9. 1942 — S. Martinho de Dume. O apóstolo dos Suevos.

VIEIRA, P.

9. 9. 1954 — Jornais e jornalistas bracarenses.

VILLAS-BOAS, J. S. PAES

15. 4. 1938 — Bonecos de barro. Indústria regional.
14. 5. 1942 — O traje regional de Barcelos. Memória.
14. 5. 1942 — A indústria barcelense das olarias. Retalhos de um estudo.

VILELA, CARLOS

14. 9. 1948 — Na Citânia de Briteiros.

XAVIER, ANTÓNIO

1. 7. 1928 — Um bracarense ilustre (José Teixeira).

BRAGA — 1977-80

A Cidade de Barcelos e os Planos de Urbanização

IVO DA ROCHA BOAVENTURA

I — A Problemática da Urbanização

Se aceitarmos que, em primeira aproximação, é arquitectónico o espaço interior limitado normalmente por superfícies planas, diremos que é espaço urbanístico a intersecção dos espaços complementares referido a um domínio físico onde é possível identificar interacções humanas qualitativa e quantitativamente significativas. Intimamente dependentes, são resultado da intervenção do homem na natureza. O primeiro organizado de molde a satisfazer as suas necessidades mais elementares, desde o concretizar do simples abrigo, do local de trabalho até ao refúgio para as suas mais íntimas reflexões; o segundo virado para a gestão e provimento das infra-estruturas e do espaço colectivo funcionalmente decomposto nas ruas, passeios, praças, cenários urbanos, jardins, equipamentos, etc.

Se a construção de um edifício é, antes de mais, a resposta concreta a uma necessidade humana, a sua implantação e procura de afinidades volumétricas e plásticas, características do tecido onde se vai inserir, ou, então, o modo como decide intervir no aparecimento e marcação de uma nova qualidade de espaço são facetas do projecto de vida colectiva, consubstanciado na existência dos aglomerados urbanos, diversamente encarado ao longo do tempo. E se dizemos que, arquitectonicamente, o espaço tem qualidade sempre que traduziu de modo coerente e cabal as mais íntimas aspirações dos seus utilizadores, nomeadamente através de articulação volumétrica, da funcionalidade, da textura dos materiais, do tratamento plástico das superfícies, diremos que a qualidade do espaço urbano se relaciona com o modo como são resolvidos o problema da deslocação na cidade, da preservação da paisagem, da intrusão visual do automóvel, da penetração do campo na cidade, do afastamento sadio do sector industrial, do aparecimento de ritmos urbanos, da manutenção e exploração de enfiamentos e pontos de vista, da variação de volume do espaço que, ora se estreitece formando ruas, ora se expande em praças e largos, propiciando ritmos e percursos e, por fim, da sua organização funcional (habitação, comércio, indústria, serviços, espaço público, etc.).

A síntese destes elementos é realizada, a nível da cidade, através da elaboração de Planos Gerais de Urbanização que, quando superiormente aprovados, passam a constituir a base legal condicionadora do crescimento urbano e o suporte para o desenvolvimento dos planos gerais das diversas infra-estruturas — abastecimento e distribuição de água, drenagem e tratamento de águas residuais, distribuição de energia eléctrica, rede telefónica, transportes, etc.

II — Os Planos de Urbanização de Barcelos

A elaboração de Planos Gerais de Urbanização justifica-se pela necessidade de prever o aparecimento ordenado de novas áreas de expansão dos aglomerados urbanos, como resposta à procura crescente de habitação. A legislação mais recente sobre a matéria data de 1971 e impõe a obrigatoriedade de elaboração de Planos Gerais de Urbanização, sua tramitação, aprovação e conteúdo.

Corria o ano de 1909 e já se exprimia, publicamente e de uma forma extremamente clara, a necessidade de obter *uma planta geral da villa, a que obedecam todas as edificações e que seja o guia de todos para aformoseamento da nossa terra, evitando-se assim muitos erros... e não se consinta que a mais pequena obra ou reparo se faça sem as prescrições da planta geral da Villa serem observadas rigorosamente* (in «*Barcellos-Revista*» n.º 20).

É na década de 50 que aparecem os primeiros estudos consistentes sobre a matéria, sendo os seus autores os arquitectos Maria José M. Moreira da Silva e David Moreira da Silva que, no ano de 1951, apresentam o Anteplano de Urbanização da Cidade de Barcelos, mais tarde reformulado e intitulado *Esboçeto Geral de Urbanização*, datando do ano de 1963 a sua apresentação. Este esboçeto e os pareceres colhidos destinavam-se à elaboração definitiva do Plano Geral de Urbanização. Tal tarefa contudo não chegou a concretizar-se.

1. O *Esboçeto Geral de Urbanização* da cidade de Barcelos, da autoria dos Arq.^{os} Moreira da Silva apoia-se fundamentalmente no estabelecimento de uma variante à E. N. 103 que liga a cidade de Braga a Viana do Castelo, desenvolvendo e prolongando-se no sentido de interceptar toda a rede viária primária, de traçado radial, constituída pelas diversas Estradas Nacionais que atravessam a cidade. Têm sido, aliás, até aos nossos dias, a eliminação do estrangulamento da E. N. 103, na zona da ponte, resolvido uma vez com a criação de um troço alternativo, no qual se inclui uma nova ponte, e outra com a substituição pura e simples da existente, e a criação de novas áreas de expansão, as coordenadas principais inspiradoras dos Planos de Urbanização da Cidade.

Projectavam-se, então, uma via periférica, muito próxima do aglomerado, atravessando o rio a cerca de 100 m do Largo da Fonte de Baixo, e várias penetrações urbanas, das quais se destaca a que constituía o prolongamento da Av. dos Combatentes, para o lado poente, que, além de destruir vários edifícios pertencentes à estrutura urbana antiga, imporia a demolição da Capelinha de S. Bento e inutilizaria parcialmente o Campo Camilo Castelo



Esboçeto Geral de Urbanização

Branco. Proporcionava ainda um zonamento atomizante, isto é, uma decomposição exaustiva das diversas funções previstas para uma cidade, desde as zonas comercial, industrial, residencial, ferroviária, desportiva, arqueológica, rural, verde, etc., pressuposto de um funcionamento mecanicista, desprovendo-o do seu carácter de complementariedade. Nada obsta, em nosso entender, à coexistência fisicamente próxima da pequena indústria, não poluente, da zona residencial, do pequeno parque, do ginásio, da zona comercial, etc. Há que obter micro-equilíbrios estendidos a determinadas áreas,

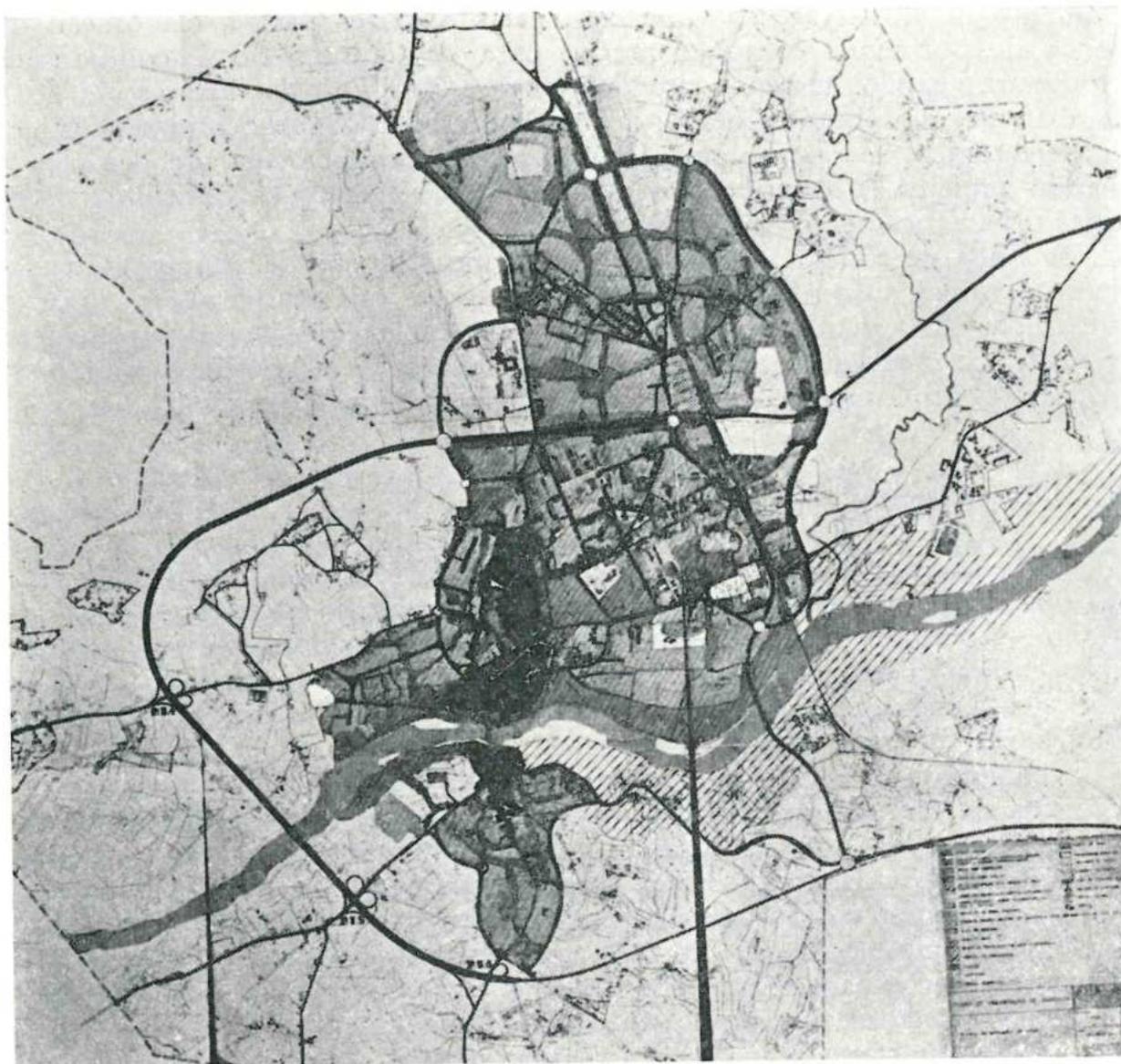
tornando-as auto-suficientes a determinados níveis de procura, evitando fluxos e refluxos cíclicos da população, responsáveis por consumos exagerados de tempo e por grandes investimentos no campo dos transportes, sem, todavia, se perder de vista o equilíbrio mais geral e a sua integração superior, justificadores da existência do grande estádio, do centro hospitalar, do grande parque público, etc. O problema do bem estar passa, para além do mais, pela optimização do binómio frequência de utilização/escala dos equipamentos, amplamente ilustrado pela existência simultânea do pequeno relvado nas traseiras do edifício, no jardim do Bairro e no grande parque da Cidade.

A análise mais detalhada do esboço mostra ainda a existência de propostas de alteração radical da estrutura urbana antiga, hoje incompreensíveis e inaceitáveis, e que se traduziriam, nomeadamente, pela hipótese de demolição da velha ponte e destruição do secular Carvalho, elementos simbolizantes do nosso Município; no prolongamento do arruamento que bordeja, inferiormente, o edifício do restaurante do Turismo, completando-se assim uma via «tipo marginal», passando a Sul do actual Matadouro; na demolição do edifício do antigo Matadouro, em Barcelinhos; no estabelecimento de uma via envolvendo totalmente a Capelinha de Nossa Senhora da Ponte, tudo isto tendo como subjacente a ideia de desafogar certas áreas, evidenciando os edifícios presumivelmente mais importantes e aumentar a velocidade de circulação, em suma, reorganizar um espaço de características medievais pouco apto e, justificadamente, a suportar a solicitação e intrusão do automóvel a ritmo cada vez maior. Não obstante, sente-se uma preocupação no sentido de preservar da «urbanização» os terrenos que marginam o rio, nomeadamente as Quintas do Aparício e do Bessa, em Barcelos e de Vessadas, do Galo e da Tomadia, em Barcelinhos, sugerindo inclusivamente a dinamização do rio e suas praias.

2. É da autoria do GALP, Ld.^a, Gabinete de Arquitectura e Urbanismo e na pessoa do Arquitecto José Carlos Loureiro, o estudo prévio para o futuro Plano Geral de Urbanização da Cidade, aprovado em Assembleia Municipal, instrumento que de algum modo, mas nem sempre em toda a sua profundidade, tem servido de guia no aparecimento e condicionamento de novas áreas para expansão e na consolidação dos tecidos urbanos existentes.

Apresenta como fundamentos a afectação ao plano de uma grande área do território; o estabelecimento de uma alternativa à E. N. 103, integrando uma nova ponte e a preservação da estrutura urbana antiga — o Barcelos histórico — e dos terrenos que marginam o rio, não como uma área não edificável, mas, sobretudo, vocacionando-os a futuro parque da cidade e a permanecer como elementos preponderantes na definição da nossa paisagem urbana.

A inclusão de uma tão grande área teve em vista permitir o aparecimento de uma zona tampão, desenvolvendo-se perifericamente ao aglomerado futuro, constituída por terrenos agrícolas e florestais, que provocasse uma descontinuidade física no tecido urbano, impedindo o alastramento das construções em mancha de óleo. Os terrenos afectados no plano à construção são uma parcela muito pequena da área estudada e permitem, com um índice de ocupação do solo da ordem dos 250 H/ha, no máximo, projectar



Planta Geral de Urbanização — Estudo Prévio

uma cidade de 40.000 Habitantes, válida para um horizonte temporal de 25 anos.

A via periférica prevista é um apêndice da via alternativa à E. N. 103, agarrando todas as E. N. que cruzam a cidade e serve de apoio ao estabelecimento das penetrações urbanas que introduzirão o tráfego rodoviário na cidade. O seu traçado tem vindo a aumentar de comprimento, isto é, tem-se afastado da cidade, não só por razões de enquadramento paisagístico, como também pela imperiosa necessidade de eliminar da zona urbana o tráfego inter-regional, apresentando desenvolvimentos circulares de grandes raios, condição fundamental para obtenção de máxima segurança, numa via que se deseja proporcione um andamento rápido.

São já significativos e relevantes os benefícios provenientes da existência do estudo prévio. De uma forma activa, sempre que estimulou o apa-

recimento de novas áreas, fornecendo as directrizes para a elaboração de planos de pormenor como aconteceu para as Quintas do Escondidinho, Espinheira e para os terrenos situados entre a Rua Trás-das-Freiras e a Av.^a Combatentes da Grande Guerra; de um modo passivo, pela qualidade e carácter pedagógico de que se revestiram algumas recuperações de edifícios e quando impediu a demolição e/ou a alteração tipológica de edifícios em zonas urbanisticamente comprometidas.

É ainda de realçar a previsão de uma nova ponte de âmbito marcadamente regional, junto à actual ponte ferroviária, que irá permitir a ligação directa das duas margens, a eliminação programada das diversas passagens de nível e a localização do diverso equipamento social, desde o recinto da nova feira, ao futuro estádio, zonas escolares, hospitalar, etc.

III — Conclusão

Barcelos dispõe neste momento de um instrumento de trabalho que, não obstante o estádio de desenvolvimento em que se encontra — o estudo prévio —, permite encarar a sua expansão de modo harmonioso e consensual com as disponibilidades financeiras do Município, não só por que se programa o crescimento em termos físicos, logo decomponível, como também se escalona, no tempo, a sua execução.

Tenhamos em conta que o crescimento urbano, pela satisfação das necessidades que arrasta, implica um redimensionamento periódico, em termos de oferta, das infra-estruturas, conseguido não só pelo aproveitamento integral das capacidades instaladas, como também pela sua criação ou reforço. Daqui a vantagem e a pertinência em otimizar os recursos existentes, suscitando ou promovendo, por um lado, a urbanização de terrenos interiores ou adjacentes a terrenos já infra-estruturados e, por outro, impedindo a expansão em zonas afastadas, geradora de grandes investimentos públicos a curto prazo. A administração pública, actuando dentro do quadro traçado, não só potencializa o aproveitamento integral do P. G. U., como também, pela disciplina que impõe, preserva a estrutura nitidamente agrícola dos solos que circundam a cidade, em nosso entender imprescindível, não só porque muitas das suas componentes são unidades produtivas aparentemente bem dimensionadas e, por isso, em princípio, economicamente viáveis, como também pelo seu papel restabeecedor do equilíbrio ambiental, na sua componente gasosa.

Não se infira, contudo, que um P. G. U. resume um quadro de equilíbrio estático em sentido estrito, isto é, os parâmetros que condicionaram a sua elaboração apresentam um comportamento matematicamente descritível, legitimando proposições eternamente válidas. Um P. G. U. representa, antes de mais, uma proposta concertada de funcionamento de um aglomerado populacional, não necessariamente contínuo, probabilisticamente válida para um lapso de tempo, consubstanciando uma situação de equilíbrio dinâmico, sendo desejável e, aliás, legalmente reconhecida a sua revisão periódica, dotando-o dos necessários ajustamentos e eventuais redifinições, sem contudo implicar a diluição das opções fundamentais.

Barcelos não poderá deixar de ser considerado como centro de um vasto território marcadamente agrícola, detentor de índices de produtividade elevados, atravessado pelo rio Cávado que, a nível da cidade, constitui um elemento definidor e valorativo do espaço urbano.

Meditemos um pouco nas intervenções menos ajustadas e que, de algum modo, marcaram o passado recente, em termos de cidade, e revitalizemos a nossa consciência colectiva, capaz de impedir repetições e iniciativas idênticas, procurando o verdadeiro sentido de estar em comunidade.

Foi a condenável, em nosso entender, ocupação de espaços públicos, com a construção do novo mercado e do edifício junto da Capela de S. Bento, impedindo a polarização de nova área urbana e retirando à Capela o seu natural prolongamento no primeiro caso e, provocando a ruptura na escala dos edifícios que integram o Largo, com repercussões graves a nível da Capela que se traduzem no seu esmagamento volumétrico, no segundo; o aparecimento de edifícios na rua D. António Barroso com revestimentos e fenestrações completamente desligados das tipologias dominantes; a construção assaz insólita de dois edifícios-torre na Av. Alcaides de Faria, perpetrando um aparente desafio, destruidores da cerca da Avenida e geradores de necessidades de estacionamento nitidamente inoportáveis para as vias que lhe estão afectos; os Loteamentos Alcaide de Faria e do Olival que mais não representam do que a pulverização do solo, sem atender às necessidades de equipamento, etc.

Como epílogo, desejaríamos ver implementado um crescimento ordenado, capaz de sustentar a pressão para a construção e loteamento clandestinos, suportado em instrumentos de planeamento que vão desde o Plano Director do Município — figura de plano criado pela Revolução de Abril — até aos planos geral, parcial e de pormenor, passando pelos planos gerais das diversas infra-estruturas, respeitador das estruturas especiais urbanas existentes, mas suficientemente inovador e de qualidade assegurada, capaz de constituir um acto consciente de intervenção do homem na natureza.

Se, no âmbito deste tema, entendermos por património, os edifícios, as ruas, as praças, os jardins, as estruturas urbanas que foram sucessivamente criadas, conservadas ou transformadas ao longo das gerações, diremos que a sua defesa eficaz passa pela criação de novo património.

Barcelos, 15 de Outubro de 1982

Arquivo de Barcelos

NOVO FORAL CONCEDIDO A BARCELOS EM 1515 POR D. MANUEL I

À semelhança de outras publicações periódicas de carácter cultural, a «Barcellos-Revista» inclui, já neste seu primeiro número, uma «secção arquivística» aberta à recolha exaustiva e sistemática de toda a documentação importante para a História de Barcelos. Recolha que, aqui se inicia, com um documento que regulamentou a vida económica da vila e seu concelho, em especial nos sécs. XVI e XVII, como logo se deduz da leitura do índice adiante transcrito. Referimo-nos, concretamente, ao Foral Novo de D. Manuel I.

Bento Antas da Cruz publicou em 1932 ⁽¹⁾ o Foral dado por D. Afonso Henriques ⁽²⁾ entre 1140-1146 e confirmado por D. Afonso II em 1218. Em 1969, Luís Fernando de Carvalho Dias ⁽³⁾ publicou, mas não integralmente, o Foral Novo, que agora se apresenta numa transcrição mais completa (inclui a *tavoada* e a fl. 18 não numerada) e rigorosa, do ponto de vista diplomático. Com efeito, seguimos as «Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos» da autoria do Prof. Dr. P.^e Avelino de Jesus da Costa. Pormenorizando, convirá salientar o seguinte:

- a) a mudança de folhas do texto original é devidamente assinalada na transcrição entre parêntesis curvos;
- b) o R inicial (maiúsculo) foi transcrito como r (minúsculo) salvo em palavras como Rei, Regnos, Relaçam e Ressurreiçam e o R intervocálico (maiúsculo) foi desdobrado em dois rr (minúsculos);
- c) o y inicial, intermédio e final foi vertido em j ou i consoante o seu valor na palavra;
- d) as consoantes geminadas ff e ss iniciais foram reduzidas a f e s;

⁽¹⁾ CRUZ, Bento Antas da, *Ensaio para os Anais do Município de Barcelos. A Comarca (Primeira Parte)*. Barcelos, Edição do Autor, 1932, pp. 31-32.

⁽²⁾ No Foral Novo deparamos (fl. 1 v.) com uma breve referência ao antigo, concedido pelo «Conquistador».

⁽³⁾ DIAS, Luís Francisco de Carvalho, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa. Entre Douro e Minho*. [Lisboa], Edição do Autor, 1969, pp. 136-138.

- e) o ç foi substituído por c, salvo nos casos onde ainda hoje se mantém;
- f) o u transcreveu-se por v, quando tem o valor desta letra;
- g) o N inicial (maiúsculo) foi transcrito como n (minúsculo), salvo no pronome pessoal Nós (referente à pessoa do Rei);
- h) usaram-se as maiúsculas iniciais, apenas nos nomes de pessoas, topónimos e de instituições político-administrativas (vide tb. alínea b);
- i) as rubricas marginam o texto, conforme o original e
- j) procurou-se facilitar a interpretação imediata de certas passagens do texto, mediante notas de rodapé com os significados de palavras eventualmente pouco conhecidas e uma ou outra indicação ortográfica.

A fim de valorizarmos a transcrição de tão importante documento, decidimos ainda incluir fotografia a cores da primeira folha, como é, aliás, costume fazer-se em estudos similares.

Cumpre-nos, por último, agradecer ao Prof. Dr. P.^e José Marques os prestimosos conselhos e a ajuda que nos deu e que tornaram possível este trabalho.

Armando B. Malheiro da Silva

Tavoada do foral de Barcelos

Seis dinheiros. Vento. } Pena d'arma. } Montados. Maninhos. } Reguengos. }	II
Lutossas: Faria. } Vermoim. Aguiar. } Pennafiell. Neiva. }	III
Do partir e entregar do pão. } Dizima das Sentenças. }	IV
Tabaliaaes		V
Portagem. Pão. Vinho. Cal. Sal. etc.		VII
Cassa movida. } Beens pera fora. } Gados. }	IX
Carne. Caça. } Pescado. Marico. } Bestas. Escravos. }	X
Panos. Linho. Lãa. } Coirama. Calçadura. } Pilitaria. Azeite. Mel, etc. }	XI
Marçaria. Metaes. } Fruita seca. }	XII
Fruita verde. Telha. Tejelo.		XIII

(*) não numerada.

Louça do Regno.	}	XIII
Moos. Madeira.			
Palma. Esparto.			
Como se a d'arrecadar	}	XIV
a portagem.			
Saida per agoa.			
Priviligiados			XV
Penna do foral			XVI



DOMMANVEL

Pergracia de ds the v de portu
gall ⁊ dos algaruee da quem
⁊ dalem maar em Africa ⁊ Se
nho: de gurnee ⁊ da comqsta
nauegaa ⁊ comercio de thyo
pia arabia persia ⁊ da India
Quantos esta No sta carta



DOM MANUEL per Graça de Deus Rei de Portugall e dos Algarves d'aquem e d'alem maar em Africa e Senhor da Guinee e da comquista, navegaçam e comercio d'Ethiopia, Arabia, Persia e da Imdia. A quantos esta nossa carta (Fl. 1 v.) de foral dado a villa de Barcellos pera sempre virem fazemos saber que por bem das sentenças e determinações⁽¹⁾ jeraaes e espiciaaes que foram dadas e feitas per Nos e com os do nosso conselho e leterados acerca dos foraaes dos nossos Regnos e dos direitos reaes e tributos que se per elles deviam d'arrecadar e pagar. E assi pellas inquirições que principalmente mandamos fazer em todollos lugares de nossos Regnos e Senhorios justificadas primeiro com as pessoas que os ditos direitos reaes tinham. Achamos per foral del Rei dom Afonso Amrriquez que os tributos, foros e direitos reaes na dita villa se devem e ham d'arrecadar e pagar daqui em diante na maneira e forma seguinte.

Avemos d'aveer ho dizimo de todo o trigo, cemteo, **Dizimo.** cevada, milho, painço ou avea que se lavrar e colher na dita villa e termo, e aro ou arravalde della daquellas marcas e con- (Fl. 2) frontações amiguas por omde primeiramente foi demarcado.

E assi averemos ho dizimo do vinho, linho e cebolas que se hi colherem e das outras novidades. Nem fruitas nam avemos d'aveer o dito dizimo nem outro nenhum direito.

E assi avemos daveer por dia de Sam Joham em cada **Seis dinheiros.** huun anno de cada hũa cassa da dita villa huun real pollos seis dinheiros que se pollo dito foral mandou pagar.

O gado do vento⁽²⁾ he da Coroa real e amdara huun **Vento.** anno em pregão e faram porem cad'anno dous ajuntamentos que chamam outeiro pera melhor recadaçam do dito gado. Assi pera as partes que ho perderam ho poderem achar como pera melhor recadaçam do nosso direito. Os quaaes ajuntamentos se faram ao tempo que ao povoo melhor parecer. E seram

(1) No texto: determinnações.

(2) Esta expressão significa *gado perdido, sem dono.*

avissados as pessoas que a dez dias ho venham escrepver sob penna de lhe seer demandado de furto.

Pena d'arma.

A penna d'armas se levava pella ordenaçam, a saber duzentos reaes e ar- (Fl. 2 v.) ma perdida com decraçam que as ditas penas se nam levaram quando apunharem espada ou qualquer outra arma sem atirar. Nem os que sem preposito em reixa nova tomarem pao ou pedra posto que fizerem mal e posto que de preposito as tomem se nom fizerem mall com ellas nam pagaram. Nem a pagara moço de quinze annos e dii pera baixo. Nem molher de qualquer idade. Nem os que castigando sua molher, filhos e escravos tirarem sangue. Nem os que sem arma tirarem sangue com bofetada ou punhada. Nem quem em defendimento de seu corpo ou apartar e estre-mar outros em arroido tirarem armas posto que com ellas tirem sangue. Nem escravo de qualquer idade que sem ferro tirar sangue.

**Montados.
Maninhos.**

E nos montados e maninhos da dita villa e de todos seus termos se nom fara nenhũa mudança. Nem emnovaçam daquella maneira e modo em que atee agora se sempre costumou.

Reguengos.

(Fl. 3) E allem dos direitos acima contheudos sam nossos e da Coroa destes Regnos os reguengos, tributos, foros e pensões e lutossas contheudos e decrados nos foraes, escripturas, inquirições dos concelhos de Neiva, Penafiel, Vermoim, Faria e Aguiar que ora sam anexos e emcorporados na dita villa segundo os quaes tombos e escripturas mandamos que se os direitos e tributos arrecadem e nam doutra maneira. E por maior decraçam dos ditos direitos mandamos acerqua das lutosas dos ditos concelhos tirar inquirçam sobre as quaaes avia muitas vezes duvida e achamos que se ussa desta maneira, *a saber*, nos concelhos de Faria e Vermoim e Aguiar se leva a melhor peça que fica a morte de qualquer que morre nos ditos concelhos segundo se ora paga. E isto se morrer em sua erdade salvo os quatro cassaes reguengos na freguesia de Sam Salvador de Nabaes que pagaram soamente por lutossa hum (Fl. 3 v.) carneiro e mais nam.

Lutossas.

**Faria,
Vermoim
e Aguiar.**

E esta propria erdade semtenda ao que esta na cabeça principal da erdade porque quem trazer ou tiver erdade doutra pessoa posto que aquella tall erdade nom seja reguengueira nom paguara lutossa ⁽³⁾ a Nos nem pagaram as ditas lutossas

⁽³⁾ No original *lutussa*. «Direito antigo pago ao Rei, aos donatários ou aos prelados por morte, respectivamente, dos vassallos, dos rendeiros ou dos abades, priores e reitores dos mosteiros e igrejas, bem como pelos simples beneficiados e clérigos» (cfr. *Dicionário da História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. 2. Lisboa, Iniciativas Editoriais, s/d, p. 836).

os escudeiros e as outras pessoas dii pera cima posto que vivam em sua propria herdade. E porem se estes taaes que assi sam escussos vivendo em sua herdade como dito he esteverem em cassal reguengo pagaram lutossa per maravidiis e a dinheiro segundo os outros reguengueiros comarcãos do dito concelho que aassi pagarem a dinheiro e nam doutra maneira.

E os reguengueiros e pessoas encabeçadas no dito julgado de Vermoim pagam a el Rei algũas lutossas segundo em seu foral se conthem per dinheiro dos maravidiis em seus foraes contheudos e nam doutra maneira.

Pennafiell.

E assi se pagara no concelho de Penafiel algũas lutossas que se ouverem (Fl. 4) de pagar a dinheiro segundo os maravidiis em que forem postos em seus tombos e nam doutra maneira.

Neiva.

E no concelho e terra de Neiva nom se pagara nenhũa lutossa assi pollas reguengueiras como pollas outras pessoas nem isso mesmo pagaram a dita lutossa os moradores da dita villa que morarem demtro das marcas e limites do forall da dita villa.

Do partir e entregar o pam.

E seram avissados os mordomos, feitores ou rendeiros das rendas da dita villa que vãao ou mandem partir com os lavradores e foreiros ao tempo que pera isso forem requeridos ou atee ho outro dia aaquellas oras. Porque nam indo ou mandando ao dito tempo as partes poderam partir suas novidades com duas testemunhas e leixaram a parte do senhorio nas eiras ou lagar sem serem a mais obrigados nem emcorrerem por isso em algũa pena.

E decraramos que os foros sobreditos de pam e carnes semtregaram e pagaram atee Natal de cada huum anno (Fl. 4 v) e atee emtam nam seram penhorados nem paguaram penhora nem nenhuuns custos posto que penhorados sejam, porque nam entregando e pagando atee ho dito tempo paga llo ham aa maior vallia segundo a determinaçam em tal casso feita.

E se os mordomos ou rendeiros dos ditos direitos lhe nam quiserem receber os ditos foros de pam e carnes atee o dito tempo de Natal ficara em escolha do pagador tornar lhos laa a levar outra veez ou paga llos ante a dinheiro polla valia comuum da terra ao tempo que lhos nam quiseram receber qual ante quiserem sem serem a mais obrigados nem emcorrerem por isso em algũa penna.

E levasse mais por direito real a dizima da execuçam das sentenças nos quatro concelhos de cima, *a saber*, Neiva e Faria

Dizima das sentenças.

e Vermoim e Aguiar. E no concelho de Pennafiell nem na dita villa nam se levava. E de tanta parte soamente se levava a dita dizi- (Fl. 5) ma de tanta parte se fez soamente a ixeuçam da dita sentença e mais nam. Posto que a sentença de moor conthia seja a qual dizima se nom levava seja da tal sentença foi levada ou vemcida em outra parte e isto se conprira. Assi posto que ora per outra maneira se levase porquanto sem embargo de tudo assi foi ora per Nos em nossa Relaçam jeralmente determinado, *a saber*, que ha dizima da eixeuçam soamente se levase omde avia foral ou lomga posse de se levar e polla dada se nom levava hi em nenhum tempo.

Tabeliãaes.

E a pemssam dos tabaliãaes se pagara por direito real como sempre se pagou.

E allem dos ditos direitos que se pagam na dita villa e julgados sobreditos se ham de arrecadar pera Nos e Coroa de nossos Regnos no rio do Cavado que passa polla dita villa e per os lugares de Fãao e Esposende, e em outros quaaesquer que se fizerem na marca e paragem em termo destes o direito dos pescadores, *a saber*, duas dizimas (Fl. 5 v.) hũa velha e outra que se chama nova pollo contrauto dos ditos pescadores. E veem assi de cinco hum.

O qual direito de cinco hum se pagara assi do pescado que se tomar no rio como do que vier per fooz do dito rio que seja tomado per pescadores e pera vender porque do pescado que cada hum no dito rio aa cana ou linha ou aa mão tomar com qualquer maneira nam se pagara direito algum. E isso mesmo do que se tomar com redepee⁽⁴⁾ salvo se este de redepee foor tomado per pescador e pera vender e em outra maneira nam.

Averam os pescadores de cada hum dos pescados o dia que os tirarem em terra pera seu conduto e mantimento ho que lhe rezcadamente bastar amte de ser dizimado. Do qual nam pagaram nenhum direito que ho despois vemdam.

Nem ho pagaram de nenhum marisco salvo de lagostas. Do qual somente pagaram a dizima velha.

(Fl. 6) E aallem das ditas dizimas se paga aimda outra a Deus e paga se desta maneira, *a saber*, de doze pexes hum a Deus e despois de dez peixes dous a el Rei da dizima nova e velha como dito he.

E de todallas mercadorias e coussas que entrarem pella fooz assi do Regno como de fora delle se paga dizima por direito real inteiramente.

⁽⁴⁾ «Rede-pé, s. f. Rede de arrastar para a terra e com que podem trabalhar 2 homens» (cfr. *Lello Universal. Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro em 2 volumes*, organizado e publicado sob a direcção de José Lello e Edgar Lello, vol. 1. Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 368).

E das coussas que se tiram per foz se forem pera ho Regno ou senhorio delle se nam paga nem pagara nenhuum direito pero se fosem pera fora do Regno pagaram dizima salvo se lhe desem sacada por outra que ouvesem metido em qualquer lugar destes Regnos ou dessem fiança pera a trazerem. A qual dizima pera fora do Regno se recadara pera Nos ou pera ho senhorio dos outros direitos segundo finalmente for determinado em nossa Relaçam. E assi a dizima que vier de fora do Regno e entrar primeiramente no dito lugar.

E enquanto se nam determinar nam se fara nellas nenhũa mudança de (Fl. 6 v.) de como agora estam em posse de se fazer.

E decramos que a estacada ⁽⁵⁾ que se costuma de poer **Estacada.** ou lançar no dito rio pollo senhorio se nam ha de lançar per outras pessoas. Nem em outro nome na qual se ha de teer a maneira seguinte segundo fomos certos per inquiriçam que sobre isso mandamos tirar, *a saber*, a dita estacada se poera no mes de Janeiro quando ho rio pera isso deer lugar e durara atee Pascoa da Ressurreiçam em qualquer tempo que vier. E ante do dito mees de Janeiro ou passada a Pascoa pescaram quaesquer pescadores e outras pessoas no dito rio sem nenhũa penna.

As lampreas posto que a estacada esteve posta passado **Lampreas.** o qual tempo mandamos que nam dure mais a dita estacada. A qual ham de poer os pescadores que nella ouverem de pescar pera a qual porem o senhorio que for dos ditos direitos reaes sera obrigado de daar e dara a madeira e estacas e malhos com que se faz e tancha ⁽⁶⁾. E assi os candieiros (Fl. 7) e cortiça e lenha que lhe comprirem pera alumiar de noute a dita pescaria e se aquentarem. E os ditos pescadores somente sam e seram obrigados de poerem ho barco e redes e pescarem na dita estacada.

E de todallas lampreas que pescarem na dita maneira levara o senhorio as tres partes e os ditos pescadores hũa. Nas quaes tres partes entram as dizimas nova e velha e qualquer outro direito ou tributo real a que as ditas lampreas podessem ser obrigadas. E passado o dito tempo da Pascoa ou ante do dito mees de Janeiro nam se pagara nenhuum direito das ditas lampreas em qualquer maneira que sejam tomadas.

⁽⁵⁾ «Estacadas de pescadores; duas fileiras de estacas por entre as quaes entra e se apanha peixe vivo, fechando a bôca da estacada, quando a maré vaza» (cfr. VIEIRA, Fr. Domingos, *Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro de Lingua Portugueza*, vol. 3.º. Porto, Editores E. Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873, p. 383).

⁽⁶⁾ Significa cravar, pregar.

E decramos que qualquer irez ou solho que se tomar ou ballea que morrer na costa he em solido do senhor da terra e os pescadores nam levam delle nada.

E decramos que se na dita estacada morrer algum outro peixe afora lamprea que se nam pagara delle mais do que se manda pagar por este foral (Fl. 7 v.) de qualquer outro pescado.

E desde o pescado foor dizimado os pescadores o podem levar per mar e per terra sem delle pagarem outra dizima nem portagem. E as outras pessoas que ho comprarem pagaram delle a real por carga maior e das outras a esse respeito se for per terra e se for per maar pagaram o que sempre pagaram atee ora sem outra emnovaçam.

E as ditas duas dizimas se pagaram de qualquer pescado que pescadores tomarem atee Barcellos com barca e rede. E nam ho tiraram em terra sem primeiro ho manifestarem aos officiaaes dos ditos direitos. E porque atee ora nom ouve lugar certo omde os ditos pescados devessem de sair, decramos que seja nos lugares mais convenientes que parecer aos pescadores e aos officiaaes dos ditos direitos.

Portagem.

Primeiramente decramos que a portagem que se ha d'arrecadar e pagar na dita villa e termo ha de ser dos (Fl. 8) homeens de fora e nam dos da villa nem termo, os quaaes amde trazer de fora da villa e termo coussas pera hi venderem ou as am hi de comprar e tirar pera fora. E por carga maior sentendera neste foral ser de besta cavalari ou muar. E per este respeito sem se mais decrarar em cada capitollo semtemdera que ha metade do preço da carga maior a de pagar o asno. E o meo preço do asno se pagara do costal quanto huum homem puder trazer aas costas.

E das coussas que adiante se nam manda pagar portagem por respeito dellas nam se fara dellas saber na portagem. E se as mercadorias e coussas de que se ouver de pagar portagem vierem em carros ou carretas comtar se ham por cada huum duas cargas maiores. E as coussas que forem de pesso comtar se ham por carga maior dez arrovas e por menor cinco. E por costal duas e mea e dii pera baixo a esse respeito. E decramos (Fl. 8 v.) que quando se algũas ouverem de perder por descaminhadas segundo as leis deste foral adiante que aquellas soamente sejam perdidas as que forem escondidas e sobnegado o direito dellas e nam as bestas nem as outras coussas em que taeis se levarem ou esconderem.

E de todo trigo, cevada, centeo, milho, painço, avea e de farinha de cada huum delles ou de vinho, vinagre ou de sal ou de cal que na dita maneira se vender ou tirar da dita villa ou termo se pagara por carga maior huum real e por menor meo real. E por costal dous ceptiis e dii pera baixo em

qualquer camtidade quando se vier vender hum ceptil. E quem tirar pera fora de quatro alqueires pera baixo nam pagara nada nem ho fara saber.

A qual portagem se nom pagara de todo pam cozido, queijadas, bizcoito, farellos, ovos, leite, nem de coussa delle quer que seja sem sal, nem de prata lavrada, nem de pam que trouxerem ou levarem ao moinho, nem de canas (Fl. 9) carqueixa, tojo, palha, vassoiras, nem de pedra, nem de barro, nem de lenha, nem herua, nem da carne vendida a pesso ou a olho, nem se fara saber nenhũa das ditas coussas nem se pagara portagem de quaaesquer coussas que se comprarem e tirarem da villa pera ho termo nem do dito termo pera a villa posto que sejam para vender assi vizinhos como nom vizinhos. Nem se pagara das coussas nossas nem das que quaaesquer pessoas trouxerem pera algũa armada nossa ou feita per nosso mandado ou autoridade. Nem do pano e fiado que se mandar fora a tecer, curar ou tinger. Nem dos mantimentos que os caminhantes na dita villa e termo comprarem e levarem pera seus mantimentos e de suas bestas. Nem dos gados que vierem pastar alguns lugares passando nem estando salvo daquelles que hi somente venderem.

E da cassa movida se nom levara nenhum direito de portagem de ne (Fl. 9 v.) nenhũa condiçom e nome que seja assi imdo como vimdo salvo das coussas que hi venderem segundo o preço que per este foral tiverem. Nem hisso mesmo de passajem assi imdo como vimdo nem o faram saber posto que hi descarreguem e poussem a qualquer tempo, ora e lugar. E se hi ouverem d'estar mais que todo outro dia ho faram saber.

Cassa movida.

Passagem.

Nem pagaram os que na dita villa e termo herdarem beens moveis ou de raiz e levarem pera fora os fruitos delles ou doutros que tinham per arrendamentos. Nem pagaram portagem de quaaesquer coussas que se derem em pagamentos de cassamentos, temças ou merces ou mantimentos posto que se dem em quaaesquer mercaderias e se levem pera fora e sejam pera vender.

De todo boi ou vaca que se vemder ou comprar per homeens de fora por cabeça hum real. E do carneiro, cabra, bode, ovelha, cervo, corço ou gamo por cabeça dous ceptiis.

Gados.

E de cordeiros, borregos, cabritos ou leitões (Fl. 10) nom pagaram portagem salvo se cada hũa das ditas coussas se comprarem ou venderem juntamente de quatro cabeças pera cima das quaaes pagarão por cada hum hum ceptil.

E de cada porco ou porca dous ceptiis por cabeça.

- Carne.** E da carne que se comprar do talho ou emxerca nom se pagara nenhuum direito. E do toucinho ou marraa (7) imteiros por cada huum huum ceptil. E dos emcetados nom se paguara nada.
- Caça.** E de coelhos, lebres, perdizes, patos adeens, pombos, galinhas e de todallas outras avees e caça nom se pagara nenhũa portagem pollo comprador nem vemdedor nem o faram saber.
- Pescado e marisco.** E de cargua maior de pescado ou marisco huum real e cinco ceptis. E quem levar de mea arrova pera baixo nom pagara.
E do pescado d'augoa doce atee mea arrova nom se pagara portajem nem o faram a saber assi de vemda como da compra sendo somente truitas ou bordallos e dii pera baixo.
- Bestas.** (Fl. 10 v.) E do cavallo rocim ou egoa e de muu ou mulla huum real e cinco ceptiis.
E do asno ou asna huum reall. E se as egoas ou asnas se venderem com crianças nom pagaram portagem se nam pollas mãis.
Nem se pagara direito se se trocarem hūuas por outras porem quando se tornar dinheiro pagar se a como vemdidadas. E do dia que se venderem ou comprarem o faram saber as pessoas a isso obrigadas atee dous dias seguintes.
E este direito nom pagaram os vasallos e escudeiros nosos e da Rainha e de nossos filhos.
- Escravos.** E de escravo ou escrava que se vemder huum real e cinco ceptiis. E se se forrar per qualquer concerto que fizer com seu senhor pagara a dizima de todo ho que por si deer pera a dita portagem.
E se se venderem com filhos de mama nem pagaram senam pollas mãis.
E se trocarem huuns escravos por outros sem tornarem dinheiro nom pagaram.
E se se tornar dinheiro por cada hũa (Fl. 11) das partes pagarão a dita portajem. E a dous dias primeiros da vemda feita iram arrecadar na portajem as pessoas a isso hobrigadas.
- Panos.** De todollos panos assi de seda, algodam, lãa ou linho se pagara por carga maior nove reaes que sera de besta cavalari ou muar nove reaes. E por menor que he d'asno quatro reaes e meo. E por costal dous reaes e dous ceptiis e dii pera baixo

(7) «Marrã, s. f. (ár. moharrana). Porca nova que já deixou de mamar. Carne fresca de porco» (cfr. *Lello Universal*, ob. cit., vol. 1.º, p. 178).

soldo a livra vier pera vender porque quem levar dos ditos panos ou de cada hum delles retalhos e pedaços pera seu usso nom pagara portajem nem ho faram saber. Nem das roupas que comprarem feitas dos ditos panos. Porem os que venderem as ditas roupas por mercaderia pagaram soldo a livra como dos ditos panos.

E do linho em cabello fiado ou por fiar que nom seja **Linho, lãa.** tecido. E assi de lãa por fiar. E de feltros, burel, mantas da terra e semelhantes, panos grossos e baixos por carga maior quatro reaes e das (Fl. 11 v.) outras por esse respeito segundo nest'outro capitulo dos panos fica asentado.

E de cada coiro de boi ou vaca ou de cada pelle de cervo, **Coirama.** corço ou gamo, bode, cabras, carneiros ou ovelhas cortidas ou por cortir dous ceptiis. E se vierem em bestas pagaram por carga maior nove reaes e das outras cargas a esse respeito.

E na dita maneira de nove reaes a carga maior se pagara **Calçadura.** de çapatos, borziguis⁽⁸⁾ e de toda calçadura de coiro e de qualquer obra delle das quaaes nem pagaram os que as comprarem pera seu usso e dos seus. Nem dos pedaços de pelles ou coiros que pera seu uso comprar nam sendo pelle imteira. Nem lonbeiro dos quaaes pagaram como em cima neste capitulo dos coiros se conthem.

E de cordeiras roupas e de toda pilitaria por carga maior **Pilitaria** nove reaes. E de cada hũa pilica ou roupa feita de pelles meo real. E quem comprar cada hũa das ditas coussas pera seu usso nom paguara.

(Fl. 12) De carga maior de cera, mell, azeite, sevo, umto, **Azeite, mel e semelhantes.** queijos secos, peez, manteiga salgada, rezina, breu, sabam, alquatram nove reaes. E quem comprar pera seu usso atee hum real nom pagara.

De grãa anil brasil e por todallas coussas pera tinger. **Marçaria.**⁽⁹⁾ E por papel e toucados de seda ou algodam. E por pimenta e canella e por toda especiaria. E por ruibarbo e todallas coussas de botica.

E por açúcar e por todallas conservas delle ou de mell.

⁽⁸⁾ «Borzeguim, s. m. (flam. borsekin). Antigo calçado com atacadores que cobria o pé e parte da perna. Bota mourisca ou meia grossa com sola delgada de couro. Calçado das personagens da comédia antiga, por opposição ao coturno da tragédia» (cfr. *Lello Universal*, ob. cit., vol. 1.º, p. 368).

⁽⁹⁾ «Marçaria, s. f. Tenda de diversas quinquilherias que os vendedores ambulantes costumavam vender, andando d'uma para outra povoação (...)» (cfr. VIEIRA, Fr. Domingos, ob. cit., vol. 4.º, 1878, p. 138).

E por vidro e coussas delle que nom tenham barro. E por estoraque⁽¹⁰⁾ e por todollos presumes ou cheiros ou augoas estiladas. Por carga maior de cada hũa das ditas coussas e de todallas outras suas semelhantes se pagara nove reaes.

E quem das ditas coussas comprar pera seu usso atee meo real de portagem e dii pera baixo nom pagara.

Metães.

Do aço e estanho, chumbo, latam, arame, cobre e por todo outro metal e assi das coussas feitas de ca - (Fl. 12 v.) da huum delles e das coussas de ferro que forem moidas, estanhadas ou emvernizadas por carrega maior nove reaes. Das quaaes nom pagara quem as levar pera seu usso e outro tanto se pagara das armas e ferramenta das quaaes levaram pera seu usso as que quiserem sem pagar.

Metaes.

De ferro em barra ou em maçuco e por todallas coussas lavradas delle que nom sejam das acima contheudas limadas, moidas e estanhadas, nem emvernizadas por carga maior quatro reaes e meo. E quem das ditas coussas levar pera seu serviço e de suas quintãas ou vinhas em qualquer camtidade nom pagara nada.

Fruita Seca.

De castanhas verdes e secas, nozes, ameixeas, figos passados e uvas e amendoas e pinhos por butar, avellãas, boletas, favas secas, mostarda, lintilhas e de todollos legumes secos por carga maior tres reaes. E outro tanto se pagara de çumagre (Fl. 13) e casca pera cortar. E quem levar das ditas coussas mea arroba pera seu uso nom pagara portagem.

Fruita Verde.

E da carga maior de laranjas, cidras, peras, cereijas, uvas verdes e figos e por toda outra fruita verde meo real por carga maior. E outro tanto d'alhos secos e cebollas e mellões e ortalija. E quando das ditas cousas se vender menos de mea arroba nom se pagara portajem pollo vemdedor nem comprador.

Telha, tijello e louça do Regno.

Da carga maior de telha ou tijello ou qualquer louça de barro que nom seja vidrada dous reaes. E de menos de duas arrobas e mea nom se pagara portajem pollo comprador. E da malega e de qualquer louça ou obra de barro vidrada do Regno ou de fora delle por carga maior quatro reaes. E de meio real pera baixo de portagem nom pagaram os que comprarem pera seu usso.

Moos.

E de moos de barbeiro dous reaes. (Fl. 13 v.) E das de moinhos ou atafana quatro reaes. E de casca ou azeite seis reaes. E por moos de mão pera pam ou mostarda huum real.

⁽¹⁰⁾ «Estoraque, s. m. (gr. styrax, — avios). Planta da família das estiracáceas tropicais, que fornecem o benjoim e certas resinas odoríficas, empregadas na farmácia. Resina produzida por esta planta» (cfr. *Lello Universal*, ob. cit., vol. 1.º, p. 921).

E quem trouxer ou levar as ditas cousas pera seu usso nom pagara nehuã coussa de portajem.

Nem pagara isso mesmo de pedra nem barro que se leve nem tragaa de compra nem venda per nenhũa maneira que seja.

E de toneeis, arcas, gamellas e por toda outra obra e louça de pãoo por carga maior cinco reaes. E do tavoado serrado ou por serrar. E por travees tirantes. E por toda outra madeira semelhante, grosa, lavrada ou por lavrar dous reaes por carga maior. E quem das ditas cousas levar de costal pera baixo que sam duas arrobas e mea nom pagara nada. **Cousas de pao.**

E de palma, esparto ⁽¹¹⁾, junça ou jumco pera fazer delle empreita por carga maior dous reaes. E quem levar pera seu usso de mea arroba pera baixo nom pagara nada. **Palma. Esparto.**

E por todallas alcofas, esteiras, seiroleis ⁽¹²⁾, açafates, cordas e das obras e coussas que se fizerem da dita palma e esparto (Fl. 14) por carga maior seis reaes. E de mea arroba pera baixo quem as tirar nam pagara nenhũa coussa.

E as outras coussas contheudas no foral antigo ouvemos aqui por escusadas por se nom ussarem por tamto tempo que nom ha dellas memoria. E algũas dellas tem ja sua provisam per leis jeraaes e ordenações destes Regnos.

Como se arrecadara a portajem.

As mercaderias que vierem de fora pera vender poderam descarregar em qualquer lugar e parte do dito lugar e termo sem pena. E se hi ouver portageiro ou seu recadador nom as venderam sem lho primeiro notificarem. E se os hi nom ouver pode las ham vender livremente, comtanto que ante que partam da dita villa paguem a dita portagem ou recadem com qualquer juiz ou vintaneiro ou quadrilheiro da tal villa. E se hi nom ouver cada hũ delles arrecadem com quaaesquer duas pessoas seus vezinhos ou hũa se mais nom achar da dita villa. E emtam se podera (Fl. 14 v.) hir livremente sem penna algũa.

E nom ho fazendo assi descaminharam as coussas que soamente venderem e sobnegarem. E nom as outras nem as bestas, nem carretas, nem as outras coussas em que as levarem e isto semtenda aos que vierem de fora pera vender.

E os que ouverem de tirar mercaderias pera fora compra las ham livremente sem nenhũa obrigaçam nem cautella salvo

(11) «Esparto, s. m. (do latim spartum). Espécie de junco flexível de que se fazem esteiras, cordas, ceirões e varios artefactos» (cfr. VIEIRA, Fr. Domingos, ob. cit., vol. 3.º, 1873, p. 324).

(12) «Seirão, s. m. Seira grande. Saco de esparto ou vime em forma de alforge que se coloca sobre as bestas de carga. Saca de esparto em que se prensa a massa proveniente do esmagamento da azeitona» (cfr. *Lello Universal*, ob. cit., vol. 2.º, p. 869).

ante que as tirem da villa ou termo arrecadaram na maneira que dito he da emtrada sob a dita penna de descaminhado.

E os privilegiados posto que nom ajam de pagar portagem nom seram escusos de fazerem as ditas manifestações como se ouvesem de pagar assi da emtrada como da saida.

Saida per agoa.

E os que carregarem algũas cousas pera tirarem per fooz pera fora manifesta las ham aos officiaes posto que dellas nam ajam de pagar dizima nem portagem pera ho Regno porque se as comprarem na dita villa e termo pagaram somente a portagem que dellas (Fl. 15) se hi mandar pagar. E os que de fora vierem pera hi embarcar pera o Regno nam pagaram ninhuum direito. E os que trouxerem mercadorias de fora per agoa nam as tiraram em terra sem primeiro desembargarem com os officiaes. E do pescado se guardara o que atras fica determinado.

Priviligiados

As pessoas eclesiasticas de todallas igrejas e mosteiros assi d'homeens como de molheres. E as provencias e mosteiros em que ha frades e freiras, irmitãaes que fazem voto de profisam. E os clerigos d'ordens sacras. E os beneficiados em ordens menores que posto que nom sejam d'ordens sacras vivem como clerigos e por taes sam avidos. Todos os sobre-ditos sam isentos e privilegiados de todo o direito de portagem nem ussaje nem costumajem por quallquer nome que a possam chamar assi das coussas que venderem de seus beens e beneficios como das que comprarem, trouxerem ou levarem (Fl. 15 v.) pera seus ussos e de seus beneficios e cassas e familiares assi per mar como por terra.

E assi sam liberdados da dita portagem per privilejo que tem as cidades, villas e lugares de nossos Regnos que se seguem, *a saber*, a cidade de Lixboa e Gaia do Porto, Povia de Varzim, Guimaraaes, Braga, Barcellos, Prado, Pomte de Lima, Caminha, Viana, Villa Nova de Cerveira, Valença, Monçam, Crasto Leboreiro, Miranda, Bragança, Freixo, o Azinhosso, Mogadoiro, Amciaaes, Chavees, Monforte de Rio Livre, Montalegre, Crasto Vicente, Villa Real, a cidade da Goarda, Jormello, Pinhel, Castel Rodrigo, Almeida, Castel Mendo, Villar Maior, Sabugal, Sortelha, Covilhaam, Monsanto, Portalegre, Marvão, Arronchees, Campo Maior, Fronteira, Monforte, Villa Viçossa, Olivença, Ellvas, a cidade d'Évora, Montemor ho Novo, Lavar, Monssaraz, Beija, Mou- (Fl. 16) ra, Noudar, Almodouvar, Odemira, os moradores no castello de Cezinbra e assi ho seram os moradores da dita villa.

E assi seram liberdados da dita portagem quaaesquer outras pessoas ou lugares que nossos privilejos tiverem e mostrarem ou o trellado em pubrica forma alem dos acima contheudos.

E as pessoas dos ditos lugares privilegiados nom tiraram mais ho trellado de seu privilejo. Nem ho trazeram somente traram certidam feita pollo escriptam da Camara e com ho sello do concelho como sam vizinhos daquelle lugar.

E posto que aja duvida nas ditas certidões sejam verdadeiras ou daquelles que as aprezentam poder lhes ham sobre isso dar juramento sem os mais deterem posto que se diga que nam sam verdadeiras.

E se depois se provar que eram falsas perdera o escriptam que ha fez ho officio e degradado dous annos pera Cepta e a parte perdera em dobro (Fl. 16 v.) as coussas de que assi enganou e sobneguou da portajem a metade pera a nossa Camara e a outra pera dita portajem. Dos quaaes privilejos ussaram as pessoas nelles contheudas pollas ditas certidões posto que nam vão com suas mercaderias nem mandem procurações. Comtanto que aquellas pessoas que as levarem jurem que ha dita certidam he verdadeira e que as taeis mercaderias sam daquelles cuja he a certidam que apresmentaram.

E qualquer pessoa que for contra este nosso foral levando mais direitos dos aqui nomeados ou levando destes maiores comthias das aqui decraradas ho avemos por degradado por huum anno fora da villa e termo e mais pague de cadea trinta reaes por huum de todo ho que assi mais levar pera parte a que os levou. E se a nom quiser levar seja a metade pera quem ho acussar e outra pera os cativos. E damos poder a qualquer justiça omde acontecer assi (Fl. 17) juizes como vintaneiros ou quadrilheiros que sem mais processo nem ordem de juizo sumariamente sabida ha verdade condenem os culpados no dito casso de degredo e assi do dinheiro atee comthia de dous mill reaes sem apellaçam nem agravo. E sem disso poder conhecer almoxarife nem contador nem outro official nosso nem de nossa fazenda em casso que ho hi aja.

Pena do Foral.

E se ho senhorio dos ditos direitos ho dito foral quebrantar per si ou per outrem seja loguo suspenso delles e da jurdiçam da dita villa se a tiver emquanto nossa merçee foor. E mais as pessoas que em seu nome ou por elle ho fizerem encorreram nas ditas penas. E os almoxarifes, escriptvães e hoficiaaes dos ditos direitos que ho assi nom cumprirem perderam loguo os ditos officios e nam averam mais outros.

E portanto mandamos que todallas coussas contheudas neste foral que (F. 17 v.) Nos poems por lei se cumpram pera sempre do theor do qual mandamos fazer tres huum delles pera a Camara da dita villa de Barcellos e outra pera o senhorio dos ditos direitos. E outro pera a nossa Torre do Tombo pera em todo ho tempo se poder tirar qualquer duvida que sobre isso possa sobrevir.

Dada em ha nossa mui nobre e sempre leal cidade de

Lixboa. A sete dias de Agosto do Nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quinhentos e quinze annos. E eu Fernam de Pina ministrador do moesteiro de Tibaaes o fiz fazer, soescripvi e concertei em dezasete folhas com esta.

EL REI

Foral pera a villa de Barcellos.

Rodericus.

(Fl. 18 n.n.) Registado no tombo. Fernam de Pina.

(Fl. 18 v. n.n.) Aos 19 dias do mes de Novembro de V^cXX annos em Villa Reall mandou o licenciado Alvar'Eanes do Desenbargo del Rei noso Senhor desenbargador d'alçada geral que enveou pello Reino que eu Joham Fragoso escripvam entregase este forall a Joham de Faria porteiro [da] Camara de Barcellos que pera o levar trouve procuração a bastante o quall forall veo da Camara per mandado delle licenciado pera se veer quando tirou a inquiriçam devasa gerall da dita vila e seus termos e mandou que os juizes e vereadores, procurador e escripvam da dita villa pubriquem este forall ao povoo sendo chamado segundo forma do regimento porquanto nam se mostra seer publicado e a publicaçam se escrepva o que manda que se fara sob pena de pagarem vinte cruzados de pena a metade pera os cativos e a outra pera quem os acusar e o mandou asi escrepver e asinou. Foi mandado per mim

(Assinado) : ALVARO. (*)

(*) *Segue-se uma folha com os vistos das correições desde 5/2/1516 até 1823.*

Notas Biográficas

dos colaboradores deste número

ARMANDO BARREIROS MALHEIRO DA SILVA. Nasceu em Braga, a 14/8/1957. É licenciado em Filosofia, em História e possui o curso de Bibliotecário-Arquivista. Presentemente exerce funções de Técnico Superior de 2.^a na Biblioteca Municipal de Barcelos. Como investigador tem publicados e em publicação alguns trabalhos sobre Heráldica, Genealogia, História das Ideias e Filosofia Portuguesa (sécs. XIX-XX), de que destacamos: *Francisco Rodrigues Lobo e a origem da Heráldica*, in «Gil Vicente», Guimarães, 3.^a série, vol. III, n.º 9 (Jan.-Mar. 1982), pp. 74-82; *Leonardo Coimbra e o Integralismo Lusitano*, in «Bracara Augusta» (1982) e *O Mosteiro de S. Salvador de Paderne em demanda com os Senhores da Quinta de Pontiselas (Séc. XVII) — Subsídios para a Genealogia dos Mogueimas y Fajardo*, a sair nas Actas do 1.º Colóquio Galaico-Minhoto realizado em Ponte de Lima (Setembro/81).

ARMINDA PASCOAL COUTINHO DA SILVA. Nasceu em Lisboa, a 16/4/1948. Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Professora do ensino secundário oficial. Actualmente em regime de requisição no Departamento de Etnologia do Instituto Português do Património Cultural. Participou em campanhas de escavações arqueológicas e publicou em colaboração *Os pios de piar (milhos) no Castro da Cárcoda (Beira Alta)*. Frequentou os cursos de salvaguarda do património cultural e natural e colaborou na organização de uma acção de sensibilização dirigida a professores e párocos do distrito de Viseu. Presentemente colabora na reorganização do Museu de Cerâmica de Barcelos.

CARLOS ALBERTO BROCHADO DE ALMEIDA. Nasceu na freguesia de Forjães, concelho de Esposende, a 18/2/1945. É licenciado em História e Assistente da área de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Participou em inúmeras escavações arqueológicas, entre as quais o Monte Mózinho (Penafiel), Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira) e St.º Estevão da Facha (Ponte de Lima). Desde 1980 é director das escavações realizadas no Castelo de Faria (Barcelos). Até ao momento publicou, entre outros trabalhos, os seguintes: *Via Veteris. Antiga Estrada Romana?*, in «Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular», vol. III, Guimarães,

1980; *Uma Escultura Antropomórfica da Citânia de Roriz (Barcelos)*, «Cuadernos de Estudios Gallegos», tomo XXXII, 96/97, Santiago de Compostela, 1981 e *Castelo de Neiva*, in «Boletim Cultural de Esposende», n.º 1 (1982). É ainda co-autor nas seguintes publicações: com Dr.ª Maria Teresa Soeiro, *Sondagens nos Castros de Abade do Neiva e Roriz*, in «Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular», vol. II, Guimarães, 1980; com o P.º António José Baptista, *A Necrópole Medieval de Navió*, in «Almanaque de Ponte de Lima», 1980 e com Dr. Carlos A. Ferreira de Almeida, Dr.ª Maria Teresa Soeiro e P.º António José Baptista, *Escavações Arqueológicas em Santo Estevão da Facha*, in «Anais de Ponte de Lima», 1981.

CARLOS ALBERTO VIEIRA DE SOUSA BASTO. Nasceu em Barcelos, a 20/4/1932. Comerciante. Foi presidente da Comissão Municipal de Turismo e Vereador do Pelouro da Cultura, em 2.º mandato da Câmara, até 1974. Tem colaboração dispersa na Imprensa local.

DOMINGOS DE CASTRO BARBOSA MACIEL (Domingos da Calçada). Nasceu em Durrães, concelho de Barcelos, a 18/2/1931. Comerciante. Interessa-se, entre outros temas, por Teatro Popular e por inventários de Capelas e doutros imóveis de interesse histórico do concelho de Barcelos. Tem colaboração dispersa em «O Debate», «O Barcelense», «Jornal de Barcelos», «A Voz do Minho», «Notícias de Viana», «Comércio e Indústria», do Porto e na obra colectiva «Vale do Neiva — Subsídios Monográficos».

EDUARDO ALBERTO PIRES DE OLIVEIRA. Nasceu em Braga, a 13/12/1950 e ainda muito jovem começou a dedicar-se à Arqueologia participando activamente em várias campanhas de escavações realizadas na região bracarense. Esteve, como membro da CODEP, na origem do movimento que permitiu o salvamento de *Bracara Augusta* e continua ligado a este processo, pois pertence à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Interessa-se, também, pela história de Braga nos sécs. XIX-XX, tendo já publicado alguns trabalhos, de que se salienta: *Estudos Bracarenses I — As Alterações Toponímicas (Séc. XIV — 1980)*, in «Mvsev» (1981) e *Anais de Braga*, in «Mínia», n.º 5 (1981).

EUGÉNIO LAPA CARNEIRO. Nasceu na Póvoa de Varzim, a 1/8/1929. Bacharel em Ciências Naturais pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Técnico do Departamento de Etnologia do Instituto Português do Património Cultural. Director do Museu de Cerâmica Popular de Barcelos, de Fevereiro de 1964 a Agosto de 1970, e de novo a partir de Fevereiro de 1982. Membro correspondente da Associação Brasileira de Folclore. No Museu de Cerâmica, fundou e dirigiu os «Cadernos de Etnografia» e o boletim «Olaria». Publicou diversos trabalhos etnográficos sobre olaria, epistolografia popular, lenços marcados, etc.

IVO DA ROCHA BOAVENTURA. Nasceu em Barcelinhos, a 4/4/1949. Engenheiro Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, exerce actualmente as funções de Técnico Superior de 1.ª nos Serviços Técnicos e Obras da Câmara Municipal de Barcelos.

MANUEL INÁCIO PESTANA. Nasceu no Alandroal, a 6/3/1924. Possui os cursos do Magistério Primário, de Ciências Pedagógicas pela Universidade de Coimbra e o de História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É professor da Escola do Magistério de Portalegre, desde 1960 e bibliotecário-arquivista da Fundação Casa de Bragança (Paço Ducal de Vila Viçosa). No âmbito da investigação histórica tem publicado alguns trabalhos, de que se salienta: *Celeiros Comuns da antiga Casa de Bragança*. Ed. Assembleia Distrital de Portalegre, Portalegre, 1982; *Movimento demográfico da Matriz de Vila Viçosa nos séculos XVI a XVIII*, in «A Cidade de Évora», Boletim Cultural da C. M. de Évora (1982) e *O primeiro foral de Alter do Chão*, in «A Cidade», Rev. Cultural de Portalegre (Fev. de 1982).

MANUEL JOSÉ FERREIRA LOPES. Nasceu na Póvoa de Varzim, a 30/5/1943. É encarregado da Biblioteca Municipal «Rocha Peixoto», prolongando a sua actividade cultural na dinamização do Museu Municipal.

